

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

LUCAS WOLTMANN FIGUEIRÓ

FROM USA, WITH LOVE:

Desenvolvimento, extensão rural e gênero

Porto Alegre

2018

LUCAS WOLTMANN FIGUEIRÓ

FROM USA, WITH LOVE:

Desenvolvimento, extensão rural e gênero

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Woltmann Figueiró, Lucas

From USA, with love: desenvolvimento, extensão rural e gênero / Lucas Woltmann Figueiró. -- 2018. 178 f.

Orientador: Guilherme Francisco Waterloo Radomsky.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Desenvolvimento. 2. Extensão rural. 3. Gênero. 4. Mulher rural. 5. Assistência social. I. Radomsky, Guilherme Francisco Waterloo, orient. II. Título.

LUCAS WOLTMANN FIGUEIRÓ

FROM USA, WITH LOVE:

Desenvolvimento, extensão rural e gênero

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos
UFRGS

Prof. Dr. José Marcos Froehlich
UFSM

Prof.^a Dr.^a Pâmela Marconatto Marques
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro em forma de bolsa.

À minha mãe e irmã, Miriam e Paula Woltmann, e namorada, Maria Clara Guaragna Schorn, pelo amor.

Ao meu orientador e amigo, Guilherme Francisco Waterloo Radomsky, pela liberdade de criação, críticas e sugestões que contribuíram a esse estudo. Agradeço também pela parceria dos últimos anos. Muito do crescimento pessoal e acadêmico que tive nesse período devo a ti.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, pelas trocas e aprendizados.

Aos convidados para a banca, José Carlos Gomes dos Anjos, José Marcos Froehlich e Pâmela Marconatto Marques, pelo aceite de participação e pela atenção dedicada.

Ao Diretor Técnico e Gerente Regional Adjunto Escritório Regional de Porto Alegre da EMATER/RS-ASCAR, Lino Moura e Air Nunes dos Santos, pelo consentimento à pesquisa.

Aos responsáveis pela manutenção do acervo da Biblioteca Bento Pires Dias, Cleusa Alves da Rocha e Felipe Chagas Tedesco, por toda gentileza e suporte. Não bastasse terem aberto as portas da história da Associação a mim, também cederam o espaço da mesma para realização de parte das entrevistas. Vocês foram parceiros e tanto.

Aos membros da Associação de Aposentados da ASCAR (ASAPAS), por me receberem com carinho.

Às colaboradoras e colaboradores da EMATER/RS-ASCAR que tive o prazer de entrevistar nessa pesquisa, pelo tempo, histórias e conhecimentos compartilhados. Tenho certeza que ao longo do estudo não conseguirei refletir todo entusiasmo e dedicação com que alguns realizam suas atividades ou mesmo dar voz a todas angústias ou tristezas vividas por outros. Mesmo assim, agradeço muito pela gentileza e parceria de todas/os.

RESUMO

Essa pesquisa consiste no estudo de marcadores sociais da diferença de gênero na história da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS-ASCAR). Semelhante ao modelo gestado nos Estados Unidos da América no início do século XX, a Associação reproduziu uma divisão social do trabalho definida com base na naturalização de características tidas como masculinas ou femininas: de um lado, a área agrícola ou agropecuária (“técnica”) que associava o homem a aspectos produtivos, de outro, a área de economia doméstica ou bem-estar social (“social”) que ligava a mulher a atividades domésticas-reprodutivas, incluindo seus/suas mediadores/as e assistidos/as. Pela pouca atenção que a literatura científica deu a esse *esquema de gênero* e, especialmente, à área “social”, passei a questionar: que espaços a mulher e a área “social” ocuparam ao longo da história da EMATER/RS-ASCAR e através de que meios e práticas representacionais a diferença de gênero ganhou significado? Que implicações isso trouxe à Associação? Buscando responder essas questões realizei análises documentais e entrevistas junto a quinze colaboradoras/es da Associação, material interpretado a luz de conceitos e problemas ligados a gênero e ao discurso do desenvolvimento. As análises sugerem que, em virtude da racionalidade biopolítica que justificou a abordagem dual do *esquema de gênero*, a área “social” ocupou um espaço secundário e complementar frente às ocupações produtivas. No que tange às representações, nos EUA e no Brasil inicialmente a mulher foi associada a esfera doméstica e naturalizada como responsável pela manutenção da saúde e da moral da família rural, devendo irradiar condutas e conhecimentos mais adequados segundo os paradigmas modernos ocidentais. A intervenção das mediadoras da área “social” deveria reforçar o cumprimento dessa função, o que seria obtido através de visitas individuais, organização de grupos de mulheres e na realização de palestras, seminários e demonstrações sobre temas relacionados à saúde, higiene, alimentação, vestuário e administração do lar, o que não impediu que, em alguns casos, fossem promovidos valores críticos e emancipatórios. Com as críticas que a extensão rural sofreu a partir década de 1980 e, em especial, a dúvida sobre a certificação que garantia as prerrogativas e benefícios da ASCAR como entidade beneficente de assistência social em 1992, o campo de atuação da área “social” e as proposições à mulher rural foram compelidas a mudar. Buscando se adequar aos preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a partir de 2002 os discursos do trabalho voltado à mulher rural gradualmente foram reorientados para a busca de sua inclusão social e produtiva, articulando temas chave como violência intrafamiliar, agência política e dimensão produtiva, transbordando antigas representações que reduziam a mulher à função social de mãe e esposa. No entanto, em virtude de resistências de parte das assistidas e extensionistas, das incertezas sobre o papel a ser cumprido face a ampliação e complexificação do campo de trabalho “social” e da diversificação do quadro funcional em termos de gênero, formação e trajetória, a abordagem voltada à mulher rural passou a ser disputada. Isso revela um tempo híbrido do campo “social” onde velhas e novas necessidades e proposições que deram sentido à história da EMATER/RS-ASCAR se acumulam, gerando dúvidas sobre o tipo de mediação social a ser cumprida pelas/os extensionistas.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Extensão rural. Gênero. Mulher rural. Assistência social.

ABSTRACT

This research consists of the study of social markers of gender difference in the history of the Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS-ASCAR). Similar to the model developed in the United States of America at the beginning of the 20th century, this Association reproduced a social division of labor defined on the basis of the naturalization of characteristics considered as masculine or feminine: on the one hand, the agricultural area (“technical”) which associated man with productive aspects, on the other, the area of domestic economy or social welfare (“social”) that associated woman to domestic-reproductive activities, including their mediators and assisted. Because of the lack of attention by the scientific literature to this *gender scheme*, and especially to the “social” area, I questioned: what spaces has the "social" area and woman occupied throughout EMATER/RS-ASCAR history and through what representational means and practices has the difference of gender gained meaning? What implications did this bring to the Association? Seeking an answer for these questions, I realized documental analysis and interviews with fifteen collaborators of the Association, material interpreted in the light of the concepts and problems related to gender and development discourse. The analysis suggests that, because of the biopolitical rationality which justified the dual approach of the *gender scheme*, the "social" area occupied a secondary and complementary space in front of the productive occupations. Regarding representations, in the USA and Brazil, woman was initially associated with the domestic and naturalized as responsible for the maintenance of the health and morals of the rural family and should generate more adequate behaviors and knowledge according to modern western paradigms. The intervention of the “social” mediators should reinforce the fulfillment of this function, which would be obtained through individual visits, organization of women's groups and the holding of lectures, seminars and demonstrations about topics related to health, hygiene, food, clothing, home administration, which did not prevent the promotion of critical and emancipatory values in some cases. With the criticism that the rural extension suffered since the 1980s, and especially the doubt about the certification that guaranteed the prerogatives and benefits of ASCAR as a social assistance charity in 1992, the field of activity of the "social" area and the propositions to rural woman were compelled to change. To comply with the provisions of the Organic Law on Social Assistance (LOAS), since 2002 the discourses on work directed at rural woman gradually were reoriented the search for social and productive inclusion, articulating key themes such as intrafamily violence, political agency and productive dimension, overflowing old representations that reduced woman to the social function of mother and wife. However, because of the resistance on the part of the assisted and extensionists, the uncertainties about the role to be played in the face of expansion and complexity of the "social" field of work and the diversification of the staff in terms of gender, formation and trajectory, the approach to rural woman has been disputed. This reveals a hybrid time of the “social” area where old and new needs and propositions that gave meaning to the history of EMATER/RS-ASCAR accumulate and cause doubts about the type of social mediation to be fulfilled by its extensionists.

Keywords: Development. Rural extension. Gender. Rural woman. Social assistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Regional de Porto Alegre da EMATER/RS-ASCAR.....	23
Figura 2 - At the time of the Louisville flood (1937) de Margaret Bourke-White	35
Figura 3 - Atividades de economia doméstica junto às assistidas negras, ensinando como tratar e acondicionar frutas e vegetais no Alabama	40
Figura 4 - Unidades de estudo dos conhecimentos em economia doméstica.....	50
Figura 5 - Primeiro grupo de agentes da ASCAR partindo para o campo em 1955	64
Figura 6 - Treinamento em epidemiologia (1973), Palmeira das missões	87
Figura 7 - Treinamento em primeiros socorros (1973), Palmeira das Missões.....	87
Figura 8 - Palestra sobre higiene (1972), Erechim	88
Figura 9 - Treinamento em cuidados do bebê (1970), Canela	88
Figura 10 - Acompanhamento da saúde infantil (1971), Antônio Prado	89
Figura 11 - Treinamento em preparação de alimentos (1968), Palmeira das missões ..	89
Figura 12 - Treinamento em preparação de alimentos, década de 1970, Campo Novo	90
Figura 13 - Curso de corte e costura (1978), Encantado	90
Figura 14 - Exposição de bordados e farmácia caseira de Clube de Senhoras, década de 1970, Arroio do Meio	91
Figura 15 - Símbolo dos 4-H Clubs (EUA) e Clubes 4-S (Brasil).....	95
Figura 16 - Desfile promovido por Clubes 4-S, década de 1970, Arroio do Meio	95
Figura 17 - Exposição de trabalhos manuais de sócias de Clube 4-S (1973), Colorado	97
Figura 18 - Logo da EMATER/RS-ASCAR.....	117
Figura 19 - Logo da EMATER/RS-ASCAR e a defesa do caráter filantrópico.....	118
Figura 20 - Elaboração de produtos com plantas bioativas, sem especificação do local	128
Figura 21 - Curso de artesanato realizado pela Associação e União Roca Salense de Clubes de Mães.....	129
Figura 22 - Ciclo de palestras com agricultoras alerta para a prevenção de suicídio em São Pedro do Butiá	129
Figura 23 - Aula de culinária como alternativas de geração de renda, Ibiaçá.....	130
Figura 24 - Curso de tortas e doces, Candiota.....	130
Figura 25 - Exemplo da demonstração do trabalho de gênero em relatório institucional	154

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Assistência Rural
AIA	American International Association
ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ASAPAS	Associação de Aposentados da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ACAR-MG	Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Minas Gerais
ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
AESR	Associação de Extensionistas Sociais Rurais da EMATER/RS-ASCAR
ANCAR	Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
EMATER/RS-ASCAR	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATR	Assistente Técnico Regional da EMATER/RS-ASCAR
ATE	Assistente Técnico Estadual da EMATER/RS-ASCAR
CADES	Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
CRAS	Centros de Referência em Assistência Social
CEBAS	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONAD	Conselho Administrativo da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
COESC	Conselho Estadual de Clubes 4-S
CTA	Conselho Técnico Administrativo da EMATER/RS
EMATER/RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EM	Escritório Municipal da EMATER/RS-ASCAR
ETA	Escritório Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos
GAP	Gerência de Administração Patrimonial da EMATER/RS-ASCAR
GCC	Gerência de Classificação e Certificação da EMATER/RS-ASCAR
GEC	Gerência de Comunicação da EMATER/RS-ASCAR

GFI	Gerência de Finanças da EMATER/RS-ASCAR
GPL	Gerência de Planejamento da EMATER/RS-ASCAR
GRH	Gerência de Recursos Humanos da EMATER/RS-ASCAR
GTI	Gerência de Tecnologia da Informação da EMATER/RS-ASCAR
GET	Gerência Técnica da EMATER/RS-ASCAR
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento Sem Terra
NRM	Núcleo de Manejo de Recursos Naturais da EMATER/RS-ASCAR
NOE	Núcleo de Organização Econômica da EMATER/RS-ASCAR
NSA	Núcleo de Sistema de Produção Animal da EMATER/RS-ASCAR
NSV	Núcleo de Sistema de Produção Vegetal da EMATER/RS-ASCAR
NSO	Núcleo Social da EMATER/RS-ASCAR
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
SIA	Serviço de Informação Agrícola
SSR	Serviço Social Rural
SENGE	Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul
SEMAPI	Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul
SINTARGS	Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul
SINVET	Sindicato dos Veterinários do Rio Grande do Sul
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SEAV-MG	Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário de Minas Gerais
USDA	United States Department of Agriculture

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	PRIMEIRAS IMPRESSÕES.....	14
1.2	A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA EMATER/RS-ASCAR E MINHA INSERÇÃO NA MESMA: OS DESCAMINHOS RUMO À CONSTRUÇÃO DAS QUESTÕES DE PESQUISA E DOS OBJETIVOS.....	20
1.3	CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS.	25
2	AMERICAN WAY OF LIFE, IN BRAZIL? DESENVOLVIMENTO, EXTENSÃO RURAL E ECONOMIA DOMÉSTICA	35
2.1	DAS ORIGENS DO TRABALHO DE EXTENSÃO RURAL EM ECONOMIA DOMÉSTICA A SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	36
2.2	DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA DOMÉSTICA NO BRASIL: EM NOME DA SOCIEDADE DE AMANHÃ.....	48
3	DUALISMOS EM DUETO: A EMATER/RS-ASCAR E O <i>ESQUEMA DE GÊNERO</i>	61
3.1	O INÍCIO DA <i>SAGA EXTENSIONISTA</i> NO RIO GRANDE DO SUL: DA INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA AO STATUS FILANTRÓPICO DA ASCAR.....	62
3.2	ESTÓRIAS SOBRE UM FUTURO MODERNO: A FÁBULA DA MODERNIZAÇÃO E A ABORDAGEM BIOPOLÍTICA.....	69
3.3	INTERVINDO NO LAR: A MULHER COMO PROMOTORA E OBJETO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO.....	81
3.3.1	Para a mulher rural: as proposições da área “social”	82
3.3.2	É cedo que se aprende: pensando na divisão do trabalho da sociedade de amanhã	94
3.3.3	Questões internas: alguns dos dilemas colocados às extensionistas sociais .	99
4	TEMPO DE METAMORFOSES	108
4.1	“SER OU NÃO SER” ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, “EIS A QUESTÃO” PARA A ASCAR.....	110
4.2	METAMORFOSES E DESAFIOS À DUALIDADE.....	122
4.2.1	Alargamento do campo de trabalho “social” e novas proposições à mulher rural	124
4.2.2	Uma revisão no plano de cargos e salários e no quadro funcional da Associação: colocando o <i>esquema de gênero</i> em xeque a partir de novas mudanças	131
4.2.3	Muito além da disjunção ou transversalidade: o tempo híbrido da área “social”	140

4.3	SOBRE PERMANÊNCIAS E OS TERMOS DA LEGITIMIDADE.....	149
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	161
	REFERÊNCIAS.....	170

1 INTRODUÇÃO

Nessa pesquisa discuto as relações entre desenvolvimento, extensão rural e marcadores sociais da diferença de gênero. Para tal, o caso específico da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS-ASCAR), agência de desenvolvimento que presta serviços de extensão rural ao estado do Rio Grande do Sul, foi escolhido como objeto de estudo e análise. Essa opção é reflexo da minha trajetória acadêmica e das questões que, ao longo do tempo, me interessaram.

Há alguns anos, o que inclui minha experiência como bolsista de iniciação científica e a realização do trabalho de conclusão de curso em Políticas Públicas, tenho me dedicado a estudar práticas de mediação em projetos de desenvolvimento rural. O interesse surgiu de uma série de insatisfações com o curso e o conjunto de perspectivas que, via de regra, eram defendidos nas disciplinas. A abordagem mais repetida envolvia o “policy cycle” (EASTON, 1970), variando o nome e o conteúdo de suas etapas (FREY, 2000). Interessado em analisar as políticas públicas não como uma trajetória linear entre formulação, implementação e avaliação, mas a partir dos atores e sua relação a contextos e processos sociais, encontrei nos estudos sobre mediação social novas perspectivas e ferramentas conceituais, com destaque a intelectuais como Delma Pessanha Neves (1998; 2008), Olivier de Sardan (2005) e, sobretudo, as obras de Gilberto Velho (1994; 2003; 2010) e as parcerias que manteve com Karina Kuschnir (1996; 2001).

Nessas leituras despertei para a importância da mediação não apenas como perspectiva analítica, mas como modalidade de prestação de serviços, da atuação de agentes da mediação profissional alocados para dar existência às representações delegadas à administração e intervenção públicas (NEVES, 2008). O caso dos serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil, e em especial no estado do Rio Grande do Sul através da EMATER/RS-ASCAR, me intrigou, sobretudo por sua relação íntima com a emergência do discurso do desenvolvimento a partir do cenário pós-segunda guerra mundial e da política externa norte-americana, um tema que já vinha examinando na leitura dos estudos de James Ferguson (1990; 2005), Arturo Escobar (1996; 2007), Gilbert Rist (2008) e outros intelectuais.

A EMATER/RS-ASCAR foi criada em 1955 na figura da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) e em 1980 passou a funcionar de forma conjunta

com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), fundada no ano de 1977. Inicialmente a ASCAR contou com o suporte financeiro e ideológico do Escritório Técnico de Agricultura Estados Unidos – Brasil (ETA) e reproduziu a estrutura e a racionalidade originada da experiência histórica norte-americana. Desde os primórdios, como se verá em detalhe mais adiante, suas atividades foram conformadas por uma divisão social do trabalho definida com base em naturalizações de características tidas como *masculinas* ou *femininas*: de um lado, a área agrícola ou agropecuária que associava o homem a aspectos produtivos, de outro, a área de economia doméstica ou bem-estar social que ligava a mulher a atividades domésticas-reprodutivas, incluindo seus/suas mediadores/as e assistidos/as. Institucionalmente, o objetivo da operação dual e complementar era que, a adesão às inovações técnicas para as lavouras e criações e o aumento da produtividade e renda, responsabilidade do extensionista da área agrícola, agregada à incorporação de novos hábitos em termos de saúde, higiene e alimentação, missão da extensionista da área de economia doméstica, levaria a um aumento da qualidade de vida das populações rurais assistidas. Homem e mulher teriam responsabilidades diferentes na busca pelo desenvolvimento.

A recorrência da oposição entre esses campos de trabalho reteve minha curiosidade. Desconfiei da naturalidade e da pouca crítica que esse *esquema de gênero* e, especialmente, o lado *feminino*, recebia da literatura nacional ocupada de estudar os serviços de extensão rural brasileiros. Isso parecia confirmar o que Domosh (2015) sugeriu sobre pesquisas interessadas nos impactos não desejados de intervenções propostas em nome do desenvolvimento: geralmente se voltam para grandes esquemas de tecnociência, entretanto, ao fazê-lo, acabam ignorando as formas cotidianas de difusão de conselhos de especialistas às famílias de agricultores e, em particular, à mulher rural, evitando assim análises de algumas das “técnicas biopolíticas” mais prevalentes e “poderosas de governança”, aquelas que visavam o “local do lar e a figura da mãe” (DOMOSH, 2015 p. 917, tradução nossa). No entanto, isso não estava tão claro no começo da pesquisa, e é justamente quando retomo o caminho trilhado que consigo notar os equívocos e desvios que, por diferentes motivos, me levaram a esse espaço reflexivo.

Mas antes de explorar esse caminho e seus desvios, justifico a opção pelo título dessa dissertação. *From USA, with love* é uma analogia ao livro *From Russia, with love* de Ian Fleming, lançado em 1957 e inspiração para o filme homônimo de 1963, opção que reflete três questões afins ao tema de estudo: ambos compartilham o mesmo cenário

de Guerra Fria e disputas geopolíticas, se desenrolam a partir do oferecimento de determinado tipo de ajuda ou assistência (não necessariamente benévola) e dependem da figura da mulher para o funcionamento adequado de suas proposições.

De forma resumida, a obra de Ian Fleming articula elementos de espionagem, tensões entre o Oeste e o Leste - das quais sempre lembro de Edward Said (2007) -, expressões do estereótipo masculino na figura do personagem James Bond e um tipo de conhecimento/poder em jogo. A estória se centra na estratégia de uma agência de contraespionagem interessada em promover atos terroristas e a morte do agente britânico, algo pensado na forma de um escândalo sexual. Mas isso passava por uma estratégia ousada: utilizar uma jovem e bela funcionária do departamento de decodificação da União Soviética em um blefe junto a Bond. Tatiana Romanova foi convencida a procurar os serviços secretos britânicos dizendo ter se apaixonado por James Bond após ter visto sua fotografia num arquivo, prometendo que, caso ele facilitasse sua deserção, poderia ajudar nas pretensões estratégicas dos serviços secretos britânicos oferecendo um aparelho de decodificação russo. É um flerte dissimulado – e com interesses ocultos – que motiva o enredo da trama. Romanova, a personagem convencida para a missão, precisava seduzir James Bond para gravar uma relação sexual entre eles, de forma a difamar o mesmo e os serviços britânicos num futuro próximo.

Minha opção pelo título *From USA, with love*, por sua vez, propõe um deslocamento da posição de remetente para as instituições norte-americanas que, partilhando do mesmo cenário de Guerra fria e de tensões geopolíticas, se valeram do discurso do desenvolvimento e de um argumento benevolente de ajuda para oferecer ao “terceiro mundo” seu modelo de assistência técnica e extensão rural, dispositivo idealizado para viabilizar o acesso a formas de produzir e viver mais adequados segundo os paradigmas modernos ocidentais. As perspectivas críticas de autores como James Ferguson, Arturo Escobar e Gilbert Rist acabaram me inspirando a interpretar o discurso do desenvolvimento como flerte semelhante ao elaborado por Fleming. Mas onde entra a figura da mulher? Tanto em *From Russia, with love*, quanto nos serviços de extensão rural, a mulher aparece envolvida num dilema ligado à representação. Em ambos sua função acabou determinada por terceiros, ainda que pudesse ser negada ou contornada: de um lado, por meio das ordens da agência criminosa de contraespionagem à personagem Tatiana Romanova, e, de outro, através das estratégias de intervenção e de convencimento mantidas pelas agências de desenvolvimento que proliferavam à

época junto a mulheres rurais para que incorporassem condutas mais modernas na execução das atividades domésticas. Ao longo desse estudo demonstro que isso envolve um cenário mais complexo, entretanto, diante dessas questões vi na obra de Ian Fleming inspiração para o título da pesquisa.

1.1 PRIMEIRAS IMPRESSÕES

É comum vermos nos trabalhos acadêmicos um percurso harmônico de encadeamento entre as ideias e o caminho trilhado por seus autores. Todavia, nessa seção proponho o contrário: narrar os primeiros passos e seguir os equívocos que guiaram a construção da questão de pesquisa e dos objetivos dessa dissertação. Isso passa por apresentar percepções colhidas em pesquisas interessadas na história da extensão rural no Brasil, em especial os estudos de Caporal (1991; 2009) e Rodrigues (1997) e as periodizações por eles construídas no intuito de interpretar suas nuances, e por uma breve exposição das ferramentas conceituais que inicialmente balizaram minhas projeções, sobretudo as formuladas por Gilberto Velho (1994; 2003). Influenciado pela pouca crítica da literatura, no início não valorizei da forma adequada a separação entre as duas áreas de trabalho da extensão rural, agrícola e economia doméstica, o que adiou a definição das minhas questões de pesquisa. Inicialmente, priorizei as metamorfoses que estavam em jogo e os desafios que elas traziam. Foi o trabalho de campo, e em especial as análises documentais e as conversas informais que mantive com as/os colaboradoras/es da EMATER/RS-ASCAR, que chamou minha atenção para os problemas de gênero que estavam colocados. Nesse momento optei por reorientar a pesquisa.

Mas vamos ao início. Tudo começou numa pesquisa exploratória, buscando dissertações, teses e artigos que pudessem subsidiar a compreensão da história dos serviços de extensão rural no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul. Tentando facilitar a compreensão dos leitores, os autores interessados no tema propuseram periodizações que pudessem apresentar as nuances desse percurso. Além das semelhanças, cada interpretação conta com marcos ou mostras de rupturas parciais e traços de reorientações institucionais, políticas, metodológicas e pedagógicas. Para ilustrar e desenvolver minha argumentação, optei por dar mais atenção às interpretações de Rodrigues (1997), falando sobre a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

(EMBRATER), e Caporal (1991; 2009), interessado na história da EMATER/RS-ASCAR.

Os critérios usados por eles a fim de estabelecer essas periodizações são semelhantes, e em boa medida refletem a ênfase no tipo de trabalho mantido pelas instituições - “orientação filosófica” e o “modelo operacional predominantes” - e sua convergência com as formas de intervenção do Estado ante às “macrodefinições políticas dos seus planos de desenvolvimento” (RODRIGUES, 1997 p. 120). Rodrigues (1997) utiliza os termos “humanismo” e “difusionismo” para separar três diferentes períodos da extensão rural no Brasil: humanismo assistencialista (1948-1962), difusionismo produtivista (1963-1984) e humanismo crítico (1985-1989), ressaltando não serem etapas rígidas, lineares ou homogêneas em todas as regiões do Brasil.

Segundo Rodrigues (1997), a orientação humanista teria sido marcada por estratégias de intervenção que privilegiavam um trabalho voltado à melhoria das condições de vida da população rural, onde o trabalho voltado a difusão de modernas tecnologias agropecuárias era parte, mas não finalidade. Para ele, entre 1948 e 1962 o público preferencial seriam pequenos produtores rurais, convencidos a aderir às inovações técnicas para as lavouras e criações e conhecimentos sobre economia doméstica nas atividades do lar. Entretanto, para Rodrigues (1997), considerando os investimentos nas estruturas de trabalho, na finalidade do crédito e dos projetos realizados, após 1962 pode-se falar em uma reorientação da abordagem. Nesse momento ganhava força uma orientação produtivista voltada ao aumento da eficiência econômica em detrimento do trabalho doméstico. Isso passava por obter um aumento da produção e produtividade agropecuárias através da modernização da base técnica da agricultura brasileira e sua integração com o complexo agroindustrial. Nesse período, o papel da extensão rural foi transferir novas tecnologias a usuários das políticas de modernização agrícola, médios e grandes produtores, os associando a indústrias de processamento, agências financeiras, cadeias de comercialização e indústrias de bens de consumo e bens de capital para uso agrícola (RODRIGUES, 1997).

Considerando os impactos que esse modelo causou em termos sociais e ambientais, Rodrigues (1997) classifica como humanismo crítico os momentos de contestação que os serviços passaram no fim da década de 1980, movimento que fomentava uma postura menos assistencialista e mais orientada à promoção da cidadania. Todavia, esse processo foi interrompido com a desestruturação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) em 1990, instituição

que em 1975 substituiu a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 1956. Para o autor, no período produtivista houve maior ênfase na acumulação capitalista, diferente dos momentos que classifica como humanismo, suspostamente mais orientados para a legitimação do Estado de bem-estar social. Mas isso não significa dizer que havia uma maior alocação de recursos no trabalho voltado às atividades domésticas ou à cidadania ou mesmo que a acumulação capitalista não tivesse se mantido como o objetivo principal, apenas refletia a necessidade de ocupar a capacidade ociosa nos anos de recessão atendendo a clientela que não respondia ao processo de acumulação capitalista (RODRIGUES, 1997).

Quanto à periodização elaborada por Caporal et al (2009) para a história da EMATER/RS-ASCAR, o recorte é similar. Para ele, os primeiros anos consistem no “tempo do assistencialismo familiar” (1955-1960), onde a casa e as “melhorias nas condições gerais de saúde e bem-estar” da população “eram as preocupações centrais dos extensionistas”, inclusive tendo “um status similar” ao “crescimento da produção agrícola” (CAPORAL et al, 2009 p. 38). A partir das mudanças de rumo na política agrícola em 1960, passou a ser exigida dos extensionistas uma ação orientada ao aumento da produção e da produtividade de produtos destinados à exportação. A extensão passou a dedicar-se à modernização, contribuindo para a introdução de mudanças na base técnica da agricultura e para o aumento da subordinação do setor agrícola para com “elos estabelecidos à montante e à jusante da produção primária, no âmbito das cadeias agroindustriais”, o que gerou uma “drástica redução de sua preocupação” junto às famílias rurais, algo que o autor definiu como período “difusionista-produtivista” (CAPORAL et al, 2009 p. 38).

Para complementar as semelhanças com a periodização de Rodrigues (1997), Caporal também narra a emergência de discussões entre os extensionistas da EMATER/RS-ASCAR no final da década de 1980 para estabelecer novas diretrizes, objetivos e metodologias para essa Associação em resposta às críticas ao produtivismo. Segundo ele, se até então o objetivo fundamental da Associação preconizava a transferência de tecnologia como melhor caminho para o aumento da produção e da renda das famílias rurais, parte do corpo funcional idealizava algo diferente: uma prática metodológica mais participativa que se preocupasse com a “conscientização política, social e cultural do meio” das populações assistidas (EMATER/RS, 1987¹ p. 9 apud

¹ EMATER/RS. **Seminário Extensão Rural**: Enfoque Participativo. Porto Alegre. 8 a 10 de jul. 1987. Proposta Aprovada. Porto Alegre, EMATER – RS. 1987. 52 p.

CAPORAL, 1991 p. 15). Esse “movimento instituinte” teria sido aceito, mas com a implementação do Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural da EMATER/RS (PROATER), traçando a “linha mestra de atuação” da Associação para 1990, a organização acabou negando o antes instituído ou, ao menos, minimizou a “sua importância oficial”, sufocando parte das contradições internas onde cresciam esses ideais (CAPORAL, 1991 p. 11; 51).

Enquanto conhecia essas periodizações fiquei intrigado por duas questões, diretamente interligadas: por um lado, notei a separação entre os dois campos de trabalho e, aparentemente, um privilégio histórico às atividades de cunho produtivo frente às interessadas na promoção do bem-estar; e, por outro, as mudanças (ou tentativas de) em termos de filosofia e objetivos nessas instituições. Ao passo que estudava outras/os autoras/os interessados no assunto percebi que esses processos de mudança ganharam mais intensidade a partir da década de 1990, seguindo a onda de questionamento pelos impactos ambientais e sociais gerados pela abordagem difusionista-produtivista.

Destaco a tentativa de transição agroecológica e a ampliação do público alvo à populações tradicionais (quilombolas, indígenas e pescadores artesanais), reorientação em políticas de gênero, geração e segurança alimentar e nutricional promovida pela EMATER/RS-ASCAR na gestão de 1999/2002 (EMATER/RS-ASCAR, 2006b), e, nacionalmente, as discussões que levaram à promulgação da Lei Nº 12.188/2010, instituindo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), envolvendo paradigmas semelhantes (BRASIL, 2010), com exceção do termo agroecologia que, mesmo fazendo parte das discussões iniciadas em 2003, acabou excluído do texto final em nome do termo *desenvolvimento rural sustentável*, mais flexível e despolitizante (CAPORAL, 2011; GERHARDT, 2014).

As dificuldades inerentes a mudanças que à época soavam como paradoxais ocuparam minha curiosidade. Francisco Roberto Caporal algumas vezes classificou esses processos como repensar dos serviços de extensão rural, visto como uma passagem entre uma *velha* e *nova* extensão rural (CAPORAL; RAMOS, 2006; CAPORAL et al, 2009; 2011). As expectativas de mudança eram tão antagônicas que, de forma crítica e atenta, Gerhardt (2014) observou que esse argumento era amarrado por uma “circularidade discursiva”. Para ele, isso representava uma argumentação tautológica orquestrada num sistema de oposições binárias capaz de servir como matriz simbólica para orientar o pensamento e a ação extensionista: em contraponto à *velha*

extensão rural, e, portanto, sentidos como difusionismo, produtivismo e intervenção autoritária, surgiria uma *nova* extensão rural, a ser orientada por um paradigma agroecológico, relações dialógicas e emancipação. Resulta que, nessa argumentação, os fundamentos epistemológicos, metodológicos e pedagógicos associados à *nova* extensão rural apenas faziam sentido através de sua contraposição ao passado, agora condenável (GERHARDT, 2014).

Nesse tipo de argumentação tudo era novo: novas exigências, enfoques e objetivos. No entanto, examinando textos e documentos históricos observei que o próprio Caporal (1991; 2009), bem como Deponti (2010), ambos ex-funcionários da EMATER/RS-ASCAR e interessados no tema, sinalizam que a proposição de período antes vs. depois (passado vs. presente) não são tão antitéticos, apontando existir coexistências e até mesmo a mescla de ações dialógicas, difusionistas e etc. E as metamorfoses da extensão rural não cessavam. Em 2013 foi instituída a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) visando promover e coordenar programas nacionais de extensão rural em integração com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). O objetivo dessa agência seria a gradual incorporação de inovações tecnológicas pelos agricultores assistidos para aumentar índices de produção e produtividade, e, por conseguinte, melhorar as condições de renda e de qualidade de vida da população rural e alcançar o desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2013).

Nesse momento, os argumentos pareciam retomar antigos termos, menos presentes nas discussões que pautaram a PNATER entre 2003 e 2010. Seriam esses sinais de retorno às *velhas* abordagens difusionistas e anti-dialógicas do extensionismo do século passado (DINIZ; HESPANHOL, 2014)? Ou, por outro lado, não poderíamos falar em um retorno se talvez essas antigas prerrogativas nunca tenham cessado, mas sim se agregado a outras formas de atuar? O certo é que a extensão rural no Brasil passou e segue passando por muitas mudanças em relação a sua estrutura, filosofia, objetivos e metodologias, e, não à toa, autores/as têm se questionado a respeito das dificuldades e desafios advindos dessas transformações (DIAS, 2007a; 2008; SOUZA, 2011).

Esse cenário me parecia uma tensão constitutiva da história da extensão rural e da EMATER/RS-ASCAR, e, por conseguinte, foi justamente nesse espaço reflexivo que me inseri inicialmente. Me interessei pelos dilemas de um extensionista num cenário de constantes mudanças quanto às expectativas para seu trabalho. Nesse momento, defini

como objetivo compreender como momentos de transição/mudanças institucionais se relacionavam a mudanças pessoais e profissionais, em alterações de princípios que subsidiavam a ação extensionista. Isso passava por compreender as trajetórias sociais de extensionistas da EMATER/RS-ASCAR e as metamorfoses que precisavam lidar, desde alterações em diretrizes e objetivos institucionais, mudanças de gestão (seja na Associação ou no governo estadual) a inovações em termos de políticas públicas (e em especial temas como gênero e raça/etnia).

Para dar conta desse objetivo, me guiei pelo referencial teórico-metodológico formulado por Gilberto Velho, pensando na utilidade de conceitos como *trajetória*, *projetos* e *metamorfose*. Na análise de Velho (2003), a relação dialética entre os projetos e as circunstâncias dadas pelo campo de possibilidades² estaria no âmago dos processos onde os sujeitos “se fazem, são constituídos, feitos e refeitos, através de suas trajetórias existenciais”, e assim, para o autor, “a noção de metamorfose, inspirada no poeta latino Ovídio” seria alternativa para “lidar com a drasticidade desses processos” (VELHO, 2003 p. 8). O conceito possui como base a ideia:

[...] onde homens, mulheres, deuses, animais, plantas, minerais, rios, lagos, estrelas e etc. mudam de sexo, gênero, natureza, espécie, forma, contudo sempre guardando algum sinal do estado anterior. Embora sofram a ação do destino fica o registro de alguma vontade ou iniciativa dos seres (VELHO, 2003 p. 8).

Segundo o autor, estaria em questão captar o jogo entre permanências e mudanças, pois mesmo através de mudanças mais drásticas em relação à identidade sempre permaneceriam alguns traços anteriores, mesmo que alvo de ressignificações. No entanto, o conceito de *metamorfose* influenciou no próprio processo de construção da pesquisa, me conduzindo a momentos de reorientação investigativa. Esses momentos dizem respeito ao começo do trabalho de campo, minha inserção social e os laços que estabeleci. Explicar essa reorientação passa por descrever, de forma breve, a estrutura organizacional da EMATER/RS-ASCAR e as relações que estabeleci com suas/seus colaboradoras/es, sempre gentis e solícitas/os, objetivo da seção seguinte. Graças a elas/eles atentei para uma questão pouco explorada na literatura dedicada à extensão

² “Projeto” é entendido como a conduta organizada para atingir finalidades específicas, a maneira de “expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo” (VELHO 1994, p. 103). Esse conceito é articulado à noção de “campo de possibilidades”, dimensão sociocultural e espaço para formulação e implementação dos projetos. Esses conceitos poderiam “ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades” (VELHO, 1994 p. 40).

rural no Brasil e, por conseguinte, um ponto cego nas projeções que vinha articulando, o que me levou a abandonar as proposições iniciais e embarcar em novas reflexões.

1.2 A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA EMATER/RS-ASCAR E MINHA INSERÇÃO NA MESMA: OS DESCAMINHOS RUMO À CONSTRUÇÃO DAS QUESTÕES DE PESQUISA E DOS OBJETIVOS

Não tenho a intenção de ser minucioso com relação à estrutura e modo de funcionamento da EMATER/RS-ASCAR. Em virtude de sua dimensão seria tarefa ingrata dar conta desses detalhes. No entanto, introduzir alguns elementos pode ser fundamental para a melhor compreensão das reorientações investigativas que passei durante a pesquisa e no desenvolvimento das análises que proponho. Explicando de forma grosseira, a estrutura organizacional da Associação é conformada por três instâncias verticalizadas hierarquicamente: Central, Regional e Municipal.

Além da presidência e da diretoria, o Escritório Central abriga as Gerências Estaduais de Planejamento (GPL), de Recursos Humanos (GRH) e Finanças (GFI), Classificação e Certificação (GCC), Comunicação (GEC), Administração Patrimonial (GAP), Tecnologia da Informação (GTI) e a Técnica (GET). Essa última é a maior responsável pelo monitoramento das políticas públicas que são executadas pela Associação, e para tal, é estruturada em cinco núcleos: Núcleo Social (NSO), mais importante para minhas pretensões, o Núcleo de Organização Econômica (NOE), o Núcleo de Sistema de Produção Animal (NSA), o Núcleo de Manejo de Recursos Naturais (NRN) e o Núcleo de Sistema de Produção Vegetal (NSV) (EMATER/RS-ASCAR, 2014a p. 86). Essa divisão entre núcleos mudou bastante se comparada à estrutura dual e complementar da fundação da ASCAR em 1955. O que hoje é denominado de Núcleo Social (NSO) já foi conhecido como divisão de Economia Doméstica e área de Bem-Estar Social. Quanto aos demais, foram chamados de Agrícola, Agropecuária e equivalentes. Por opção metodológica e em atenção à percepção de entrevistadas/os, que de forma frequente usavam o termo “social” e “técnico” para designar essa separação e seus dilemas, seguirei essa forma de os classificar.

Todos os núcleos são ocupados por Assistentes Técnicos Estaduais (ATE's), responsáveis por diferentes áreas temáticas, como gênero, juventude, quilombolas, olericultura, horticultura, inclusão social e produtiva e etc., situados nos respectivos

núcleos. Aos ATE's cabe qualificar o trabalho dos Assistentes Técnicos Regionais (ATR's), informando a respeito de políticas públicas e prestando suporte técnico. Mesmo que possa haver algum contato entre os ATE's e extensionistas de campo lotados em escritórios municipais (EM's), isso não é cotidiano³, pois ATR's seriam responsáveis por reelaborar e repassar as orientações institucionais e qualificações técnicas a esses agentes. Além dos ATR's, no Escritório Regional também constam os supervisores, responsáveis por monitorar a execução das atividades nos EM's e acompanhar a operacionalização do planejamento e do cumprimento de metas institucionais. Aos extensionistas rurais dos EM's caberia equacionar as metas institucionais (reflexo de políticas públicas estaduais, federais e municipais) com os desejos do público assistido, um dilema que Caporal (1991 p. 69) chamou de “ideologia da conciliação”, trabalho complexo que parece esbarrar em problemas diversos.

Em âmbito regional, a EMATER/RS-ASCAR se organiza em doze regiões administrativas⁴, cada qual abrigando determinada quantidade de EM's instalados através de convênios com as prefeituras municipais, responsáveis pelo pagamento da cota dos agentes da Associação que são lotados nos locais. Hoje a Associação conta com 495 EM's (EMATER/RS-ASCAR, 2016), que abrigam grande parte do seu quadro funcional. Dentre seus 2.265 funcionários, o Escritório Central conta com 342 (15%), as Regionais contam com 215 (10%) e os Municipais com 1.587 (70%), sendo lotados mais 121 nas Unidades de Classificação (5%). Ao passo que compreendia a dimensão e o grau de abrangência da Associação, percebi que entender essa complexa trama exigiria uma abordagem capaz de captar as interações e os dilemas das intersecções entre os diferentes níveis de hierarquia corporativa, algo talvez metodologicamente inviável considerando o curto tempo que os mestrandos possuem para suas pesquisas. Mas não desanimei.

Em dezembro de 2016 fiz contato com o Escritório Regional de Porto Alegre, composto por 70 EM's, mais do que qualquer outra regional⁵ (ver **Figura 1**). Depois de redigir uma carta de intenções e submeter à apreciação da gerência regional do escritório, aguardei e recebi aprovação institucional para realização da pesquisa na metade de janeiro de 2017, com o consentimento do Gerente Regional Adjunto do

³ Para a associação, o “fluxo” entre as instâncias “deve respeitar a informação tanto na linha ascendente quanto na descendente” (EMATER/RS-ASCAR, 2014b p. 112).

⁴ São elas: Bagé, Caxias do Sul, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Santa Rosa, Erechim, Ijuí, Frederico Westphalen, Soledade (EMATER/RS-ASCAR, 2016).

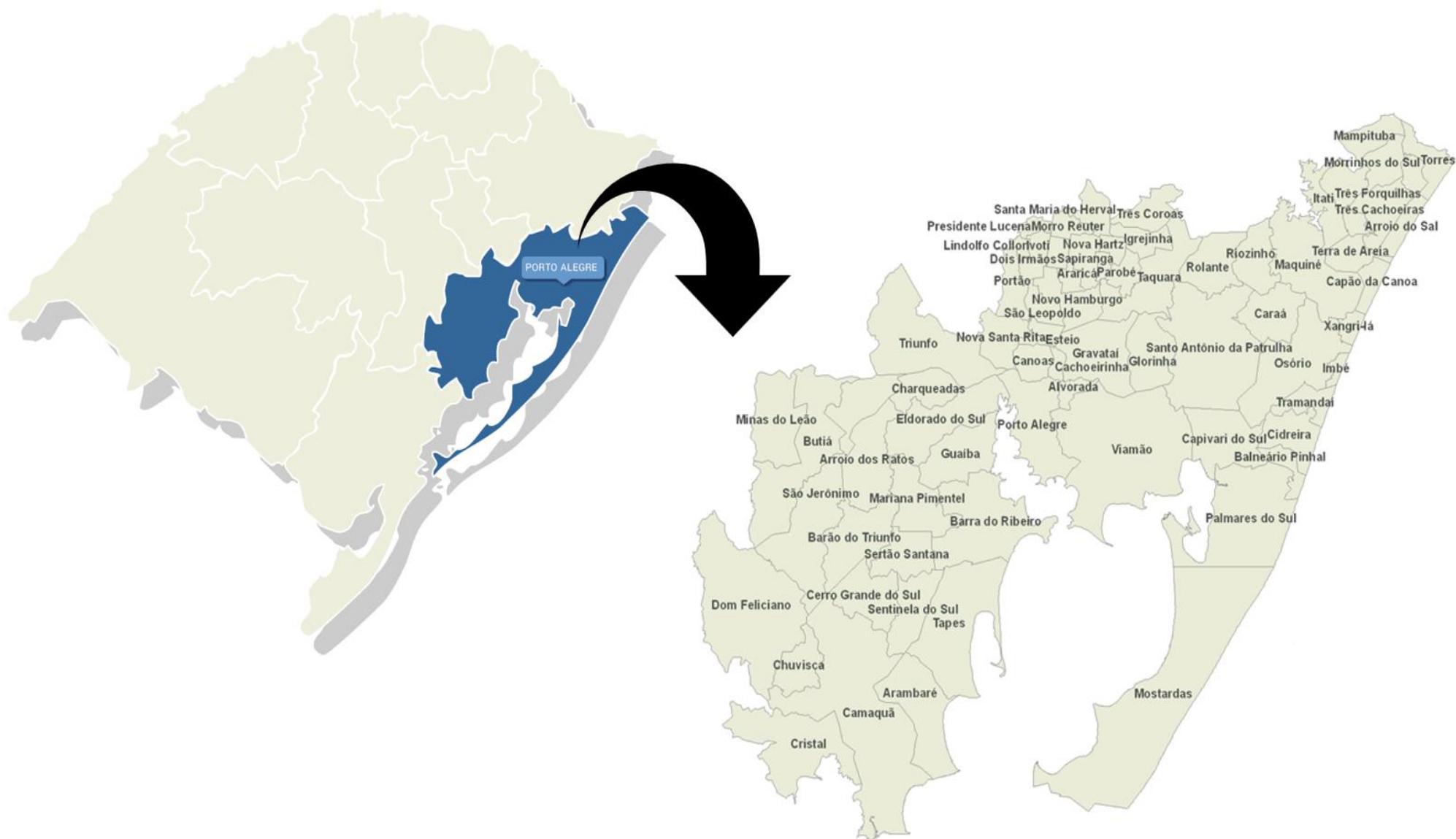
⁵ Vale mencionar que, segundo a Associação, a distribuição dos Escritórios Regionais e EM's seriam um reflexo do “potencial de desenvolvimento rural de cada área” (EMATER/RS-ASCAR, 2010b p. 17).

Escritório e do Diretor Técnico da EMATER/RS-ASCAR. Na hora, fui orientado a conversar com cinco extensionistas rurais lotadas/os em três EM's diferentes dessa Regional, com as/os quais gradualmente estabeleci contato. Após conversas mais introdutórias e do convite à participação, no período de março a julho de 2017 as/os entrevistei.

Ainda em fevereiro de 2017, procurei e fui gentilmente recebido pelas/os profissionais responsáveis pela Biblioteca Bento Pires Dias, mantida no Escritório Central da EMATER/RS-ASCAR. Ao longo de dois meses pude me dedicar à leitura e análise de documentos, artigos e revistas institucionais produzidos pela Associação e agências afins, o que me ajudou a compreender questões históricas que a literatura científica não se ocupava. Esse passado ficou mais nítido quando, ainda no mês de fevereiro, me apresentei a membros da Associação de Aposentados da ASCAR (ASAPAS), que de uma forma afável e entusiasmada me receberam e contaram histórias sobre o trabalho que realizavam quando eram ligados à Associação. Para completar o quadro de interlocutores, através da indicação de conhecidos, colegas e professores, tive a oportunidade e o prazer de conhecer seis Assistentes Técnicos Estaduais (ATE) da EMATER/RS-ASCAR no período de março a julho de 2017.

Através de conversas informais com essas/es interlocutoras/es foi comum ouvir “social” como sinônimo de *trabalho doméstico* e *mulher*, ao mesmo tempo que, ao longo das análises documentais, essa associação era tida como *natural* e *necessária*. Mas por que isso não estava tão nítido na literatura? Na verdade, isso é abordado apenas de forma acrítica e generalizada: se as periodizações de Rodrigues (1997) e Caporal (1991; 2009) apontavam um aparente privilégio ao trabalho de cunho produtivo frente à promoção de um trabalho “social”, no entanto, esses e outras/os pesquisadoras/es, como Mauro Oliveira (1984), Marcelo M. Dias (2007a; 2008), Cidonea Deponti (2010) e Pedro. F. de Oliveira (2013) concederam pouca ou nenhuma atenção ao recorte de gênero que sustentava essa divisão. No princípio da extensão rural os serviços prestados foram conformados por uma divisão social do trabalho que ligava o homem a aspectos produtivos e a mulher a atividades domésticas/reprodutivas, incluindo seus/suas mediadores/as e assistidos/as. Quando digo que deram pouca atenção faço referência a, por descuido ou opção, acabarem negligenciando sobretudo o polo associado à mulher nesse *esquema de gênero*, pouco explorando a área “social”, sua racionalidade e representações.

Figura 1- Regional de Porto Alegre da EMATER/RS-ASCAR



Fonte: Montagem elaborada pelo autor com base nas imagens disponibilizadas em: <<http://www.emater.tche.br/site/social/regionais/porto-alegre.php>>, Acesso em 24/11/2017.

Quando esse campo de trabalho é descrito, é geralmente de forma sucinta e positivada:

[...] a Extensão Rural propunha tecnologias mais ao nível da população atendida (plântio adequado, espaçamento correto, curva de nível, adubo orgânico etc.). Em termos de economia doméstica, as recomendações estão relacionadas à habitação, alimentação, vestuário etc. (CALLOU, 2006 p. 7).

[O crédito supervisionado, modalidade de efetivação das mudanças então projetadas] [...] era discutido com a família agrícola, mediada (muitas vezes, induzida) por uma dupla de extensionistas [...] um homem, voltado para a disseminação de técnicas de produção; e uma mulher, dedicada à economia doméstica e financiava a tecnificação da produção e reformas e *benefícios no domicílio rural* (construção de rede de esgoto, aquisição de filtros de água, reforma de cômodos do domicílio, aquisição de instrumentos de costura e conservação de alimentos) (HOTMAN; ABRAMOVAY; BERGAMASCO, 2007 p. 10-11, *grifo nosso*).

Para Pinheiro (2016, p. 4), nos estudos sobre extensão rural haveria uma “indiferenciação do trabalho, que aparece como universal”, uma vez que, neles, “o conflito capital versus trabalho não traz à baila” todas especificidades do “trabalho feminino em relação ao masculino”, tanto dentro dos serviços quanto junto aos assistidos. Não me parecia adequado repetir o equívoco de tratar isso de forma generalizada, senti que precisava analisar a relação entre essas esferas e, com maior dedicação, problematizar a área “social” e as representações que cercavam suas atividades, mesmo que isso envolvesse discutir algumas questões sensíveis à EMATER/RS-ASCAR e a outras agências que participam de sua história (ABCAR, EMBRAPA e etc.): o papel da mulher como promotora e assistida dos serviços de extensão rural. Nesse momento coloquei em dúvida o problema de pesquisa e os objetivos antes definidos. Me interessei em investigar esse espaço até então pouco explorado, em:

Questionar a polaridade universo masculino universo feminino e seus correlatos; por desconfiar de sua naturalidade; por revelar processos históricos de construção e, o que importa, o papel de instâncias diversas [...] (LOPES, 2012 p. 5).

Ao passo que aceitei o desafio de pôr em questão a área “social”, ainda hoje pouco explorada no caso da EMATER/RS-ASCAR, não poderia esquecer o polo homem/produção, uma vez que sua constituição enquanto campo foi paralela ao mulher/reprodução, como duas faces da mesma moeda. É justamente esse sistema de relações entre o “social” e o “técnico” que fundamentou os discursos que determinaram

as regras do jogo para extensão rural: quem deveria se ocupar de que (produção ou reprodução), segundo quais qualificações (formações como agronomia, veterinária, entre outras, ou magistério, economia doméstica), por quê (naturalização de características tidas como masculinas ou femininas), a partir de qual ponto de vista e com que autoridade.

Neste momento, o problema de pesquisa passou a ser:

- Que espaços a mulher e a área “social” ocuparam ao longo da história da EMATER/RS-ASCAR e através de que meios e práticas representacionais a diferença de gênero ganhou significado? Que implicações isso trouxe à Associação?

Para responder esses questionamentos defini como objetivo compreender e analisar os espaços ocupados pela mulher (extensionista e assistida) e pela área “social” ao longo da história da EMATER/RS-ASCAR, o que passa por estudar os meios pelos quais a diferença de gênero ganhou significado, suas metamorfoses e as possíveis implicações geradas à Associação. Nesse sentido, pode-se dizer que essa pesquisa consiste no esforço de compreensão e análise de marcadores sociais da diferença de gênero no âmbito do discurso do desenvolvimento a partir da história da EMATER/RS-ASCAR. Como esses marcadores são construções sociais, históricas e discursivas, creio que uma abordagem histórica e socioantropológica seja a mais adequada para o desafio em questão.

1.3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E EPISTEMOLÓGICAS

Ao passo que ia conversando com o Escritório Regional de Porto Alegre da EMATER/RS-ASCAR e os extensionistas de campo indicados por sua gerência, estreitei laços com os profissionais dedicados a manutenção da Biblioteca Bento Pires Dias, membros da Associação de Aposentados da ASCAR (ASAPAS) e Assistentes Técnicos Estaduais (ATE's), dando melhores contornos à pesquisa. Investi em uma abordagem qualitativa articulada em dois níveis metodológicos: por um lado, entrevistas com quinze colaboradores ativos e aposentados da EMATER/RS-ASCAR, utilizando como abordagem a proposição de tópicos para a discussão através de um roteiro pré-estruturado; e, por outro, análises discursivas de documentos, artigos e relatórios institucionais produzidos pela Associação e agências parceiras. Em outras palavras, me ocupei da análise de narrativas que partiam de percepções individuais de extensionistas

e de documentos que possibilitavam uma descrição mais geral (e grosseira) da Associação. Esse conjunto de narrativas e de documentos foi analisado a luz de diferentes referenciais, mobilizando as/os autoras/es e as perspectivas segundo as modelações que se fizeram necessárias. Para complementar as reflexões, ilustro os temas descritos com fotografias pertinentes ao tema de estudo e, com maior ênfase, o material divulgado online pela Biblioteca Bento Pires Dias e pelo sítio virtual da Associação na seção *Fotos institucionais*.

O primeiro passo dado foi a redação de um roteiro capaz de conduzir as entrevistas. A ideia era propor uma conversa livre com temas dirigidos, visando seguir os desvios tomados pelo pensamento dos interlocutores e, caso necessário, os reconduzir ao tema. O roteiro foi estruturado em quatro tópicos: história de vida e projetos pessoais; estrutura e funcionamento da EMATER/RS-ASCAR (tal como a divisão “social” e “técnico”, metas institucionais, impactos de mudanças de gestão e outros); possíveis desafios de novas diretrizes institucionais ou mesmo de políticas públicas; e projeções de futuro para a EMATER/RS-ASCAR e para si. Esses tópicos foram o ponto de partida das entrevistas, que, no entanto, ficaram mais interessantes com os assuntos que foram trazidos pelos interlocutores e nas contra sugestões que propus.

No total, entre março e julho de 2017 pude entrevistar duas aposentadas, sete extensionistas de Escritórios Municipais (EM's) da Regional de Porto Alegre e seis Assistentes Técnicos Estaduais (ATE's). Além disso, conversas informais com essas/es e outras/os interlocutores extrapolam essa quantidade e, por óbvio, também influenciam nas interpretações que fiz. Por estarem vinculados como celetistas junto à Associação e visando não inibir os sujeitos à constrangimentos por opiniões críticas emitidas, concordamos em manter a confidencialidade na identificação. Essa opção refletiu as solicitações de grande parte dos interlocutores para não serem reconhecidos, algo manifestado tanto em pedidos explícitos no início das conversas, quanto após opiniões mais polêmicas através de frases como: “mas isso deixa em off”, “se alguém perguntar, não diz que eu falei” e outras. Dessa forma, como alternativa, optei por utilizar numeração como referência aos sujeitos entrevistados. Contando com o devido consentimento e concordância, as entrevistas foram gravadas (somando 25 horas de áudio) e transcritas em paralelo (resultando em mais de 270 páginas usando a fonte Times New Roman em tamanho 12 com espaçamento simples e justificado). Material rico e diversificado.

Aliás, a diversidade foi a tônica das/os entrevistadas/os. Ao longo de nossas conversas percebi que eram muito diferentes em termos de gênero, idade, formação, posição/cargo, identificação (ou não) com a extensão e motivação de ingresso na EMATER/RS-ASCAR.

Entre os entrevistados constam 11 mulheres e 4 homens, e não em vão, as conversas com as mulheres foram mais ricas quanto a discussões sobre gênero e as diferenciações que guarda. Entretanto, isso não significa dizer que os homens entrevistados não tenham consciência crítica das dificuldades que as extensionistas passariam, já que inclusive as apontaram ao longo das conversas. Em termos de idade, a maioria de entrevistados possui entre 40 e 60 anos, variando entre 20 e 70. Para parte das/os entrevistadas/os, as diferenças de idade, período de ingresso e o tempo de experiência como extensionista acabam gerando conflitos/disputas entre parte do quadro funcional (Entrevistadas nº 3; 9; 11; Entrevistado nº 13, 2017), algo que outros preferem temporizar, sugerindo ser necessário equacionar a experiência dos cabelos brancos com o entusiasmo da juventude (Entrevistado nº 12, 2017). Se alguns deles ingressaram na Associação há poucos anos, entre quatro e cinco, outros tem vínculo desde a década de setenta ou noventa.

Dentre os interlocutores, o grau de formação e a respectiva área de conhecimento são diversos: treze possuíam graduação, dos quais três cursaram especialização, quatro mestrado e um doutorado. No caso de agentes vinculados ao campo “social” me deparei com formações em áreas como Psicopedagogia e Pedagogia, Letras, Turismo, Saúde Coletiva, Nutrição e etc., enquanto na área “técnica”, por sua vez, Técnico Agrícola e Florestal, Agronomia e Desenvolvimento Rural. Isso dá mostras da diversidade que há em termos de formação entre as/os funcionárias/os, que se nos primórdios era mais limitada, ganhou novas feições com os anos. No que tange ao cargo-posição das/dos interlocutoras/es, tive o prazer de entrevistar extensionistas rurais de Escritórios Municipais (EM’s) e Assistentes Técnicos Estaduais (ATE’s), incluindo a área “técnica” e “social”, sendo que grande parte transitou por outros cargos (como de gerentes adjuntos e supervisores) e setores (classificação vegetal e escritórios regionais), além de contar com experiências profissionais pregressas bem diversificadas.

Em termos de identificação com a extensão rural e motivação de ingresso na EMATER/RS-ASCAR, parte dos agentes tinham como projeto de vida trabalhar na extensão, o que se manifestou por diferentes motivos: se encantar com o tema na faculdade (Entrevistada nº 4, 2017), pela história de vida e pela identificação com

assuntos rurais (Entrevistados nº 5; 12, 2017), por admirar o trabalho prestado pela Associação na adolescência (Entrevistada nº 14, 2017), ou até por ser um “sonho de criança”, já que além de ter participado dos grupos de jovens que a Associação mantinha tinha admiração e boa relação para com técnicos que atendiam seu pai (Entrevistado nº 13, 2017).

Outras/os inicialmente não projetavam trabalhar na Associação. Três tinham como projeto de vida sair de sua cidade natal, algo que foi obtido na realização de concursos que apareciam próximo à cidade de Porto Alegre, incluindo a própria EMATER/RS-ASCAR (Entrevistadas nº 2; 3; 8, 2017). Duas profissionais se sentem diferentes da maioria dos extensionistas que teriam berço de origem no meio rural, afirmando que, mesmo assim, entraram na agência pôr a considerarem uma boa oportunidade (Entrevistadas nº 9; 10, 2017). Algumas não tinham planejado atuarem como extensionistas, mas, quando o fizeram, tiveram a convicção de que esse era o projeto de vida a ser seguido, algo que foi facilitado pela vinculação com o meio rural (Entrevistadas nº 11; 15, 2017). Outro extensionista ingressou por incentivo familiar (Entrevistado nº 7, 2017), enquanto duas profissionais optaram por ingressar após algumas décadas trabalhando como professoras, vendo no cargo de extensionista uma alternativa conveniente para seguir trabalhando com pessoas e educação, mesmo que informal (Entrevistadas nº 1; 6, 2017).

Para as análises, foram criados materiais específicos de cada entrevista, descrições que continham a trajetória pessoal/profissional e percepções destes com relação aos temas que propus ou que surgiram ao longo das entrevistas. Após esse momento, analisei cada narrativa e busquei cruzar questões que surgiam de forma sistemática, refletindo sobre alguns temas comuns e/ou contrastantes que foram levantados.

No que se refere à análise documental, os materiais consultados possuem duas fontes: a Biblioteca Bento Pires Dias, acessada através de visita e consulta ao acervo mantido entre fevereiro a abril de 2017, incluindo manuais, relatórios, revistas/artigos institucionais, propostas de projetos e programas da EMATER/RS-ASCAR, ABCAR, EMBRATER, Ministério da Agricultura e outros; e o sítio virtual institucional da Associação na página do *Portal de transparência*, onde estão abertos a consultas públicas os planos anuais de trabalho, relatórios institucionais anuais, relatórios de responsabilidade social e ações sociais, diretrizes para a ação extensionista, marcos referenciais, entre outros tipos de materiais. Ambos são devidamente descritos nas

referências da pesquisa, onde se juntam a legislação, artigos, teses e dissertações consultadas.

Analisar esses documentos passou por tomar seus discursos como objeto de reflexão. Partindo da leitura feita por Stuart Hall (2016) sobre o trabalho de Michel Foucault, vi nos discursos

[...] maneiras de se referir a um determinado tópico da prática ou sobre ele construir conhecimentos: um conjunto (ou constituição) de ideias, imagens e práticas que suscitam variedades no falar, formas de conhecimento e condutas relacionadas a um tema particular, atividade social ou lugar institucional na sociedade. Essas formações discursivas, como assim são conhecidas, definem o que é ou não adequado em nosso enunciado sobre um terminado tema ou área de atividade social, bem como em nossas práticas associadas a tal área ou tema. As formações discursivas definem ainda que tipo de conhecimento é considerado útil, relevante e “verdadeiro” em seu contexto; definem que gênero de indivíduos ou “sujeitos” personificam essas características. Assim, “discursiva” se tornou o termo geral utilizado para fazer referência a qualquer abordagem em que o sentido, a representação e a cultura são elementos considerados constitutivos (HALL, 2016 p. 26).

Analisando os discursos da EMATER/RS-ASCAR e outras agências busquei promover relações entre diferentes enunciados, ainda que suas lógicas escapem da consciência de seus autores ou associem percepções e temas que tratem de ordens distintas (econômica, técnica, social, política), me colocando de forma livre para descrever jogos de relações (FOUCAULT, 2008) que pudessem contribuir para problematizar o tema em discussão. Ainda que de forma não intencional a presente pesquisa faça frequente menção a Michel Foucault ou autores que dialoguem ou utilizem seus escritos como referencial epistemológico, como Jacques Donzelot (1980), Arturo Escobar (1999; 2007), Santiago Castro-Gómez (2007), Mona Domosh (2015) e Stuart Hall (2016), não tive a preocupação em aprofundar as abordagens utilizadas e, em especial, trabalhar em suas diferenças e/ou semelhanças teóricas. Ao longo das análises também mobilizei proposições de intelectuais como Maria de Fátima Lopes (1995; 2012), María Idoya Errazti Zabala (2005), Susan Moller Okin (2008) Gayatri Chakrabarty Spivak (2010), Corinna Unger (2010), Camila Pinheiro (2015; 2016) e outras/os.

Ciente da longa e complexa trajetória da EMATER/RS-ASCAR, desisti de qualquer pretensão em narrar uma história completa ou um relato geral de seus discursos; antes o contrário, optei por descrever partes desse tecido, recortes de uma totalidade maior e detalhada, repleta de textos, pessoas, dramas e acontecimentos.

Mesmo que isso envolva o risco de não atentar a questões talvez relevantes, creio que, seguindo o olhar de Gilbert Rist em sua obra *The history of development*,

[...] cada texto é visto como parte do “mosaico de desenvolvimento”, a variedade de formas e sombras que servem para trazer o “design” geral (em ambos os sentidos da palavra). Assim, se certos fragmentos foram deixados de lado, isso de modo algum nos impede de perceber o padrão geral (RIST, 2008 p. 5, tradução nossa).

Mas como bem sugere Neves (1998 p. 152), “as formas de objetivação e os instrumentos aplicados”⁶ no exercício da mediação são “tão diversos quanto são os contextos em que ele se faz necessário”. Isso deve ficar como importante ressalva metodológica: deve-se ter em mente que, quando cito os textos e passagens de documentos da Associação, não estou reduzindo eventos e posturas diferentes que coexistiam e até disputavam orientações diversos quanto ao tipo de trabalho a ser realizado. Todavia, não analisar as falas e tendências dificultaria a compreensão do discurso institucional e suas metamorfoses. De forma lenta e gradual pretendo ir acrescentando passagens das conversas que tive com as/os interlocutoras/es junto às referências documentais, ao passo que, quase na metade da dissertação, elas passam a sustentar grande parte das argumentações e me conduzem a tecer a história da EMATER/RS-ASCAR a partir de interpretações singulares. Fico na expectativa que isso não tenha gerado distorções. A análise das percepções individuais e dos documentos, organizadas e interpretadas a luz das referências citadas, consiste justamente no produto final da dissertação.

Antes de apresentar a estrutura desse estudo, me parece útil algumas notas quanto às terminologias utilizadas na pesquisa. É muito difícil discutir os termos “desenvolvimento”, “modernização”, “terceiro mundo”, “extensão rural” e conceitos subjacentes e suas inter-relações sem reproduzir seus pressupostos inerentes, já que carregarem bagagens ideológicas pesadas e difíceis de evitar (UNGER, 2010). Em especial no que tange à extensão rural, os problemas inerentes à semântica da palavra precisam ser citados. Para Paulo Freire ([1969] 1979), o termo se refere à ação de “estender” algo a alguém, onde um sujeito ativo estende/transmite um conteúdo, escolhido por quem estende, a um recipiente (sujeito detentor do saber o transfere ao

⁶ Creio que não seja necessário descrever de forma minuciosa os instrumentos metodológicos usados pela Associação, mas caso seja do interesse do leitor, dois documentos parecem centrais: Métodos e meios de comunicação em extensão rural: Glossário (EMATER/RS-ASCAR, 2009b) e o Guia Prático das ações sociais, que traz uma explicação didática das metodologias utilizadas pela Associação (EMATER/RS-ASCAR, 2014b p. 121-123).

objeto receptor). Segundo ele, isso conduz à invasão cultural, um processo anti-dialógico que envolve a objetificação do homem e a negação de sua agência na transformação do mundo e produção de conhecimento. Como sugere, se fosse um processo dialógico (uma das premissas pregadas pela massa crítica à extensão rural gerada a partir de 1980/1990), deveríamos falar em “comunicação”, onde sujeitos cognocentes se comunicam frente a um objeto cognoscível, um ato que implicaria em reciprocidade. Ao longo da pesquisa esses termos não serão marcados individualmente, mas devem ser lidos com suas múltiplas conotações em mente. A respeito do termo “extensão”, em especial, o utilizarei para fazer referência tanto a um tipo de abordagem relacional, portanto não necessariamente desigual e impositiva - mesmo que possa ser -, quanto ao complexo institucional que é orientado à prestação desse tipo de serviço, uso que será reconhecido com base no contexto e na forma de inserção do termo ao longo das descrições e análises realizadas.

Ressalva semelhante vale para o par sexo/gênero, bem problematizado pela literatura interessada (FAUSTO-STERLING, 2001/02; BUTLER, 2003). Um ponto de partida para pensar esse par é a pesquisa de Márcio Maltarolli Quidá, *Disjunção e transversalidade de gênero na Extensão Rural pioneira* (2017). Falando sobre os serviços de extensão rural do estado de Minas Gerais, ele sugere que o tipo de abordagem segmentada entre agricultura e economia doméstica promoveu a “institucionalização da disjunção de gênero através da separação dos papéis sexuais”, espécie de “marca incontestada da ação extensionista à época” (QUIDÁ, 2017 p. 5). A mudança desse paradigma dual a partir da pressão de movimentos sociais e a consolidação da PNATER em 2010 teriam conduzido a uma *transversalidade de gênero*. Nas análises históricas de Quidá, *sexo e gênero* aparecem como esferas separadas, fruto imediato do dualismo natureza e cultura que, ainda hoje, assombra a modernidade.

Quanto a isso, Anne Fausto-Sterling (2001/02) sugere que na década de 1970 cresceu a popularidade da ideia que sexo e gênero eram categorias separadas. Sexo passou a expressar atributos físicos que seriam anatômica e fisiologicamente determinados, enquanto gênero seria uma transformação psicológica do eu, espécie de convicção interior de que se é homem ou mulher e as expressões comportamentais que dela decorreriam. O uso da expressão identidade de gênero é tributário desse tipo de percepção. Acontece que, à época, as feministas acabaram não questionando o domínio do sexo físico no âmbito das discussões (FAUSTO-STERLING, 2001/02 p. 17), algo

que, segundo Fausto-Sterling, tenderia a limitar a análise feminista, já que ao separar natureza (corpo, biologia) da cultura (social, história) necessariamente excluiu a biologia (o corpo material) do pensamento feminista.

Segundo ela, Judith Butler é uma das pensadoras que reivindicou a análise do corpo material, sugerindo que, se existem hormônios, genes, úteros e outras partes e fisiologias dos corpos utilizadas para diferenciar o “macho” da “fêmea”, não deveríamos esquecer que as variações nesses aspectos afetariam a experiência individual de gênero e sexualidade. Seguindo a análise que Fausto-Sterling faz de Butler, pelas concepções ocidentais sobre matéria e materialidade corporal terem sido construídas com base em uma “matriz com gênero”, já que “matéria” deriva de “mater [mãe] e matrix [matriz], referindo-se ao útero e a problemas de reprodução”, tanto em grego como em latim a matéria não poderia ser entendida como um “quadro vazio à espera da aplicação de sentido exterior”, pois já contém em si noções de gênero e sexualidade (FAUSTO-STERLING, 2001/02 p. 62). Sexo e gênero, nesse sentido, já não parecem categorias tão estáveis. Mas se gênero foi formulado justamente para questionar uma resignação à biologia, e Fausto-Sterling (2001/02) e Butler (2003) estão nos propondo um olhar cauteloso sobre o par *sexo/gênero*, parece que estamos diante de outro conjunto de problemas:

Podemos referir-nos a um “dado” sexo ou um “dado” gênero, sem primeiro investigar como são dados o sexo e/ou gênero e por que meios? E o que é, afinal? o “sexo”? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal, e como deve a crítica feminista avaliar os discursos científicos que alegam estabelecer tais “fatos” para nós? [...]. Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma (BUTLER, 2003 p. 25).

Como resultado, parece arriscado definir gênero como interpretação cultural do sexo, já que o segundo também é fruto de um conjunto de discursos mediante o qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e entendido como “pré-discursivo, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura” (BUTLER, 2003 p. 23). As discordâncias sobre o par *sexo/gênero* nos conduzem para um terreno perigoso: sabendo que articular o sentido de uma palavra em um contexto onde há ambiguidade não é meramente descritivo, mas sim um ato político

(NICHOLSON, 2000), como, para fins dessa pesquisa, lidar com as categorias *mulher*, *mulheres*, *gênero*?

Pelo risco de remeter a uma categoria analítica estável ou um grupo com interesses e problemas semelhantes, o termo *mulheres* talvez seja o mais problemático. A ideia de um tipo de unidade universal e ahistórica entre as *mulheres* e/ou a crença quanto a sua subordinação generalizada no interior de uma estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal-masculina (BUTLER, 2003) tende a, como resultado, obscurecer diferenças em termos de raça/etnia, classe, religião e etc. (MOHANTY, 2008). Judith Butler (2003) nos alerta que a análise feminista precisa permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo, uma vez que o fato dessa “tática poder funcionar igualmente em contextos feministas e antifeministas sugere que o gesto colonizador não é primário ou irredutivelmente masculinista” (BUTLER, 2003 p. 33-34).

Nesse sentido, optei pelo uso dos termos *mulher* e *gênero*, consciente das limitações, mas reconhecendo seu poder analítico. Quando uso *gênero* não me refiro a um *atributo*, convicção interior de que se é homem ou mulher. Para minhas pretensões julguei ser mais produtivo entender gênero como um ponto relativo de convergência entre conjuntos de discursos, relações e ações performativas, culturais e historicamente situadas, que produzem e reproduzem significados que dão sentido às diferenças (BUTLER, 2003). Nesse sentido, *gênero* ganha utilidade como “instrumento de comparação”, recurso para entender o “modo” como as diferenças entre homem e mulher “entram em nossos cálculos” (STRATHERN, 1995 p. 304). Como busco analisar o modo pelo qual essas diferenças entram nos cálculos da extensão rural e, em especial, da EMATER/RS-ASCAR, o sentido proposto por Marilyn Strathern (1995) motivou o uso da expressão *esquema de gênero* para designar o dualismo *social/mulher* e *técnica/homem* e as representações que a sustentam.

No que tange à estrutura do estudo, além dessa introdução ele é composto por mais quatro capítulos. O capítulo 2 apresenta os princípios da área de trabalho dedicada à promoção de conhecimentos em economia doméstica nos serviços de extensão rural norte-americanos, sua difusão ao Brasil e as representações que cercavam essa área de conhecimentos e a figura da mulher no país à época. Após essa contextualização, o capítulo 3 se volta para a história da EMATER/RS-ASCAR, algo que persiste no capítulo 4. O terceiro trata dos argumentos que justificaram o *esquema de gênero* da Associação, o tipo de trabalho projetado às assistidas nos assuntos concernentes ao

campo “social” de acordo com o *esquema de gênero* e alguns dos dilemas que suas extensionistas se deparavam/deparam em sua atuação profissional, o que inclui levantamentos históricos de 1955 a 1990. O quarto, por sua vez, se ocupa de discutir o jogo entre questionamentos e metamorfoses associadas ao campo “social”, mais especialmente dos novos contornos que isso deu ao *esquema de gênero*, às condições profissionais de suas/seus extensionistas, aos assuntos concernentes ao campo de trabalho da área “social” e às representações e proposições voltadas à mulher rural assistida, análises que seguem de 1990 até 2017. No quinto e último capítulo, por fim, apresento algumas considerações sobre o processo de pesquisa, sistematizando as principais questões e propondo uma análise geral.

2 AMERICAN WAY OF LIFE, IN BRAZIL? DESENVOLVIMENTO, EXTENSÃO RURAL E ECONOMIA DOMÉSTICA

Figura 2 - At the time of the Louisville flood (1937) de Margaret Bourke-White



Fonte: <https://www.moma.org/collection/works/46797>, Acesso em 03/03/2018.

Na fotografia de Margaret Bourke-White o observador é convidado a pensar numa contradição: de um lado, uma placa publicitária da *National Association of Manufacturers* que apresentava uma contente família anglo-saxã passeando em seu automóvel, felicidade que se justificava por possuírem o *melhor padrão de vida do mundo*, já que *não há jeito melhor que o jeito americano*; e, de outro, parte da população negra de Louisville alinhada em fila para conseguir alimentos após a inundação que afetou Louisville, Kentucky e cidades no arredor em 1937. Entre a representação propagandista da vida americana e as dificuldades enfrentadas pela população negra, me questiono se realmente não havia um jeito melhor que o americano. No entanto, a potência de expressões utilizadas nessa propaganda pode ajudar em meus objetivos de pesquisa. Com o final da segunda guerra mundial expressões como essas deram significado à estratégia de demarcar as diferenças de qualidade de vida entre as populações dos blocos capitalista e socialista, “primeiro mundo” e “segundo mundo”. Na emergência do discurso do desenvolvimento isso transbordou para o “terceiro mundo”, e, especialmente para meus interesses, para o Brasil.

Diante dessa provocação e do objeto de estudos da dissertação, o presente capítulo se ocupa de explorar os princípios do serviço de extensão rural norte-americano e seu *esquema de gênero*, inspiração para o modelo brasileiro, e com maior ênfase analisar as representações que cercam a área de trabalho dedicada à promoção de conhecimentos em economia doméstica nos EUA e a leitura que as instituições brasileiras deram a esse campo de conhecimento na metade do século XX. Isso é organizado em duas seções. Na primeira apresento e analiso os princípios e justificativas para os projetos de economia doméstica propostos pelo *Cooperative Extension Work* norte-americano no início do século XX – dinâmica que retorna à questão racial e social levantada na foto de Margaret Bourke-White, mas agora sob o ângulo da extensão rural – e o processo de internacionalização do mesmo modelo organizado de forma dual ao Brasil a partir do discurso do desenvolvimento – a expressão máxima dessas premissas propagandísticas. Esse processo gerou não só o crescimento de instituições ocupadas de prestar serviços de extensão rural, mas de entidades voltadas à promoção de conhecimentos em economia doméstica no Brasil, primeiro referencial teórico-metodológico que fundamentou a área “social” das associações brasileiras de crédito e assistência rural entre as décadas de 1940 e 1980. A partir desse cenário, num segundo momento analiso documentos, livros e artigos associados à economia doméstica no Brasil, envolvendo ou não diretamente a extensão rural, e problematizo as representações que cercavam essa área de conhecimentos e a figura da mulher à época. Isso ajudará a entender o quadro mais geral sobre a mulher e seu lugar para a sociedade e o desenvolvimento, abrindo caminho para abordar o caso específico da EMATER/RS-ASCAR.

2.1 DAS ORIGENS DO TRABALHO DE EXTENSÃO RURAL EM ECONOMIA DOMÉSTICA A SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Eram anos difíceis para os Estados Unidos da América. Com a eleição de Abraham Lincoln como presidente em 1861, a rejeição da Carolina do Sul, depois seguida por outros estados do Sul como Geórgia, Alabama, Flórida, Mississippi, Louisiana e Texas, levou esses estados a romperem laços com a União e fundarem os Estados Confederados da América. Iniciava a guerra da secessão norte-americana (1861-1865) que deixou mais de 600 mil mortos e 400 mil feridos (MARTIN, 2006). No período, algumas leis importantes para o surgimento dos serviços de extensão rural

semelhante à forma que conhecemos hoje foram aprovadas, dentre as quais está o *Homestead Act*, estimulando a ocupação das terras ao Oeste; o *Morrill Land-Grant College Act*, que envolvia a concessão de terras visando a criação de instituições dedicadas a pesquisa e ensino; e a lei que fundou o *United States Department of Agriculture* (USDA) (SILVA; OLIVEIRA, 2010). A vitória dos estados do Norte representou também o triunfo de um modelo específico de vida e produção mais moderno.

Segundo Ana Lúcia Valente (2005), como resposta ao cenário pós-guerra de secessão teriam crescido os interesses em aumentar a produtividade através da incorporação tecnológica como forma de atender aos desafios do desenvolvimento industrial. Para isso, foi proposto um tipo de aparato voltado a mediação entre produtores, centros de pesquisa, universidades e agências do governo com a prerrogativa de “difundir conhecimentos e técnicas” e um “melhor nível de informação”, buscando promover “mudanças de hábitos/atitudes” e “desenvolver habilidades” (VALENTE, 2005 p. 230). Não tenho a intenção de retomar todo o longo percurso histórico e as condições de emergência das instituições de extensão rural norte-americanas; ao invés disso, me interesso em compreender o *esquema de gênero* que deles são derivados e a atuação do campo de trabalho de economia doméstica do *Cooperative Extension Work* mantido pelo USDA, com a qual é possível estabelecer conexões com a extensão rural no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul muitas décadas depois.

Em um livro consultado na Biblioteca da EMATER/RS-ASCAR, intitulado *Cooperative Extension Work* (1955) e organizado por dois importantes agentes dos serviços da extensão rural norte-americanos, Lincoln David Kelsey, professor do Extension Service, New York State College of Agriculture da Cornell University, e Cannon Chiles Hearn, responsável pela Division of Field Studies and Training, Extension Service da USDA, tive a oportunidade de conhecer a lógica por trás da abordagem dual entre os campos de “economia doméstica” e “agricultura”. Como a citação a seguir sugere, as ocupações de cunho reprodutivo acabaram associadas à figura da mulher rural, enquanto as de ordem produtiva, ao homem:

Os campos de trabalho básicos são *agricultura* e *economia doméstica*, nos quais homens, mulheres, meninos e meninas participam. Existem divisões ou tipos de trabalho que atravessam os dois campos. [...] O agente de agricultura está preocupado com os negócios agrícolas e frequentemente trabalha em problemas de produção e comercialização com grupos de produtores e

indivíduos. As agentes de demonstração doméstica distinguem seu trabalho pelo treinamento e uso de um grande número de líderes locais para levar assuntos e habilidades de volta para as donas de casa. Elas também demonstraram capacidade de lidar com problemas comunitários e públicos (KELSEY; HEARN, 1955 p. 49, tradução nossa).

Como anunciado na introdução do estudo, minha atenção se volta ao campo “social”, e buscando entender o *home economics*, sigo Mona Domosh no artigo *Practising Development at Home: Race, Gender, and the ‘Development’ of the American South* (2015). Ela nos conduz ao final do século XIX e início do XX e problematiza ocupações pensadas para a mulher rural através da análise do *Home demonstration work* (HDW), um componente do *Cooperative Extension Work* promovido pelo USDA à época e um dos primeiros programas sancionado pelo governo norte-americano em escala nacional visando o lar como espaço estratégico para modernização. Mas por que falar do que passava nos EUA nessa época? Se até o momento o país não era hegemônico do ponto de vista militar e econômico, já na metade do século XX virão a ser, e é justamente da nova postura que os EUA assumiram ante ao “terceiro mundo” e à ameaça comunista que o processo de internacionalização da extensão em agricultura e em economia doméstica parece tributário.

O HDW teve como base dois programas progressos que atuaram no espaço doméstico. Segundo Domosh (2015), a primeira das inspirações foi *The Bureau of Indian Affairs “field matrons”*, onde, entre 1890 a 1938, mulheres brancas de classe média foram enviadas para viver nas reservas indígenas do Oeste americano para “civilizar” as mulheres nativas americanas através da introdução de normas anglo-americanas de feminilidade (DOMOSH, 2015 p. 918). A partir desse programa, as mulheres indígenas deveriam renunciar a suas vidas passadas como promotoras de ocupações econômicas e produtivas para se tornarem donas de casa vitorianas. A segunda inspiração, por sua vez, foi o *Settlement House*, criado em Londres no século XIX com o objetivo de reduzir disputas e diferenças de ordem socioeconômica entre classes por meio de processos educativos em centros ou casas comunitárias. Esse projeto foi adequado por Jane Addams na *Hull House* em Chicago visando a resolução do crescente problema de assimilação de novos imigrantes para a vida americana, atuando com mulheres e crianças com vistas a, através de aulas sobre habilidades como cozinhar, limpar, vestimentas adequadas, atividades esportivas e recreativas, as

adequarem aos padrões de “americanos de classe média” brancos (DOMOSH, 2015 p. 919).

O HDW mantido pela USDA compartilhou a suposição primária desses dois programas: trabalhar com as mulheres seria um meio para transformar os sujeitos que se pensava não fazerem parte dos Estados Unidos de classe média, algo possível através de sua modernização, tornando mais científico o doméstico e tudo que o acompanhava: a preparação de alimentos, saneamento e saúde, a produção de têxteis e vestuário e a manutenção do domicílio. No caso do HDW, isso se deu especialmente na região sul do país, opção não arbitrária. Quase cinquenta anos depois da guerra de secessão essa geografia imaginária era vista como “subdesenvolvida” e, dessa forma, seu povo e paisagens precisariam de mais assistência e atenção por parte dos serviços da USDA. Em consonância com as leis de Jim Crow, as atividades do HDW foram segregadas racialmente:

No Sul, o ano de 1913 geralmente marca o início do trabalho de extensão com donas de casa adultas, tanto negras quanto brancas (KELSEY e HEARN, 1955 p. 25, tradução nossa).

As atividades eram realizadas por agentes de demonstração em economia doméstica, brancas e negras. As agentes brancas, além de atuar junto às mulheres assistidas brancas, precisavam supervisionar as agentes de demonstração negras, responsáveis por atuar com as mulheres assistidas também negras. O conteúdo e a finalidade do trabalho também divergiam, e, dessa forma, “modernizar” ganhou sentidos diversos.

Modernizar para as assistidas brancas equivalia à busca pelo aumento da eficiência na realização das atividades domésticas, o que passava por seguir dicas e instruções em produção de alimentos, trabalho com têxteis e administração do lar realizados pelas agentes de demonstração e pela incorporação de utensílios domésticos “modernos”, absorvendo os produtos da crescente indústria de bens de consumo (DOMOSH, 2015). No que tange ao trabalho com mulheres negras, a pesquisa de Domosh (2015) sobre as agentes de demonstração no Sul dos Estados Unidos, no Alabama, Arkansas e Mississippi nas três primeiras décadas do século XX, revelou diferenças de abordagem, que consistia em intervenções voltadas a regular a população e controlar doenças, algo expresso em um discurso de moralidade e salubridade. Para ela, as demonstrações domésticas junto às assistidas negras tornaram-se espaços onde

mulheres brancas acabaram sendo destinadas a retransmitir às mulheres negras os “marcadores da modernidade” e da “civilização” que seriam constitutivos do “papel normalizado da feminilidade branca”, o que envolvia manter a saúde e a moral das famílias rurais (DOMOSH, 2015 p. 922).

Mas a justificativa para essas atividades estaria associada ao receio de outro fenômeno: o declínio da força de trabalho pelos processos migratórios em curso nos EUA, movimento de agricultores negros da região rural do Sul para cidades do Norte, e especialmente o impacto negativo que isso causaria em termos de produção e riqueza desses estados. A racionalidade em jogo seria simples: a partir do trabalho da extensão rural, tenderia a haver, por conseguinte, uma melhora nas condições de vida dos assistidos, de forma a “reter” as populações negras como força de trabalho no Sul dos Estados Unidos da América, agora com “novos hábitos” (DOMOSH, 2015). Ao invés de intervir com procedimentos disciplinares de ordem punitiva, a ideia era ensinar técnicas e conhecimentos ligados a gestão da saúde, higiene, alimentação, e isso na medida em que elas se relacionam com preocupações políticas e econômicas. Através de questões de ordem biopolítica, Domosh (2015) demonstra como processos de racialização interceptaram gênero em intervenções estatais.

Figura 3 - Atividades de economia doméstica junto às assistidas negras, ensinando como tratar e acondicionar frutas e vegetais no Alabama



Fonte: DOMOSH (2016, p. 924)

A inspiração de Mona Domosh está nos estudos de Michel Foucault (1999 [1976]). No livro *Em defesa da sociedade*, curso por ele ministrado no Collège de France entre os anos de 1975 e 1976, em especial na aula de 17 de março de 1976, Foucault (1999 [1976]) argumenta a respeito da tecnologia de poder que viabilizou a percepção de Domosh (2015). Em suas análises, no final do século XVIII, a arte de governar passara por transformações em relação à dinâmica das sociedades medievais europeias. A autoridade do soberano não se daria exclusivamente em resposta de sua legitimidade de “fazer morrer e deixar viver”, mas sim por sua capacidade de estimular e produzir a vida, “fazer viver e deixar morrer”, o que refletiu interesses em possibilitar as “condiciones sociales para que los cuerpos” pudessem se converter “en herramientas de trabajo al servicio del reino” (CASTRO-GÓMEZ, 2007 p. 156). As tecnologias de poder utilizadas para tal fim, Foucault (1999[1976]) chamou de *biopoder*. Para Santiago Castro-Gómez, esse conceito faz menção a

[...] una tecnología de gobierno que intenta regular procesos vitales de la población tales como natalidad, fecundidad, longevidad, enfermedad, mortalidad, y que procura optimizar unas condiciones (sanitarias, económicas, urbanas, laborales, familiares, policiales, etc.) que permitan a las personas tener una vida productiva al servicio del capital (CASTRO-GÓMEZ, 2007 p. 156).

É basicamente disso que se tratava o HWD no Sul norte-americano. Entretanto, o HWD ganha outra dimensão ao fim da segunda guerra a partir do protagonismo norte-americano frente ao “terceiro mundo”. Na verdade, Domosh (2015) sugere haver uma íntima relação entre os serviços prestados na região Sul dos EUA e a sua internacionalização a partir da emergência do discurso do desenvolvimento e as políticas de cooperação para a promoção da modernização dos países “subdesenvolvidos”. Segundo ela, o desenvolvimento internacional precisaria ser compreendido como uma forma de colonialismo, gestado e difundido aos países “subdesenvolvidos” para lidar com o problema de

[...] como estabelecer algum tipo de controle sobre povos “estrangeiros” de diferentes “raças” que eram ameaças potenciais para o governo geopolítico americano e, na esperança de moldar essas populações em produtores e consumidores “melhores”, o governo dos EUA aproveitou suas experiências com a HDW no Sul norte-americano para realizar o “trabalho em casa” no exterior (DOMOSH, 2015 p. 935-937, tradução nossa).

No curso desse estudo pretendo demonstrar que o tipo de trabalho mantido inicialmente no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul na área “social”, uma

responsabilidade de agentes de extensão em economia doméstica, operava em uma racionalidade semelhante ao trabalho feito no Sul dos Estados Unidos da América, mesmo que não diferenciado por motivos raciais segundo minhas análises. Por serem classificados como “subdesenvolvidos” e de “terceiro mundo”, o imaginário norte-americano se articulou com as desqualificações inerentes à suposta pobreza e ignorância latino-americana. Neste cenário, veremos que, segundo discursos da ASCAR, se o subdesenvolvimento reside na ignorância, seria a missão do extensionismo atuar visando transformações na forma de produzir e viver através de sua adequação a parâmetros modernos. Mas para chegarmos aí precisamos entender a força do discurso do desenvolvimento e o espaço que os serviços de assistência técnica e extensão rural ocupavam.

Se a narrativa do desenvolvimento como um amplo ideário discursivo e programático teve suas raízes em processos históricos ligadas à modernidade e ao capitalismo, se estruturando de forma sistêmica no momento pós-Segunda Guerra Mundial, como sugere Escobar (2007), isso se deu através da construção de certas condições dos continentes Africano, Asiático e Latino-americano como “pobres”, “ignorantes”, “de terceiro mundo” e outros adjetivos pejorativos – uma formação discursiva herdeira da “genealogia de concepções ocidentais” sobre essas partes do mundo (ESCOBAR, 2007 p. 25), que para Ferguson (2005) tratar-se-ia de uma reciclagem de concepções, termos e conotações evolucionistas do século XIX, agora adequadas ao espírito dos novos tempos – e da estruturação progressiva de um emaranhado institucional que vai desde as instituições de Bretton Woods a outras organizações internacionais e nacionais de planejamento para o desenvolvimento, das quais instituições orientadas a prestação de serviços ligados à assistência técnica e extensão rural eram parte da engrenagem. A força desse discurso se manifesta na vitalidade com que, a partir da metade do século XX até os dias de hoje, continua fomentando desejo e sonhos, dos mais variados tipos e, até mesmo, com objetivos contraditórios.

O discurso de Harry Truman ao tomar posse do segundo mandato como presidente dos Estados Unidos da América no ano de 1949 é um belo marcador do começo desse processo. Os aspectos-chaves desse discurso, sobretudo seu ponto IV, seriam a tecnologia moderna e o capital, mesmo que, para os meus interesses, tenha dependido muito mais de assistência técnica que de capital, haja vista trazer “el progreso a un precio mucho menor” (ESCOBAR, 2007 p. 73). Relativo à história

brasileira, parece um consenso na literatura nacional que a origem dos serviços de extensão rural no país está associada ao modelo difundido pelos EUA após a segunda guerra mundial junto ao discurso do desenvolvimento⁷ (CAPORAL, 1991; 2009; BERGAMASCO, 1992; RODRIGUES, 1997; MENDONÇA, 2010a; 2010b; MOURÃO, 2002; OLIVEIRA, 2013; PINHEIRO, 2016), refletindo uma postura imperialista com o “terceiro mundo” (CAPORAL, 1991 p. 30; 2009 p. 66-67; MENDONÇA, 2010a, p. 145; 2010b, p. 191; PINHEIRO, 2015, p. 32). Tal como sugerem Kelsey e Hearn (1955), na difusão desses serviços de extensão ao mundo deveriam ser mantidos os princípios que lhe deram origem, mesmo que, caso necessário, fossem feitos os ajustes ou as variações mais adequadas segundo as exigências:

Líderes em educação e extensão em Agricultura e Economia Doméstica em todo mundo concluíram que os princípios e técnicas fundamentais na educação pela extensão são aplicáveis a qualquer país, comunidade, localidade ou aldeia. Ajustes ou variações na seleção e uso de métodos e técnicas devem ser feitos para atender às condições e situações existentes. Os princípios permanecem os mesmos. Essas conclusões foram expressas em reuniões de líderes familiarizados com a extensão em várias regiões do mundo [...] [incluindo o Brasil, citado entre outros países] (KELSEY; HEARN, 1955 p. 387, tradução nossa).

Os serviços de extensão rural norte-americanos foram difundidos como pacote. Segundo Caporal (1991), os patrocinadores da extensão brasileira e latino-americana são divididos em três grupos: o governo norte-americano, através de instituições como o Instituto Interamericano para Assuntos da América (IIAA) e o Escritório Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos (ETA); associações ou entidades filantrópicas, como a Fundações Ford e Rockefeller, e em especial, a American International Association (AIA), ligada à segunda; e, organizações internacionais e multilaterais voltadas à promoção do desenvolvimento, como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e etc. Com interesses e graus de envolvimento distintos, destaco a AIA, que apoiou a criação da primeira associação ocupada de extensão rural no Brasil, e o ETA, incentivador de experiências nacionais e fundamental na história da ASCAR, como veremos no próximo capítulo.

⁷ Segundo Peixoto (2008), o estudo da legislação brasileira sugere que atribuições legais de ações de extensão rural remontariam ao século XIX, ainda que de forma pouco sistematizada. No entanto, é no pós-guerra que seus serviços foram institucionalizados.

Após uma experiência piloto em São Paulo, a AIA foi parceira da primeira instituição brasileira de extensão rural em 1948, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Minas Gerais (ACAR-MG) (BERGAMASCO, 1992; CAPORAL et al, 2009). Na interpretação de Hotman, Abramovay e Bergamasco (2007, p. 10), o objetivo da ACAR era “desenvolver” a família rural, atuando na “promoção agrícola” e na “organização da economia doméstica” através da “disseminação de técnicas modernas de produção e administração”. O *esquema de gênero* do *Cooperative Extension Work* passava a ser reproduzido na experiência brasileira. Fazendo jus ao nome dessa Associação que surgiu à época, o principal instrumento de trabalho era o crédito supervisionado⁸, meio para financiar essas mudanças em termos de tecnificação da produção e de transformação em hábitos domésticos.

O ETA, por sua vez, sediado no Rio de Janeiro entre os anos de 1953 e 1964, esteve “duplamente subordinado” aos interesses do Ministério da Agricultura do Brasil e do *Foreign Office* dos Estados Unidos da América (MENDONÇA, 2010a p. 140). Em 1955 o ETA já teria assinado 58 convênios com 80 entidades públicas e privadas, dentre elas onze departamentos do Ministério da Agricultura, metade das Secretarias de Agricultura estaduais e doze Associações de Crédito e Assistência Rural, tendo como missão “contribuir para o avanço econômico dos países subdesenvolvidos” através da canalização de “ajuda técnica e financeira prestada pelo Ponto IV” (MENDONÇA, 2010c p. 9-11). As concepções disseminadas pelo ETA se encarregaram de difundir um modelo de desenvolvimento que logo se adequou aos interesses dos grupos dominantes agroindustriais brasileiros, coparticipes da opção pelo deslocamento do foco dos conflitos de classe para o âmbito da dicotomia entre arcaicos *versus* modernos com o intuito de minimizar conflitos sociais que emergiam na forma de movimentos sociais à época (MENDONÇA, 2010c).

Na década de 1950 há o surgimento de novas associações estaduais e regionais, como a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), primeiro em Ceará, Pernambuco e Bahia em 1954, depois em Rio Grande do Norte e Paraíba em 1955, mesmo ano de fundação da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

⁸Como lembra Peixoto (2008 p. 18-19), essa forma de crédito seria “inovação” do modelo brasileiro, uma vez que nos Estados Unidos da América os produtores rurais já estariam habituados a relacionar-se com os bancos e obter empréstimos. Sua utilização no Brasil parece mostrar que, mesmo com base nos princípios norte-americanos, a experiência e a institucionalização da extensão no Brasil passou por remodelações que fossem adequar o tipo de trabalho a alguns interesses nacionais. Para conhecer as diferentes modalidades de crédito rural disponibilizadas e suas finalidades, consultar Peixoto (2008 p. 74).

(ASCAR), detalhada no próximo capítulo, e um ano depois a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC). Com o crescimento de agências semelhantes, “a ideia de uniformização e coordenação do sistema toma corpo”, considerando que centralizar seria uma alternativa para evitar que as associações fugissem dos princípios iniciais que deveriam “reger o trabalho da extensão” (BERGAMASCO, 1992 p. 356). Até o momento as ACAR’s tinham um ar de “informalidade” e eram mantidas com “relativa autonomia em relação ao Estado” (LOHN, 2008 p. 11). Considerando esse cenário à época, Rodrigues (1997 p. 121) acreditava que:

[...] o governo deixava o serviço de extensão rural à vontade para desempenhar as suas atividades no meio rural de acordo com os princípios que lhe deram origem, à imagem e semelhança da experiência norte-americana.

Com o intuito de centralizar esses serviços, em 1956 foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) (BERGAMASCO, 1992). A apresentação da encarregada do setor de extensão em Economia Doméstica do ETA no Brasil no ano de 1961, Elza Cãnfora, no Encontro de Economia Doméstica realizado no Rio de Janeiro, nos revela que, até a criação da ABCAR, a responsabilidade de coordenação nacional era exercida pelo ETA, que a partir daí gradualmente reduz:

Daquela data em diante a responsabilidade direta por parte do ETA cessou, passando este, apenas, a manter sua colaboração através de assistência técnica e financeira, não só aos serviços sediados nos estados como também à nova Associação. A colaboração à ABCAR, no setor de economia doméstica, foi bastante intensa, até maio deste ano, quando esta Associação organizou o seu setor especializado neste campo [...] (BRASIL, 1961 p. 84).

Na verdade, 1961 é justamente o ano que parece marcar o afastamento de organizações como a AIA e o ETA dos aparatos de extensão rural no Brasil. Na interpretação de Lohn (2008), nesse momento cresce a intervenção estatal sobre esses serviços que passavam a depender em grande medida de recursos públicos, o que significava dizer que haveria maior comprometimento político da ABCAR com a política e os programas agrícolas do Governo Federal. Isso fica nítido com o Plano Quinquenal da entidade de 1961 a 1965 (LOHN, 2008). A distribuição dos recursos e as diretrizes ao trabalho passavam a ser definidas pela ABCAR, escolhida pela legislação como coordenadora do Sistema de Extensão e Crédito Supervisionado no Brasil e a responsável pelas prerrogativas a serem executadas pelas associações estaduais, que

agora eram “reconhecidas como órgãos de cooperação com o Governo Federal”, “para o que manterão estreito entrosamento com os programas oficiais de crédito, fomento e assistência ao meio rural”, tendo como objetivo imprimir “unidade de ação às atividades comuns” (BRASIL, 1961b). Até 1974 outras ACAR's surgiram no Brasil, em estados como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Acre, Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Roraima. Embora autônomas, todas ACAR's precisavam, em teoria, se “subordinar” aos “princípios gerais” e aos objetivos projetados pela ABCAR (CAPORAL, 1991 p. 38), o que passava por manter o *esquema de gênero* e o tipo de abordagem até então consagrada.

Dada a divisão do trabalho, a demanda por profissionais com formação em economia doméstica acabou influenciando na institucionalização deste campo de conhecimentos, tudo com o objetivo de fornecer formação e treinamento para as extensionistas que atuavam nos serviços que eram criados (PINHEIRO, 2016). Na interpretação de Lopes (2012 p. 3), à época no Brasil se fortalecia esse campo disciplinar que, considerando sua origem, se definiu como uma “ciência de e para mulheres”,

[...] que permanece feminino em toda sua trajetória. Trata-se de um campo que se constrói para ser estudado por mulheres, dando tratamento científico aos conhecimentos empíricos de donas-de-casa, que se divide em áreas de conhecimentos para dar conta do universo doméstico.

Isso caminhava lado a lado com o pensamento para a mulher no sistema educacional brasileiro. Em 1909 havia cursos de Economia Doméstica no ensino técnico-profissional, regulamentado pelo então Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio (OLIVEIRA, 2006 p. 80). Na época de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde entre 1934 e 1945, no Plano Nacional de Educação de 1937 foi proposta a existência de um ensino doméstico reservado a meninas de 12 a 18 anos. Tratava-se de um ensino *feminino* que tinha dois objetivos: preparar a mulher pensando em sua atuação doméstica e formar professoras através da Escola Normal Doméstica (OLIVEIRA, 2006). Com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 foi incluído o ensino de economia doméstica em todas as séries dos cursos ginásial, clássico e científico. Os pressupostos que estavam em questão parecem nítidos no discurso de Gustavo Capanema em uma conferência proferida em 2 de dezembro de 1937:

Os poderes públicos devem ter em mira que a educação, tendo por finalidade preparar o indivíduo para a vida moral, política e econômica da nação, precisa considerar diversamente o homem e a mulher. Cumpre reconhecer que no mundo moderno um e outro são chamados à mesma quantidade de esforço pela obra comum, pois a mulher mostrou-se capaz de tarefas as mais difíceis e penosas outrora retiradas de sua participação. A educação a ser dada aos dois há, porém, de diferir na medida em que diferem os destinos que a Providência lhes deu. Assim, se o homem deve ser preparado com t \hat{e} mpera de teor militar para os neg \acute{o} cios e as lutas, a educa \acute{c} o \tilde{a} o feminina ter \acute{a} outra finalidade que \acute{e} o preparo para a vida do lar. A fam \acute{i} lia constitu \acute{i} da pelo casamento indissol \acute{u} vel \acute{e} a base de nossa organiza \acute{c} o \tilde{a} o social e por isto colocada sob a prote \tilde{c} o \tilde{a} o especial do Estado⁹. Ora, \acute{e} a mulher que funda e conserva a fam \acute{i} lia, como \acute{e} tamb \acute{e} m por suas m \acute{a} os que a fam \acute{i} lia se destr \acute{o} i. Ao Estado, pois, compete, na educa \acute{c} o \tilde{a} o que lhe ministra prepar \acute{a} -la conscientemente para esta grave miss \tilde{a} o (CAPANEMA, 1937¹⁰ apud SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, grifo nosso).

Para o Estado Novo seria preciso considerar de forma diferente o homem e a mulher. A educa \tilde{c} o \tilde{a} o que ambos receberiam deveria fazer jus aos destinos que a *provid \tilde{e} ncia* lhes deu: o homem ocupado de quest \tilde{e} o \tilde{e} s militares e produtivas, e a mulher voltada a vida do lar. A fam \acute{i} lia, tida como a base da organiza \tilde{c} o \tilde{a} o social, era colocada sob prote \tilde{c} o \tilde{a} o do Estado, e tendo em vista que \acute{e} a mulher que deveria conservar a fam \acute{i} lia (f \acute{i} sica e moralmente), ela precisaria ser educada para o devido cumprimento de sua *miss \tilde{a} o*. Segundo Ferreira (2015), inicialmente o modelo franc \acute{e} s teria dado suporte \grave{a} experi \tilde{e} ncia brasileira de educa \tilde{c} o \tilde{a} o da mulher, no entanto, perdera espa \tilde{c} o com o aumento dos acordos de coopera \tilde{c} o \tilde{a} o t \acute{e} cnic \acute{a} e do apoio financeiro dos Estados Unidos da Am \acute{e} rica.

O primeiro curso de gradua \tilde{c} o \tilde{a} o em Economia Dom \acute{e} stica no Brasil surgiu em 1952, quando implantada a Escola Superior de Ci \acute{e} ncias Dom \acute{e} sticas (ESCD) da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), atualmente Universidade Federal de Vi \acute{o} sa (UFV). Segundo a UFV, o curso teria sido criado a partir de um conv \tilde{e} nio firmado entre as universidades de Vi \acute{o} sa e Purdue, dos Estados Unidos, buscando “formar profissionais” capazes de “trabalhar no emergente programa de extens \tilde{a} o rural” (UFV, 2017). Segundo a interpreta \tilde{c} o \tilde{a} o de Lopes (2012 p. 6-7), a

⁹ \acute{E} pertinente lembrar que legisla \tilde{c} o \tilde{a} o vigente entre 1916 e 1962 sustentava a submiss \tilde{a} o da mulher no Brasil. A partir do ano de 1916, como consta no Cap \acute{i} tulo 1 do “C \acute{o} digo civil dos Estados Unidos do Brasil”, “Das pessoas naturais”, via-se como “absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil” todos os menores de dezesseis anos, “os loucos de todo o g \acute{e} nero”, “os surdos-mudos que n \tilde{a} o puderem exprimir a sua vontade” e os “ausentes” (se declarados por ato do juiz) e, “relativamente a certos atos [...], ou \grave{a} maneira de os exercer”, todos os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos, “as mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal”, os considerados “pr \acute{o} digos” e os “silv \acute{i} colas” (BRASIL, 1916). Somente a partir da reda \tilde{c} o \tilde{a} o proposta pela Lei n $^{\circ}$ 4.121, de 1962, popularmente denominada de “Estatuto civil da mulher casada” (PINHEIRO, 2016), isso foi questionado.

¹⁰ Gustavo Capanema. **Confer \tilde{e} ncia proferida por ocasi \tilde{a} o do centen $\acute{a$ rio do Col \acute{e} gio Pedro II**, 2 de dezembro de 1937. GC/Capanema, Gustavo, 02.12.37, s \acute{e} rie pi.

implementação da ESCD seria um exemplo de como a “institucionalização do conhecimento” reflete não apenas um “desejo pessoal de um indivíduo” ou de um coletivo específico, mas uma “conjugação de esforços que conciliem interesses políticos, acadêmicos e institucionais”. Na visão dela seria partilhada a ideia de disseminar novos valores através de sistemas educacionais (LOPES, 2012), sejam formais, caso da ESCD e outras que a sucederam, ou informais, como serviços de extensão rural.

A gradual expansão dos aparatos institucionais e dos recursos orientados a promover conhecimentos em economia doméstica no Brasil mostra bem o caráter produtivo do poder, como apontou Michel Foucault, haja vista que gera novos discursos, novos tipos de conhecimento (economia doméstica, puericultura e etc.), novos objetos de conhecimento (a mulher e o trabalho doméstico), forma novas práticas (metodologias e formas de fazer os serviços de extensão em temas como administração do lar, saúde e alimentação) e instituições/pastas (como as áreas de economia doméstica em associações de extensão rural, os departamentos das Universidades que passariam a lecionar esses temas, tal como a UREMG, e etc.). Havia um universo por trás da opção pelo lar e pela mulher, o que compreende tipos de objetos de conhecimento, metodologias, instituições, juízos e representações.

2.2 DESENVOLVIMENTO E ECONOMIA DOMÉSTICA NO BRASIL: EM NOME DA SOCIEDADE DE AMANHÃ

[...] a mulher tem sempre a mesma poesia: a de trabalhar para ser agradável, útil, boa, para satisfazer uma necessidade moral e integral do esposo e da família, revelando-se amorosa e digna do doce e pesado encargo que a sociedade lhe destinou [...] (Júlia Lopes de Almeida, *Livro das noivas*, “A poesia da vida”¹¹ apud SERRANO, 1958 p. 25).

Essa passagem foi retirada do livro *Noções de economia doméstica* escrito por Isabel de Almeida Serrano (1958) e consultado na biblioteca da EMATER/RS-ASCAR. O campo de conhecimentos da economia doméstica foi o primeiro referencial teórico-metodológico da área “social” das novas associações de crédito e assistência rural que surgiam no Brasil, mas além de articular questões teóricas e práticas ligadas a atividades de ordem reprodutiva, também produziu e reproduziu representações sobre a mulher. Quanto a isso, me parece adequado submeter os discursos de instituições que

¹¹ ALMEIDA, Júlia Lopes. *Livro das noivas*. 2ªed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1905.

promoviam essa área de conhecimentos no Brasil, ligadas ou não à extensão rural, a análises mais detalhadas, o que pode inclusive nos revelar o sentido imperial que o desenvolvimento carregava (ou carrega?) quando fala sobre a mulher.

Para tal, minha análise parte de duas fontes distintas, citadas em ordem de importância: os painéis do Encontro de Economia Doméstica realizado no Rio de Janeiro no ano de 1961 (BRASIL, 1961) e o livro *Noções de economia doméstica* de Isabel de Almeida Serrano (1958), que, como um carimbo na contracapa sugere, pertencia ao ETA – Projeto 11 – ASCAR, departamento de Extensão Rural e divisão de Economia Doméstica. Mas o que deveríamos entender como conhecimentos em economia doméstica? Para fins dessa pesquisa, a resposta passa por explorar as descrições elaboradas por Ana Carla Menezes de Oliveira (2006 p. 78-81) e Isabel de Almeida Serrano (1958 p. 24), que, mesmo separadas por quase cinquenta anos, nos remetem a uma imagem geral:

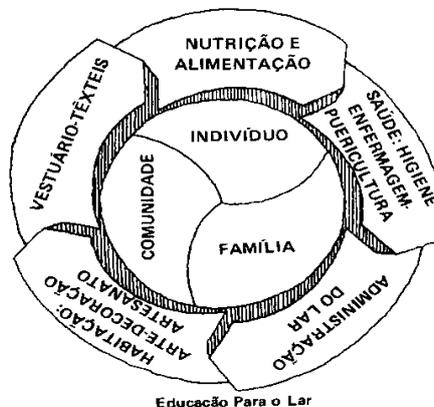
A Economia Doméstica lida com conhecimentos científicos teórico-práticos que se relacionam ao que se concebe como esfera reprodutiva, aquela esfera onde se dá a reprodução social dos seres humanos, por meio da socialização, cuidados com higiene, saúde, habitação, alimentação. [...] É ciência porque supõe conhecimento de nutrição racional, higiene da família e da casa, noções de administração e finanças do lar. [...] A preocupação com a família, a solução racional de seus problemas e a preocupação com a educação do indivíduo para uma vida melhor, constituem o objetivo da Economia Doméstica. Outra de suas finalidades é o melhoramento das comunidades e, conseqüentemente, a evolução da sociedade (OLIVEIRA, 2006 p. 78-81).

A economia doméstica não é apenas um conjunto de conhecimentos de ordem prática, os quais as donas de casa devem possuir para prepararem, empiricamente, os alimentos, confeccionarem e repararem as roupas, cuidarem dos filhos e executarem as tarefas caseiras, obedecendo a uns tantos ditames, regras e práxis rotineiras. Há uma técnica, isto é, um conjunto sistematizado de regras adquiridas pela experiência e pela razão, que nos permitem realizar as tarefas com o máximo de perfeição e rendimento, no mínimo de tempo e com o mínimo de esforço. A técnica da economia doméstica resulta de conhecimentos científicos, do emprego de métodos peculiares a cada uma das ciências que para ela contribuem, da determinação das leis e de sua aplicação aos casos concretos (SERRANO, 1958 p. 24).

A economia doméstica se ocupa da esfera reprodutiva, e por isso mesmo é estruturada em temas associado à nutrição e alimentação, saúde e higiene, habitação, vestuário e administração do lar. Além de investir na educação dos indivíduos (e família) na busca por uma vida melhor, essa ciência teria como finalidade o melhoramento das comunidades e a evolução da sociedade, tudo ancorado em conhecimentos proclamados científicos, modernos e racionais (ver **Figura 4**). A diferença dessas passagens é a menção que Serrano (1958) faz às *donas de casa*,

entendidas como responsáveis por esse tipo de atividade, algo que Oliveira (2006) evita cravar.

Figura 4 - Unidades de estudo dos conhecimentos em economia doméstica



Fonte: LEITE (1980, p. 4)

Discutindo sobre a economia doméstica e seus desdobramentos no Brasil, diferentes instituições participaram do Encontro de Economia Doméstica no Rio de Janeiro (BRASIL, 1961), incluindo a ACAR-RJ, ABCAR, ASCAR, a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), o Serviço de Informação Agrícola (SIA), o Serviço Social Rural (SSR), a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário de Minas Gerais (SEAV-MG) e a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). Meu interesse por analisar as apresentações desse Encontro está associado à possibilidade de compreender parte do imaginário construído pelas entidades que promoviam a economia doméstica à época a respeito de seu objeto de intervenção: a mulher e o lar, e especialmente o papel que elas deveriam cumprir na cruzada pelo desenvolvimento. Vejamos uma fala de seus painéis:

A economia doméstica, ciência nova, de belos conhecimentos e de muitas artes, representa uma das maiores alavancas para o bem-estar econômico-social do indivíduo, da família e da comunidade. O seu êxito é extraordinário em vários países, notadamente nos Estados Unidos da América, como pude observar pessoalmente, durante os quatro meses que lá estive realizando um curso de divulgação rural. E aqui, no Brasil, o interesse pelo seu desenvolvimento cresce dia a dia, devido ao impulso dado não só pelos Ministérios da Agricultura e Educação, mas também pelo chamado Sistema ABCAR, tão decisivamente apoiado por aqueles órgãos e ainda, de modo específico, pelo Serviço Social Rural, cenário deste encontro e instituição do qual tanto deve e pode esperar a economia doméstica rural em nosso país (BRASIL, 1961 p. 11).

O relato acima foi dito por José A. Viera, Diretor do Serviço de Informação Agrícola (SIA) e responsável por apresentar questões relativas ao papel relevante da economia doméstica. Cabia à economia doméstica *alavancar o bem-estar econômico-social do indivíduo, da família e da comunidade*, e José A. Viera não titubeia em exaltar o êxito que julga extraordinário por parte dessa nova área de conhecimento nos Estados Unidos da América. Com o crescimento do apoio nacional para difusão desses conhecimentos, muito se esperava da economia doméstica rural, que, ao lidar com a mulher, se preparava para “ajudar a Pátria numa das obras mais úteis, mais indispensáveis” e inclusive “merecedoras de forte apoio dos governos e das entidades particulares” (BRASIL, 1961 p. 12).

Na interpretação de Zail Gama Lima, professora de Economia Doméstica da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), haveria a necessidade de

[...] preparar nossas jovens para se desincumbirem das funções que lhes competem na sociedade, como futuras mães, esposas, como donas de casa, como cidadãs, e, essencialmente, como responsáveis pela preservação dos princípios morais e cristãos da família e, conseqüentemente, da comunidade, e o desejo de proporcionar às jovens os meios de adquirirem hábitos de trabalho ativo e criador dentro dos princípios de uma educação completa: moral, cultural, artística e prática, capaz de conduzi-las à sua formação integral (BRASIL, 1961 p. 65, grifo nosso).

Segundo Zail, a “finalidade” das educadoras em economia doméstica seria “despertar o interesse e orientar a reflexão das jovens alunas para os problemas de direção da família”, o que passava por procurar “na alma dessas adolescentes o amor pelo lar, o interesse pela criação de uma vida doméstica mais confortável, mais tranquila e mais feliz” (BRASIL, 1961, p. 65-66). Além do uso de intensificações, segundo ela o possível amor pelo lar já estaria na alma das jovens, parte de sua essência feminina, precisando apenas ser despertado pelas educadoras em economia doméstica. A domesticidade e a responsabilidade por valores morais eram interpretadas como valor feminino, cabendo às professoras buscar no “âmago das almas e procurar o entusiasmo” e o “encanto das alunas por um lar higiênico e alegre, embora pobre”, despertando sua “natural destinação para a vida do lar” (BRASIL, 1961 p. 69). Na argumentação de Zail, era necessário “formar boas donas de casa” que “promovam lares felizes para garantir a estabilidade da família, célula da própria sociedade” (BRASIL, 1961 p. 66).

Entretanto, não estamos falando de qualquer família, havia um protótipo idealizado, a família nuclear modelo do mundo ocidental:

Na família-padrão a atividade feminina ficaria restrita ao ambiente da casa, isto é, a mulher não deverá exercer profissão remunerada fora do lar. O orçamento em que apareça proventos resultante do trabalho da dona de casa não será o orçamento da família-padrão. No orçamento desta última a receita será representada pelo resultado da atividade do homem [...] (SERRANO, 1958 p. 148).

A percepção de Serrano (1958) parece clara na defesa de um padrão de entendimento que buscava naturalizar a apropriação econômica por parte do homem. Quando usa a expressão família-padrão, essa autora faz menção a um número de cinco pessoas, pai, mãe e três filhos, incluindo a “perfeita saúde de seus membros, estabilidade econômica” e a “boa formação moral e cultural” (SERRANO, 1958 p. 147). Segundo Camila Pinheiro, essa lógica acabou conformando o “conceito de família baseado na divisão sexual do trabalho” onde o homem aparecia como o “chefe da família” e a mulher como “esposa, mãe e dona-de-casa”, tendo responsabilidade “por uma dupla jornada composta pelo trabalho na lavoura e pela execução racional do trabalho doméstico” e, portanto, “pela reprodução da força de trabalho” (PINHEIRO, 2016 p. 158). O trabalho *produtivo* da mulher rural, no entanto, não era reconhecido por economistas e profissionais do desenvolvimento:

Históricamente el discurso occidental se ha rehusado a reconocer el papel productivo y creativo de la mujer y este rechazo ha contribuido a propagar divisiones del trabajo que mantienen a las mujeres en posiciones de subordinación. Para los planificadores y economistas, la mujer no era «económicamente activa» hasta hace poco tiempo, a pesar del hecho que una gran parte del alimento consumido en el Tercer Mundo es cultivada por mujeres (ESCOBAR, 1996 p. 228).

Veremos que o papel tido como ideal para mulher envolve justamente essa negação, pois se eram o “esteio da família e da nação” deveriam se voltar para os “problemas domésticos, mantendo-se alienadas” dos problemas políticos, sociais e econômicos exercendo sua função social como “esposa/mãe/educadora” (ROSA; DALLABRIDA, 2014 p. 429). Guacira Lopes Louro (2011) qualifica como *culto à domesticidade* o processo de valorização da função da mulher no lar através da construção de vínculos entre o espaço doméstico e a sociedade como um todo. A autoridade moral que a mulher deveria exercer no lar representava o sustentáculo da sociedade e se fortalecia na medida em que o espaço doméstico adquiria importância social, política, religiosa e emocional maior que outrora (LOURO, 2011). Nesse

cenário, a mulher rural precisava ser preparada “para bem desempenhar seu papel no lar e na sociedade” (BRASIL, 1961, p. 21).

Segundo Maria José Felicísimo Campos, Educadora Familiar do SSR, em sua apresentação sobre a economia doméstica em um programa de desenvolvimento de comunidade, considerando que o maior objetivo das instituições e agentes que participavam do Encontro de Economia Doméstica era pensar a “mudança social dirigida e orientada” da comunidade, elas não poderiam “prescindir da valiosa colaboração da mulher” (BRASIL, 1961 p. 48). O valor que atribui à mulher rural é sua capacidade de, como mãe/esposa, transmitir conhecimentos para os membros da família:

Como mãe de família ela é realmente educadora, que transmite a todo instante conhecimentos aos que em torno dela vivem e crescem. A mulher é, incontestavelmente, o baluarte da família, quer como educadora ou administradora do lar. E a família, por sua vez, é o alicerce da sociedade (BRASIL, 1961 p. 49).

Em uma linha semelhante, falando sobre os valores da população, da família e da mulher rural, Roberval Cardoso acreditava não ser difícil demonstrar que, “não somente ao homem, mas quiçá, muito mais devemos à mulher rural”, a fiel “companheira do homem no meio rural” (BRASIL, 1961 p. 14). Isso passava por algumas características próprias:

Possuindo ela um temperamento mais propenso à fantasia e ao sonho, retém os contos, as lendas e os cânticos populares, transmitindo às novas gerações a ‘alma da pátria’, desde o ninar das crianças; mais jeitosa para os trabalhos de arte aplicada (pano e agulha, pintura, cerâmica e etc.), é a maior obreira da arte popular, o professor máximo do artesanato doméstico, desde a misteriosa vovó-índia, da cerâmica marajoara. [...] A própria religião, nesses locais onde por anos seguidos não aparece um sacerdote, teria desaparecido e a família retornado à animalidade se não fora a mulher rural ensinando aos filhos o Padre Nosso e o Sinal da Cruz, transmitindo os cânticos religiosos, contando a vida dos santos [...] (BRASIL, 1961, p. 15-16).

Atribuindo à mulher rural características como maior sensibilidade, acesso a fantasia e ao sonho e o fardo de mantenedora e transmissora das lendas e do imaginário popular, sendo representada como portadora de tradições ligadas ao passado histórico e mítico da nação (UNGER, 2010), é interessante ver como a mulher também é concebida como guardiã da moral religiosa e da civilidade da família rural, da comunidade e, por conseguinte, da sociedade. Segundo Roberval Cardoso, a mulher seria a responsável por evitar que o homem, quando afastado dos sacerdotes, voltasse à animalidade. A mulher

era associada à civilidade e valores religiosos, nos revelando seu *papel regenerador* (LOURO, 2011). Em uma linha semelhante à de Roberval, em sua apresentação “a mulher em direção ao lar”, Ecilda Cesconetto, à época encarregada pelo Setor de Economia Doméstica do SIA, vai mais adiante sobre as obrigações da mulher com a sociedade:

[...] desde as mais remotas eras, vem a mulher ocupando o lugar que lhe foi destinado pelo criador, como elemento humano essencial para a grandeza e sobrevivência dos povos e das civilizações. [...] Exercendo funções idênticas às do homem, nas artes, nas ciências e nas profissões liberais, a mulher foi aos poucos afastando-se do aconchego do lar, solicitada pelas novas condições sociais e nelas atuando, já agora, como elemento indispensável, do que resultaram reflexos nem sempre positivos para a família, e, conseqüentemente, para a própria sociedade. [...] E por isso talvez, em nossos dias, grande soma de agravamento dos problemas sociais tenham sua causa remota na condição da mulher, em parte desajustada, com a dissolução dos lares, a desagregação de seus membros, o abandono da juventude e outros males que todos conhecemos. [...] Na família, a mulher deve ser o centro de irradiação e o ponto para o qual convergem todos os problemas relacionados com o lar. Assistência permanente, educação religiosa, moral e cívica, o amor e respeito mútuo e o bem-estar da família são reflexos da presença e atuação da mulher dentro do lar. [...] E à mulher cabe manter todos esses valores, guarda-los e conservá-los, através de uma atuação segura e capaz, permanente e profunda, dentro de seu pequeno mundo (BRASIL, 1961, p. 20-21, grifo nosso).

A posição de Ecilda Cesconetto nos remete à fala de Gustavo Capanema em 1937, como apresentado na seção passada: se a mulher funda e conserva a família, é também por suas mãos que a família pode se destruir (CAPANEMA, 1937¹² apud SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000). Segundo Ecilda, em virtude de seu gradual afastamento do âmbito doméstico recairia sobre a mulher rural uma parcela remota da responsabilidade por fenômenos sociais como a desestruturação familiar e suas conseqüências, um desajuste frente ao papel ideal esperado para ela. A mulher rural seria o centro de irradiação e ponto para o qual os problemas do lar deveriam convergir, e por isso mesmo seria imperativo que ela permanecesse dentro de *seu pequeno mundo*, mantendo e reproduzindo valores religiosos, cívicos e familiares. A restrição de Ecilda Cesconetto me parece cruel: deveria a mulher rural se preocupar com temas dessa monta apenas restrita em *seu pequeno mundo*? Como poderia caber nesse *pequeno mundo* a quantidade de papeis e responsabilidades lhe atribuída?

Para Ana Carla Menezes de Oliveira (2006), por ser um período de intensas mudanças sociais, o número de separações disparou e, nesse momento, talvez “a maior

¹² Gustavo Capanema. Conferência proferida por ocasião do centenário do Colégio Pedro II, 2 de dezembro de 1937. GC/Capanema, Gustavo, 02.12.37, série pi.

preocupação da sociedade” fosse “que o lar e as famílias estavam deteriorando-se” (OLIVEIRA, 2006 p. 79). A instituição familiar, até então encarada como uma “provedora do cuidado, criação e formação necessários ao bem-estar das pessoas na sociedade”, se mostrava ameaçada, havendo a crença de que, caso “falassem, a sociedade poderia também falir”, já que os “lares e famílias foram, não muito distante”, provedores “habilidades e influências éticas” (OLIVEIRA, 2006 p. 79). Reverter esse dilema passava por desenvolver na mulher rural um espírito de previdência e economia, ensinar sobre a aquisição, utilização, conservação e transformação de utensílios domésticos, propor mudanças em hábitos alimentares e aproveitamento de alimentos, ensinar sobre puericultura às futuras mães, divulgar saberes para prevenção contra acidentes e noções básicas de enfermagem, e, não menos vital, “transformar uma casa habitada por uma família em um lar”; o que, segundo Zail Gama Lima, significaria desenvolver determinadas “condições higiênicas, materiais e morais” (BRASIL, 1961 p. 66-67).

As funções morais da mulher aparecem com significativa frequência no livro *Noções de economia doméstica* de Isabel de Almeida Serrano (1958), aparecendo como elo de estabilidade entre família, sociedade, nação e a civilidade, ligação que surge na maioria dos painéis do Encontro de Economia Doméstica:

É sobre os joelhos maternos que se forma o que de maior e mais útil há no mundo: um homem de bem. [...] seria impossível conceber-se a ideia de pátria sem se admitir a família, o primeiro grupo social, – ‘o mais essencial de todos os elementos que compõe as grandes aglomerações de homens chamadas nações’. [...] *sem a família o homem seria apenas um selvagem. Primeiro oásis da civilização no deserto da barbárie, a família é o asilo bendito* (SERRANO, 1958 p. 20-21, grifo nosso).

[O homem] [...] como um general, traça os planos e deixa a execução à esposa. Esta, *com o espírito de análise peculiar à mulher, com o trato e a delicadeza que lhe são características*, tem o seu largo a formação básica do caráter infantil, moldando-o, corrigindo lhe os defeitos, depositando naquela terra virgem as sementes virtudes que mais tarde formarão o homem justo e o bom cidadão. [...] *Pode-se afirmar, sem exagero, que as mãos femininas constroem, num silencioso e obscuro trabalho de formiga, o grandioso monumento da civilização.* [...] *é a mulher o anjo tutelar da família* [...] (SERRANO, 1958 p. 20-21, grifo nosso).

O conhecimento de economia doméstica é imprescindível às donas de casa. Sem ele, a mulher não poderá cumprir os seus deveres de mãe de família e causará grandes males a si própria, aos seus e à sociedade (SERRANO, 1958 p. 23).

Esposa, mãe e mestra, forma o cidadão e imprime-lhe a marca do homem justo e bom. *Ela, na verdade, é quem prepara a sociedade futura*, embalando o filhinho ou ensinando o discípulo (SERRANO, 1958 p. 231, grifo nosso).

[...] a família é a célula da sociedade. Quanto melhor organizado for o grupo familiar, tanto mais perfeito será o agregado social. *Como a organização familiar depende precipuamente da ação feminina, isto é, da atuação da dona de casa, a influência da mulher, como esposa e gerente do lar, assume capital importância para o bem da sociedade em geral.* [...] Corrigindo as asperezas do caráter masculino, suavizando sofrimentos, enxugando lágrimas, despertando a esperança, dando fé e coragem aos momentos de desânimo de angústia, *será na verdade a mulher a construtora de um mundo melhor* (SERRANO, 1958 p. 236, grifo nosso).

A mulher era tida como a responsável por um mundo melhor, seja porque manteriam a família saudável e firme em seus valores morais, cívicos e religiosos, seja porque prepararia o homem e a mulher do futuro. Buscando o *bem da sociedade* e a promoção de um *mundo melhor*, os conhecimentos em economia doméstica surgiam como alternativa para que houvesse o cumprimento adequado dos *deveres* da mulher com a família e a sociedade, e para isso, sua maior justificativa era justamente o caráter científico desse campo. Para Maria das Dores Carvalho Ferreira, à época Diretora da Escola Superior de Ciências Domésticas da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), os hábitos ultrapassados que a mulher manteria na realização das tarefas domésticas teriam intensificado o *afastamento da mulher de seu santuário*, o lar, se justificando a necessidade de transmissão de *conhecimentos e atitudes mais sintonizadas com os novos tempos*:

[Haveria a] [...] necessidade de pôr o lar ao nível das demais atividades humanas, neste século que chamou de luzes e que se poderia denominar também das bombas. Tudo se procura, hoje, processar com a aplicação das leis científicas decorrentes da observação e da interpretação dos fenômenos da vida. Por que segurar as atividades domésticas e mantê-las, retrogradamente, à luz de princípios rotineiros de séculos passados? [...] *Tanto mais se faz necessária adoção de atitude nova, quanto mais se efetua a emancipação da mulher, iniciada no século passado e, em algumas regiões do globo, ultrapassada, aliás, para desastre de família. É que o trabalho doméstico, se permanecer nos hábitos de nossos maiores, afastará cada vez mais a esposa do seu santuário, o lar.* Este deverá dar a ela um campo de atitudes vasto, atual, atraente, absorvente, digno, nobre, elevado, *sintonizado com os tempos, no que eles têm de melhor* [...], [com os] olhos postos no futuro do nosso Estado [...] e Pátria (BRASIL, 1961 p. 60-61, grifo nosso).

A resposta para o cenário de saída da mulher do âmbito doméstico seriam os conhecimentos em economia doméstica, capazes de proporcionar uma “solução adequada e eficiente” ante os problemas relativos ao lar e seu suposto desajuste (SERRANO, 1958 p. 25). Como analisa Guacira Lopes Louro (2011), inspirado em ideais positivistas e cientificistas, buscava-se justificar um ensino para mulher que, ligado ainda à função materna, afastaria as superstições e favoreceria as exaltadas

novidades da Ciência, mas ciências que tratavam de suas ocupações tradicionais. A introdução de novas áreas científicas como puericultura, economia doméstica e outras, portanto, era justificada por velhas concepções relativas à essência do que, à época, se entendia como feminino (LOURO, 2011).

Na interpretação de Roberval Cardoso, ter-se-ia na mulher “elemento fundamental” para “racionalização da vida e do lar rural, necessitando, porém, para que suas qualidades” pudessem obter “um máximo de rendimento, receber cuidadosa preparação” através da “educação rural doméstica”, modalidade de aplicação da economia doméstica (BRASIL, 1961 p. 16). Os discursos sugerem que o espaço do lar, tido como naturalmente feminino, “não continuava sendo o lugar onde ela naturalmente adquiria os saberes considerados necessários para sua ação”, o que era justificado pela recente saída da mulher para o mercado de trabalho e seu “possível despreparo para as tradicionais tarefas de dona de casa” e no fato da “administração e o cuidado do lar” terem se transformado em um desafio diferente “na moderna sociedade: novas máquinas e tecnologias haviam sido introduzidas; ser mãe era uma tarefa também diferente” (LOURO; MEYER, 1993 p. 49). Nasce aí certa disputa quanto à legitimidade de conhecimentos e hábitos ligados ao doméstico, uma vez que apesar de suas boas intenções, ao estabelecer sua “própria profissão (de especialistas)” como “valiosa”, fora necessário duvidar da “qualidade da tradicional competência” que eram realizadas pelas donas de casa (LOURO; MEYER, 1993 p. 50). Isso é ilustrado na visão de Serrano (1958 p. 13, *grifo nosso*):

Cada profissão possui a sua técnica especializada. Por que somente a mãe de família, a dona de casa, não se especializará na técnica e na ciência de uma das mais elevadas e complexas *funções sociais*, qual a de formar e dirigir seu lar, ser mãe e ser esposa, estruturando o caráter dos homens e das mulheres que irão constituir a sociedade de amanhã?

Como essa autora sugere no livro *Noções de economia doméstica* (1958 p. 15), em seção chamada de *Explicações necessárias*, “desde a infância”, as “pertencentes ao sexo feminino” acabariam por manifestar “acentuada tendência para os misteres domésticos”, estes “misteres sublimes para os quais nascemos”. Ela então se pergunta: “por que não desenvolvemos as nossas tendências, orientando-as à proporção que vamos crescendo?”. A naturalização da relação entre a mulher e o âmbito doméstico reflete o que Stuart Hall (2016) chamou de prática representacional de *estereotipagem*. Segundo ele, os objetos, pessoas, eventos e situações não possuiriam, em si, um

significado fixo ou verdadeiro, mas o ganhariam a partir dos sentidos que lhe são atribuídos. Os significados, nesse sentido, sempre flutuariam. Entretanto, quando aparecem inseridos em uma “tentativa de fixação”, refletem o “trabalho de uma prática representacional que intervém nos vários significados potenciais” de “uma imagem e tenta privilegiar um deles” (HALL, 2016 p. 146). Segundo ele,

[...] o significado nunca pode ser fixado. Se isso pudesse ser feito por meio da representação, então não haveria qualquer mudança – e por isso, nenhuma construastratégia ou intervenção. Nós, obviamente, fazemos grandes esforços para fixar o significado – é precisamente o que as estratégias de estereotipagem pretendem fazer, muitas vezes com considerável sucesso, por um tempo (HALL, 2016 p. 211).

Segundo Stuart Hall (2016, p. 234), a *estereotipagem* operaria através de diferentes meios: *essencialização*, *reduccionismo* e *naturalização*, ambos comumente associadas a oposições binárias. Para ele, estereotipar significaria reduzir algo a certas características e justificar esse processo em virtude de determinada essência naturalizada. Ao longo das análises realizadas percebi que as representações a respeito da mulher naturalizavam: sua ligação à esfera doméstica e às atividades que envolveriam a manutenção das condições de vida da família (saúde, higiene e alimentação); a posse de características como sensibilidade, delicadeza e afeto; sua função como mantenedora e transmissora das lendas, do imaginário popular e da cultura nacional; e sua responsabilidade pela manutenção da religiosidade, moralidade e civilidade. Seriam esses valores naturalmente femininos, e, como reflexo, a mulher estaria para as funções de ordem reprodutiva e características ligadas ao subjetivo como o homem a aspectos produtivos e objetivos, binarismos que, porém, negavam a contribuição produtiva da mulher e a posse de características e valores contrários aos lhe atribuídos.

Além disso, a atribuição como principal responsável pela família, tida como o alicerce da sociedade, colocava a mulher como o esteio da sociedade. Em virtude dessa importante missão, a mulher precisaria ser assessorada para exercer sua função social, um trabalho que deveria ser conduzido por agentes com conhecimentos em economia doméstica. Nesse cenário, pelas funções e representações atribuídas à mulher à época, a economia doméstica, como tecnologia de poder, se articulou com processos e políticas de desenvolvimento rural e passou a compor o trabalho da extensão rural no Brasil. No caso da ASCAR isso se materializou na Divisão de Economia Doméstica, primeira pasta especializada nos temas concernentes ao lar, à mulher e à família. Levando em

conta a percepção de Caporal (1991, p. 30; 2009, p. 66-67), Mendonça (2010a, p. 145; 2010b, p. 191) e Pinheiro (2016, p. 32) que interpretam a importação do modelo de desenvolvimento e extensão rural norte-americano ao Brasil e ao Rio Grande do Sul na metade do século XX como um processo de caráter *imperialista* – reflexo do apoio técnico, ideológico e financeiro que foi concedido pelos Estados Unidos da América, algo que se ajustara às representações e ao pensado para a mulher no sistema educacional brasileiro desde o começo do século –, parece interessante pensar na “imagem do imperialismo como o estabelecedor da boa sociedade” marcada “pela adoção da mulher como objeto de proteção de sua própria espécie” (SPIVAK, 2010 p. 98). Tal como sugere Spivak (2010 p. 119):

Entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração deslocada da “mulher do Terceiro Mundo”, encurralada entre a tradição e a modernização.

A mulher estaria encurralada entre tradição e modernização, e por mais que guardasse desejos e interesses particulares, teriam uma função a cumprir à família, à sociedade e ao desenvolvimento, obrigações que as instituições aqui mencionadas e os aparatos de assistência técnica e extensão rural precisavam racionalizar através de conhecimentos em economia doméstica. Como resultado, antigos hábitos e desejos foram confiscados, seria imperativo se adequar a um futuro racionalizado, otimizando o lar e tudo a ele associado, mesmo que essa perspectiva de futuro promovesse uma antiga associação: a mulher deveria permanecer como a responsável pela família. Essa permanência é comentada em artigo de Susan Moller Okin (2008 p. 312-313, *grifo nosso*):

A maioria das feministas do século XIX – e do início do XX – não questionou ou desafiou o papel especial da mulher no interior da família. Na verdade, elas frequentemente defenderam os direitos e oportunidades das mulheres, como a educação ou o sufrágio, com o argumento de que fariam dessas mulheres esposas e mães melhores, ou que as capacitariam para trazer sua sensibilidade moral especial, desenvolvida na esfera doméstica, para o mundo da política. Assim, ainda que elas lutassem contra a subordinação jurídica das esposas e exigissem direitos iguais para as mulheres na esfera pública, elas aceitaram a suposição prévia de que a associação estreita com a esfera doméstica e a responsabilidade da mulher por essa mesma esfera eram naturais e inevitáveis.

Dáí emerge o paradoxo de mulheres que promoviam conhecimentos em economia doméstica, pois se os princípios que norteavam sua difusão buscavam a transferência de

[...] saberes científicos ou derivados do mundo empresarial para o espaço privado. Esta busca por eficiência, que seria conquistada com o emprego do método científico, garantiria o estatuto científico ao trabalho realizado pelas mulheres e um lugar no mercado de trabalho. Paradoxalmente, sua consolidação baseava-se em reforço das características tidas como femininas (PINHEIRO, 2016 p. 123).

Maria de Fátima Lopes (1995) em sua investigação *O sorriso da paineira: construção de gênero em universidade rural* já tinha abordado esse paradoxo da profissão da economista doméstica, uma vez que se elas buscavam uma formação *feminina*, o faziam dentro de um espaço à época *masculino*, o campo universitário, mesmo que seu exercício profissional não promovesse rupturas em relação aos espaços sociais até então destinados à mulher, tendo em vista que paradoxalmente promovia uma “naturalização dos paradigmas de feminilidade” (LOPES, 1995 p. 160). Esse paradoxo e as questões apresentadas no capítulo nos fornecem um contexto geral e necessário visando a análise do caso específico da EMATER/RS-ASCAR, que por óbvio não fugia dos juízos e representações sobre a mulher à época. Os dois próximos capítulos se interessam pelo espaço da mulher para o desenvolvimento ao longo da história da EMATER/RS-ASCAR e de suas metamorfoses a partir das novas exigências e paradigmas.

3 DUALISMOS EM DUETO¹³: A EMATER/RS-ASCAR E O *ESQUEMA DE GÊNERO*

[...] eu escuto muito assim, principalmente nos espaços políticos, “ah ou tu é técnico ou tu é social”, “ou tu é técnico ou tu é social” [...], então as vezes “ah mas é mais importante ir pelo caminho técnico”, “ah não, é mais importante ir pelo caminho social”, eu acho que as duas coisas tem que andar junto [...], procurando ter uma visão mais harmônica, integrada sobre essas coisas que são dicotômicas ainda, principalmente na extensão rural... *A extensão rural vem muito... ela sofre muito, o social é uma coisa, o técnico é outra* (Entrevistado nº 5, 2017, grifo nosso).

O comentário desse Assistente Técnico Estadual (ATE) da EMATER/RS-ASCAR é ilustrativo do peso que a dualidade “técnico” e “social” possui na história da extensão rural e da Associação. De fato, as primeiras regras estruturantes para os aparatos de extensão foram justamente reflexo da complementaridade entre os dois campos: quem deveria se ocupar de que (aspectos produtivos ou reprodutivos), segundo quais qualificações (agronomia, veterinária, etc. ou magistério e economia doméstica) e por quê (naturalização de características tidas como masculinas ou femininas). Munidas de suas especificidades, essas áreas precisavam formar um *dueto* para alcançar os objetivos da Associação: a adesão dos assistidos às inovações técnicas para as lavouras e criações e o aumento da produtividade e renda, responsabilidade do extensionista da área “técnica”, agregada à incorporação por parte das assistidas a novos hábitos em termos de saúde, higiene e alimentação, missão da extensionista da área “social”, levaria ao aumento da qualidade de vida das populações rurais assistidas.

Ciente da importância dessa dualidade, o objetivo desse capítulo consiste em analisar os discursos que justificaram esse *esquema de gênero* e o espaço reservado à área “social” e à mulher (assistida e extensionista) entre os anos de 1955 e 2000 na EMATER/RS-ASCAR. Para tal, proponho três seções. Na primeira reflito sobre a fundação da ASCAR, a reprodução do *esquema de gênero* inspirado no modelo norte-americano e faço provocações ligadas à figura da mulher, a filantropia e o discurso do desenvolvimento. Na segunda, por sua vez, analiso as preocupações biopolíticas que justificaram o *esquema de gênero* da EMATER/RS-ASCAR, conjunto de argumentos que associavam juízos negativos ligados ao subdesenvolvimento a uma necessidade

¹³ O título desse capítulo é uma analogia ao trabalho *Dualismos em duelo* (2001/02) de Anne Fausto-Sterling, reformulado em menção à aura de complementaridade que estava em jogo no *esquema de gênero* da extensão rural: *dueto* vem do italiano *duetto* e significa uma composição que remete ao dual, opção que não exclui a possibilidade de existência de *duelo* - do latim *duellu*, onde o centro da relação dual passa a ser o enfrentamento.

urgente de modernizar as populações rurais. Na terceira seção, por fim, descrevo e analiso o trabalho projetado às assistidas segundo os temas concernentes à área “social” de acordo com o *esquema de gênero* e alguns dos dilemas que suas extensionistas se deparavam/deparam em sua atuação profissional. Tais análises fornecem um contexto necessário para compreender as argumentações do capítulo 4, que, por sua vez, se interessa pelo jogo entre questionamentos, mudanças e permanências ligadas ao campo “social” da EMATER/RS-ASCAR.

3.1 O INÍCIO DA *SAGA EXTENSIONISTA* NO RIO GRANDE DO SUL: DA INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA AO STATUS FILANTRÓPICO DA ASCAR

Na década de 1950 o Estado do Rio Grande do Sul entrou no radar do desenvolvimento. Para Silva (2011), Daniel de Carvalho, à época Ministro da Agricultura do governo Gaspar Dutra (1946-1950), solicitou ao Diretor Estadual da Inspeção Agrícola Federal do Rio Grande do Sul, Afonso Nascimento Mibielli, que buscasse conhecer o pioneiro serviço de extensão rural de Minas Gerais (SILVA, 2011). Em virtude de considerações favoráveis, Afonso buscou o investimento de Anton Jacob Renner, um dos representantes do setor industrial gaúcho naquela época, que teria rejeitado o negócio, depois aceito pelo Diretor do Banco Agrícola Mercantil, Kurt Weissheimer. Como sugere Caporal (1991), participaram da fundação da ASCAR, em 2 de junho de 1955, as federações de associações rurais, industriais e comerciais, o Centro Cívico e Social da Produção e o Sindicato dos Bancos do Rio Grande do Sul.

Em julho do mesmo ano, a ASCAR se aproximou do Escritório Técnico de Agricultura Estados Unidos – Brasil (ETA) (ASCAR, 1956), órgão que canalizava ajuda técnica e financeira oferecida através do Ponto IV de Harry Truman (MENDONÇA, 2010a; 2010c), firmando um convênio para a implementação de um “programa de extensão agrícola e crédito rural supervisionado” no estado do RS, o ETA – Projeto 11 – ASCAR (ASCAR, 1956; 1968). A ASCAR foi escolhida como órgão executor (CAPORAL, 1991), mas foi com recursos do ETA que parte dos materiais a serem utilizados para fins de divulgação da extensão rural, como mesa para gravação de programas audiovisuais, rack para reprodução de fitas magnéticas, máquinas fotográficas e etc., e os veículos utilizados no trabalho de campo foram importados para ASCAR (EMATER/RS-ASCAR, 2005). A relevância dos veículos na história da

Associação é tamanha que, nos primeiros momentos que a visitei, havia inclusive um exemplar exposto no Escritório Central da mesma, junto ao local destinado à espera de visitantes. Como lembra Romaniello (2015) a respeito dos primórdios do extensionismo, os veículos desempenhavam não só funções de deslocamento, mas representavam o *poder de conquista*:

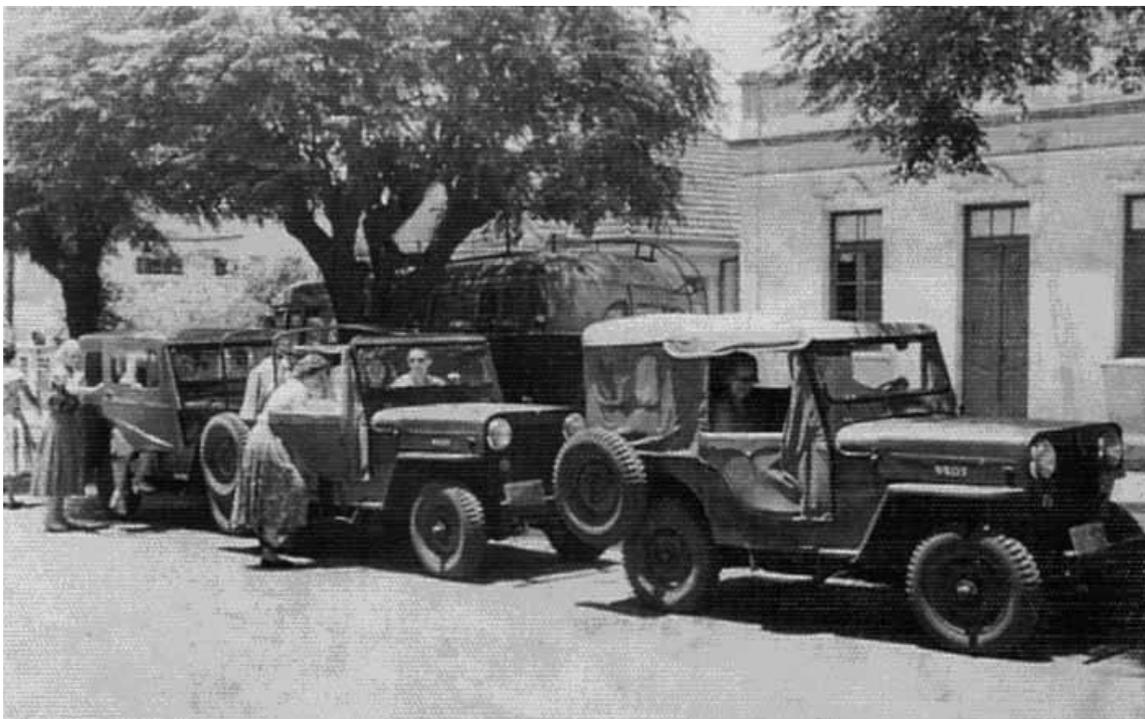
Nos primórdios do trabalho da ACAR, a ação extensionista desenvolveu-se por meio de visitas domiciliares e reuniões de grupo, eram as formas mais usuais da relação extensionista/agricultor e a figura do Jeep desempenhou papel fundamental e estratégico: o de ultrapassar barreiras físicas, superar dificuldades de acesso e comunicação responsáveis pelo isolamento imposto às famílias rurais. Esse veículo representou o poder de conquista, da coragem, da resistência e de determinação, por isso foi transformado em símbolo para retratar o pioneirismo e a ideia de “saga” [...] (ROMANIELLO, 2015, p. 23).

Na **Figura 5** vemos o início da “saga extensionista” da ASCAR, momento onde “moços” e “moças” entravam nos veículos e partiam para realizar “o método mais tradicional da extensão rural: a visita às propriedades rurais” (SILVA, 2011 p. 18). Os dois formavam uma equipe municipal chamada de “modelar” (CANELLAS, 2010) que era estruturada em duas áreas de atuação, *Agrícola e Economia Doméstica*, ocupadas respectivamente por engenheiros agrônomos e educadoras familiares chamados de supervisores agrícolas e de economia doméstica (ASCAR, 1956). Nesse momento, a ASCAR reproduzia o *esquema de gênero* originado na experiência norte-americana de extensão rural, o primeiro e principal marcador da diferença de gênero em sua história.

Essas/es profissionais foram contratadas/os através de anúncios em escolas e associações de profissionais, sendo uma das “exigências” o conhecimento de língua “alemã ou italiana” (SILVA, 2011 p. 16; EMATER/RS-ASCAR, 2005 p. 26). Segundo Silva (2011 p. 16), inicialmente foram contratados 28 colaboradores, 15 para a área de Economia Doméstica e 13 para a Agrícola, a passarem por treinamentos iniciais. Para a ASCAR (1956 p. 2), pela “extensão agrícola” ser um “assunto novo no Brasil” e por utilizar “métodos e técnicas próprias em sua atuação”, seriam necessárias “pessoas especializadas”. Além dos agentes possuírem formações básicas para a contratação (engenheiro agrônomo ou técnico agrícola para extensão agrícola e magistério ou graduação em economia doméstica para a área correlata) recebiam um tipo de pré-serviço, algo como um curso ou treinamento institucional antes do ingresso na ASCAR.

Ao longo dos anos os conteúdos, abordagens e o tempo de duração dos treinamentos variaram bastante¹⁴, e para alguns das/dos interlocutoras/es, inexistiu.

Figura 5 - Primeiro grupo de agentes da ASCAR partindo para o campo em 1955



Fonte: SILVA (2011, p. 18)

Além de especializar seu corpo de funcionários, a ASCAR também buscou conhecer seu objeto de intervenção. Para a implantação dos primeiros escritórios municipais (EM's) – dependências que ficariam sob a responsabilidade das prefeituras que assinassem convênio com a ASCAR (EMATER/RS-ASCAR, 2005) – os técnicos da Associação foram divididos em duas comissões e depois orientados a coletar informações através de “questionário previamente elaborado e aprovado pelas partes contratantes” relativo à “topografia, clima, culturas, população, número de escolas, divisão de propriedades, densidade demográfica, estatística da população e etc.” (ASCAR, 1956 p. 5). Os critérios utilizados para a escolha não foram expostos nos documentos, entretanto, com os dados obtidos a ASCAR selecionou onze municípios onde, sob a “aprovação das partes contratantes” do programa, seriam instalados os

¹⁴ Conforme a documentação consultada, entre 1956 e 1973, os treinamentos iniciais reduziram significativamente em termos de duração, durando entre 3 a 4 meses nos anos de 1956-1958, dois meses entre 1958-1965 e depois reduzindo para 45 dias, o que perduraria até 1976, processo que envolveu a “supressão de determinadas matérias” (ASCAR, 1974a p. 34).

primeiros “escritórios locais”¹⁵ (ASCAR, 1956 p. 5). O interesse por conhecer as populações a serem assistidas seguiu após a implantação dos EM’s, pensando sobretudo na atuação para o biênio 1956-1957, incluindo temas como “recursos naturais” e “características raciais, econômicas e sociais da população” (EMATER/RS-ASCAR, 2005 p. 39).

Mas após cinco anos da vigência do convênio com o ETA, esse órgão “foi reduzindo, pouco a pouco, sua contribuição financeira até retirá-la completamente” (EMATER/RS-ASCAR, 1977 p. 148), gerando reformulações no programa. As partes que permaneceram firmaram outro convênio com duração de cinco exercícios financeiros a contar do ano de 1961, adquirindo a denominação de Programa Cooperativo de Extensão Rural – ASCAR. A partir de 1966 ele foi novamente finalizado, quando seu acervo e encargos foram passados para ASCAR (EMATER/RS-ASCAR, 1977). Conforme livro institucional produzido pela EMATER/RS-ASCAR (2005, p. 67), o período de 1958 a 1965 pode ser caracterizado como fase de “autonomia da ASCAR”, o que envolveria um “primeiro ajuste, mais adequado à realidade local”, com novas normas para o planejamento, execução e avaliação de atividades.

O ano de 1961, em especial, marcou o início de uma condição *sui generis* da EMATER/RS-ASCAR. Com o Decreto Federal nº 50.662/1961 foi concedida à ABCAR e suas afiliadas a condição de entidade de utilidade pública, o que por óbvio incluía a ASCAR, que obteve o mesmo reconhecimento do governo estadual no ano seguinte com o Decreto nº 14.270/1962. No ano de 1975, o Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação e Cultura declarou a ASCAR entidade de *finis filantrópicas* (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011), o que envolvia benefícios generosos como isenções do pagamento de obrigações sociais (contribuições previdenciárias, impostos e taxas). Com as mudanças nacionais¹⁶ e, diferente da maioria dos estados brasileiros, a criação da EMATER/RS em 1977 não levou à extinção da ASCAR. Buscou-se uma operação conjunta entre a ASCAR e a EMATER/RS, nascendo a Associação Rio-Grandense de Empreendimentos

¹⁵ Pelotas, Taquara, São Lourenço do Sul, Canguçu, Bento Gonçalves, Lajeado, Estrela, São Sebastião do Caí, Santa Cruz do Sul, Montenegro e Cachoeira do Sul (ASCAR, 1956 p. 5). Hoje a EMATER/RS-ASCAR mantém convênio em basicamente todos municípios do Estado do RS (EMATER/RS-ASCAR, 2016).

¹⁶ Extinção da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) (1956-1975) e criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) (1975-1990), substituindo as ACAR’s pelas EMATER’s estaduais e criando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) (GONÇALVES NETO, 1997; PEIXOTO, 2008).

de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS-ASCAR), e isso por “não ter condições de obter, para si” as mesmas prerrogativas, vantagens e isenções “conferidas à primeira” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011 p. 15-16).

No próximo capítulo amplio a questão e apresento sua importância para história da EMATER/RS-ASCAR. Mas nesse ponto me parece relevante deter um pouco a análise do caso em estudo e examinar o que pode significar a filantropia. Como este assunto pode ser entendido e quais suas possíveis relações com o desenvolvimento? Como mostra o estudo exemplar de Jacques Donzelot (1980) sobre o caso francês no século XIX, a filantropia envolveu a instauração de equipamentos coletivos que, em posição privilegiada, atuavam visando a difusão de técnicas de bem-estar e de gestão da população:

Como garantir o desenvolvimento de práticas de conservação e de formação da população dissociando-as de qualquer atribuição diretamente política a fim de lastreá-las, não obstante, com uma missão de dominação, de pacificação e de integração social? [...] Resposta: por meio da filantropia. Não se pode conceber a filantropia como uma fórmula ingenuamente apolítica de intervenção privada na esfera dos problemas ditos sociais, mas sim como uma estratégia deliberadamente despolitizante face à instauração dos equipamentos coletivos, ocupando uma posição nevrálgica equidistante da iniciativa privada e do Estado. Se considerarmos os núcleos em torno dos quais se organizará a atividade filantrópica do século XIX constataremos que todos eles se caracterizam pela busca de uma distância calculada entre as funções do Estado liberal e a difusão de técnicas de bem-estar e de gestão da população (DONZELOT, 1980 p. 50).

Na verdade, essa distância calculada é ainda hoje fonte de convicção para a diferença da atividade filantrópica frente às demais. Segundo apresentação de Eduardo Giannetti, professor e economista do Insper (Ensino Superior em Negócios, Direito e Engenharia) no I Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais, a filantropia “não é nem mercado, nem política pública, nem alguma coisa que passou pelo processo político” (IDIS, 2013 p. 25). Giannetti inclusive relembra a etimologia do termo filantropia para exaltar as boas intenções que ela expressaria: “filo” (amante) e “antropos” (homem, humanidade). Nesse sentido, essa figura filantrópica denotaria um “amante da humanidade”, dotado de “disposição benevolente em relação ao ser humano” (IDIS, 2013 p. 25). Quanto a isso, pode-se destacar premissas convergentes com o discurso do desenvolvimento, que, com certa frequência, é interpretado como conjunto de intervenções de inspiração ou intencionalidade benevolente, ainda que, por seus procedimentos e justificativas técnicas, funcione como uma *máquina anti-política*,

questão que James Ferguson (1990) elaborou em seu estudo sobre o projeto Thaba-Tseka em Lesotho.

Seguindo a perspectiva de Jacques Donzelot no estudo *A polícia das famílias* (1980 p. 5), a filantropia e a ideia de um campo social não devem ser confundidas com um setor público ou privado, antes o contrário, elas passariam a representar “uma nova figura híbrida de público e privado”, assim, produzindo elas “mesmo, uma repartição”, gerando um “entrelaçamento original entre as intervenções do Estado e seus recuos”, entre “seus encargos e desencargos”. A ASCAR, considerada filantrópica em âmbito estadual e federal, se tornou essa figura híbrida: com caráter privado, ela estava comprometida com a execução da política agrícola.

No caso francês, a filantropia estava associada a uma “economia social” particular voltada a produção dos meios para “direção da vida dos pobres” com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução e, como resultado, obter “um número desejável de trabalhadores com um mínimo de gastos públicos” (DONZELOT, 1980 p 52). Isso envolveu a utilização de estratégias e técnicas mais criativas que o poder punitivo, constitutivo do poder soberano: conselhos justificados por uma “norma preservadora” (DONZELOT, 1980). Mas quem esses conselhos buscavam alcançar? No caso francês, o autor percebeu que esse fardo foi atribuído à mulher. Num contexto de mudanças socioeconômicas e culturais em virtude do desenvolvimento industrial, Donzelot (1980) procura dar atenção para essa recente e “grande descoberta”: o papel da mulher em irradiar valores e normas de uma “vida sã” e “disciplinada” às famílias. Os argumentos desse autor apresentam consideráveis semelhanças com perspectivas e valores propagados no Brasil, como analisado no capítulo passado:

[...] A mulher fornecia, através do dote, uma contribuição que devia compensar o custo de sua manutenção e de seus filhos. [...] A mulher, pelo dote, comprava sua posição social. Quer se casasse, quer entrasse para o convento, qualquer posição reconhecida implicava esse lance inicial. Uma mulher sem dote permanecia fora do jogo, na dependência doméstica de sua família ou de quem quisesse utilizá-la. Tradicionalmente o dote era fornecido pela família, pelas municipalidades, pelas corporações de ofício. Ora, com o desaparecimento ou redução do papel dessas instâncias, com a drenagem, pela indústria, dos trabalhadores de ambos os sexos liberados de suas amarras territoriais e familiares, ocorre a concentração de uma grande quantidade de mulheres pobres demais para disporem de um dote e, conseqüentemente, expostas às “aventuras” [...]. Pelo que será substituído esse capital inicial que elas não podem mais fornecer? *Não será uma soma de dinheiro, já que elas são numerosas demais. Será então seu trabalho doméstico, requalificado, revalorizado, guindado à altura de profissão. Solução que é triplamente vantajosa. Permitia substituir uma despesa social por um acréscimo de trabalho não remunerado. Permitia igualmente introduzir, na vida operária, elementos de higiene relativos à criação das crianças, à alimentação, à*

regularização dos comportamentos cuja ausência explicava a frequência das mortes prematuras, das doenças, das insubordinações [...]. Os livros de Jules Simon repercutem, a partir do Segundo Império, esta grande descoberta: a mulher, a mulher do lar, a mãe dedicada, é a salvação do homem, o instrumento privilegiado da civilização da classe operária. Basta amoldá-la para este fim, fornecer-lhe a instrução necessária, inculcar-lhe os elementos de uma tática do devotamento, para que consiga abafar o espírito de independência do operário (DONZELOT, 1980 p. 35-36, grifo nosso).

[...] é através da mulher, através do ensino que a elas se proporciona, que as normas de uma vida sã, regular e disciplinada poderão ser introduzidas na vida doméstica (DONZELOT, 1980 p. 67).

A experiência francesa parece semelhante aos discursos gerais sobre a mulher brasileira e seu lugar para o desenvolvimento: teria valor como mantenedora da saúde e da moral da família, o alicerce da sociedade. Estava em jogo “moralizar” o “comportamento” para restaurar a “vida familiar”, vista como a “forma primeira” e “fórmula mais econômica da assistência mútua” (DONZELOT, 1980 p. 33). Mas não estamos falando de atos caridosos. Aliás, Donzelot (1980) é claro na diferença entre caridade e filantropia: a opção filantrópica francesa de trabalhar com assistência às crianças e mulheres ao invés de velhos e de homens continha, em si, a crença de que “a longo prazo, esse tipo de assistência pode, senão render, pelo menos evitar gastos futuros” (DONZELOT, 1980 p. 59), ao passo que, em teoria, a caridade não prezaria pelo retorno, e é aí que se encaixaria o sentimento de engrandecimento do doador.

Mas, pensando no caso da ASCAR, será que algum tipo de retorno era esperado? O que a ASCAR, como entidade filantrópica, pensava para a mulher? Na próxima seção demonstro que o trabalho da ASCAR procurava investir na atuação da mulher no lar como forma de obter retornos em termos de força de trabalho e produtividade, e de forma semelhante à análise do caso francês por Jacques Donzelot, tinha na mulher um instrumento fundamental pelos efeitos multiplicadores que gera para a família em termos de saúde, higiene, alimentação, moradia e moral. A ASCAR, diferente do caso francês, trabalhava com homens, e inclusive essa se mostrará sua ocupação principal, entretanto, tinha na mulher uma atuação complementar de valoroso retorno. Mas entender o porquê desse cenário passa por analisar os argumentos que justificavam a abordagem dual da ASCAR, o que nos revela o espaço destinado à área “social” dentro do *esquema de gênero*.

3.2 ESTÓRIAS SOBRE UM FUTURO MODERNO: A FÁBULA DA MODERNIZAÇÃO E A ABORDAGEM BIOPOLÍTICA

Quando analisam os primórdios da extensão rural no Brasil, os autores geralmente classificam os objetivos das associações em algo como a “renovação de hábitos e atitudes” e busca pela “melhoria” das condições de produção e do lar visando a “elevação do nível de vida das populações rurais” (RODRIGUES, 1997 p. 123). Entretanto, termos como *renovação* e *melhora* acabam amenizando os discursos que justificavam as intervenções e sua íntima relação com a teoria da modernização. Segundo documento institucional produzido pela ASCAR em 1956, comemorando *um ano de trabalho com o agricultor*, vemos como o argumento modernizante justificava o trabalho da extensão rural, entendido como *nobre tarefa*:

A tarefa dos supervisores da ASCAR é das mais nobres, e somente pode ser executada à base de uma grande dose de idealismo. Não se trata apenas de um trabalho de assistência ou de fomento. Sua ação é mais profunda, procurando atuar sobre a mentalidade do agricultor e leva-lo a mudanças de atitude. Não é trabalho fácil. O supervisor encontra muitas vezes a desconfiança e até a hostilidade do meio. É preciso fazer com que os preceitos em uso durante gerações inteiras sejam abandonados. Hábitos rotineiros devem ser substituídos por métodos mais racionais e técnicas mais atualizadas. Cumprir vencer o excessivo apego a costumes tradicionais. Há muitas inovações a introduzir, tudo para produzir mais. E tudo isto não se consegue com passes de mágica, mas através de uma luta constante e demorada e de uma fé inabalável no ideal da extensão. E, se o resultado não for alcançado como se esperava, não haverá desânimo ou desinteresse, mas apenas um novo e redobrado impulso para o trabalho [...] (ASCAR, 1956 p. 8, grifo nosso).

A superação de uma mentalidade atrasada e de hábitos tradicionais se constituem em uns dos principais objetivos nos primórdios da ASCAR, o que era justificado através de repetidas intensificações: uso de métodos *mais* racionais e técnicas *mais* atualizadas com o objetivo de produzir *mais*. Segundo a ASCAR (1956 p. 8), “mudanças de atitude, hábitos e adoção de novas práticas” eram requisitos “fundamentais para o progresso rural”. A modernização representaria o progresso e esse conjunto de intensificações o condutor para o desenvolvimento:

[...] mudanças sucessivas e contínuas, mudanças para melhor, na escalada gradual do nível de vida, que representa, afinal, a conquista do desenvolvimento (ASCAR, 1974a p. 9).

Os serviços de extensão rural foram estendidos às “periferias” como estratégia de difusão de paradigmas modernos, tidos como necessário visando a superação do atraso rural que, para seus ideólogos, seria o fator que obstaculizava o progresso do “terceiro mundo”. A extensão rural tinha o objetivo de “remover” todas “barreiras” do “tradicionalismo” associados ao meio rural “para dar suporte ao dinamismo do setor urbano-industrial, considerado como a chave para alcançar os padrões ocidentais de desenvolvimento” (CAPORAL et al, 2009 p. 67). Mas isso passava pela promoção de mudanças na “mentalidade dos agricultores” (DEPONTI, 2010 p. 129), e, como veremos, de suas esposas e filhas.

Como sugere Lohn (2008), além da subordinação material aos projetos de desenvolvimento capitalista, estaria em questão um poder simbólico que visava a construção um agricultor modelo a partir da figura do agricultor moderno. Por conseguinte, as “formas de produção costumeiras apareciam como arcaísmos que deveriam ser proscritas e substituídas” (LOHN, 2008 p. 14). Segundo a análise de Oliveira (2013 p. 81), as representações sobre os agricultores sempre traziam a passividade, atraso, conservadorismo, “pressupondo-o sempre como o culpado por sua condição de mazela e improdutividade”, e como resultado, parte da missão do extensionista seria *civilizar* os agricultores. Em um plano de trabalho criado pela ASCAR (1959¹⁷ p. 7 apud OLIVEIRA, 2013 p. 82) falava-se em uma atmosfera de lentidão e de desinteresse com relação a vida e ao progresso:

As comunidades rurais, assim consideradas - povoados, vilas e grupos de vizinhança – vivem numa atmosfera de lentidão e desinteresse quanto aos processos de viver e progredir. Necessitam, portanto, ser dinamizadas no sentido de que adotem novas técnicas de trabalho, influenciem na modificação das condições de saúde e alimentação, integrando-se no desejo permanente de progresso cultural e de elevação dos seus níveis de vida.

Na percepção da ASCAR, as populações rurais gaúchas estariam distantes “dos centros mais civilizados”, e, por conseguinte, seria “perfeitamente compreensível” que o agricultor não tivesse “noção exata dos seus próprios problemas” e “tirocínio bastante para saber onde” e como ele deveria “buscar o auxílio de que necessita” (ASCAR, 1959¹⁸, p. 21 apud OLIVEIRA, 2013 p. 82). Além de não entender bem seus problemas ou os meios para sua resolução, os hábitos tradicionais seriam os responsáveis por essa

¹⁷ ASCAR/Escritório Técnico de Agricultura - ETA. **Programa Cooperativo de Extensão Rural e Plano Anual de Trabalho** (1959-1960), Rio Grande do Sul, 1959.

¹⁸ ASCAR/Escritório Técnico de Agricultura - ETA. **Programa Cooperativo de Extensão Rural e Plano Anual de Trabalho** (1959-1960), Rio Grande do Sul, 1959.

lentidão e desinteresse. Falando sobre os fatores que afetam os desejos e aspirações humanas, para a ASCAR (s/d, p. 6), a “herança cultural” dos agricultores e de suas famílias teria “influência enorme sobre os desejos e aspirações”, e, “quanto mais alto for o nível cultural, mas elevados” tenderiam a ser “os desejos e aspirações” das famílias. É justamente aí que entra a dose de idealismo que deveriam ter os extensionistas da ASCAR, atuando sobre a mentalidade das/dos assistidas/os e as/os levando a mudanças de atitude em termos de produção, saúde e alimentação.

A introdução da extensão rural no Brasil como espécie de missão civilizatória é partilhada por Pinheiro (2016 p. 16). Para ela, o discurso à época apontava que as famílias rurais precisavam ser *civilizadas* para que conseguissem “aderir aos novos padrões de cultura”, saúde, “higiene e, principalmente, o modo de cultivar a terra”. A ASCAR, ao menos em seu discurso, demonstrava estar em sintonia para com as orientações da ABCAR, que ainda na década de 1970 deixava clara a necessidade de intervenções:

Nas regiões subdesenvolvidas, os agricultores são, em geral, conservadores. Quase sempre pobres, dependentes dos azares da natureza e do mercado, não se mostram dispostos a correr riscos ou a adotar ideias novas, a não ser que sejam convencidos de sua conveniência. Então, o que mais importa é o processo educativo, o preparo do agricultor e da população rural como um todo – para novos estilos de trabalho e a conquista de níveis mais elevados de bem-estar. [...] Um dos graves dilemas que hoje a humanidade enfrenta *é o contraste entre o estágio avançado a que alcançaram o conhecimento científico e os meios de progresso e, de outro lado, a ignorância e a pobreza que impedem o acesso de centenas de milhões de seres humanos aos benefícios da civilização*. Muitos são os cientistas sociais que veem na eliminação deste contraste o problema crucial do mundo contemporâneo. E a consciência deste fato mobiliza organizações como a FAO, a UNESCO, a OMS e tantas outras, *no afã de abrir os caminhos de um mundo novo para aquelas massas que ainda permanecem à margem da corrente da vida* (ABCAR, 1970 p. 7, grifo nosso).

Nessa citação aparecem algumas questões centrais que estavam em jogo: o imaginário que balizava as diferenças entre regiões “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas”, assuntos como a pobreza e a ignorância na qual povos “subdesenvolvidos” estariam arraigados e a necessidade proclamada de superação do tradicionalismo (e toda carga negativa a que estava associado) como uma condição para o progresso e o bem-estar social. Isso envolvia a difusão de parâmetros civilizatórios modernos, saberes e práticas científicas por meio de um processo de convencimento dos assistidos para que desistam de sua ignorância e deixem de viver *à margem da corrente da vida*. Sendo os serviços de extensão rural os responsáveis por esse processo

educativo, suas associações seriam as responsáveis pela resolução dos diferentes “problemas do homem e da terra, no centro da ideologia universal” que buscaria a “redução das desigualdades, até que os frutos do progresso possam amadurecer para todos” (ABCAR, 1970 p. 7).

Na percepção da ABCAR (1970 p. 49), isso seria possível se o agente se comprometer a

[...] motivar e induzir o agricultor à adoção de práticas racionais e à obtenção de maior renda, *vencendo-se as resistências advindas de tradições, costumes, apatia, ignorância e incredulidade, de maneira a criar na agricultura uma mentalidade progressista* (ABCAR, 1970 p. 87, grifo nosso).

Até porque,

Se o homem é o objeto central desse processo, há de ser também o seu instrumento. *E precisa ter conhecimentos, habilidades específicas, saúde, padrão alimentar adequado, nível de educação que lhe permita o melhor entendimento de suas relações com a terra e os seus semelhantes, que o faça mudar atitudes e tradições, quando se convencer de que isso é essencial à melhora de sua condição* (ABCAR, 1970 p. 81, grifo nosso).

Superar *atitudes e tradições* seria *essencial à melhora das condições* de vida. A extensão rural, neste cenário, acabou sendo personagem fundamental na construção e difusão de mitologias a respeito da modernização (LOHN, 2008), para qual as populações rurais seriam “retardatárias do desenvolvimento econômico e da História, supostas ilhas de primitivismo” fora do “suposto paraíso da modernidade” (MARTINS, 2001 p. 31). Essas populações viraram objetos de intervenção pelo seu “lado negativo”, por “aquilo que parecia incongruente com as fantasias da modernidade” e não por aquilo que realmente eram (MARTINS, 2001 p. 32). Dessa forma, enquanto o extensionista era considerado a figura que detinha os marcadores do “progresso e a civilização”, o agricultor era o elemento “atrasado e da barbárie” (OLIVEIRA, 2013 p. 80), um representando e trazendo os avanços do “primeiro mundo”, e o outro, resistindo mediante a ignorância e o atraso típicas do “terceiro mundo”. Na análise de María Idoya Zabala Errazti (2005 p. 21), os principais elementos da teoria da modernização consistiriam na aceitação da dicotomia entre sociedades tradicionais e sociedades modernas como entidades estáveis e na exaltação da racionalidade científica e moderna em contraposição ao conhecimento tradicional. Para ela,

La valoración de las sociedades objeto de análisis del desarrollo era, en general, negativa y opuesta a la de las sociedades industrializadas. El modelo

de desarrollo de la época estaba parcialmente basado en las experiencias del período de colonización, donde el sentido de diferencia y superioridad se expresaba en imágenes y definiciones que reforzaban conceptos negativos (ZABALA ERRAZTI, 2005 p. 22).

Não podemos esquecer o alerta de Rist (2008): ao defender a ideia que as sociedades ditas modernas eram diferentes das tradicionais, se auto qualificando como seculares e racionais, o discurso do desenvolvimento reascendeu a *arrogância ocidental* sobre o resto do mundo. Na visão dele, deveríamos rejeitar a grande divisão entre a tradição e modernidade, tendo em vista que a própria ideia de modernidade está inserida em uma tradição (RIST, 2008 p. 21), do qual a ideia de progresso, desenvolvimento e a crença na ciência e tecnologia como melhores alternativas frente aos problemas mundiais são tributárias. No caso da extensão rural isso não era mera *arrogância*, já que as imagens negativas com que o “terceiro mundo” era associado justificavam a necessidade de sua existência enquanto agência de desenvolvimento.

Se o objetivo da ASCAR era a reordenação social dos assistidos, o que pressuporia “rupturas com modos de pensar e de se comportar” sustentado através da produção “especializada de saberes técnicos ou científicos” (NEVES, 1998 p. 148), a justificativa para o abandono dos hábitos e traços tradicionais passava principalmente por diagnósticos repletos de deficiências sobre a situação da população rural gaúcha e brasileira, que, ao construir um cenário quase caótico de *pobreza, ignorância e doenças*, tornava mais do que necessárias intervenções que pudessem reverter o problema. Compreender as causas passíveis de intervenção nos ajudará a entender a racionalidade complementar entre os dois campos de trabalho.

De acordo com o diagnóstico da área “social” da ASCAR (1974b), existiriam muitas deficiências no que diz respeito a assuntos como habitação, alimentação e higiene no meio rural gaúcho. O cenário seria complicado: a higiene ruim das populações rurais, em virtude de um “saneamento básico deficiente”, incluindo “canalização descuidada, destino das águas servidas e desejos, destino do lixo descuidado, pragas e infecções domésticas”, as deixariam mais vulneráveis a “doenças endêmicas responsáveis pelo atraso físico e mental” (ASCAR, 1974b p. 5). Quanto à alimentação, o cenário não seria muito diferente: além da “escassez” dos alimentos idealizados para consumo “e má qualidade dos produtos disponíveis”, as populações rurais possuíam um “desconhecimento das mínimas regras e princípios de boa alimentação” (ASCAR, 1974b p. 5), se fazendo necessário “erradicar” “tabus

alimentares” (ASCAR, 1974a p. 11) e difundir novas técnicas de preparo baseada em preceitos científicos.

Em 1974, o campo “social” da ASCAR problematizava a existência de um “círculo vicioso de pobreza, ignorância e doença” (ASCAR, 1974a p. 15) e sua íntima relação com os níveis de produtividade agropecuária. Vejamos como isso se apresenta numa publicação institucional:

[...] assegurando padrões mínimos de saúde e eficiência às comunidades, obter-se-á uma população com mão de obra qualificada e produtiva capaz de suprir suas necessidades e desenvolvendo-se social e tecnicamente (ASCAR, 1974a p. 15).

Uma vez que,

A ignorância é o maior obstáculo ao desenvolvimento de um país. De fato, a ignorância impede que o indivíduo se defenda das doenças, o que o torna vítima de inferioridade física e mental, incapaz de produzir o suficiente para si próprio, para sua família, e, contribuir para a evolução da comunidade. [...] se o subdesenvolvimento reside na ignorância, não será somente a entrada de maior renda que irá inferir em todo o complexo econômico, quer familiar ou mesmo de uma nação (ASCAR, 1974a p. 16).

Ao passo que a população rural do Estado do RS era qualificada como “subdesenvolvida” e, se esse *subdesenvolvimento reside na ignorância*, a população do meio rural é associada à ignorância e seus possíveis impactos em termos de saúde. Expostos a se tornarem *vítima de inferioridade física e mental*, terminariam por estar incapacitados de produzir o suficiente, causando impactos negativos não apenas para si, mas à evolução da comunidade. Para alcançar o *desenvolvimento* e garantir uma *mão de obra qualificada e produtiva* seria necessário assegurar padrões mínimos de saúde da população. Dessa ideia devemos absorver o raciocínio utilizado: a *ignorância* prejudica a saúde que, por sua vez, prejudica a produtividade. O grande problema diagnosticado parece ser a *ignorância*, uma vez que ela seria a causadora dos males apontados.

Os argumentos da ASCAR não eram diferentes do contexto mais amplo da extensão rural, já que seus diagnósticos estavam bem alinhados à ABCAR. Em 1970, a ABCAR expunha algumas de suas preocupações com o meio rural e as dificuldades visando o desenvolvimento do país:

A diferença entre os quadros rural e urbano se deve, sobretudo, à transferência da população do campo para as cidades, em correntes de êxodo desordenadas e contínuas, estimados em um milhão de pessoas por ano. O setor urbano não tem conseguido absorver toda essa oferta adicional de mão-

de-obra, quase exclusivamente não qualificada, gerando-se o desemprego e o sub-emprego. Assim, embora desejável a diminuição da população rural em relação à urbana, o que constitui um dos indicadores de grau de desenvolvimento, é preciso moderar a intensidade do êxodo rural, até que a economia global do país alcance um estágio de desenvolvimento compatível com a utilização plena de sua força de trabalho. Impõe-se, para isso, a melhoria das condições de vida e de trabalho no meio rural – um dos grandes desafios que a nação enfrenta (ABCAR, 1970 p. 80-81).

Outra face do problema do bem-estar social de uma população é o seu estado sanitário, efeito imediato da alimentação e mediato da educação. Conquanto depois de algumas décadas de luta os progressos médicos tenham proporcionado uma forte redução das doenças de massa, as más condições sanitárias subsistem no Brasil, como, de resto, na maioria dos países do Terceiro Mundo [...]. Esse grupo de doenças afeta a população em proporção tão elevada que contribui em margem substancial para entrar o desenvolvimento econômico e social do país. Estima-se que o estado sanitário deficiente influi expressivamente na vida econômica e social, reduzindo a produtividade individual em percentagens que variam, em muitos casos, de 30% a 60%. [...] Daí se infere a íntima dependência entre os problemas de saúde, alimentação, educação e produtividade [...] (ABCAR, 1970 p. 84-85).

Não pretendo negar a existência de problemas em condições sanitárias ou populações malnutridas, não é disso que se trata, uma vez que negar isso seria não reconhecer a existência de desigualdades sociais no Brasil. O importante aqui é o raciocínio: as condições sanitárias e alimentares deficientes, sobretudo doenças de massas que afetariam a população rural (brasileira e do “terceiro mundo”) de forma tão intensa, contribuiriam em margem substancial *para entrar o desenvolvimento econômico e social* do país, podendo *reduzir a produtividade individual em percentagens que chegam a 60%*. Ao mesmo tempo, para a ABCAR seria necessário *a redução do êxodo rural desordenado e contínuo* que o país passava à época. Por consequência, investir na saúde, higiene, alimentação e nas condições de vida da população rural parecia uma alternativa a ambos problemas diagnosticados. O discurso da ABCAR é mais direto em suas proposições, já que assume a *íntima dependência* entre saúde, alimentação, educação e os níveis de produtividade, mas a justificativa e a racionalidade para sua atuação complementar é bem semelhante à ASCAR.

ASCAR e ABCAR estavam preocupadas com a saúde da população rural trabalhadora, saúde que estaria diretamente ligada à produção e à produtividade. Se o problema, ao fim, reflete um problema de trabalho, a solução passaria por intervir no lar e nos hábitos familiares, e se a sua má saúde era provocada por comportamentos e hábitos associadas à *pobreza* e à *ignorância*, se faria necessário intervir não apenas buscando melhorar as condições físicas das famílias rurais, mas seus valores e modo de

viver. Na busca de adequar os assistidos a uma “mentalidade progressista” (ABCAR, 1970 p. 87) que facilitasse a resposta às tecnologias e às perspectivas modernas difundidas (insumos, maquinários, atitudes empresariais e etc.) para obter ganhos de produtividade, esses órgãos idealizavam mudanças em hábitos de higiene, alimentação e saúde das famílias rurais. É esse tipo de raciocínio complementar entre *saúde* e *produtividade* que sustentava a divisão entre as áreas “social” e “produtiva” da ASCAR e da ABCAR, ocupadas pelos respectivos temas. A *ignorância* e os demais juízos pejorativos associados ao *subdesenvolvimento*, por sua vez, justificavam a necessidade de transplantar conhecimentos e práticas tidas como modernas, científicas e racionais e superar os hábitos enraizados em costumes e tradições.

Nesse cenário, a área “social” da ASCAR e ABCAR seguia alguns argumentos semelhantes à execução do *Home Demonstration Work* em estados do Sul norte-americano, bem estudados por Mona Domosh (2015), entretanto, agora todas as más condições eram justificadas por se tratar de um país de “terceiro mundo”, pobre e ignorante. O “terceiro mundo” entrava na *guerra contra a pobreza*, uma condição associada

[...] con rasgos como movilidad, vagancia, independencia, frugalidad, promiscuidad, ignorancia, y la negativa a aceptar los deberes sociales, a trabajar y a someterse a la lógica de la expansión de las “necesidades”. Por consiguiente, la administración de la pobreza exigía la intervención en educación, salud, higiene, moralidad, empleo, la enseñanza de buenos hábitos de asociación, ahorro, crianza de los hijos, y así sucesivamente. El resultado fue una multiplicidad de intervenciones que significaron la creación de un campo que algunos investigadores han denominado “lo social” (ESCOBAR, 2007 p. 50).

Instituições como ASCAR e ABCAR refletem o que Escobar (2007 p. 51) acreditou ser o aspecto mais significativo do fenômeno ligado a *guerra contra a pobreza* no “terceiro mundo”: o estabelecimento de aparatos que buscam articular conhecimento e poder e se dedicam a “optimizar la vida produciéndola bajo condiciones modernas y ‘científicas’”. Na visão de Escobar (2007), esse campo de conhecimento e intervenção chamado “social” ganhou importância no século XIX, culminando com a consolidação do Estado de bem-estar social e um conjunto de “técnicas” (ESCOBAR, 2007) e disciplinas voltadas para intervir na “vida cotidiana” (ESCOBAR, 1996 p. 217). Com a emergência do discurso do desenvolvimento na metade do século XX cresceu o número de instituições análogas voltados a promoção de seus pressupostos, com um discurso comum, mesmas formas de definir os problemas, um quadro de especialistas e

um conjunto de conhecimentos semelhantes, algo que Ferguson (1990 p. 8) chamou de “indústria do desenvolvimento”. A ASCAR era uma dessas instituições, que, através da atuação da área “social” e da agente de extensão em economia doméstica, se valia de diferentes técnicas para intervir na vida cotidiana da população rural gaúcha.

O horizonte epistemológico de Escobar (2007) está em Michel Foucault (1999 [1976]). Para o autor, as intervenções voltadas à produção e otimização da vida poderiam significar a *governamentalização* da vida social, ou em outras palavras, a “sujeição da vida” a mecanismos de produção e administração por parte do Estado e outras instituições voltadas a produzir o bem-estar da população (CASTRO-GÓMEZ, 2007 p. 160). Entretanto, Santiago Castro-Gómez (2007) lembra que esses processos estariam associados à manutenção de um tipo desejado de população, um “protótipo de normalidade” condicionado à exclusão de sujeitos que não se ajustem, e, como consequência,

[...] la biopolítica es una tecnología de gobierno que «hace vivir» a aquellos grupos poblacionales que mejor se adaptan al perfil de producción necesitado por el Estado capitalista y en cambio, «deja morir» a los que no sirven para fomentar el trabajo productivo, el desarrollo económico y la modernización. Frente al peligro inminente que representan estos enemigos, la sociedad debe «defenderse» y para ello está justamente la biopolítica (CASTRO-GÓMEZ, 2007 p. 156-157).

Ainda que o discurso da ASCAR e ABCAR fale de *pobreza, ignorância* e termos pejorativos semelhantes, tais questões estavam associadas à imagem de um país “subdesenvolvido” e não refletiam uma opção por trabalhar com sujeitos em maior vulnerabilidade no Estado do RS, antes ao contrário, posição que inclusive se repetia nacionalmente (DIAS, 2007b). Em um livro que comemorava cinquenta anos de existência da Associação (EMATER/RS-ASCAR, 2005) é apresentada a primeira forma de classificação utilizada para fins de execução do programa de extensão da ASCAR, ou em outras palavras, os critérios que delimitavam as populações passíveis ou não de serem assistidas. A população rural foi dividida em dois tipos: “marginais” e “submarginais”. Os primeiros, que, mesmo à “margem da produção”, possuíam os “meios e potencial para produzir”, e, portanto, “operam estabelecimentos viáveis”, caberia “maior atenção dos programas oficiais de assistência”, e isso especialmente “porque sem essa ajuda ficariam sujeitos à desestabilização”. Quanto aos segundos, considerando que operariam “unidades tão pequenas, com recursos mínimos de produção” e pouca “possibilidade de progresso, nem sempre podendo assegurar a

própria subsistência de suas famílias”, eles “poderiam ser beneficiados por outras formas de assistência” (EMATER/RS-ASCAR, 2005 p. 39).

E isso não muda de uma hora para a outra. Quase vinte depois da fundação da ASCAR, a área “social” da Associação à época procurava “investir na família rural com alta rentabilidade” através da promoção de programas educacionais direcionados a higiene, alimentação e saúde, “pois quanto melhores as condições de saúde de uma população, tanto maior” podem ser “as possibilidades econômicas de um país” (ASCAR, 1974a p. 14). É certo que historicamente houve transformações com relação aos critérios e os recortes que estabeleciam a população alvo prioritária a ser assistida, por quais sejam as motivações. Entretanto, o tipo de justificativa para a abordagem complementar entre os campos “social” e “produtivo” – quando a saúde da população se converte em um problema econômico e político – parece se manter sem alterações drásticas se comparado com a década de 1990, mesmo que nesse período já constem outros elementos em sua argumentação.

Em 1991, quando a ASCAR e a EMATER/RS já atuavam de forma conjunta, é mantida a correlação entre a boa higiene, saúde e alimentação da população rural gaúcha e os níveis de produtividade agrícola. O tipo de justificativa ainda contém termos como *subdesenvolvimento* e *pobreza*, mas agora é associado com *fome* e *marginalização social*. Falando a respeito da eficiência da força de trabalho, para Associação a desnutrição estaria “intimamente relacionada à pobreza que leva à marginalização social, ao subdesenvolvimento e, conseqüentemente, à fome”, um problema de “ordem política, social e econômica”, tendo em vista que sem uma alimentação “adequada” seria “impossível ao homem ter uma boa saúde e responder como força de trabalho eficiente”, uma temática “preocupante quando temos uma grande parte da população (70%) malnutrida” (EMATER/RS-ASCAR, 1991 p. 123).

Mas como interpretar esse raciocínio que envolve *saúde*, *força de trabalho* e *produtividade* no caso da abordagem dual da ASCAR? Comentando o peso de Michel Foucault em sua obra, Jacques Donzelot (1980) apresenta o uso que faz dos conceitos “biopolítica” e, mais especialmente, “polícia”:

[...] os trabalhos de Michel Foucault conseguem identificar um campo de práticas que podem ser consideradas como diretamente portadoras de transformações que se procura analisar, evitando essa clivagem infinita entre política e psicologia, levando-se em consideração o que ele chama de biopolítico: essa proliferação das tecnologias políticas que irão investir sobre o corpo, a saúde, as formas de se alimentar e de morar, as condições de vida, o espaço completo da existência, a partir do século XVIII, nos países europeus.

Técnicas que, no seu ponto de partida, encontram seu pólo de unificação naquilo que então se chamava polícia: não no sentido restritivamente repressivo que lhe atribuímos atualmente, mas segundo uma acepção mais ampla englobando todos os métodos de desenvolvimento da qualidade da população e da potência da nação, “A polícia tem como objetivo assegurar a felicidade do Estado, através da sabedoria de seus regulamentos, e aumentar suas forças e sua potência tanto quanto ele for capaz. A ciência da polícia consiste, portanto, em regular todas as coisas relativas ao estado presente da sociedade, em consolidá-la, melhorá-la e em agir de forma que tudo concorra para a felicidade dos membros que a constituem. Ela visa fazer com que tudo o que compõe o Estado sirva à consolidação e ao aumento de seu poder, como também à felicidade pública” (Von Justi, Eléments généraux de police, 1768) (DONZELOT, 1980 p. 14-15, grifo nosso).

O termo “polícia” que Donzelot (1980) mobiliza nos fornece o sentido que a atuação da área “social” da ASCAR possuía: aumentar a força e a potência do Estado e de sua força de trabalho, o que passava por regular os corpos e otimizar as condições de saúde, higiene, alimentação e moradia. O objetivo era otimizar as condições de vida de populações que, pelos critérios estabelecidos, correspondiam ao ideal de desenvolvimento em curso, a modernização da agricultura. Com essa finalidade, a responsabilidade da área “social” da ASCAR (e da ABCAR) parece tributária à “produtiva” na medida em que sua atuação era voltada para otimização da segunda, uma vez que, como sugere Caporal (1991 p. 101), “o caráter da produção é o centro do trabalho”. Por resultado, a área “social” era relegada a um espaço secundário e complementar no *esquema de gênero*.

Isso inclusive parece ter se intensificado a partir da década de 1960 com a onda produtivista¹⁹ na extensão rural. Para a área “social” da ASCAR, eram tempos desfavoráveis para o trabalho social, pois mesmo sendo “considerada imprescindível aos serviços de extensão rural”, o setor era “alvo frequente de críticas quanto aos seus propósitos” (ASCAR, 1974a p. 2). Como a EMBRATER²⁰, os profissionais do setor inclusive reconheciam que trabalhavam no “preparo fundamental” de “senhoras” e jovens rurais não apenas otimizar “tarefas do lar”, algo visto como “indispensável” para a elevação do nível de vida nos lares rurais, mas também visando “atender às necessidades de uma agricultura moderna” (ASCAR, 1974b p. 1). Fazendo um balanço

¹⁹ Mostras disso em âmbito nacional podem ser encontradas nos estudos de Oliveira (1984) e Rodrigues (1997).

²⁰ Criada em 1975 a EMBRATER caracterizava seu modelo de gestão como “produtivista-humanista”, mas com a “ênfase marcada na transferência de tecnologia” (EMBRATER, 1975 p. 18). Quando eram propostos “projetos de ação integrada”, denominação para ações voltados para o bem-estar da família rural, a EMBRATER estava interessada em superar os “aspectos que limitam sua capacidade de adotar tecnologias” para obter aumento da produtividade agropecuária (EMBRATER, 1975 p. 20-21).

sobre a história da agência, o *Marco referencial para as ações sociais* (2006b) da EMATER/RS-ASCAR sugere que os aspectos

[...] *econômicos caminhavam na frente dos problemas sociais*, em função disso os “especialistas” davam mais importância ao uso dos métodos tradicionais de extensão rural visando a solução de problemas técnicos e econômicos ligados ao aumento da produtividade das lavouras, criações e conservação de solo. *Complementarmente*, as Agentes em Extensão e Economia Doméstica (AEED) atuavam com as atividades chamadas de Bem-Estar Social, desenvolvendo práticas nas áreas de Administração do Lar, Alimentação, Saúde, Educação, Habitação, Recreação, Organização de grupos e comunidades, bem como a Capacitação e a formação de lideranças. [...] Paulatinamente, os financiamentos que visavam obter resultados exclusivamente econômicos (aspectos produtivos) difundiam-se com mais intensidade, em detrimento daqueles que visavam a solução dos problemas sociais (p. ex. melhoria do lar), *que eram avaliados, naquela época, como causadores de endividamento* (EMATER/RS-ASCAR, 2006b p. 16-17, *grifo nosso*).

Embora o material de base dessa seção sejam documentos, vale a pena a inserção de elementos colhidos na pesquisa de campo, uma vez que não apenas reforçam as análises documentais e as inferências feitas até o momento, mas fazem ligação com a próxima seção, ocupada de apresentar e analisar dinâmica do trabalho “social” EMATER/RS-ASCAR. A análise de uma entrevistada, Assistente Técnica Estadual do núcleo “social” da Associação, não só situa o espaço da mulher extensionista ao citar as representações que ligavam a mulher ao cuidado e à saúde, como marca a posição secundária ou complementar que o trabalho “social” tinha no *esquema de gênero*:

É, eu acho que há uma dinâmica de disputa e construção. Pela maior parte do tempo da história dessa instituição havia uma reconhecida preponderância do técnico-produtivo sobre o social, isso é inegável, a extensão rural aqui no Rio Grande do Sul e em qualquer outro lugar nos primeiros tempos ela surge para isso né, é para implantar inclusive um modelo de produção de alimentos e que durante uma boa parte desses primeiros anos era o modelo da revolução verde. Onde é que entrava o extensionista social? Ele já estava lá na gênese, ele já estava lá, ele fazia parte de um pacote, que era a coisa assim de reconhecer que no meio rural havia muita miséria, muita pobreza, muita inocuidade mesmo e que precisava ter um profissional que trabalhasse com isso. Porque não uma mulher que é o ser humano ocupado com o cuidar né, e de formação magistério, professora, aquela que ia lá educar, ensinar a dar banho nas crianças, ensinar a cuidar a casa, ensinar a cuidar os arredores, essa era a função. Mas o principal, o que se esperava daquela família era que ela começasse a produzir e produzir com fôlego para comercializar, e quem ia fazer isso era o engenheiro agrônomo ou técnico agrícola, essa é a ocupação econômica, importante, é ali que está investido um pacote de insumos e de profissionais que se espera que deem resposta, inclusive para sustentar a própria instituição. Então isso não muda de uma hora para outra (Entrevistada nº 10, 2017).

Se era necessário intervir no lar para melhorar as condições de saúde, higiene e alimentação da população rural assistida em função da *pobreza* e *ignorância* diagnosticada à época e seus impactos em termos de produtividade, a mulher rural foi escolhida como instrumento capaz de irradiar novos hábitos e valores às famílias, opção que refletia representações que reforçavam a feminização das atividades ligados ao cuidado e à reprodução. O mesmo, por conseguinte, valia para a extensionista da área “social”, responsável por dar os subsídios às mudanças empreendidas a partir de conhecimentos em economia doméstica. Esse trabalho *de mulher para mulher* é tema da próxima seção.

3.3 INTERVINDO NO LAR: A MULHER COMO PROMOTORA E OBJETO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Falar sobre a área “social” nos serviços de extensão rural no Brasil e na EMATER/RS-ASCAR entre o período de 1955 a 2000 é problematizar a constituição do espaço doméstico e da figura da mulher (mãe, avó e filha) como objetos de intervenção do desenvolvimento. Não podemos nos esquecer que as famílias rurais são capazes o bastante para serem “motor de evolução por si só”, mas o são em boa medida pela “acoplagem com outros vetores, da mesma forma que os outros vetores entram em relações de acoplagem ou de cruzamento” com eles “para agirem sobre” as famílias (DONZELOT, 1980 p. 6). É esse o espaço ocupado pela EMATER/RS-ASCAR e instituições diversas ordens, como associações locais, igrejas, agências estatais, organizações não-governamentais e etc.

No caso da ASCAR, inicialmente o cargo era ocupado por uma “educadora familiar”, função de “supervisora em economia doméstica” (ASCAR, 1956 p. 2), mas a partir de 1961 passaram a ser chamadas de “Agentes de Extensão em Economia Doméstica” (ASCAR, 1974a p. 28), ganhando outras denominações ao longo dos anos, como “extensionista de bem-estar social” e “extensionista social rural” para nomenclaturas mais recentes. Mas isso não significa que uma suceda a outra: uma das interlocutoras se mostrou chateada que, nos dias de hoje, ainda chamam as extensionistas da área “social” de *bes* (em referência a *bem-estar social*), o que desgosta por fazer menção a uma época em que não era reconhecida financeiramente a formação de nível superior das funcionárias, que, a partir de 2010 – reflexo das mudanças no

plano de cargos e salários da Associação que analiso no capítulo 4 – podem se dizer “extensionistas sociais rurais” de nível superior ou não (Entrevistada nº 8, 2017).

O que inicialmente era considerado a Divisão de Economia Doméstica da ASCAR, em 1974 já era tido como Área de Bem-Estar Social, algo que inclusive serviu de motivação para que esse setor se manifestasse sobre ambos conceitos. Segundo documento da ASCAR (1974a p. 41) seria “necessário que na situação atual” fosse “definido exatamente o campo de ação da extensão rural entre o que se conceitua como Economia Doméstica e Bem-Estar Social”, pois se no primeiro eram trabalhados “aspectos fundamentais da família”, no segundo, “além destes aspectos”, também são trabalhadas “atividades relacionadas com a organização e o desenvolvimento da vida comunitária no meio rural”. A preocupação talvez fosse pertinente, já que o próprio documento citado já havia relacionado o campo de conhecimentos de economia doméstica a atividades associados à vida comunitária, supostamente ligado ao bem-estar. Tal como descrevi na introdução desse estudo, hoje há o Núcleo “Social”, o campo de trabalho equivalente, mas mesmo que tais mudanças sejam importantes e precisem ser melhor compreendidas, nessa pesquisa não me interesse pelo rigor das conceitualizações, e sim pelas proposições do campo “social” e as representações nas quais estariam arraigadas.

Nesse sentido, essa seção se ocupa de descrever e analisar a área “social” e o tipo de trabalho proposto pela Associação no período entre 1955 e 1990, o que é organizado em três subseções. Na primeira, abordo o trabalho voltado à mulher rural adulta (mãe/esposa e avó), enquanto na segunda, por sua vez, às jovens rurais. Veremos que a abordagem e o conteúdo dos projetos propostos eram semelhantes e, em boa medida, trabalham na qualificação da mulher *para além dela*, uma vez que sua educação era justificada por seu papel dentro da família (LOURO, 2011). Na terceira apresento alguns dos dilemas que as extensionistas rurais sociais precisavam lidar à época e, em boa medida, ainda nos dias de hoje. Ao longo das análises articulo documentos, fotografias e lembranças compartilhadas pelas/os interlocutora/es nas entrevistas.

3.3.1 Para a mulher rural: as proposições da área “social”

Nos primórdios da ASCAR a área “social” era sinônimo de mulher e tarefas domésticas. Mas, como intervir dentro de casa? Como as agentes promoveriam as

mudanças idealizadas? A atuação da ASCAR seguia a dinâmica que Jacques Donzelot (1980) apontou nos procedimentos utilizados por instituições filantrópicas francesas no século XIX: através de conselhos baseados em uma *norma preservadora*. No trabalho “social” da ASCAR isso seria obtido através de visitas individuais e organização de grupos de mulheres (de mães, avós e adolescentes) e na realização de palestras, seminários e demonstrações que viabilizassem a difusão de conhecimentos, valores e formas de comportamento sobre temas associados à saúde (como primeiros socorros, epidemiologia etc.), higiene (cuidados básicos como lavar a mão, escovar os dentes, construção e uso de privadas e etc.), administração do lar (organização dos móveis, movimentos do corpo, reorientados para aumentar a “eficiência” das atividades domésticas), alimentação (uso *racional* dos alimentos e superação de hábitos tradicionais por preceitos considerados científicos), vestuário (cursos de corte e costura), cuidado e saúde infantil (difusão de conhecimentos em puericultura) e atividades demandadas pelas assistidas ou mesmo predileções das extensionistas (como receitas, excursões e etc.).

No que tange às intenções, nos deparamos com intensificações já percebidas nos discursos mais gerais da Associação (como em ASCAR, 1956; 1974a), recheados de *mais e melhor*, no entanto, agora se dirigiam diretamente ao papel das agentes de extensão em economia doméstica junto às assistidas:

[...] capacita a senhora rural a *melhor* organizar e administrar o seu lar em termos de conseguir uma *melhor* saúde, *melhor* habitação, *melhor* alimentação, *maior* segurança e *maior* satisfação a todos membros da família (ASCAR, 1975, s/p, *grifo nosso*).

Está em jogo *capacitar* a mulher a administrar o lar e o tempo que dispõe para executar o trabalho doméstico com vistas a *melhorar* as condições de saúde, alimentação, habitação e de bem-estar das famílias rurais. Apresentando *A economia doméstica em Extensão no Estado do RS* no Encontro de Economia Doméstica realizado em 1961 no Rio de Janeiro, Guilhermina Petzold, à época chefe do setor de Economia Doméstica da ASCAR, fala sobre os objetivos dos projetos realizados pelo que chamou de o “setor do lar”: “solucionar os problemas” (reflexo dos diagnósticos apresentados na seção passada) relacionados a temas como higiene, saúde, alimentação, habitação, vestuário e juventude (o que envolvia a promoção de grupos e Clubes 4-S) (BRASIL, 1961 p. 37).

Na avaliação de Guilhermina, através do “assessoramento de instituições” e “pessoas especializadas” os projetos promoviam a “adoção de melhores hábitos de higiene” e saúde às assistidas, o que incluía questões como a construção de fontes e o tratamento da água, informações sobre exames médicos, palestras sobre endemias e primeiros socorros (BRASIL, 1961 p. 38). No trabalho ligado à alimentação buscava-se “promover o uso racional, a produção, o preparo e a conservação dos alimentos, melhorando” os “hábitos alimentares da família rural” (BRASIL, 1961 p. 37). No tema habitação, as extensionistas trabalhavam na adequação das residências às necessidades que se via para a família assistida, visando “torna-la mais confortável, atrativa e agradável” através de dicas sobre construção e conservação do mobiliário, utensílios, instalações elétrica e sanitária (BRASIL, 1961). No trabalho com vestuário, eram promovidos cursos de corte e costura visando “capacitar a mulher rural a melhor selecionar, confeccionar, cuidar e usar as roupas”, o que traria “benefícios” à saúde (BRASIL, 1961).

Nos discursos da ASCAR, administrar o lar passava pelo pressuposto de aumentar a eficiência do trabalho doméstico através de orientações às assistidas quanto à mudança de atitudes e comportamentos capazes de reduzir o tempo de execução das tarefas domésticas. Isso seria obtido “eliminando certos pormenores inúteis” e realizando uma “análise do trabalho, da maneira como o fazem”, para, por conseguinte “planejar um novo método, mais fácil e mais eficiente” (ASCAR, s/d, p. 16). O mesmo documento nos revela como isso seria realizado: sob supervisão das extensionistas, as assistidas deveriam alistar os “passos e movimentos usados ao fazer um determinado trabalho”, para, logo em seguida, “perguntar a si mesma que melhoramentos” poderiam ser propostos “na maneira de executar aquele trabalho”²¹ (ASCAR, s/d, p. 16). Depois de responder essas perguntas, seria necessário fazer uma revisão do que até então era realizado, “fazer o trabalho normalmente e verificar se o novo método” economizou “passos e movimentos” (ASCAR, s/d, p. 16).

Nesse documento fica clara a tentativa da Associação em racionalizar e otimizar o uso do corpo e do tempo da mulher rural assistidas, característica marcante da modernidade. Os movimentos e a conduta da mulher estavam sob análise e revisão. Tudo deveria ser pensado para “evitar grandes distâncias entre os centros de trabalho,

²¹ Isso inclui perguntas como: “que movimento poderei eliminar?”, “Que partes do trabalho poderei coordenar?”, “Poderei usar as duas mãos no trabalho?”, “Todas as coisas estão fáceis de serem alcançadas?”, “Poderei assentar para fazer o trabalho?”, “Que utensílios tornarão o trabalho mais fácil?”, “Poderei ter uma atitude mais calma?” (ASCAR, s/d, p. 16).

sistematizando a organização das áreas, de maneira a economizar passos e movimentos e poder coordenar o trabalho” (ASCAR, s/d, p. 16). A ASCAR incentivava que se controlasse o “movimento das mãos e dos braços”, se evitasse “passar utensílios de uma mão para a outra” ou até mesmo “carregar as coisas de um lugar para outro, sem necessidade”, “andar de um lugar para outro sem necessidade” e “virar e olhar de um lado para outro sem necessidade” (ASCAR, s/d, p. 16-17). A mulher rural assistida deveria fazer somente o necessário, o extraordinário seria demais.

Uma das interlocutoras, já aposentada da EMATER/RS-ASCAR, comenta a respeito do trabalho “social” que realizava entre as décadas de 1970 e 2000 como extensionista de campo:

A gente ia ensinando e elas iam aderindo. Por exemplo assim ó, da maneira que era para colocar as coisas na cozinha, sabe, elas aceitavam né, essas mudanças. Porque na época que eu comecei a trabalhar lá em [município] não tinha nada disso. Elas só tinham uma casa, mas não tinham nada direitinho sabe. Daí então eu fui ensinando, fui falando a maneira que era para colocar os móveis, e elas foram aceitando. [E esses ensinamentos, tu tiveste nos cursos preparatórios?] Teve coisas que fui por conta, tinha que, né. [Como tu buscava as informações para passar para elas?] Bom, assim... na minha casa era tudo organizado assim sabe, daí eu passava para elas (risos). [Utilizar a experiência do dia a dia?] É, exatamente. É como alimentação sabe, que como lá em casa a minha mãe produzia... ela fazia muitas compotas, muitas geleias... Daí eu fazia isso com elas sabe, porque isso é importante né. Daí ensinava a fazer geleias e coisas assim. [...] [Tu disseste que dava palestras sobre saúde, como eram? Ia bastante gente?] Era umas vinte, vinte e poucas mulheres sempre né, era importante. E daí eu dava sobre prevenção de HPV, essas coisas tudo, ou levava uma médica junto, dentista, tudo. Isso sempre levava junto. Daí era dado essas palestras. [Era mais trabalho em grupo?] Sempre em grupo que eu trabalhava, porque individual eu achava que era perda de tempo, porque tinha que reunir as mulheres assim em grupo. Daí eu reunia e ia dando as palestras (Entrevistada nº 2, 2017).

Nesse relato constam alguns temas concernentes à área “social”, como administração do lar (organização dos móveis, utensílios de cozinha), aproveitamento de alimentos (realização de compotas), prevenção de doenças, higiene bucal, tudo preferencialmente através do trabalho em grupo, visto como a abordagem mais eficiente. Entretanto, talvez o fato mais interessante seja como essa ex-extensionista difundia conhecimentos e práticas realizadas por sua mãe junto às assistidas. As análises restritas aos documentos apontariam somente para o quão científico deveria ser sua atuação, quando na verdade, experiências pessoais e referências familiares também eram utilizadas como subsídio para sua atuação profissional. Por possuir formação em magistério, não dispunha de qualificação específica para certas atividades, tendo que

buscar outras referências e profissionais que pudessem contribuir para cumprir o trabalho (dentistas, médicos e outros profissionais da saúde). Ao menos segundo a experiência pessoal dessa entrevistada, o trabalho realizado não mudou no período que esteve vinculada a Associação, já que teria mantido a realização das mesmas seminários e atividades até a década de 2000 (Entrevistada nº 2, 2017). Falando sobre o mesmo período citado, outra extensionista sugere que

[...] aquela época era muito a coisa de ensinar, não tinha internet né, aí tu ensinava muita coisa, dava muitos cursos, eles chamam de cursinhos, [...] tu faz as reuniões, ensina a fazer alguma coisa, daí o meu era a área social, das mulheres e jovens né, daí tu tinha que esclarecer desde a saúde, da verminose, trabalhava sabe, da alimentação, da saúde, higiene de arredores, a parte de saneamento, e muitas demonstrações técnicas também que a gente fazia, saneamento, fazer fonte protegida, fazer fossa, sumidouro, tu bota a mão na massa, tem que aprender... ensinar a fazer junto né, então é um trabalho muito bom [...] (Entrevistada nº 14, 2017).

O papel das agentes de extensão em economia doméstica seria promover a “saúde individual e coletiva” através da transmissão de conhecimentos e “hábitos simples” de higiene, saneamento e alimentação (ASCAR, 1974b p. 3) buscando “levantar o nível de vida, tanto material como espiritual da família” (ASCAR, 1974a p. 10). Mas o que se esperava da mulher rural assistida a luz desses temas? Como idealizado pela ASCAR (1974a, p. 8) caberia ela ser “um pouco de tudo, algo de psicóloga, de enfermeira, de modista, de planejadora, companheira, cozinheira e [...] de engenheira”, e seguindo o ar de modernidade à época, pela sua função como mãe deveria “desempenhar todos estes papéis, um por um, em forma rápida e competente”. Me valendo de Guacira Lopes Louro (2011), sugiro que a *capacitação* da mulher ia *para além dela*, uma vez que, em teoria, não remetia a seus próprios anseios ou necessidades, e sim às da família, e mesmo que pudesse representar ganhos de diferentes ordens (como informações sobre doenças, exames e etc.), sua educação continuava a ser justificada pelo destino como mãe/esposa.

As fotografias a seguir, publicadas no sitio virtual da biblioteca da EMATER/RS-ASCAR, ilustram o tipo de trabalho que era mantido à época junto às assistidas:

Figura 6 - Treinamento em epidemiologia (1973), Palmeira das missões



Fonte: Acervo da Biblioteca Bento Pires Dias, EMATER/RS-ASCAR.

Figura 7 - Treinamento em primeiros socorros (1973), Palmeira das Missões



Fonte: Acervo da Biblioteca Bento Pires Dias, EMATER/RS-ASCAR.

Figura 8 - Palestra sobre higiene (1972), Erechim



Fonte: Acervo da Biblioteca Bento Pires Dias, EMATER/RS-ASCAR.

Figura 9 - Treinamento em cuidados do bebê (1970), Canela



Fonte: Acervo da Biblioteca Bento Pires Dias, EMATER/RS-ASCAR.

Figura 10 - Acompanhamento da saúde infantil (1971), Antônio Prado



Fonte: Acervo da Biblioteca Bento Pires Dias, EMATER/RS-ASCAR.

Figura 11 - Treinamento em preparação de alimentos (1968), Palmeira das missões



Fonte: Acervo da Biblioteca Bento Pires Dias, EMATER/RS-ASCAR.

Figura 12 - Treinamento em preparação de alimentos, década de 1970, Campo Novo



Fonte: Acervo da Biblioteca Bento Pires Dias, EMATER/RS-ASCAR.

Figura 13 - Curso de corte e costura (1978), Encantado



Fonte: Acervo da Biblioteca Bento Pires Dias, EMATER/RS-ASCAR.

Figura 14 - Exposição de bordados e farmácia caseira de Clube de Senhoras, década de 1970, Arroio do Meio



Fonte: Acervo da Biblioteca Bento Pires Dias, EMATER/RS-ASCAR.

Na análise de Emma Siliprandi, coordenadora de um grupo de trabalho formado pela Associação entre 2001/2002 para repensar a base do trabalho “social”, como apresento e analiso no capítulo seguinte, “de forma complementar” ao campo produtivo, através da organização de grupos de mulheres as agentes da ASCAR “difundiam conhecimentos sobre saúde, alimentação, saneamento, abastecimento de água, e apoiavam as mulheres nas suas atividades domésticas” (SILIPRANDI, 2002 p. 48). No entanto, na opinião de Siliprandi, pela metodologia utilizada haveria uma negação do papel da mulher rural como agricultora, tendo em vista que ao promover um paradigma de feminilidade que associava a mulher ao espaço doméstico ajudaram a, mesmo sem intenção, consolidar a ideia de que haveria “um lugar separado” entre mulher e homem, o que, “na prática, negligenciava o papel produtivo que as mulheres sempre desempenharam na agricultura” (SILIPRANDI, 2002, p. 41).

Institucionalmente, o objetivo das agentes de extensão em economia doméstica era associado justamente à promoção do papel idealizado para mulher rural dentro da família, o que incluía a manutenção da saúde de seus integrantes, a moradia organizada e limpa, proporcionar uma alimentação racional e vestimentas mais adequadas segundo

os padrões à época, tudo ganhando contornos de modernidade e eficiência. Por estar estruturado com base em uma associação da mulher com o âmbito doméstico e à preservação da vida de todos membros da família, reforçando a feminização das atividades associadas ao cuidado, isso parece reflexo dos conhecimentos em economia doméstica que subsidiavam as diretrizes da área “social” da ASCAR e da ABCAR, explorado na seção *Desenvolvimento e economia doméstica no Brasil: em nome da ‘sociedade do amanhã’*. No entanto, isso não representava todo o trabalho realizado, já que na prática os sujeitos concretos não cumprem sempre os termos dessas prescrições.

Já em nota, Siliprandi (2002 p. 48) alerta sobre “outro lado” dos grupos de mulheres, pois em algumas experiências eles teriam funcionado como “embrião do envolvimento” da mulher rural em outros movimentos, como associações, cooperativas sindicatos de trabalhadores rurais, pastorais etc. Além disso, eram tidos como espaços de lazer, troca de conhecimento e discussão sobre temas moral ou politicamente polêmicos. Estamos diante de uma questão importante: além das práticas de governo voltadas à mulher, as atividades propostas podem ter ocasionado possibilidades concretas de ação ou acréscimos em termos de qualidade de vida e confiança para as assistidas, mesmo que isso possa ou não ter sido uma consequência imprevista. A dinâmica de cada grupo de mulheres organizado, por óbvio, refletia não apenas as diretrizes institucionais, mas a trajetória e a personalidade das extensionista e suas assistidas, podendo variar em termos de abordagem conforme os interesses e motivações em jogo. Com o passar dos anos, institucionalmente cresceu a preocupação para que os grupos de mulheres se ocupassem de estimular práticas produtivas que complementassem a renda familiar e discutissem sobre o reconhecimento da mulher rural como trabalhadora rural para fins de previdência social (VILLWOCK; GERMANI; RONCATO, 2006) e outros temas ligados à cidadania. As mudanças no paradigma de trabalho e as dificuldades que isso trouxe à Associação são temas do próximo capítulo.

Na verdade, a própria posição que extensionista de campo ocupava parece sintomática de possíveis consequências imprevistas que o trabalho “social” pode ter gerado, uma vez que reflete o *paradoxo da profissão* da economista doméstica (LOPES, 1995). Se, em teoria, a economia doméstica seria um *campo disciplinar feminino* (LOPES, 2012) que associava a mulher a ocupações domésticas ligadas à saúde e à moral da família, seu exercício por óbvio passava pelo ingresso da mulher no mercado profissional, o que no caso da ASCAR, em especial, também envolvia atuar viajando na

presença de um colega homem lotado na área “produtiva”, algo incomum e até mesmo moralmente condenado à época. O comentário de uma interlocutora sobre os dilemas de ser uma mulher em campo nas décadas de 1970/1980 é ilustrativo dessa posição:

[...] dentro da empresa hoje se fala muito a questão de assédio, coisa e tal, ah na época não tinha essa coisa das relações humanas em defesa da questão mulher, nunca... não... entre colegas assim acho que nunca teve problemas, se teve um que outro, isoladamente. O que eu percebia é aquela coisa assim do homem machista, achava que ele era... não digo a propriedade, mas que ele era o autoritário né, tem uma mulher, mas eu sou o homem, pela educação da época deles, e as mais velhas contam isso né, que eles se achavam o pai, o protetor, ou sei lá o que sabe, daquela colega. [...] assim de achar que ia... cabresto. Mas assim, socialmente, eu acho que era muito... até muito invejável pelas outras mulheres, pela liberdade que se tinha né, imagina, tu ias para o interior no carro com um homem lá não sei aonde, então na época isso aí deus o livre, interior né, tu sabes como é que é né, cheio de pré-conceitos né, então a mulher andar sozinha. [...] No grupo tu era respeitada, tu era ouvida, porque tu sempre levava informações que elas precisavam, agora fora dali, na cidade, tu era a mocinha da EMATER, até hoje, tu é a guria da EMATER, tu é a mocinha da EMATER. Eu não sei... assim, eu não sei o que que elas sentiam perante as outras pessoas da cidade, da comunidade né, porque tu eras totalmente independente né [...] (Entrevistada nº 14, 2017).

Segundo essa extensionista de campo, se por um lado a mulher sofria com um paternalismo por parte de colegas da área “produtiva”, por outro, eram invejadas por assistidas em virtude da liberdade que gozavam. Se nos grupos acreditava ser respeitada pelo papel que cumpria levando informações, fora precisava lidar com os padrões morais da época em relação ao tipo de atividade que realizava e suas condições de trabalho. Isso talvez seja sintomático da desconfiança que alguns maridos nutriam e nutrem sobre a participação de suas esposas nos grupos de mulheres. Mesmo que as atividades pudessem/possam ou não representar práticas emancipatórias ou críticas, assumindo mais frequentemente uma perspectiva voltada para o lazer²², difusão de práticas alimentares e hábitos *mais* saudáveis, seriam comuns situações onde os maridos não permitiram que as suas esposas participassem, como sugerem três diferentes interlocutoras que atuam/atuavam como extensionistas de campo (Entrevistadas nº 1; 2; 8, 2017), e, quando não colocariam restrições, manteriam grande desconfiança, inclusive havendo casos onde vigiaram as reuniões:

[...] de certa forma aquilo me intimidava né, no início... ficava meio desconcertada. Até porque a gente fazia essas brincadeiras, “tá mas, a minha mulher está vindo aqui pra isso... pra dar risada, pra dançar, pra brincar, pra

²² Para uma entrevistada, nos grupos as mulheres se “reúnem para se divertir, ser seu momento de integração e para aprender alguma coisa, não interessa o quê” (Entrevistada nº 8, 2017).

falar coisa, pra comer...”. É, é para isso. Quando que elas fazem isso no dia a dia? Não fazem... E eles, as comunidades, alguns vão a fandango, à igreja, quando a igreja... Elas não têm lazer. Essas criaturas vão fazer o que? (Entrevistada nº 1, 2017).

Enfim, se o campo de economia doméstica lida com conhecimentos científicos ou teórico-práticos que se relacionam ao que se concebe como esfera reprodutiva por meio da transmissão de conhecimentos sobre higiene, saúde, habitação e alimentação à mulher, tanto parte das proposições às assistidas da ASCAR quanto o paradoxo profissional das extensionistas parecem ter transbordado suas prescrições iniciais, atingindo consequências imprevistas. Isso, no entanto, não deve obscurecer o fato do trabalho proposto pela ASCAR ter se preocupado principalmente em assessorar a esposa/mãe rural no exercício do que até então estava naturalizado como a função social da mulher, atuando para *além de si*: para sua família – alicerce da sociedade se considerarmos as análises da seção 2.2. Na próxima subseção sugiro que isso também passava por pensar no papel da mãe/esposa da *sociedade de amanhã*, uma vez que as adolescentes rurais seriam *capacitadas* nos mesmos termos.

3.3.2 É cedo que se aprende: pensando na divisão do trabalho da sociedade de amanhã

As justificativas para o trabalho com a juventude rural eram semelhantes às relativas ao trabalho com o público adulto. Como consta no *Manual dos Clubes 4-S* (ABCAR, 1959 p. 7), a juventude rural brasileira, “reflexo do meio em que vive”, apresentaria “níveis sócio-econômicos e culturais tão baixos” que demonstraria “manifesta inferioridade quando comparada com a juventude urbana”. Neste espírito, convergindo com a missão das associações em seus primórdios, ou seja, superar o tradicionalismo rumo a sociedade moderna, esse documento estava preocupado com o fato da juventude estar “sob o influxo permanente da herança cultural dos pais, a qual, geralmente”, seria “constituída de conhecimentos limitados” e do uso de “técnicas primitivas” e “rotineiras” (ABCAR, 1959 p. 7). Segundo a ABCAR, visando “despertar” o “interesse pelo civismo e amor à pátria”, e, dessa forma, formar “bons cidadãos”, seria necessário “proporcionar” conhecimentos modernos e práticas em agricultura e economia doméstica (ABCAR, 1959 p. 12), seguindo a mesma lógica do trabalho com o público adulto.

Figura 15 - Símbolo dos 4-H Clubs (EUA) e Clubes 4-S (Brasil)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Benson & Warren (1920) e Souza (2003 p. 126).

A ASCAR promovia diversos tipos de grupos de jovens, com destaque aos Clubes 4-S. Inspiração norte-americana, os Clubes 4-S (Saber, Servir, Sentir, Saúde) eram a repaginação do pioneiro 4-H (Head, Hands, Heart, Health, onde “Hands” acabou curiosamente transformado em “Servir”) e surgiam com o objetivo de “estimular na juventude o amor à terra, infundir-lhe o sentimento de patriotismo” e, dessa forma, “possibilitar-lhe uma vida mais sadia e mais progressista” (ASCAR, 1956 p. 10). Para Guilhermina Petzold, então chefe do Setor de Economia Doméstica da ASCAR, os projetos executados pela Associação através dos Clubes 4-S buscavam “capacitar os jovens rurais” para “melhor participarem da vida cívica, social e econômica da comunidade” (BRASIL, 1961 p. 39). No ano de 1973 haviam 417 Clubes 4-S e uma quantidade de aproximadamente dez mil e quinhentos jovens assistidas/os (COESC, 1973a p. 8).

Figura 16 - Desfile promovido por Clubes 4-S, década de 1970, Arroio do Meio



Fonte: Acervo da Biblioteca Bento Pires Dias, EMATER/RS-ASCAR.

No que concerne às diferenças em termos de gênero e trabalho, segundo a ABCAR, a “psicologia feminina” seria “diferente da masculina”, e inclusive essa “diferença se acentua[ria] na idade adulta” (ABCAR, 1964 p. 4). Para a ABCAR caberia a meninos e meninas se ocuparem de atividades que, em virtude de sua natureza ou psicologia diferenciada, seriam ideais. Isso passava por preparar esses “rapazes e moças” através de uma “educação informal” para que exerçam todas as “responsabilidades que lhes cabem” na busca pela “construção do bem comum” (ABCAR, 1959 p. 11). Seguindo as representações hegemônicas, os meninos foram associados a atividades de caráter produtivo e as meninas reprodutivo, separação que tinha a finalidade de “habituar” esses jovens “a encarar a agricultura como uma carreira de futuro e os trabalhos domésticos como ocupação valiosa” (ABCAR, 1959 p. 12). A orientação da ASCAR para a juventude rural seguia esses pressupostos, buscando que

Cada um deles, tanto meninos como meninas, elaborem, em conjunto com os supervisores, um plano de trabalho denominado “projeto”, que atenda às suas necessidades e possibilidades, dentro de um assunto específico. Tem sido elaborado projetos sobre horta, plantio de milho híbrido, batatas, etc. para meninos; vestuário, nutrição, carpintaria, etc. para meninas (ASCAR, 1956 p. 10).

Tudo para que, “no futuro, tornarem-se bons agricultores e boas donas de casa” (ASCAR, 1974b, s/p). Conforme documento da ASCAR (1974a p. 8), era preciso “incentivar todas as jovens deste mundo moderno a se prepararem convenientemente, para desempenhar a nobre missão de esposa e mãe”, o que passava por pelo estudo de questões ligadas à economia doméstica, campo de conhecimentos que se “dirige à mulher, ou melhor, à mãe ou futura mãe de família”. A análise de duas revistas organizadas a partir de diretrizes da ACAR-MG (ABCAR, 1960a; 1960b) difundidos pela ABCAR a suas associações afiliadas, dentre as quais a ASCAR, como pude consultar na biblioteca da EMATER/RS-ASCAR, permite uma descrição de algumas das orientações que eram passadas às adolescentes.

Uma delas, por exemplo, é dividida em dicas sobre temas como saneamento, envolvendo como lavar as mãos ou usar lenços para cobrir a boca e o nariz quando espirrar, cuidados com a água e alimentos consumidos, do tratamento de resíduos e cuidados com relação à privada; vestuário, com dicas para criação de saias, aventais, fronhas, incluindo a organização da caixa de costura; sobre cuidado e construção de móveis e de utensílios, como banquetas, cabides de bambu, guarda-roupas de parede,

sapateiras e armários para paredes; alimentação, incluindo dicas para preparo de alimentos e porções e quantidade a ser ingerida, dando maior ênfase a alimentos proteicos, como leite e ovos; e o incentivo para participação em grupos de mulheres e jovens e em exposições das atividades realizadas pelas ACAR's. Pensando na qualificação das “futuras mães”, “esposas” e “donas do lar”, essa revista possui uma seção chamada “vamos ajudar a mamãe a lavar a louça?”, onde as imagens ilustrativas utilizadas fazem referência às filhas exercendo o papel idealizado como futura responsável pelo lar, marido e filhos (ABCAR, 1960a p. 14-15). O tipo de trabalho junto às jovens, neste sentido, envolvia os mesmos temas e expectativas que compõe as atividades com as assistidas adultas.

Figura 17 - Exposição de trabalhos manuais de sócias de Clube 4-S (1973), Colorado



Fonte: Acervo da Biblioteca Bento Pires Dias, EMATER/RS-ASCAR.

Com relação ao trabalho com os meninos, estava em jogo levar a “moderna tecnologia agrícola” às mentes jovens, como sugere Adail Moraes em revista institucional do Conselho Estadual de Clubes 4-S (COESC)²³. Para ele, à época no país

²³ O COESC era uma agência cooperativa mantida pela Secretaria da Agricultura Estado do RS e fundada em 25 de julho de 1972 junto a seus membros cooperadores ligados ao empresariado (como a Massey Ferguson S/A, Adubos Trevo S/A; Adubos Pampa S/A e etc.) e à ASCAR, onde pude consultar parte de

era o “momento da tecnologia”, o que implicava no respeito às tradições, desde que, por óbvio, não obstruíssem o caminho para modernidade, sob o risco de ser sepultada de forma definitiva:

O momento brasileiro é da tecnologia. É da formação de especialistas para a indústria, para a comercialização, para a engenharia, para a medicina. E para as lavouras e as fazendas, para as granjas e hortas. *Ninguém pode ignorar os ensinamentos da ciência em nome da tradição. A tradição deve ser respeitada. Mas respeitada até onde pode construir, desenvolver. A tradição que signifique obstinação na recusa aos ensinamentos das técnicas e que se oponha às inovações e às pesquisas, deve ser levada para os museus... ou sepultada definitivamente* (COESC, 1977c p. 1, grifo nosso).

Para Ronaldo Dieterich, em revista do COESC (1982, p. 5), o menino representava “principalmente o presente e o futuro”, fundamental para o “crescimento de nosso país”, isto é, para a “possibilidade de implantação de inovações tecnológicas”. Jovens, quando capacitados e “firmes de propósito”, acelerariam o “desenvolvimento local, regional e nacional” (COESC, 1982 p. 5). No mesmo documento, Ronaldo Dieterich esclarece o princípio em jogo: se caberia ao extensionista rural “identificar qual a melhor hora ou ocasião para levar ao homem do campo as tecnologias modernas”, também deveriam lembrar que o jovem é o componente da família rural “mais susceptível às novas tecnologias” (COESC, 1982 p. 5). Eles seriam um importante veículo para a transformação de adultos ainda resistentes às mudanças e representavam ainda uma possibilidade maior de retorno, já que se preparava alguém com “toda uma vida produtiva a serviço de uma nova ideia” (ABCAR, 1959 p. 8).

Enfim, as proposições aos jovens – entre 10 a 21 anos (COESC, 1973a), com variações – reproduzia a divisão social do trabalho das atividades com os adultos, ambos seriam atendidos com base em suposições que naturalizavam personalidades distintas, que, por sua vez, correspondiam a papéis específicos dentro da família (ZABALA ERRAZTI, 2005). Na percepção dessa pesquisadora:

Dado el papel central de las mujeres en la procreación, sería racional para ellas especializarse en las tareas domésticas, compatibles con ese rol, mientras los hombres se especializaban en la producción a tiempo completo para el mercado. [...] Los hombres especializados en papeles instrumentales y adquiriendo las características de racionalidad, objetividad, competitividad y agresividad y las mujeres ligadas a la afectividad, al rol doméstico dentro de la vida familiar (ZABALA ERRAZTI, 2005 p. 29).

suas revistas institucionais. Na verdade, as revistas institucionais lançadas pelo conselho parecem um espaço de divulgação com fins comerciais para as empresas membras, já que se resume a artigos assinados por agentes das empresas citadas e outras (COESC, 1973a; 1973b; 1977a; 1977b; 1977c; 1982).

3.3.3 Questões internas: alguns dos dilemas colocados às extensionistas sociais

Além de questões que envolvem o conteúdo e a abordagem do trabalho do campo “social”, parece preciso problematizar alguns dos dilemas que estavam (ou estão) colocados às extensionistas sociais. Isso passa por descrever algumas das diferenciações em termos de salários, forma de ascensão profissional, legitimidade e autoridade, restrições profissionais e de ordem privada que as extensionistas da área “social” enfrentavam e, em parte, enfrentam, no seu exercício profissional. Para tal, a reclamação de uma interlocutora com experiências como extensionista de campo e Assistente Técnica Estadual (ATE) parece um bom ponto de partida:

[...] como é que é o trabalho social dentro da EMATER por ele ser feito por mulheres? Qual é que é a valorização disso? Acho que essa é uma questão importante. O trabalho social da EMATER ele é feito desde os seus inícios lá por mulheres, ele basicamente até 2014 acho, que tinha uns dois homens que entraram com nível que tinha magistério e tal, mas a EMATER ela sempre teve mulheres no serviço da área social, porque era formação de magistério. Magistério normalmente quem tinha era... e por essa coisa de estar mais relacionada à parte doméstica, [...] o social está mais relacionado à parte doméstica, que era essa a conotação e tal, dificilmente algum homem procurava esse trabalho, quem vinha eram mulheres. Tudo isso só fortalecia a desvalorização do trabalho social né [...]. [Ele é] [...] invisível para o investimento, invisível em termos de colocar profissionais com mesmo número que tem os outros profissionais né, porque ela é isso, é aquela história, quem faz a política aqui são as cabeças que estão no poder, as cabeças que estão no poder para tu ter uma ideia, deixa eu ver quantos profissionais da área social, deve ter... tem uma colega que está na gerência eu acho só, uma colega está na gerência. [...] E mulheres hoje ainda é entendido como o pessoal da área social, aí sempre foi dito que as mulheres não estão preparadas, [...] mas como é que tu vai [estar preparada], se historicamente quem esteve nesse espaço são os homens, como é que a mulher vai se preparar? Não vai se preparar nunca, entende, é uma desculpa. [...] E se tu não tens alguém que pense e que sinta a necessidade, tu também, a tua forma de agir vai ser diferente, entende. Então eu acho que por isso ainda há dificuldade de mudança da EMATER, porque quem está nesses cargos de decisão ainda são na grande maioria absoluta são os agrônomos (Entrevistada nº 11, 2017, grifo nosso).

Na análise dessa entrevistada, pelo tipo de formação exigida para o cargo e pelo campo de trabalho da área “social” estar associado à esfera doméstica, normalmente quem procurava o trabalho eram mulheres, valendo o oposto para os homens, que, ao longo da nossa conversa, apareceram como sinônimo de agrônomos (mesmo que ao longo dos anos mulheres tenham assumido como agrônomas). Segundo ela, por haver menos profissionais da área “social” (e, portanto, mulheres) em cargos mais elevados na EMATER/RS-ASCAR, que seriam ocupados sobretudo por homens/agrônomos, esse campo de trabalho acabaria sendo *invisível para o investimento* em termos de agentes

dedicados e valorização financeira. A fala de outras entrevistadas reforça essa percepção e nos dá mais elementos.

Segundo uma ex-extensionista com passagens em todas as instâncias da Associação (municipal, regional e central), até 2010 haveria um reconhecimento profissional diferenciado entre o quadro “social” e “técnico”, uma vez que, os primeiros, mesmo que tivessem cursado algum tipo de graduação, não recebiam a valorização financeira que a posse dessa titulação garantia para os extensionistas do campo produtivo. Com uma visão semelhante à entrevistada antes citada, essa diferenciação refletia a posição secundária que seria atribuída à área “social” nos primórdios:

[A] [...] distinção se fazia sentir na própria escolha dos quadros de técnicos pela instituição. Enquanto que os profissionais da área técnica voltada para a agropecuária ocupavam os cargos de nível superior, na sua maioria, a exigência para preenchimento dos cargos da área social se restringia à formação de nível médio, magistério ou economia doméstica, mesmo ao nível de Escritório Central. Esse último curso, mesmo sendo de nível superior não proporcionava remuneração equivalente aos profissionais de agronomia, engenharia agrícola ou veterinária. Assim, se interpretava que o aspecto social das ações extensionistas era secundário ou que exigia menor carga de atenção [...] (Entrevistada nº 15, 2017).

Essa *menor carga de atenção* e as diferenças em termos de valorização aparecem num artigo de Emma Siliprandi e em relatórios institucionais da Associação²⁴. Siliprandi (2002), coordenadora de um grupo de trabalho criado em 2002 para estabelecer o *Marco referencial para as ações sociais* da EMATER/RS-ASCAR – abordado no capítulo seguinte – sugere que, nesse ano (e refletindo a tendência histórica), a Associação contava com aproximadamente 2.300 funcionários, sendo cerca de 25% com a formação superior em cursos de ciências agrárias (como engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, médicos veterinários, zootecnistas) e quase 25% com formação de nível médio (como técnicos agrícolas), enquanto a área “social”, por sua vez, contava com 18% dos colaboradores sendo contratados em cargos de nível médio e só 2% contratados como nível superior (sociologia, antropologia, economia, saúde coletiva, saneamento, serviço social e nutrição), muitas delas inclusive contratadas apenas no ano de 2001, o que trazia “consequências sobre o acompanhamento do trabalho” (SILIPRANDI, 2002 p. 41).

²⁴ Alerto aos leitores que, considerando as diferenças entre os relatórios em termos de conteúdo e disposição da informação, é tarefa ingrata estabelecer análises comparativas ou tendências, ainda que o esforço nos recompense com interessantes questões.

Em nota, Siliprandi (2002) sugere que, segundo levantamento feito pela Associação das Extensionistas Sociais da EMATER/RS-ASCAR (AESR) em 2002, abrangendo 64% de agentes da área “social”, notou-se que 83% delas eram portadoras de diploma de curso superior em diferentes áreas (licenciatura em educação física, matemática, as acima citadas e outras tantas), e 32% haviam realizado curso de pós-graduação (SILIPRANDI, 2002). Em tom semelhante, o relatório institucional de 2006 nos apresenta as mesmas informações. Além de mostrar a disparidade das áreas em quantidade de profissionais dedicados, o próprio documento reconhece que as/os agentes da área “social”, a despeito de possuírem formação equivalente, não eram reconhecidos (EMATER/RS-ASCAR, 2006b p. 23). Pela quase totalidade do quadro “social” ser composto por mulheres, isso conduziria essas extensionistas a uma remuneração inferior, algo que foi questionado apenas no ano de 2010, como demonstro no capítulo seguinte.

Os números não são muito diferentes em 2008, tempo onde a quantidade de colaboradores da Associação cai para 1.778, sendo 788 (44%) da área “técnica”, 323 (18%) da área “social” e o resto outras ocupações, administrativas, jurídicas e etc. (EMATER/RS-ASCAR, 2009 p. 63). O interessante deste relatório, no entanto, está no fato de especificar a distribuição dos funcionários em áreas (“agropecuária” e “bem-estar social”), categoria (nível médio ou superior) e posição na Associação (escritório municipal, regional e central). De 788, a área agropecuária possuía 263 agentes municipais, 96 alocados nos regionais e 28 no central (GET, GEP e etc.) com reconhecimento de formação superior; e, 398 agentes municipais, dois em escritórios regionais e um no escritório central de nível médio. Já a área de bem-estar social contava com 307 agentes municipais, 10 nos escritórios regionais e 6 no central (EMATER/RS-ASCAR, 2009 p. 63). A desproporção entre a ocupação de cargos superiores entre esses campos é considerável, sendo em média de um agente “social” para cada 9,8 “técnicos” no escritório regional e um para 4,8 no escritório central, o que não se altera nos anos seguintes.

Com o aumento do número de funcionários em 2009, que passava a 1.890 (EMATER/RS-ASCAR, 2010a p. 93), esse relatório acena para 97 agentes do campo produtivo em âmbito regional e 26 no central, enquanto as agentes de bem-estar social ocupavam 15 cargos nas regionais e apenas sete no central (EMATER/RS-ASCAR, 2010a). No ano de 2010, o número de colaboradores sobe para 1.995 (EMATER/RS-ASCAR, 2010b p. 79), e, enquanto a quantidade de colaboradores do núcleo

agropecuário nas regionais ficou em 99 na regional e 26 no central, as agentes de bem-estar social ocupavam 19 cargos em escritórios regionais e cinco no central (EMATER/RS-ASCAR, 2010b).

No relatório institucional de 2006 é proposta uma divisão por *sexo* dos colaboradores e sua relação com o “percentual de ocupantes de cargos de chefia”: à época homens ocupavam 82% desses cargos (EMATER/RS-ASCAR, 2006a p. 60). De acordo com duas interlocutoras, historicamente houve preferência por homens em posições mais elevadas, algo que estaria mudando de forma lenta e gradual (Entrevistada nº 3; 11, 2017). Até o ano de 2010 as extensionistas da área “social” que estivessem interessadas em progredir para cargos de âmbito regional, por exemplo, dependiam de critérios políticos, já que não havia processo seletivo para ascensão, mas a distribuição de cargos por “indicação política”, o que representava uma “manipulação das mulheres” (Entrevistada nº 11, 2017). Mesmo com as mudanças no ano de 2010, na interpretação de uma agente de campo ainda hoje o sucesso da mulher em termos de progressão na carreira é questionado. Para ela, independentemente se vinculada à área “social” ou “técnica”, quando uma mulher alcança posições elevadas dentro da Associação precisaria lidar com piadas como “está dando para o chefe” ou “ergueu a saia” etc. (Entrevistada nº 3, 2017), justificativas usadas como forma de desprestígio a seus méritos.

Mesmo que grande parte das colaboradoras que entrevistei ocupe ou já tenha ocupado posições como chefe do escritório municipal, cargos em escritórios regionais ou no escritório central da Associação, as questões levantadas me levam a sugerir que, historicamente, isso não foi uma tendência. A dinâmica de poder nos escritórios municipais e na direção da Associação reforçam essa tendência. Num documento produzido pela área “social” da ASCAR em 1974, além de apresentar as atribuições das extensionistas sociais, ela nos revela uma hierarquização entre a dupla de agentes nos escritórios municipais (EM’s):

[Deveria] Providenciar a seleção e preparo de material referente à sua especialização. Promover reuniões, exposições e outras atividades sociais, ligadas à execução dos programas. Realizar o treinamento de estagiárias. Colaborar na orientação dos serviços administrativos do escritório. *Responder pelo escritório na ausência do agente de extensão em agricultura* (ASCAR, 1974a p. 33, *grifo nosso*).

Com base numa publicação institucional (EMATER/RS-ASCAR, 2005 p. 21-23) e na consulta ao livro de Silva (2011) é possível afirmar que os cargos de diretor

geral, técnico e administrativo da Associação de 1955 a 2009 sempre foram ocupados por homens, ao passo que apenas no ano de 2010 esse ciclo *masculino* nos cargos diretivos é rompido – mudanças que são abordadas no próximo capítulo. De fato, a prioridade a homens ligados a áreas produtivas pode ser notada já em 1969, quando afirmava-se que o Secretário Executivo da ASCAR seria escolhido por um “Conselho Superior” entre os agentes técnicos com a “reconhecida competência em Extensão Rural” e sendo “preferentemente Engenheiro Agrônomo ou Médico Veterinário” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011 p. 10-11).

Se até o momento essas referências têm sugerido que o espaço da mulher vinculada à EMATER/RS-ASCAR é, no geral, distante dos espaços de gestão ou direção, isso nos coloca num dilema (a ser explorado com maior dedicação): se, segundo Caporal (1991) – ex-extensionista e inclusive Diretor Técnico da gestão de 1999/2002 –, a hierarquia da EMATER/RS-ASCAR se caracteriza pelo “maior ou menor grau que ocupam os profissionais na função de intelectual e/ou de agente executor” (p. 77) e “os que mais sabem são os que se encontram mais próximos do centro do poder [...], no escritório central, donde devem partir as orientações e o discurso para o escritório regional”, lugar onde são “reelaborados e repassados aos escritórios municipais” (p. 78), quais seriam os impactos da reduzida ocupação de profissionais da área “social” (isto é, da mulher) no âmbito Central e Regional da Associação? Essas questões ajudariam a explicar a posição secundária do campo “social”? O certo é que essas questões deram mais sentido a máximas que ouvi de interlocutoras/es ao longo de nossas conversas: “a EMATER/RS é uma casa de homens”, “é uma Associação de agrônomos” ou “é uma instituição masculinocentrada na figura do engenheiro agrônomo” (Entrevistadas nº 9; 10; 14; Entrevistado nº 12, 2017).

Mas nem tudo se trata de dinheiro ou posição/cargos de prestígio. Além dos desequilíbrios em termos de remuneração, número de funcionários e de poder na Associação, outros tipos de desvalorizações e dilemas cercavam a extensionista. O comentário de uma interlocutora é ilustrativo de algumas das questões que estavam colocadas. Sua opinião reflete não apenas sua vivência, mas relatos que ouviu. Se como sugere Walter Benjamin (1987 p. 221) o “acervo de todo uma vida” inclui não apenas “a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia”, uma vez que o “narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer”, suas

lembranças nos revelam duras diferenciações. Segundo ela, haveriam restrições históricas à mulher, que vão desde seu papel em realizar as atividades tidas como *femininas* (incluindo servir café, fazer limpeza e etc.) até proibição ao casamento – questão lembrada por mais quatro interlocutoras/es (Entrevistadas nº 6; 9; 11; Entrevistado nº 12, 2017):

[...] no primeiro dia que eu cheguei aqui o técnico que me recebeu, que era chefe na época, não está mais aqui, ele falou "ó, a EMATER é machista, empresa machista". Mas, eu da minha parte nunca tive nenhum problema por ser mulher. [...] mas, se tu entrevistar uma extensionista mais antiga que é vinculada aqui à Associação dos aposentados, elas vão contar isso, que não podiam dirigir, que elas não podiam casar, que às vezes o chefe agrônomo, por exemplo, das questões do escritório, questão da mulher, estar o escritório limpo ou fazer um café para receber um agricultor, então a mulher é que faz né. Isso elas relatam, muitas relatam [...] (Entrevistada nº 9, 2017).

Como sugere o ex-extensionista da EMATER/RS-ASCAR Zacheu Canellas (2010 p. 45), nos primórdios da ASCAR “as moças não podiam dirigir nem casar”. Segundo Emma Siliprandi (2002), as mulheres eram impedidas de casar até 1970 e proibidas de dirigir os veículos da ASCAR até 1980. Caso elas casassem, “eram demitidas” sob a alegação de que, para a mulher, “o casamento, devido aos novos compromissos de esposa e de mãe, impediria a dedicação sacerdotal ao trabalho” (CANELLAS, 2010 p. 45). Aqui temos o que Guacira Lopes Louro (2011) qualificou como uma compreensão do trabalho não doméstico cumprido pela mulher como *ocupação transitória*, a qual deveria ser abandonada sempre que se impusesse a verdadeira missão *feminina* de esposa/mãe. O trabalho da mulher era aceitável, mas transitório ante sua missão natural. Para uma ex-extensionista, as limitações para a licença maternidade e a proibição de mulheres dirigirem gerava constrangimentos, barreiras que, segundo afirma, foram superadas em paralelo às dificuldades que as próprias assistidas enfrentavam:

Assim como em outras atividades, à época, o fato de ser extensionista e mulher apresentava dificuldades. A exigência de comprometimento quase que integral com a atividade profissional e a limitação no período de gravidez e licença maternidade, levava a um sutil constrangimento às mulheres casadas ou com filhos serem escolhidas para assumirem essa função. Outra restrição que existia era a proibição das mulheres dirigirem os veículos da instituição. Ao longo dos anos, porém, com demonstração de competência e qualificação profissional estas barreiras foram superadas. A mesma luta em busca de autonomia e reconhecimento que enfrentamos na empresa, encontrávamos entre as mulheres rurais (Entrevistada nº 15, 2017).

Mesmo com essas restrições e as lutas travadas em paralelo, a posição das extensionistas era diferente se comparada às assistidas, uma vez que as mediadoras possuíam níveis de instrução mais elevados - ao menos em teoria -, ganhavam seu sustento e, em consequência disso, poderiam usufruir de algumas *prerrogativas masculinas* (LOURO, 2011), algo que, porém, não garantia a mesma legitimidade ou autoridade atribuída aos extensionistas do campo “técnico” da EMATER/RS-ASCAR. Na análise de quatro interlocutoras (Entrevistadas nº 3; 9; 10; 11, 2017), ainda hoje a *voz feminina* e os conhecimentos acumulados seriam frequentemente questionados:

[...] isso não é o que mais me move, eu tenho um projeto de vida, eu sonho com um projeto de sociedade entende, então esses ganhos econômicos não é o que mais mexe comigo. Mexe, mas não é o que me move. Agora, *me incomoda muito quando eu vejo que existe privilégios com relação a tratamento por exemplo, quando eu falo do meu conhecimento e que eu acho que é um conhecimento baseado numa formação técnica, profissional, superior e baseado num esforço próprio de estudo, leitura e experiência e prática, que não é menor do que de outros colegas, mas que tu vê que quando a voz que fala é masculina ela é mais ouvida e mais aceita, e quando a voz é feminina ela é sempre questionada, é um saber que é sempre questionado* (Entrevistada nº 10, 2017 grifo nosso).

A fala de outra entrevistada, nesse sentido, é ilustrativa da forma como isso acontece diariamente:

[...] estava dizendo outro dia para uma colega, *tu podes dizer alguma coisa com tamanho conhecimento, ele passa despercebido, a hora que tu colocas na boca de um colega homem ele toma uma outra proporção, uma outra verdade.* [...] o tempo inteiro ocorre isso entende, o tempo inteiro. Isso que eu sou mais de me colocar, [...] os colegas até estavam me contando que tem colega... *a colega da área social ela é gerente adjunta e o outro é... ela construiu toda uma proposta e tal, mas quem apresentou foi ele, na reunião.* [...] *tipo um menosprezo pelo conteúdo entende, pelo conteúdo. É o tempo inteiro* (Entrevistada nº 11, 2017).

Nesse relato podemos notar como a voz e o saber da mulher acaba sendo desafiado. Após redigir a proposta de trabalho, a profissional optou por deixar a apresentação para seu colega, crente que ele daria mais legitimidade à mesma. O temor de uma possível desqualificação da fala da mulher e sua opção cautelosa por reinscrever a proposta em uma fala masculina, supostamente mais legítima, é estarrecedor. E isso se repete em outras situações, como quando uma agrônoma realiza um projeto técnico para um agricultor assistido que, ficando desconfiado de sua capacidade apela a um técnico homem para revisar o mesmo (Entrevistada nº 4, 2017), ainda que isso tenha cessado ao

longo dos anos; ou por manifestações de deslegitimação das extensionistas enxergando no homem a figura preponderante:

A pessoa só pode falar da experiência que vive né, não posso falar de outra, então eu estou te falando as experiências que eu vivi que denunciam essas desigualdades né. *Não foi uma, nem duas vezes [...] , estou lá no município [...] para falar sobre determinado tema, [...] então colegas no município convidam, às vezes é autoridade municipal, aí tu chegas lá junto com os colegas e o prefeito recebe apertada a mão do colega, vira as costas (risos) como se tu fosse um nada entendeu... porque reconhece no homem a autoridade, não reconhece em ti [...]* (Entrevistada nº 10, 2017, grifo nosso).

Não bastasse os questionamentos da legitimidade e autoridade da mulher, parte das entrevistadas – de ambos campos de trabalho – contou casos de assédio sexual. Estou ciente das limitações que minha posição como homem em campo possa ter gerado, uma vez que as entrevistadas poderiam (ou não) se sentir mais à vontade junto a uma pesquisadora, entretanto, três das entrevistadas não hesitaram em compartilhar casos de assédio sexual em seu exercício profissional, seja por seus colegas de serviço ou assistidos. Alguns relatos de casos vividos, outras histórias narradas pelas colegas. Pelo que sugeriram, esses casos acabaram se resolvendo no âmbito em que aconteceram, sem chegar no topo hierárquico da Associação, algo reservado a apenas um caso em especial, o que poderia gerar repercussões mais intensas. Ainda assim, como denuncia uma interlocutora, alguns colegas homens criticaram as assediadas por sua pouca manifestação, assunto que é comentado por outra entrevistada:

[...] uma colega assediada aí [...], sexual, e aí que os colegas dizem assim: "mas ninguém se manifestou, nem uma mulher se manifestou", mas as mulheres não se manifestam gente, porque as mulheres... todo mundo morrendo de medo (Entrevistada nº 11, 2017).

[...] Mas eu acho que tem uma questão anterior, Lucas, que é isso, como é que eu como mulher me vejo, porque *eu faço parte de uma instituição que é masculinocentrada, e que muitas vezes as mulheres para sobreviverem sem conflitos elas não questionam essa supremacia masculina, elas, por assim dizer, concedem né. A gente chama de um machismo concedido em mim, eu concedo porque eu não quero me incomodar, eu quero o meu emprego aqui e está tudo bem* (Entrevistada nº 10, 2017, grifo nosso).

O uso da expressão *machismo concedido em mim* surge como formulação conceitual dessa interlocutora para lidar com parte dos dilemas apresentados nessa subseção. Mas muito além de uma *concessão*, a história da mulher na Associação também é repleta de reivindicações e proposições. Ainda que as extensionistas da área “social” tenham precisado enfrentar limitações e diferenciações como restrição ao

casamento e gravidez, não poder dirigir os automóveis, não receber a mesma valorização financeira dos extensionistas da área produtiva ou nem os mesmos meios para ascensão profissional, as interpelações da Associação de Extensionistas Sociais Rurais da EMATER/RS-ASCAR (AESR) e as reivindicações que culminaram na superação de questões mais tangíveis são sintomáticas do poder de crítica e transformação que essas extensionistas tiveram e tem. Isso, no entanto, não significa dizer que não existam dificuldades ou que os desafios a serem enfrentados em busca de maior valorização ou reconhecimento sejam simples. Na verdade, as diferenciações menos tangíveis seguem e são motivos de frustração e desprestígio. Essas e outras metamorfoses são temas do próximo capítulo.

4 TEMPO DE METAMORFOSES

Desde sua fundação o trabalho da EMATER/RS-ASCAR não passou por rupturas significativas até a década de 1990. Em um contexto de crescente democratização após o regime civil-militar brasileiro, com a emergência e o fortalecimento de movimentos sociais, organizações não-governamentais e outros agentes sociais, o modelo de desenvolvimento vigente passou a ser posto em dúvida. Segundo Dias (2007a p. 14), nesse momento o “papel” dos serviços de extensão rural, bem claro durante o período da modernização conservadora, “tornava-se aberto ou indefinido”. Ao longo dos anos, reivindicações com novos princípios e metodologias para extensão rural ganharam projeção, dentre as quais se destacaram a busca pelo atendimento preferencial a agricultores familiares, o uso de abordagens participativas e a incorporação de preocupações ambientais (SILIPRANDI, 2002). Além dos assuntos e princípios gerais à história desses serviços nos Brasil, alguns questionamentos e exigências específicas à trajetória e às peculiaridades institucionais da EMATER/RS-ASCAR complicaram ainda mais esse cenário, gerando um ambiente convidativo às *metamorfozes* e compelindo a atualização da Associação em resposta às novas demandas.

Como apresentando na introdução dessa pesquisa, o uso do conceito de *metamorfose* é uma referência a Gilberto Velho (2003). O termo surge como uma alternativa para expressar o jogo entre mudanças e permanências, já que mesmo com mudanças mais drásticas sempre restariam sinais ou registros de vontade do estado anterior. No que tange à EMATER/RS-ASCAR, dois ex-funcionários inclusive já apontaram a coexistência e mescla de diretrizes e proposições por vezes entendidas como de fases distintas da Associação (como assistencialismo familiar, difusionista-produtivista, agroecológica e etc.) (CAPORAL et al, 2009; DEPONTI, 2010). Nesse sentido, o objetivo desse capítulo é discutir o jogo entre questionamentos e *metamorfozes* ligadas ao campo de trabalho “social”, meu objeto de estudo, e em especial, dos novos contornos que isso deu ao *esquema de gênero*, às condições profissionais de suas/seus extensionistas, aos assuntos concernentes ao campo de trabalho da área “social” e às representações e proposições voltadas à mulher rural assistida.

Essas metamorfozes refletem, no mínimo, dois processos diretamente inter-relacionados: em primeiro lugar, as dificuldades que envolvem a revogação da

imunidade da ASCAR quanto à contribuição previdenciária e o cancelamento de seu Certificado como Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS); e, como resposta, o alargamento do que até então era entendido como as competências do trabalho “social” da Associação a partir da gestão de 1999/2002, o que envolve uma revisão das proposições voltadas à mulher rural. Esses dois processos também estão ligados às reestruturações do plano de cargos e salários e ao ingresso de novas/os colaboradoras/es (de distintas formações, gênero, idade) na Associação. Além de repercutir na estrutura do *esquema de gênero* constituinte de seus primórdios, essas questões também colocaram em discussão o papel da área “social” da EMATER/RS-ASCAR e de suas/seus agentes.

No que tange ao primeiro, em 1992 a União iniciou um litígio com a Associação ao cancelar seu direito a imunidade em relação à contribuição previdenciária e, depois, cancelar seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Sem os benefícios que seu caráter filantrópico proporcionava desde 1961 com o reconhecimento federal e já no ano seguinte estadual, a EMATER/RS-ASCAR poderia fechar as portas. Passava a ser preciso se adequar às prerrogativas e disposições da Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742/1993, visando promover a defesa e garantia de direitos de seus assistidos (BRASIL/MDA, 2017). Como efeito, isso produziu uma nova tensão entre os campos de trabalho “técnico” e “social”, já que a histórica preponderância do primeiro precisava ser questionada em virtude da importância que o segundo assumia para a garantia do CEBAS e seus benefícios. Que dificuldades essa herança trazia para as mudanças? A cada três anos a Associação precisa relatar e justificar o trabalho socioassistencial realizado, renovado pela última vez em março de 2017, quando já conversava com parte das/dos entrevistadas/os.

Quanto ao segundo, em virtude dos dilemas gerados pelo questionamento do CEBAS, das pressões internas e das exigências da legislação e da política nacional de extensão rural, a EMATER/RS-ASCAR foi compelida a transformar o tipo de trabalho “social” proposto e a estrutura do seu quadro funcional. Isso inicia quando a gestão de 1999/2002 expande seu atendimento a populações tradicionais (quilombolas, indígenas, pescadores artesanais) e promove um alargamento do que até então era visto como competência originária do trabalho “social”. Nesse cenário, os discursos do trabalho voltado à mulher rural foram gradualmente reorientados à busca de sua inclusão social e produtiva, articulando assuntos chave como violência intrafamiliar, agência política e

dimensão produtiva, transbordando antigas representações que reduziam a mulher à função social de mãe/esposa.

A isso se somam mudanças na estrutura do plano de cargos e salários da Associação, que, ao equiparar alguns dos desequilíbrios históricos entre as áreas de trabalho, junto ao ingresso de profissionais de diferentes áreas de conhecimento, do ingresso de homens na área “social” e de mulheres na “técnica”, gradualmente foi provocando uma perda de nitidez no *esquema de gênero* constituinte da história da ASCAR. Ao passo que se acumulam múltiplas referências, quais seriam os maiores desafios? Pretendo demonstrar que, apesar das mudanças que o discurso sobre o trabalho “social” e seu quadro funcional passou, grande parte das atividades historicamente propostas seguiram pautadas, o que gera disputas com relação ao trabalho tido como ideal para a área. As análises me permitem apontar um tempo híbrido do campo “social” que termina por gerar dúvidas e dificuldades. Esses dois fatores inter-relacionados são apresentados ao longo das duas primeiras seções do presente capítulo.

Se a permanência de um determinado tipo de atuação é disputada na área “social”, ao longo da terceira e última seção me interesso por outra espécie de permanência. A partir de dilemas associados ao planejamento e monitoramento do trabalho, mostro que, se por um lado o trabalho “social” é tido como subjetivo e a legitimidade da área “técnica” é interpretada justamente como reflexo de sua objetividade, e, portanto, pela sua capacidade de ser mensurada e apresentada, por outro, se perpetuam predileções de algumas gestões estaduais e municipais por ocupações de cunho “produtivo”, o que tem conduzido parte do quadro funcional a “trabalhar com quem dá resposta” - algo que, de forma paradoxal, não privilegia o público prioritário a ser assistido pela Associação para justificar a manutenção do CEBAS. Isso me faz duvidar se o cartaz que o campo “social” ganhou com a necessidade de justificar o CEBAS tem força o bastante para alterar o status desse campo no *esquema de gênero*.

4.1 “SER OU NÃO SER” ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, “EIS A QUESTÃO” PARA A ASCAR

A década de 1990 guardava novos anseios para a extensão rural, o que não excluía antigos valores. Isso é bem ilustrado no artigo *A extensão rural na perspectiva*

sócio-antropológica (1992) de Joaquim Anécio Almeida, à época ligado ao Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Almeida (1992 p. 135-136) apresenta algumas orientações contemporâneas para extensão rural e projetos de desenvolvimento: o “princípio básico da atividade extensionista é que qualquer programa deve estar em harmonia com a cultura da população envolvida”, algo possível através de processos participativos que construam “a boa vontade ao invés de gerar insatisfação e resistência”. Mas a argumentação construída por Almeida (1992) parece não se distanciar muito do *passado recente* da extensão rural:

A contribuição da extensão rural consiste em tentar resolver os problemas práticos pela aplicação do conhecimento científico, derivado da pesquisa. O conhecimento científico é baseado no pressuposto da uniformidade das leis naturais e de que certas predições podem ser feitas de acordo com essas leis. A ciência, neste sentido, é impessoal, sem limites geográficas ou culturais. Ela pode ser orientada tanto para o progresso da humanidade como para a sua destruição. Do ponto de vista da antropologia, a cultura por mais primitiva que seja, tem uma dimensão científica na medida em que exerce alguma espécie de controle sobre seu ambiente, suas necessidades e desejos (ALMEIDA, 1992 p. 134).

O trabalho da extensão rural perderá em eficiência se não entender a cultura da população trabalhada e se o trabalho não estiver em harmonia com a mesma. Embora certos costumes e tabus apareçam anacrônicos para o pesquisador treinado nos moldes científicos, cada cultura representa séculos de operação efetiva em termos do ambiente daqueles que a detêm. A cultura é o resultado de experiências passadas. As suas raízes são profundas, penetrando cada célula e fibra da sociedade. Neste contexto, a mudança deve ser entendida como um processo de assimilação gradativa peculiar a cada sociedade, de outros valores [...]. Não se nega que em situações emergências, enfrentadas pelos extensionistas ou outras atividades rurais, se tenha que exercer uma pressão para alcançar um determinado objetivo (ALMEIDA, 1992 p. 135-136).

É evidente que a função da liderança da extensão rural é de ajudar a população a descobrir as necessidades que são desconhecidas. A força das tradições e o apego aos costumes podem ser rompidos por uma habilidosa educação (ALMEIDA, 1992 p. 138).

O curioso desse artigo é que, mesmo assimilando uma formação discursiva renovada da extensão rural e de orientações para o desenvolvimento à época (como valorizar a cultura e a participação social dos agricultores), suas proposições seguem argumentações tipicamente *modernas*, bem semelhantes aos discursos dos primórdios da extensão rural: exalta o conhecimento científico e sua universalidade em relação à parcialidade de conhecimentos primitivos ou tradicionais, aceita a polarização entre as sociedades “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas”, e, sobretudo, defende a necessidade

imperativa de *romper com as tradições* e costumes rumo à sociedade moderna através de uma *habilidosa educação*. Esses trechos nos remetem ainda a uma relação controversa entre participação e imposição, uma vez que, caso fosse *emergencial*, Almeida abre margens a *pressões* por parte dos extensionistas. Heranças do passado da extensão rural (como preceitos ligados a teoria da modernização, perspectivas científicas e difusionistas) se misturam com novos pressupostos (como participação social, sintonia com a cultura dos assistidos e etc.), não havendo superação, mas coexistência de velhas e novas perspectivas.

Nesse cenário híbrido de metamorfoses, é justamente o caráter institucional híbrido da operação conjunta entre ASCAR e EMATER/RS a partir do ano de 1980, e, mais precisamente, o questionamento dos motivos que justificaram essa operação dual, que se apresenta como um dos principais dilemas de sua história, preocupando parte das/dos colaboradoras/es e causando mais ou menos ansiedade (Entrevistadas nº 6; 8; 11; Entrevistados nº 7; 13, 2017).

Com uma história diferente da maioria dos estados brasileiros, a criação da EMATER/RS no ano de 1977 não levou à extinção da ASCAR, fundada em 1955. No momento da criação da EMBRATER em 1975, a Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul optou por rejeitar o projeto do poder executivo que envolvia a criação de uma empresa pública para a prestação de serviços de extensão rural, propondo como alternativa a criação de uma autarquia, o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (IATER), também rejeitado pelo poder executivo (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011). Para responder aos interesses das instâncias envolvidas, foi proposta uma operação conjunta entre a ASCAR e a EMATER/RS, nascendo a EMATER/RS-ASCAR. A Associação passou a atuar sob um protocolo de operação conjunta (EMATER/RS-ASCAR, 2005b) que definiu as prerrogativas de cada instituição:

Autorizado, pela Junta Administrativa - Resolução nº 47, de 15 de julho de 1977 - o processamento da incorporação da ASCAR à EMATER/RS, cabia a esta última assumir, incondicionalmente, o ativo e o passivo da primeira, bem como receber, pela sub-rogação dos respectivos contratos, os seus recursos humanos, além do respectivo acervo físico, técnico e administrativo. [...] a Junta Administrativa decidiu, através da sua Resolução Deliberativa nº 51, de 18 de dezembro de 1980, suspender o processo de liquidação da ASCAR e estabelecer um Protocolo de Operacionalização Conjunta com a EMATER/RS, articulando as atividades das duas entidades, sem alteração da constituição básica de qualquer delas, que passariam a desenvolver suas atividades de forma solidária e justaposta, mediante um gerenciamento comum, porém remunerado por uma só das suas partes, ou seja, pelos

recursos financeiros repassados à EMATER/RS, [...] cabendo à [...] [ela] a efetiva execução das medidas tendentes à persecução dos objetivos programáticos, para os quais ambas foram criadas, e ficando atribuída à ASCAR a responsabilidade pela gestão do pessoal, disponibilizados ao serviço comum, inclusive pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outras despesas correlatas (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011 p. 13-16).

A intenção parecia bem clara, incorporar a ASCAR envolveria o fato da EMATER/RS

[...] não ter condições de obter, para si, seja de que forma fosse, as mesmas prerrogativas, vantagens e isenções conferidas à primeira, em razão das mesmas constituírem direitos adquiridos pela primeira e garantidos enquanto ela implementasse as exigências legais, pertinentes à espécie, baseadas nas quais lhe foram reconhecidas, sem a faculdade, porém, de transferi-los a outra entidade (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011 p. 15-16)

Neste momento, interessava manter o caráter filantrópico que a ASCAR possuía desde 1961 e, especialmente, o que isso gerava (e ainda gera) em termos fiscais à Associação com a isenção do pagamento de obrigações sociais como contribuições previdenciárias, taxas e impostos, como Imposto de Renda, Imposto Sobre Veículos Automotores (IPVA), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), por exemplo, o que poderia representar um aumento de 25% no orçamento anual (DEPONTI, 2010 p. 98). Como resultado, a decisão pela operação conjunta estabeleceu o caráter institucional dual da Associação, algo que inclusive era reconhecido como motivo para “equivocadas ilações e interpretações” segundo a comissão criada “para tratar do tema relativo à situação” pela qual passava a Associação²⁵ (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011 p. 16).

Isso vira crise em 1992 quando a União inicia um litígio junto à Associação (EMATER/RS-ASCAR, 2014a p. 63): primeiro, revogou o direito a imunidade da ASCAR em relação à contribuição previdenciária, depois cancelou o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Associação (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011 p. 7). Sem os benefícios que a posse do CEBAS (relativo ao *status filantrópico*) trazia, o trabalho da Associação desde 1955 era colocado em xeque. O futuro da EMATER/RS-ASCAR

²⁵ Os equívocos são tantos que a própria comissão se confunde na interpretação que faz da personalidade jurídica da Associação, se é ou não pública, algo que se manifesta nas páginas 5 e 16-17.

estaria em aberto, ou mais precisamente, em risco, uma vez que em 2011 o litígio entre União e ASCAR já envolveria cerca de 1,5 bilhões de reais referente a débitos de contribuição previdenciária (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011). Portanto, se tornava necessário readequar as atividades da Associação às demandas e exigências que envolviam sua certificação como entidade beneficente de assistência social, isto é, aquelas que, sem fins lucrativos prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), nº 8.742/1993, na defesa e na garantia de direitos (BRASIL/MDA, 2017 p. 12). Isso também envolvia atender um público prioritário: sujeitos em vulnerabilidade social (pobreza, violência e etc.), idosos, indígenas e quilombolas (Entrevistada nº 9, 2017), algo que era um desafio enorme se nós considerarmos que

A extensão rural pública brasileira, de uma forma geral, nunca esteve preocupada com uma concepção de desenvolvimento relacionada ao acesso a direitos sociais. Principalmente durante o período conhecido como “modernização conservadora”, que beneficiou parte da agricultura brasileira, os serviços públicos de extensão rural atuaram de modo seletivo (escolhendo seus beneficiários) e excludente, promovendo desenvolvimento para um segmento, para um setor, para uma região, para um grupo populacional, excluindo uma massa de agricultores, trabalhadores rurais, camponeses (DIAS, 2007b p. 3).

Esse movimento era reflexo de um cenário mais amplo: a redemocratização brasileira e o processo de reestruturação do sistema de proteção social a partir da Constituição Federal de 1988, incluindo o sistema único de saúde, sistema único de assistência social e etc. Para duas das interlocutoras, isso refletiu no papel da EMATER/RS-ASCAR e especialmente com relação ao trabalho “social” até então mantido:

[...] o processo que deu a crise aguda na EMATER é quando é questionada a isenção fiscal que a EMATER tinha por ser considerada filantrópica, nesse novo sistema de proteção social. Daí começa a se pensar o que que é o social na extensão. [Emergência do SUS...] Exatamente, o SUAS também, eles começam a puxar para si competências, “não, pera aí, isso não é de vocês, isso é nosso”, teve realmente um momento em que quem estava lá exclusivamente era o extensionista social, fazendo o que podia ou o que dava na cabeça, também não tinha uma orientação assim, uma diretriz... (Entrevistada nº 10, 2017).

[...] havia muitas frustrações pelas questões de gênero que também estavam já colocadas aqui. Tinham extensionistas que não tinha casado, tinham extensionistas que eram da época que não podiam dirigir, tinham extensionistas que tinham graduação, mas não eram reconhecidas pela EMATER, e a maioria era formada em economia doméstica, por quê?

Porque até então essa mudança, da reflexão da extensão rural, principalmente a partir da Constituição de 1988, em que surgem sujeitos de direito, em que há todo um novo reordenamento, a ASCAR-EMATER fazia um trabalho filantrópico de higiene, de limpeza de arredores, jardinagem, de saúde bucal, de grupos/clubes de mães, esse era o trabalho da extensionista, o trabalho da mulher do meio rural que era já considerado somente uma ajuda dentro da unidade produtiva familiar, não como uma mulher agricultora, também trabalhadora rural. Então esse era o tipo de trabalho que era feito, e aí com a chegada de novos públicos, como assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas, pescadores, há uma nova exigência da sociedade em relação à extensão rural, só que o seu quadro não se adequou tão rapidamente [...]. [Se tratam de] questões que são bem complexas dentro da categoria do extensionista social, de qual é o papel deles? Qual é o trabalho do social? É ajuda? Sendo que a partir da constituição de 1988 a saúde não é nossa responsabilidade, existe o sistema único de saúde. A questão da educação, nós trabalhamos com a educação informal. A questão de trabalhar com a mulher somente na perspectiva de lazer, e não como trabalhadora rural né... (Entrevistada nº 9, 2017, grifo nosso).

Com as reestruturações no sistema de proteção social a partir da Constituição Federal de 1988 e a divisão de competências que, até o momento (mesmo que sem diretrizes ou orientações) eram parte da responsabilidade do serviço prestado pela EMATER/RS-ASCAR, o questionamento do CEBAS, e, portanto, de sua face “social”, exigiu um processo gradual de repensar das funções e do papel a ser cumprido pela Associação. E isso não atinge apenas seu futuro, mas coloca em jogo seu passado: a formação e as condições profissionais das extensionistas responsáveis, a abordagem-conteúdo do trabalho “social” e a histórica preponderância das ocupações produtivas precisavam ser revistas. Se haveriam desprestígios à área “social” e suas funcionárias, o questionamento da CEBAS compeliu a ASCAR e repensar essa posição, já que agora aparecia na condição de tábua de salvação para sua manutenção. Nesse sentido, com o questionamento do CEBAS o velho *esquema de gênero* é submetido a novos constrangimentos.

Isso aparece na análise de um extensionista de campo da área “técnica”:

[...] a EMATER sempre, desde que ela começou a trabalhar, ela deixou muito claro a área social e a área econômica, então assim, as moças da assistência social e os homens das ciências agrárias, era mais ou menos assim que era, a EMATER começou né, então quem trabalhava na área social, quase a totalidade, eram mulheres, e o pessoal, os agrônomos, técnicos agrícolas, veterinários, eram quase sempre homens né, e aí quando começou a ter que fazer relatórios para ir justificando a filantropia, ela começa a ter dificuldades [...]. Nosso problema está muito nessa coisa aí, nós temos a origem muito econômica. [...] porque a ASCAR surge dentro do núcleo, do cerne da revolução verde, não sei se tu te deu conta disso né, ela surge lá em 1950, no Rio Grande do Sul em 1955, para tentar difundir e vender a produção da indústria né, como é que eles iam ampliar, vender máquinas, vender insumos agrícolas, e se não tivesse um grupo de técnicos fomentando essa revolução... Aí então originalmente, inicialmente, a ASCAR ela é

bancada pelas empresas produtoras de insumo né, todo mundo que via “bom, se crescer o rural eu vou ganhar...” acabava patrocinando essa Associação, e aí o Estado naquela época dava filantropia fácil né, naquele período [...] né, que tem tarefas e atividades que o Estado não pode fazer e aí ele tinha uma forma de compensar quem fizesse, foi quando ele deu filantropia para as escolas, para os hospitais, e a gente entrou nessa carona na época, pegou e rendeu, rendeu quase 40 anos (risos) (Entrevistado nº 13, 2017, *grifo nosso*).

Quando surgiu a necessidade de mostrar que no conjunto do trabalho se justificava a obtenção do CEBAS, as fragilidades da Associação ficaram mais claras. Segundo ele, o problema estaria na *origem muito econômica* da ASCAR, interpretação que é compartilhada por outras duas entrevistadas, uma extensionista de campo e outra Assistente Técnica Estadual (ATE) da área “social”, mesmo que elas sejam mais críticas com relação aos desequilíbrios do *esquema de gênero*, expondo juízos como *a EMATER é uma empresa muito classicista e machista, uma associação de agrônomos ou instituição ainda muito masculinocentrada na figura do engenheiro agrônomo*:

[...] *a EMATER é uma empresa muito classicista e machista, ela é dos agrônomos né, uma associação de agrônomos, aquilo ali prevalece sempre né, então a área social, ela sempre era o segundo plano, ainda continuam tentando fazer, mas só que agora, com a história do social para sobrevivência da empresa, mudou muita coisa. Mas dentro da casa tem que mudar ainda né, nós semana passada a gente teve uma reunião das AESR [a Associação de Extensionistas Sociais Rurais] que a gente chama, que é da área social, que a gente tem que trabalhar muito essa questão dentro da casa né, essa valorização e tudo, porque acabam valorizando ciências agrárias e o que mantém realmente a empresa não é muito valorizado entre colegas. O reconhecimento entre colegas, sabe, assim ó, primeiro o agrônomo, assistência técnica, claro que é importante, eu defendo, mas no momento não é do que sobrevive [...]* (Entrevistada nº 14, 2017).

[...] *a EMATER é um espelho da sociedade, [...] uma instituição ainda muito masculinocentrada, na figura do engenheiro agrônomo, e há uma disputa, não dá para gente negar isso, há uma disputa de conhecimento, de campo, e isso eu acho que com o tempo vai mudar, acho que a dinâmica das instituições elas estão nos colocando em momentos que nos façam... nos forcem a fazer essas mudanças. Por exemplo, a luta pela certificação da EMATER como entidade beneficente de assistência social. Isso coloca a EMATER num divisor de águas né, questiona qual é o papel desse profissional que não está elencado entre as profissões que o SUAS reconhece como profissões de relevância social, e qual é o trabalho social que a EMATER faz? Então esse profissional que trabalha com a área socioassistencial da EMATER ele ganha uma evidência, eu acho que é um momento importante de a casa aproveitar para fazer esse debate. [...] E a questão também que há um forte questionamento por parte do MDA de que nós não temos assistentes sociais, aí tem uma questão corporativa, porque assistência social é feita por assistentes sociais, nós temos duas assistentes sociais. E quem é que é o nosso profissional? O nosso maior profissional é o da área agrária. Então há questionamentos do MDA e que a EMATER-ASCAR vem procurando se adequar [...]*. (Entrevistada nº 10, 2017, *grifo nosso*).

Para essa entrevistada, o questionamento do CEBAS da ASCAR colocou a Associação num *divisor de águas*. O papel do extensionista “social” e da própria Associação, nesse momento, passava a ser incerto. Existindo disputas entre os dois campos de trabalho, área de conhecimento e gênero, a projeção e relevância que o campo “social” (ainda entendida como *mulheres*) ganhava ascendia a importância de discutir as questões que historicamente estavam colocadas – como abordagem e o conteúdo do trabalho, o quadro funcional majoritariamente “técnico” e etc. “Diante da magnitude dos desafios” que estavam colocados, para a Associação passava a ser “necessário seu enfrentamento através de uma assistência técnica e extensão rural com foco no social” (EMATER/RS-ASCAR, 2014a p. 64).

Como sugere um documento institucional, *Diretrizes para ação extensionista* (EMATER/RS-ASCAR, 2011 p. 19), os agentes deveriam interagir em diferentes instâncias para atuar na construção e no qualificação do sistema de proteção social (Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social), buscando se posicionar “sempre como entidade da sociedade civil ou como” uma “entidade beneficente de assistência social”, mas “nunca como representante governamental”. Era necessário permanecer sempre “atento para conferir visibilidade às ações desenvolvidas que têm indiscutivelmente caráter socioassistencial, quer pelo perfil dos usuários, quer pelo tipo de atividade”, disputando “para a ASCAR o status de equipamento social especializado”, uma vez que as unidades de atenção do SUAS e os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) “são localizadas em áreas urbanas, e por isso não alcançam as populações” mais “vulnerabilizadas que habitam em áreas de difícil acesso, com obstáculos físicos e econômicos para sua circulação” (EMATER/RS-ASCAR, 2011 p. 19).

Figura 18 - Logo da EMATER/RS-ASCAR



Fonte: Site institucional. Acesso em <<http://www.emater.tche.br/site/>>, 08 de dezembro de 2017.

É curioso como as mudanças no logo da EMATER/RS-ASCAR refletem as mudanças com relação ao espaço/relevância que é designada ao campo “social”. A **Figura 18** apresenta o logo adotado com a fundação da EMATER/RS e a opção pela operação conjunta com a ASCAR. A casa, constituinte do desenho que representa a

ASCAR, à direita, reduz de tamanho com a adesão do símbolo e da identificação da EMATER/RS, à esquerda, notadamente maior. Isso aconteceu num período em que havia questionamentos quanto aos propósitos da área “social” (ASCAR, 1974a) e intensificação das ocupações produtivas. Devido ao questionamento do CEBAS e a projeção e importância que demonstrar sua face “social” ganhou ao longo dos anos, nota-se que na gestão 2011/2014, momento de indefinições e mobilizações sobre o tema, adotou-se no logo uma referência à defesa do caráter filantrópico da ASCAR junto à afirmação da EMATER/RS-ASCAR como “social”, tal como sugere a **Figura 19**:

Figura 19 - Logo da EMATER/RS-ASCAR e a defesa do caráter filantrópico



Fonte: <http://www.bohngass.com.br/bohngass/noticias/item?item_id=2390927>. Acesso em 05.12.2017.

Para uma interlocutora, o contexto e os riscos em jogo exigiram que a Associação passasse a demonstrar que todo trabalho por ela realizado seria “social”, incluindo as proposições da área “técnica” (isto é, produção, crédito, agroindústria, comercialização e etc.), na medida que a condição financeira das famílias seriam requisito considerando indispensável para evitar a vulnerabilidade social das populações assistidas. Isso era o começo do desafio de traduzir esse trabalho mais *cartesiano* em uma *linguagem socioassistencial*:

[...] é um embate que a gente tem, é que não é o social do ponto de vista da ajuda e da caridade, que ela tem que provar que 100% do que ela faz, seja envolvendo um crédito fundiário ou uma agroindústria ou uma plantação, sei lá, de milho, ou um trabalho realmente ambiental, etc., é social. [...] Como traduzir um trabalho técnico-agrário, de uma lógica, como eu te falei, cartesiana, tecnicada, para uma linguagem socioassistencial? Muito difícil, mas se está... e agora tem que ser meio galopante, porque ela tem que provar (Entrevistada nº 9, 2017).

Segundo um extensionista de campo da área “técnica”, pela *grande massa do quadro funcional* ser das ciências agrárias houve dificuldade para o entendimento do

que seria *socioassistencial*, o que refletiria a necessidade de trabalhar em torno do tema e de sua linguagem específica:

[...] a instituição [...] precisa se aperfeiçoar no entendimento do que que é socioassistencial né, o fato de nós sermos um quadro quase que todos da ciências agrárias né, a grande massa ser das ciências agrárias, teve a dificuldade de entendimento do que é socioassistencial né, embora hoje... acho que todo trabalho, quase todo o trabalho que nós fizemos, ele é socioassistencial, na maioria das vezes ele é escrito, é lido, é entendido como econômico né, [...] acho que é uma questão... nós temos é que conseguir enxergar esse lado do trabalho. [...] não pode olhar isso como uma forma só dele ganhar mais dinheiro, mas sim como uma forma de ele ter a segurança da produção dele, de que ele vai ter a renda, vai ter a produção, consequentemente vai ter a renda. Porque o grande problema social da agricultura é essa insegurança de plantar e saber se vai colher. Então assim, quando tu reduz a insegurança do resultado do teu trabalho tu está... isso é um trabalho social, então assim ó, essa é a nossa grande dificuldade que nós temos hoje, é de entender o que que é socioassistencial, e aí como nós não temos esse entendimento, nós também não estamos repassando isso para os agentes que o MDS manda aqui para analisar né, então quando tu olhas para os nossos relatórios eles ficam muito fragilizados. Acho que o certificado de filantropia, socioassistencial, vai passar muito por preparar o quadro de servidores para o entendimento do socioassistencial, porque essa coisa das ações sociais, eles tem um vocabulário muito próprio deles, [...] e nós não falamos essa língua, nós precisamos é nos apropriarmos dessa linguagem socioassistencial aí né, dos assistentes sociais, e aí eu acho que no momento que nós nos apropriamos disso e conseguir linkar o nosso trabalho com o que que é socioassistencial, nosso trabalho é perfeito, não vejo risco da a gente perder (Entrevistado nº 13, 2017).

Para outra interlocutora, o *peso* desse tipo de exigência recairia especialmente nas extensionistas da área “social”:

[...] nós extensionistas, sofremos também com essa questão né, “ah se não for certificado vai...”, há uma pressão muito grande né, mas ela é histórica, então ela acaba sendo banalizada também, “ah isso ai sempre falamos...”, e *cai muito peso nos extensionistas sociais, que a gente tem que fazer bons planos, que a gente tem que comprovar lá, que a gente tem que dominar a linguagem mais da assistência social, e por mais que se diga que é da equipe e tal, o peso grande é no social com o social, num entendimento do social para o técnico-social, aí toda reunião falam “não, tem que chamar o pessoal da área agrária...”*, e é uma questão determinante, porque efetivamente se não tiver mais essa certificação ela é impagável, tanto a ação judicial que é movida pelo próprio INSS, quanto isso gera a mais no orçamento que é pago pelo governo do estado (Entrevistada nº 9, 2017).

Essa *linguagem socioassistencial*, em teoria, precisaria ser compreensível através da mediação/tradução das agentes da área “social”, capazes de dar sentido às atividades realizadas a luz dos preceitos exigidos. Paradoxalmente, para uma interlocutora, isso passava por uma atuação “técnica” do campo “social”, pois quanto mais qualificado tecnicamente estivesse o trabalho “social”, maiores seriam as chances

da Associação na manutenção de um trabalho apto ao CEBAS, um papel que, no entanto, não seria reconhecido ou valorizado por parte do quadro funcional lotado na área “técnica”:

[...] eu penso que o profissional da área social ele é um técnico, tudo que eu faço eu procuro me nortear por conhecimentos técnicos, eu fiz uma formação para isso né, então eu procuro trabalhar dentro das premissas científicas, conhecer as políticas públicas relacionadas a essa área social e socioassistencial, e elas tem sua regulamentação, seus tempos, seu rito, e isso é técnico, então *não é técnico só o que é produtivo e econômico, também é técnico aquilo que é social*, que quanto mais a gente qualificar tecnicamente o social né, mais chance de consolidar o trabalho da certificação da EMATER a gente tem. [...] a gente vez por outra tá escrevendo textos técnicos para o Ministério falando da natureza socioassistencial da EMATER, mas ainda não tem essa... esse reconhecimento do coletivo da EMATER e dos profissionais da área social, ainda não há esse reconhecimento, *ainda tem aquela coisa do debochezinho, da risadinha, do que acha que né, tudo é social, então o que o agrônomo faz também é social, o que o veterinário faz também é social, ok, ele tem toda a razão quando diz isso, mas a forma como ele aborda isso o SUAS não reconhece, ele precisa da mediação do técnico da área social para saber como se colocar, como esse trabalho dele é social, inclusive conhecer o sistema, estudar, saber sua linguagem né, a estrutura do sistema.* [...] esse fato de a EMATER ser questionada vez por outra se é social, socioassistencial e se não é, eu vejo como uma oportunidade boa para trabalhar isso sabe. Balança né, balança, a gente tem que questionar: como é que é? não é? onde é que é? onde é que está então? vamos lá ver o nosso trabalho do campo, que que está fazendo... [...] (Entrevistada nº 10, 2017, grifo nosso).

Se antes o *dueto* entre os campos era mais nítido, o que inclusive conferia estabilidade para o *esquema de gênero*, a inversão nos discursos (“técnico” como “social” e vice-versa) pressionou para uma dissolução dessa polaridade em vista à integração. Ao menos institucionalmente há orientações para tal, mesmo que acabe esbarrando num maior ou menor interesse de um dos lados, agentes da área “técnica” que teriam dificuldade em compreender o aspecto “social” do trabalho (Entrevistado nº 5, 2017) ou agentes do campo “social” que temem que seus pares “técnicos” se apoderem de sua área (Entrevistada nº 4, 2017). Na visão de uma interlocutora, extensionista de campo da área “social”, no início haviam barreiras quase intransponíveis entre as duas áreas, mas com o passar dos anos e, dependendo do grau de parceria entre os extensionistas, acabou se tornando mais frequente abordagens conjuntas ou, pelo menos, momentos onde um colega cobre o outro por motivos inadiáveis (ausências por saúde, por exemplo). Isso, no entanto, não impediu que quando seu colega, extensionista do campo “técnico”, colaborou em uma atividade “social” (produção de sabão caseiro) tenha virado notícia na Associação, gerando

provocações e piadas entre colegas do quadro do campo “técnico” (Entrevistada nº 14, 2017).

Para outra entrevistada, no entanto, a projeção e a relevância que o campo “social” ganharia é limitada aos períodos onde se faz necessário justificar o trabalho para o CEBAS, o que se dá a cada três anos, tornando a questão ambígua. Se ao “mesmo tempo que o pessoal” fala da “filantropia e coloca o social na frente”, na condição de “salvador da pátria”, quando o CEBAS é renovado, dizem que “também não é tudo” (Entrevistada nº 11, 2017). Para ela, quando a Associação consegue justificar a posse do CEBAS há um retorno à tendência histórica de priorizar as atividades de cunho produtivo. Segundo um interlocutor, a necessidade de justificar o CEBAS seria, justamente por isso, salutar, pois tira a Associação de uma *zona de conforto*:

[...] ainda bem, entre nós aqui, ainda bem que de três em três anos nós temos que justificar o nosso trabalho social, ainda bem. Nós não temos que ter medo de justificar, de dizer que a EMATER é social, que se não nós... "não agora nós vamos trabalhar só com rendimento de cultivares de soja", precisa EMATER para isso? Está cheio de empresas privadas fazendo isso, é esse o nosso papel? Sabe, quando tem um monte de famílias ainda em situação de pobreza, as vezes pobreza extrema e etc., sem entrar no mérito de mais ou menos assistencialista, mas de emancipação mesmo das famílias, então ainda bem que nós temos que, sabe, porque isso nos tira da zona de conforto, isso faz com que eles, sabe, vamos ter um foco, por mais que passe e entre diretoria mas não podemos abandonar o compromisso social que tem o trabalho com o desenvolvimento e etc., então eu não acho que seja ruim nós... pelo contrário, nós temos que prestar conta para a sociedade, temos que mostrar o lado social do nosso trabalho, e é isso que justifica ele [...]. E por mais que as vezes isso crie uma certa tensão ou uma certa preocupação né, mas é o que faz com que não se acomode, eu pelo menos tenho um pouco dessa leitura [...] (Entrevistado nº 12, 2017, *grifo nosso*).

Segundo esse Assistente Técnico Estadual (ATE), mesmo com a insegurança gerada dessa necessidade, pode-se aproveitar para problematizar e trabalhar na construção do papel que a Associação cumpre. Era preciso mostrar o lado “social” do trabalho, o que passaria por revisar o tipo de ação mantida e questionar os antigos pressupostos. O tipo de abordagem mantida precisava se adequar. No que tange ao campo “social”, passava a ser necessário abandonar uma prática assistencialista orientada à administração do lar, sendo preciso lidar com questões como acesso e ampliação de direitos, emancipação, conquista de patamares de equidade e justiça social. Além disso, seu quadro funcional, composto em sua grande maioria de extensionistas da área “técnica”, precisava ser readequado para fazer jus às novas exigências. Isso acontece ao mesmo tempo em que reivindicações internas de

funcionárias da área “social” em virtude de sua posição secundária na Associação cresciam. É nesse clima de crise que ocorrem mudanças importantes, inclusive corrigindo alguns dos desequilíbrios e desigualdades de área/gênero que datam da fundação da ASCAR.

4.2 METAMORFOSES E DESAFIOS À DUALIDADE

[...] quando iniciou a extensão rural, ela inicia com o agrônomo... ela vem com essa ideia de o agrônomo entrar com a tecnologia e tal para o aumento da produção na lavoura, ele ia para a parte econômica, enquanto a mulher, as extensionistas sociais, elas vinham cuidar das mulheres, mais o entretenimento, cuidar das mulheres dentro da cozinha enquanto os homens iam para a produção né, para a parte econômica. Como é que se começa a mudar essa história, ela começa a mudar com a parte sindical das mulheres... terem entrado para os sindicatos as mulheres agricultoras. Ela inicia primeiro o avanço lá fora, não aqui dentro. As mulheres começaram [...] a exigir da extensão rural também um trabalho do social um pouco diferente (Entrevistada nº 11, 2017).

Desde o início da década de 1980 as mulheres lutam pelo reconhecimento do seu trabalho no regime de produção familiar, através da intensificação de mobilizações dos movimentos e das organizações das mulheres em torno da busca pelo reconhecimento de sua profissão como agricultora, bem como por direitos sociais e civis. A pauta das mobilizações era a conquista do acesso à terra, aos direitos previdenciários, ao atendimento em saúde. O que na década seguinte continuou a ocorrer, com o fortalecimento dos movimentos das mulheres rurais e emergência de movimentos específicos das mulheres indígenas, quilombolas, pescadoras e assentadas em torno de políticas públicas que atendessem às reais demandas de diferentes realidades vividas no rural (EMATER/RS-ASCAR, 2014b p. 22)

Na interpretação de Caporal et al (2009), no final da década de 1990 se perguntava por que e para quem deveriam existir os serviços de extensão rural no estado do RS. A resposta mais adequada, para ele, passaria por fazer jus ao ambiente político e às demandas sociais, “incorporando os desafios sociais e ambientais” que surgiam “tanto nas demandas de setores urbanos como nas pautas políticas das organizações de representação dos agricultores” (CAPORAL et al, 2009 p. 40). Assim, a partir de congressos dos extensionistas e outros eventos da extensão rural e de documentos de seminários ou encontros de organizações de agricultores familiares e de outros movimentos organizados, como o Movimento Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e outros, a EMATER/RS-ASCAR elaborou uma proposta de extensão rural que, segundo seus propositores, passaria a ser “compatível com os ideais de

sustentabilidade e de equidade” presentes nos “novos debates sobre desenvolvimento rural” (CAPORAL et al, 2009 p. 40-41). Não devemos esquecer que Francisco Roberto Caporal teve longa trajetória como funcionário da Associação, atuando inclusive como Diretor Técnico na gestão 1999/2002.

Mesmo questionado quanto à forma de implementação por seu caráter impositivo, gerando resistências (DEPONTI, 2010 p. 157-158), foi proposto um processo de “transição agroecológica” e ampliação do público assistido da EMATER/RS-ASCAR para populações até então não contempladas, incluindo pescadores artesanais, quilombolas, assentados, indígenas e novas abordagens para questões relacionadas a gênero – que na verdade, para meu interesse, representa o trabalho com a mulher rural –, geração (idosos e jovens) e segurança alimentar e nutricional. Era o momento de

[...] trabalhar o desenvolvimento como um processo sustentável, levar em conta a pluriatividade da agricultura e a multi-setorialidade de um território, promover o capital social com a valorização e qualificação das relações sociais; considerar as políticas de relação de gênero, de diferença entre gerações e públicos diferenciados, como um resgate da cultura e educação rural; visando a melhoria da infraestrutura e dos serviços de bem-estar social, da educação e da promoção da saúde, segurança e soberania alimentar; do crescimento econômico, através da ampliação das oportunidades de empregos agrícolas e não agrícolas, gerando renda com equidade; além da preservação e recuperação ambiental. [...] Hoje em dia incorporam-se novos desafios à ATER, que abrangem desde o atendimento a públicos diferenciados (indígenas, pescadores artesanais profissionais, quilombolas e assentados) até a reciclagem de valores e conhecimentos que fundamentam e embasam a própria cultura organizacional da ATER sul-rio-grandense (EMATER/RS-ASCAR, 2006b p. 10-21).

O documento reconhece estar em curso uma “reciclagem de valores e conhecimentos que fundamentam e embasam a própria cultura organizacional” da Associação, e isso não parece em vão. Atender o público prioritário²⁶ para ações de assistência social e o abandonar uma abordagem de cunho assistencialista em nome de uma postura emancipatória, por exemplo, seriam requisitos fundamentais para a manutenção do CEBAS da ASCAR. Mas como a própria Associação admite, “apesar do conteúdo social dessas diretrizes, as preocupações com as questões tecnológicas e produtivas sempre foram preponderantes nas atividades de extensão rural” e até a “sua única razão de ser” (EMATER/RS-ASCAR, 2006b p. 11). Esse documento anunciava

²⁶ Passava a ser necessário atuar na “conversão de atributos anteriormente dotados de sinais negativos em qualidades positivadas e reinscritas em identidades” e “memórias de trajetórias culturais específicas” (NEVES, 2008 p. 17).

uma tentativa de desvincular o trabalho “social” do caráter secundário e complementar que historicamente acabou sendo designado. O novo “social” abrangeria “alguns aspectos da dimensão produtiva e econômica”, não apenas “físicos ou financeiros” ou ao motivo ou não da adesão às tecnologias produtivas, mas na forma como se organizaria a produção, isto é, nas “relações de poder que estruturam a ação das pessoas, nas implicações” que esses “processos de organização social trazem para as mudanças concretas na vida” dos sujeitos assistidos (EMATER/RS-ASCAR, 2006b p. 11-12). Mas isso passava por reformar o trabalho “social”, tanto com relação ao proposto para o público assistido quanto da estrutura e das condições do quadro funcional (áreas de formação, reconhecimento financeiro, investimento no tipo de trabalho e etc.). Essas e mais questões são abordadas ao longo das três próximas subseções.

4.2.1 Alargamento do campo de trabalho “social” e novas proposições à mulher rural

Na gestão da EMATER/RS-ASCAR de 1999/2002 foi criado um grupo de trabalho para responder aos dilemas em jogo e revisar o campo “social”. Esse grupo foi constituído por extensionistas vinculadas desde os primórdios da ASCAR e novos profissionais que ingressavam à época, diverso em termos de formação e área de conhecimento entre suas/seus participantes (engenharia civil, agronomia, geografia, farmácia, antropologia, economia rural, sociologia, pedagogia, nutrição, economia doméstica, desenvolvimento rural e magistério). O grupo funcionou mais de um ano, envolvendo discussões e consultas a funcionários de diferentes instâncias (escritório central, regional e municipal), movimentos sociais e entidades parceiras sobre “como era” e “deveria ser” o trabalho “social” da Associação à época, espécie de “repensar”, “marcador de um olhar para antes e um olhar para depois” (Entrevistada nº 10, 2017). O fruto desse trabalho foi um documento institucional chamado de *Marco referencial para as ações sociais*, lançado em 2002 e revisado em 2006, com o objetivo de “apresentar um referencial teórico-metodológico” para “subsidiar os profissionais” sobre “temas de caráter SOCIAL” (EMATER/RS-ASCAR, 2006b p. 13), algo que seria necessário levando em consideração que,

Na ocasião, ao refletir as ações sociais da EMATER, *se percebeu que tinha ações sociais de diferentes naturezas, mas que eram exercidas muitas vezes*

por profissionais que eram ou engenheiros agrônomos ou os extensionistas sociais que tinham formação principalmente de magistério, e essas pessoas estavam exercendo atividades de diferentes naturezas que iam... à exceção do trabalho técnico-produtivo executado pelo engenheiro agrônomo, agrônomo e técnico né, que aí essas profissões se ocupam disso, tudo que não fosse do produtivo ficava ao encargo dessa pessoa que trabalhava o social, que é um deus e sua obra. E faltava assim então uma orientação [...] (Entrevistada nº 10, 2017).

Segundo ela, o *Marco* consistia em uma “reflexão política da questão da assistência técnica-social”, e algo assim não aconteceria sem desentendimentos ou disputas. Apesar das discordâncias a respeito do campo de trabalho da área “social” e da abordagem a ser utilizada, após as discussões optou-se por um alargamento do campo de atuação, mantendo o “tripé básico” em temas como saúde, alimentação e habitação, mas incorporando novas questões como geração de renda (agroindústrias, artesanato, turismo rural e etc.), educação ambiental, plantas medicinais e resgate de conhecimentos tradicionais (SILIPRANDI, 2002 p. 41). Esses temas de trabalho, de forma mais ou menos elaborada, se mantiveram como eixos da área “social” ao longo dos anos, incluindo ainda assuntos como equidade de gênero e geração (juventude e idosos) e ações de lazer comunitário (EMATER/RS-ASCAR, 2009; 2014b). Em teoria, a área “social” não se restringiria mais apenas à mulher rural, mas quando pensava nela, se colocava justamente *contra* parte das prerrogativas que a sustentavam.

Se o público assistido do campo “social” não deveria ser somente a mulher, o que em si já é uma transformação significativa, ele seguia sendo um trabalho feito por mulheres. Quem nos alerta a isso é Emma Siliprandi (2002), à época funcionária da Associação e a coordenadora do grupo de trabalho. Segundo ela, a “dobradinha” nas atividades da Associação se mantinha na “virada de século”, uma vez que “técnicos (homens)” se ocupavam de “questões da produção agrícola e as extensionistas sociais (mulheres) seguiam atendendo tipos de ações associadas ao universo doméstico-familiar” (SILIPRANDI, 2002, p. 40). Com as novas diretrizes as funcionárias precisariam de dar conta de um campo de trabalho mais amplo e complexo, e, em alguns momentos, quase paradoxal.

No que tange ao trabalho com a mulher rural, diferente das proposições vigentes até então, buscava-se desvincular as assistidas de uma atuação restrita ao lar e ocupações de ordem reprodutiva, argumentado pela promoção de sua emancipação produtiva e política. No discurso passava a haver o reconhecimento do papel produtivo que historicamente a mulher rural cumpre (EMATER/RS-ASCAR, 2006b; 2009; 2012;

2014a; 2014b; 2015a; 2016), sem, no entanto, esquecer as atividades domésticas (EMATER/RS-ASCAR, 2006b). Falando sobre as *Políticas de relação de gênero*, segundo a Associação se fazia necessário

[...] continuar e incrementar cada vez mais a estratégia de trabalho que apoia a formação e/ou participação da mulher em grupos, associações, clubes, comissões, sindicatos, cooperativas, conselhos e outros tipos de organização (formal ou informal), a fim de promover e facilitar o intercâmbio de experiências, a interação social, a discussão e defesa de seus interesses e necessidades, bem como, para canalizar demandas e proporcionar benefícios pelo lado institucional; [...] apoiar a auto-organização das mulheres rurais na luta por seus direitos; com discussões e proposição de mudanças nas políticas públicas, adequadas às necessidades das mulheres rurais; *orientar as mulheres e suas organizações para sua integração como produtora rural mais plena nas cooperativas e sindicatos, e não somente como esposa e dona-de-casa; incluir a mulher, explicitamente, nos programas de agropecuária, tendo em vista que ela é produtora e que qualifica a tecnologia e formas de trabalho em uso;* [...] proporcionar espaços para a discussão sobre planejamento familiar, violência intrafamiliar, sexualidade e autoestima, fornecendo informações que possam embasar, conscientemente, decisões a respeito; [...] contribuir para melhorar a percepção da mulher sobre as atividades domésticas, agrícolas e não agrícolas exercidas, com questionamentos relativos às expectativas e ao desempenho dos novos papéis das mulheres na sociedade; bem como a geração de renda e sua participação na gestão financeira da propriedade (EMATER/RS-ASCAR, 2006b p. 31-32, grifo nosso).

O trabalho promovido deveria se voltar para inclusão social e produtiva da mulher rural (agricultoras familiares, pescadoras, quilombolas, indígenas), o que envolveria colaborar para a garantia de seu auto sustento através do assessoramento às atividades agrícolas e não agrícolas (artesanato, agroindústrias, turismo rural, etc.), divulgar formas de acesso a direitos sociais (documentação, previdência social, auxílio maternidade, auxílio doença, programas de saúde do trabalhador etc.), atuar no acesso aos instrumentos possíveis de produção e comercialização (como o Pronaf Mulher, PNAE, PAA e semelhantes), estimular a participação em fóruns, conselhos e outros espaços que promovam o controle social e o acesso a construção de políticas públicas, fortalecer atividades de caráter coletivo (como grupos, clubes, associações, cooperativas) e promover a rejeição de todas as formas de violência contra a mulher rural (EMATER/RS-ASCAR, 2005b; 2006a; 2006b; 2007; 2010a; 2010b; 2012; 2013; 2014a; 2014b; 2015a; 2015b; 2016).

Os comentários de um Assistente Técnico Estadual (ATE) e uma agente de campo ilustram essas reorientações:

Hoje a EMATER trabalha muito essa questão do protagonismo da mulher como um sujeito de desenvolvimento, de valorização mesmo, não como uma

pessoa do lar, mas sim como um sujeito de sua história, com todo o protagonismo que ela tem, com o papel que ela tem né, com as atividades produtivas que são geridas por elas (Entrevistado nº 5, 2017).

Eu não sou de fazer bolinho, detergente, essas coisas. Eu não sou. Era uma pessoa prática. Ai eu nunca me esqueço que da nossa capacitação: mas extensionista social não é mais aquela pessoa que precisa ensinar receitas, ela *pode até ensinar receitas, mas ela tem que trabalhar muito além disso. É uma coisa muito mais complexa, que é aquela visão que se tinha antes do social. Hoje ela já está trabalhando empoderamento, as políticas públicas, a figura da mulher numa perspectiva econômica, não é mais... até tem muito ainda essa questão, mas não é isso mais que as mulheres esperam de mim.* Porque se fosse só isso, elas estariam reladas. Claro que oferecerei isso a elas se elas me pedirem, mas não é uma coisa que... até porque hoje, se tu vais ver, porque que elas vão, eu penso né, talvez esteja errada, porque que elas vão ficar fazendo detergente líquido e coisas assim, se daqui a pouco para elas é muito mais prático e mais econômico talvez né, elas compram ali o detergente e vamos fazer outras coisas, trabalhar outras questões (Entrevistada nº 1, 2017, *grifo nosso*).

Num documento institucional chamado *Guia prático das ações sociais* da EMATER/RS-ASCAR (2014b) fica clara a ruptura em relação aos discursos que marcaram a Associação entre as décadas de 1950-1990 sobre o trabalho proposto à mulher, espécie de autocrítica pelo fato de negligenciar sua atuação produtiva. Conforme a Associação, a presença da mulher na economia rural foi “marcada por uma forte divisão sexual do trabalho, expressa” através da divisão de “atividades voltadas ao trabalho reprodutivo e produtivo”, e que corresponderia ao “modelo patriarcal da sociedade que”, por sua vez, “desconsidera a contribuição das mulheres para a geração de renda da família” (EMATER/RS-ASCAR, p. 23). Havia uma revisão no discurso, algo que não necessariamente refletia na prática do trabalho. Conforme a interpretação de três interlocutores, mesmo com mudanças em termos de orientações e diretrizes, ainda não houve uma “mudança efetiva” (Entrevistadas nº 8; 9; 10, 2017):

[...] há uma orientação nesse sentido né, a EMATER ela tem um marco referencial para as ações sociais, que foi construído [...] nos anos 2000. Foi feito primeiro o *Marco* né, que que são as ações sociais da EMATER. Depois, [...] em 2014, foi feito também um *Guia das ações sociais*, trazendo essa questão da legislação, uma discussão mais bibliográfica, isso realmente a nível documental e de discurso, ele existe, [...] eu acho que ainda se reproduz muito um trabalho de... *não houve uma mudança efetiva*. Acho que tem pequenos avanços né, mas isso porque também é difícil pautar essa discussão junto aos agricultores, do lugar da mulher, por essa questão machista, que ela sempre foi só uma ajuda na propriedade, tem o movimento das mulheres trabalhadoras rurais, *mas a EMATER tem muito ainda o trabalho com clube e grupos de mulheres, com uma questão como um espaço de encontro entre elas, como um fim e não um meio*. [...] eu tive relatos de colegas que chegaram nos municípios e diziam "ai eu cheguei aqui e disseram que a extensionista sempre trabalhou com X's clubes", e aquelas mulheres estão acostumadas com aquela reunião, com a extensionista indo lá. *Isso tem um ganho, sim, de encontro, de conversa, de trocas, mas isso não pauta*

realmente a questão do lugar da mulher como participante dessa unidade produtiva familiar (Entrevistada nº 9, 2017, grifo nosso).

Isso reflete, em parte, certo comodismo de mediadoras que não estariam interessadas em mudar a abordagem das atividades historicamente praticadas (Entrevistada nº 11, 2017) ou, até mesmo, o interesse de parte das assistidas em perpetuar atividades que envolvam receitas e práticas culinárias, utilidades e dicas domésticas (Entrevistada nº 8, 2017), o que não impede que hajam casos exitosos de trabalho com um cunho emancipatório onde mulheres assumem agroindústrias, se associam e passam a ser atuantes em sindicatos, aumentam renda com o artesanato produzido e etc. O certo é que há reorientações no discurso buscando superar a dualidade mulher/reprodutivo e homem/produtivo, o que esbarra em limitações de diferentes ordens. Essas questões e os dilemas que guardam são tema da terceira subseção desse capítulo. Algumas fotografias ilustram parte do trabalho proposto atualmente:

Figura 20 - Elaboração de produtos com plantas bioativas, sem especificação do local



Fonte: Site institucional da EMATER/RS-ASCAR. Acesso em:
<http://www.emater.tche.br/site/sistemas/images/banco_imagens/grandes/18677.gif>

Figura 21 - Curso de artesanato realizado pela Associação e União Roca Salense de Clubes de Mães



Fonte: Site institucional da EMATER/RS-ASCAR. Acesso em:
<http://www.emater.tche.br/site/sistemas/imagens/banco_imagens/grandes/19631.jpg>

Figura 22 - Ciclo de palestras com agricultoras alerta para a prevenção de suicídio em São Pedro do Butiá



Fonte: Site institucional da EMATER/RS-ASCAR. Acesso em:
<http://www.emater.tche.br/site/sistemas/imagens/banco_imagens/grandes/17353.jpg>

Figura 23 - Aula de culinária como alternativas de geração de renda, Ibiacá



Fonte: Site institucional da EMATER/RS-ASCAR. Acesso em:
<http://www.emater.tche.br/site/sistemas/imagens/banco_imagens/grandes/14248.jpg>

Figura 24 - Curso de tortas e doces, Candiota



Fonte: Site institucional da EMATER/RS-ASCAR. Acesso em:
<http://www.emater.tche.br/site/sistemas/imagens/banco_imagens/grandes/19256.jpg>

4.2.2 Uma revisão no plano de cargos e salários e no quadro funcional da Associação: colocando o *esquema de gênero* em xeque a partir de novas mudanças

[...] se é verdadeiro que a EMATER é social, o quanto que tem da contribuição desses profissionais e como que nós estamos reconhecendo esses profissionais dentro da EMATER? (Entrevistada nº 11, 2017).

Essa subseção se ocupa de apresentar as mudanças em termos de Plano de Cargos e Salários (PCS), forma de ascensão profissional e na diversificação do quadro funcional da EMATER/RS-ASCAR, questões que refletem dois fatores, um interno e outro externo à Associação. De um lado, reivindicações da Associação de Extensionistas Sociais Rurais da EMATER/RS-ASCAR (AESR) e contestações às desigualdades mantidas entre os campos de trabalho, e, de outro, a nova forma de relação entre o governo federal e as agências que prestam extensão rural a partir da promulgação da Lei Nº 12.188/2010 que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) – onde, diferente do passado, os recursos financeiros não seriam mais repassados por órgãos como a ABCAR e EMBRATER, mas sim reflexo de concorrência para prestação de serviços de extensão rural, contratados através de chamadas públicas que exigem um conjunto específico de profissionais em termos de formação, gênero e etc. Essas duas questões tocam em algumas questões exploradas no final do capítulo passado e corrigem (mesmo que parcialmente) desequilíbrios históricos.

Fundada no ano de 1988, a Associação de Extensionistas Sociais Rurais da EMATER/RS-ASCAR (AESR) surgiu para atuar contra as diferenciações que as extensionistas sociais passaram ao longo da histórica da ASCAR (restrições ao casamento, dirigir os automóveis da Associação e etc.) e na intenção de promover confraternizações entre suas profissionais (Entrevistada nº 11, 2017). Mas, segundo uma entrevistada, a AESR se renovou enquanto mudava a atuação exigida para profissionais que ocupavam a área “social”, e, por conseguinte:

[...] aí quando nós, já os mais novos [...]. Quando a gente entra a gente já começa a não querer mais fazer isso entende, não... tem outras coisas aí, nós estamos aqui brigando por processo seletivo, nós temos outras coisas, enquanto as outras organizações, dos engenheiros ou dos técnicos está lá pleiteando, nós queremos também discutir isso. Mas aí a gente tem essa... ainda, por ela estar com maior número de pessoas que ainda tem essa resistência à mudança né, que a resistência à mudança ela não está só na ala dos homens, as mulheres também, as mais antigas, tinham essa resistência, da

própria atuação do extensionista social, por uma questão de desacomodar entende, porque historicamente se fazia isso, que era o trabalho mais doméstico e tal, então aí começa a se questionar o próprio trabalho do extensionista social, e começa a se repensar o que esse extensionista... qual é o trabalho dele. E aí isso gera também uma nova atuação da Associação dos extensionistas sociais [...] (Entrevistada nº 11, 2017).

Com o ingresso de novas agentes e o repensar do que era o “social”, se atualizam as demandas da AESR, que passava a brigar por processos seletivos e por maior valorização financeira. Isso, no entanto, acabou gerando certa resistência entre parte das colaboradoras, já que desacomodava algumas antigas premissas que sustentavam o trabalho “social” em seu passado ainda recente. Como sugere outra interlocutora, a AESR passou a trazer à tona uma série de insatisfações ou demandas reprimidas que as primeiras gestões não conseguiam reconhecer, que iam desde o tratamento dado à mulher no dia a dia até sua desvalorização financeira e intelectual (Entrevistada nº 10, 2017). Para uma entrevistada, pautar questões antes não levantadas não significava “desconhecer” e história da Associação ou o trabalho prestado pela área “social”:

[...] [A] AERS surgiu em 1988 né, e ela surgiu com essa ideia de fazer isso e isso e aquilo, que eram as reuniões de autoestima, de fazer encontros, confraternização e tal, mas não desconhecendo toda essa história ela vai se atualizando por uma necessidade dos profissionais que estão, [...] não é desconhecer, é tu querer fazer a mudança, respeitar a história, mas entender que toda sociedade ela passa por mudanças né, que nós precisamos fazer essas mudanças aqui dentro [...] (Entrevistada nº 11, 2017).

Segundo essa interlocutora, pelo fato da ASCAR ter sido “fundada por agrônomos”, haveria uma “forte resistência” para mudanças no “plano de cargos e salários”, já que toda a sua “estrutura de ascensão” e de “valorização profissional” estaria “centrada nessa área” (Entrevistada nº 11, 2017). Com uma análise bem semelhante, para outra entrevistada, estaria em jogo um “reconhecimento financeiro diferenciado” entre esses campos, “diferença que causa desconforto entre os profissionais, que trabalham igual e que o reconhecimento econômico é diferenciado” (Entrevistada nº 10, 2017). Questões abordadas no capítulo passado. Sobre isso, 2010 é um ano marcante para Associação. Segundo uma interlocutora:

[...] eu sei que 2010, [uma colaboradora] assumiu como chefe de núcleo. [...] ela ficou um tempo ali, quando viu ela passou para diretora técnica... passou para diretora [...]. Aí nisso ela dizia sempre, ela já estava querendo [...] passar de nível médio para nível superior [remunerar a formação de nível superior das agentes da área “social”], entende, que daí era... ela era nível médio

também, e ela tinha isso, porque na verdade como ela era também, ela queria romper com isso, porque dentro do PCS [Plano de Cargos e Salários] não dizia nada, só que quem lia e quem manipulava o PCS eram eles [homens, técnicos], [...] as pessoas que estão nos espaços de decisão normalmente são eles entende, não tinha... quando chegava uma questão assim ela era abortada, não seguia. E aí essa colega entrou e eu sei que eles fizeram o primeiro processo seletivo para os regionais, e aí eu sei que deu um problema lá, era para botar dez vagas, deu problema porque no PCS, o plano de cargos e salários, os cursos que poderiam fazer eram muito restritos na área social, era pedagogia, enfermagem, nutrição e economia doméstica, eram só os quatro para nível superior. Aí como as pessoas que haviam feitos os cursos, tinham poucas dentro dessas áreas, e a maioria era em outras áreas de formação, não completou o que precisava, aí essa colega queria abrir para todo mundo, ela queria abrir geral, o que que ela fez? Chamou a Associação de Extensionistas Sociais Rurais, chamou a presidente para fazer uma relação de todos cursos que o pessoal tinha na área social, que eram funcionários da área, e aí a colega fez uma relação e ela abriu PCS, botou por uma resolução executiva, ela operou o PCS, botou todos esses cursos que tinham ali dentro. O que que também ocorre né, que para qualquer alteração tinha que ter uma comissão paritária né, que tinha que ter o SENGE, que é o sindicato dos engenheiros agrônomos, mais o SEPAMI, que é basicamente também coordenado por agrônomos, e os SINTARGS que era dos técnicos agrícolas e o SINVET que é dos veterinários. Tu entendes assim ó, que jamais iria passar uma resolução porque a maioria deles são, né. O que que ocorre, eu não sei como que eles foram lá para dentro, numa dessas convenções coletivas, e tiraram a necessidade da análise da comissão paritária, porque no governo Yeda eles eram tão arbitrários que eles conseguiram passar isso não sei como, entende, e o sindicato ficou devendo favor (risos) [Mas passou...] Passou... eu sei que isso foi o resultado bom da história. E aí ela veio, mudou isso, botou todos esses cursos, e abriu um processo seletivo. Foi o primeiro processo seletivo. Se tu perguntares para qualquer colega aí, nunca tinha feito processo seletivo interno porque não tinha, era só para... tu sempre ouvias "ah ATR da área animal", "ATR da área não sei o que..." mas nunca tinha para a área social, e aí esse processo seletivo, eu não sei quantas pessoas, mas esse movimentou todo o campo, todo o campo. [...] Hoje não tem mais ninguém nos regionais com indicação política, é concurso público, é processo seletivo interno. [Então é bem recente essa mudança...] Sim, 2010 começou, 2010, porque era só por cargo de confiança, era por indicação política (Entrevistada nº 11, 2017).

Essa narrativa, mesmo que pareça extensa ao leitor, ilustra uma inflexão histórica na Associação. É narrada a ascensão de uma colaboradora que, passando por cargos de chefe do núcleo “social” e de diretora, atuou no sentido de viabilizar o reconhecimento financeiro de agentes da área “social” com formação superior e a possibilidade de ascenderem na Associação através de concurso interno para ocupar cargos nos escritórios regionais, até então preenchido apenas através de indicação política (segue assim para os três cargos de diretoria e de gerentes na central e regional²⁷). Para ela, o Plano de Cargos e Salários da Associação (PCS) não tinha restrições para que essas reivindicações fossem acatadas, no entanto, haveria uma

²⁷ A transferência de agentes de campo entre escritórios municipais também exige alguns “critérios políticos” (Entrevistada nº 8, 2017), pois os critérios além de não serem claros envolvem laços pessoais com instâncias superiores.

restrição intencionada, já que a remuneração e as progressões eram manipuladas pelos superiores, historicamente maioria do campo produtivo e homens. Com a ascensão dessa colaboradora, passou a ser possível avançar com as iniciativas encabeçadas pela área “social”.

No entanto, havia uma barreira a ser superada: existiam restrições quanto às formações (áreas de conhecimento) habilitadas a participarem do tão reivindicado processo seletivo para atuar em escritórios regionais, incluindo apenas áreas como pedagogia, enfermagem, nutrição e economia doméstica. O PCS, portanto, estava moldado para as áreas do conhecimento que historicamente faziam sentido para a prestação do trabalho “social”, que, no entanto, gradualmente vinha se alargando. Sua resolução passou por uma *operação* no PCS, alterado para que pudesse abarcar as diferentes formações que exerciam o trabalho, que iam desde as quatro citadas a formações pouco esperadas, mas que em função dos ingressos como magistério compunham o quadro “social”, como licenciatura em matemática, educação física e geografia, por exemplo.

Segundo ela, tal alteração exigia a análise e aprovação de uma comissão paritária, composta por entidades de representação como sindicatos dos engenheiros agrônomos (SENGE), dos empregados em empresas de assessoramento, perícias, informações e pesquisas e de fundações estaduais (SEMAPI), de técnicos agrícolas (SINTARGS) e veterinários (SINVET), composto por homens vinculados às áreas produtivas. Essa barreira teria sido superada através de um arranjo político e de *atos arbitrários* não incomuns na gestão da governadora Yeda Crusius (PSDB). Essa *operação*, ou mais precisamente, a resolução executiva que foi usada, inclusive é lembrada no Relatório Final da Comissão de Representação Externa para tratar da “situação” da EMATER/RS na Assembleia Legislativa do RS, questionando sua legalidade²⁸:

Quanto ao processo seletivo interno, a Administração anterior fez uma mudança no plano de cargos e salários, que não foi aprovada pelo Conselho de Administração da ASCAR/EMATER, foi um ato administrativo da Superintendência. Estão analisando com mais cautela a legalidade do

²⁸ Os questionamentos à legalidade de algumas das ações durante a gestão de 2007/2010 são variados, e incluem desde a contratação de auxiliares de serviços administrativos sem a devida execução do processo seletivo e/ou aproveitamento da seleção vigente, contornado através de “procedimentos alternativos” que estavam em desacordo com o PCS; contratação de pessoal sem considerar ao menos a ordem classificatória do processo seletivo, incluindo ainda a contratação de pessoal com o parecer negativo da avaliação psicológica (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011).

processo como um todo (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011 p. 38).

Independentemente disso, “o resultado bom da história” como sugeriu essa interlocutora, foram as transformações feitas no PCS, que, ao menos agora, reconheciam e corrigiam desequilíbrios na remuneração entre ambos campos de trabalho e ainda incorporava preceitos mais democráticos para o acesso a cargos superiores. É provocativo que isso tenha ocorrido apenas na gestão estadual da Governadora Yeda Crusius (PSDB, 2007-2010) e no único ano em sua história que uma mulher presidiu a Associação (SILVA, 2011 p. 26). Mas isso gerou dilemas no quadro funcional:

[...] a área social ela é muito ampla, se tu olhar o plano de cargos e salários... para contemplar essas extensionistas que eram... entraram na empresa como magistério, mas que buscaram uma formação e queriam ser reconhecidas como nível superior porque há uma distinção, diferenciação salarial que eu te expliquei, essas extensionistas, eu falo "essas" porque a maioria eram mulheres, que se formaram nas mais diversas áreas, professores de matemática, educação física, economia doméstica, nutricionista, enfermeira, "n", pra contemplar ela, passar para o nível superior, a área social ficou muito ampla, só que os concursos que a EMATER foi fazendo depois ela buscou determinados profissionais, que realmente aportassem para a discussão do desenvolvimento rural, tecnólogo, nutricionista, sociólogo, biólogo, então a EMATER não faz concurso para licenciatura em matemática, licenciatura em educação física, [...], mas dentro do seu escopo do plano de cargos e salários, o que é um extensionista social ele é muito amplo, administração, economia, direito, matemática, geografia, educação física, muito amplo, [...] porque era para poder contemplar essas que ingressaram como de magistério (Entrevistada nº 9, 2017).

A área “social”, que como vimos já era ampla em termos de formação dos agentes, ficou mais complexa com o ingresso de novos colaboradores de áreas de conhecimento até então não contempladas, mas consideradas úteis segundo os projetos da Associação na gestão de 2011/2014²⁹ e do governo estadual de Tarso Genro (PT, 2011/2014). Na percepção de um interlocutor, houve um “processo grande de renovação dos quadros” nessa gestão, sendo contratados quase 700 agentes, dentre os quais quase 60% foram alocados para as atividades de campo, muitos “recém-formados” e com

²⁹ Nos concursos abertos, para extensionistas sociais de nível médio era exigido formação em magistério, técnico em saúde comunitária, meio ambiente, economia doméstica, controle ambiental, enfermagem, nutrição e dietética, educação para o lar, desenvolvimento de comunidades, orientação comunitária e/ou cooperativismo. Os extensionistas sociais de nível superior deveriam ter formação reconhecida em administração ou gestão pública, biologia, sociologia, enfermagem, letras, nutrição, pedagogia, psicologia, serviço social, tecnólogo em agroindústria, agricultura familiar e sustentabilidade, desenvolvimento rural e/ou alimentos. Os editais mostram que a remuneração dos agentes de ambas áreas, nível médio ou superior, agora eram equivalentes (OBJETIVA, 2011; FUNDATEC, 2014).

“menos de 30 anos”, o que “deu uma oxigenada e renovação grande” na Associação (Entrevistado nº 12, 2017). E essa oxigenação trouxe não apenas gente “nova em idade”, mas também “novas” em termos de área de conhecimento (Entrevistada nº 1, 2017), algo que não impediu que fossem exigidas formações como *Economia Doméstica* ou *Educação para o lar* (OBJETIVA, 2011; FUNDATEC, 2014), me levando a pensar que se há mudanças no quadro funcional da área “social” elas são parciais.

Mas esse processo também daria *outro rumo à história do social dentro da EMATER/RS-ASCAR*:

[...] em 2014 foi feito processo seletivo, aí abrindo as áreas, foi chamado sociólogo, psicólogo, tudo para extensão, entende. Hoje nós temos vários sociólogos dentro da extensão, com nível superior trabalhando no campo como extensionista social, que isso não tinha, tu entendes? Qualifica também... e outra coisa, *muitos homens entraram pra EMATER e isso dá um outro rumo na história do social dentro da EMATER. [...] é um espaço muito masculino aqui entende, mulher é para servir [...]*, é a dificuldade da mudança, porque mulher nesse espaço é para servir... então eu acho que... *a minha esperança é a seguinte, que por meio dessa vinda de mais profissionais homens na área social, que tu consigas fazer a virada por aí entende, que é a questão* (Entrevistada nº 11, 2017, grifo nosso).

[...] a *EMATER é uma casa de homens né, muito mais homens do que mulheres, porque começou com mais agrônomos, veterinários, enfim, técnicos agrícolas, e a área social é bem menor, porque a gente tem... tinha... tem 495 municípios que nós trabalhamos, e não é todos os 495 municípios que tem área social né, mas hoje na casa já tem muito mais mulheres agrônomas, veterinárias, técnicas agrícolas né, que antes não existia isso. Isso faz, o que, que assim, aumentou o número de mulheres mesmo deve fazer uns 10 anos, 12 anos* (Entrevistada nº 6, 2017).

O ingresso de homens na área “social” e mulheres na “técnica” teria efeito semelhante: desacomodavam a associação histórica e frequentemente imediata no *esquema de gênero* entre os polos homem-produtivo e mulher-reprodutivo. Obviamente isso gerava dificuldades, uma vez que as extensionistas vinculadas à área “produtiva” precisavam lidar com resistências em reuniões e atividades junto de assistidos homens (Entrevistadas nº 4; 6, 2017) e dos próprios colegas (Entrevistadas nº 8; 10; 11, 2017). Mesmo que as fronteiras em termos de gênero e campo de trabalho estivessem reduzindo, ainda seria comum os assistidos associarem o homem à área “produtiva” e a mulher à área “social”, como sugere a fala de uma Assistente Técnica Estadual (ATE):

[...] pelas conversas que eu vejo de algumas colegas [...], muitas delas dizem isso, que os agricultores as vezes dizem "ah mais vai lá conversar com a minha esposa" né, quando tu chegas na propriedade, tu és uma veterinária,

uma agrônoma, técnica em... "ah vai lá conversar com a minha esposa" por que? Porque sempre aquela coisa de quando é da área econômica, das agrárias, tem que ser um homem e não uma mulher (Entrevistada nº 6, 2017).

Algo que se repete entre o quadro funcional, talvez por em ambas a associação mais convencional ainda ser a maioria entre os agentes. Na interpretação de duas interlocutoras:

[...] também tem sido crescente a questão de mulheres da área agrária também, que é um curso... são cursos bem masculinos né. Então tem muitas colegas da área agrária mulheres né. [Mas] [...] há uma separação clara entre a ciência agrária e a ciência social, área social, e como a área social é basicamente mulher, é que se dão essas distinções, essas desigualdades. Hoje já tem muitos extensionistas sociais homens, antes [fazendo referência ao ano de 2001] tinha dois. [...] e a maioria dos homens tem nível superior, tem biólogo, tem tecnólogo, tem sociólogo, tem nutricionista, tem farmacêutico, então isso vai mudando um pouco. E assim como na área agrária tem engenheiras agrônomas e médicas veterinárias, então nessa balança. Mas eu acho que é mais uma questão entre áreas, "ah isso é coisa social é coisa das mulheres", isso eles dizem (Entrevistada nº 9, 2017).

[...] a grande maioria dos extensionistas sociais são mulheres. [...] Mas já tem alguns colegas que entraram como extensionista social que são homens. [...] mas eram poucos, a gente consegue contar nos dedos. A grande maioria dos extensionistas sociais ainda são mulheres, eu acho que tem essa coisa da... esse estigma das mulheres da área social, eu sinto um pouco isso assim, de alguns colegas terem ainda essa... fazerem essa separação (Entrevistada nº 8, 2017).

Se os polos constituintes do *esquema de gênero* da EMATER/RS-ASCAR parecem gradualmente perder sua nitidez outrora inquestionável, isso não impede que siga uma *casa de agrônomos*:

[...] quando eu entrei na EMATER, a EMATER era uma casa de agrônomos, o pessoal dizia, "a EMATER é uma casa de agrônomos", hoje ela continua sendo uma casa de agrônomos, mas já tem outras profissões, já tem economista, já tem socióloga, já tem antropólogos, antropólogas né, e era uma casa de... e era assim... ainda, acho que a... os níveis de gestão são muito machistas, mas já foi muito pior (Entrevistado nº 12, 2017).

E isso não dependeu exclusivamente da força de vontade das agentes. As mudanças no PCS também precisavam fazer jus às metamorfoses nos serviços nacionais de extensão rural, já que a partir da Lei de ATER (2010) se convencionou uma nova modalidade de interação com o Governo Federal: chamadas públicas. Esse passou a ser o mecanismo pelo qual o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) seleciona e contrata propostas técnicas visando a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (EMATER/RS-ASCAR, 2014c). Essas chamadas públicas contém o

objeto a ser contratado (como sustentabilidade, alternativa ao fumo, projetos à população indígena e etc.), a qualificação e a quantificação do público a ser assistido, a área geográfica da prestação dos serviços, o prazo e os valores para sua execução, a qualificação técnica-profissional exigida dos extensionistas (dentro das áreas de especialidade em que serão prestados os serviços) e a especificação por parte das entidades que atenderem às chamadas públicas do número de profissionais que executarão os serviços (BRASIL, 2010). Como consequência dessa mudança, a EMATER/RS-ASCAR precisava atender aos requisitos para ser contratada como prestadora de serviços.

Segundo documento institucional produzido pela Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (BRASIL/MDA, s/d, p. 16), desde 2013 os chamamentos públicos realizados deveriam atender critérios como 50% de mulheres no público beneficiários, 30% dos recursos para atividades específicas com mulheres e uma composição mínima de 30% de mulheres nas equipes técnicas. Nesse sentido, como analisa uma entrevistada:

[...] assim ó, eu acredito na mudança, mas eu acho que ela não é assim, não... ela vai ser muito lenta, principalmente aqui dentro, [...] [E quando se atualiza, é a base que de forma? diálogo, pressão...] Da força, da força, é por uma imposição. Perfeito, por uma imposição. Por uma imposição de necessidade X. Essa, por exemplo, essa entrada de profissionais também foi uma exigência das chamadas, dos profissionais de nível superior, isso é interessante, porque as chamadas elas dizem que tem que ter... elas dão a características de todos os profissionais que tem que ter, tem que ter um profissional de nível superior nas áreas... ela diz isso, ela traz esse formato. Não porque ela [Associação] acha... o próprio diretor diz [...] "que não tem porque contratar um profissional de nível superior se o de nível médio faz a mesma coisa", e o custo, o custo é baixíssimo né. [...] [A EMATER/RS-ASCAR] tem dúvidas quanto ao papel da área social, ela não entende. E cada governo que passa, a dificuldade é a compreensão da amplitude do trabalho social né, que ele vai além da questão do saneamento básico [...], e ainda há uma visão muito reduzida do que que é o social, e quando tu reduzis isso tu também achas que é desnecessário, que qualquer empregada doméstica ou qualquer... faz isso, entende, e aí o nosso problema [...] (Entrevistada nº 11, 2017).

Seja por opção interna ou mesmo exigência externa, na opinião de duas interlocutoras a Associação acabou não discutido o *papel* que esses/as novos extensionistas precisariam cumprir a luz de todas as transformações teórico-metodológicas propostas a partir da gestão de 1999/2002 e reforçadas em 2011/2014, tendo em vista haverem disputas quanto ao tipo de trabalho “social” a ser mantido atualmente:

[...] E uma outra questão também, a EMATER teve que contratar profissionais de nível superior, qualificar o seu quadro, porque a modalidade de relação com o governo federal não é mais convênio, ele é uma chamada pública, então ele concorre com outras instituições, e o currículo conta. Não sei se alguém já chegou a te falar isso... Então ela tem que ter “x” nível superior e a questão de gênero, e ela tem que ter para ela competir, porque ela compete com as outras organizações. O dinheiro não é mais reto, público-público, então nessa gestão passada em que houve muitas chamadas públicas, do antigo ministério do desenvolvimento agrário, eles tiveram que contratar esses profissionais, mas esses profissionais chegaram aqui e foram executar chamadas, mas não se discutiu realmente *"qual é o teu papel? qual o papel da área social?"*. Isso é muito cobrado, ainda pelos extensionistas, e a EMATER não conseguiu dar conta disso e os problemas vão se agravando, então o social ele acaba sendo conceitualmente disputado de várias formas. Teria que se encarar essa questão (Entrevistada nº 9, 2017, grifo nosso).

[...] como o extensionista da EMATER social era nível médio e agora a EMATER pegou nível superior com formações específicas, eles não... não foi dito para eles o que se esperava, por exemplo o que se espera de um sociólogo dentro da EMATER né, e aí alguns seguiram fazer a mesma coisa que o profissional de nível... então hoje tá uma discussão aí, para que pagar um profissional de nível superior se está fazendo a mesma coisa que o nível médio? Porque, o que que é ser um extensionista sociólogo, o que que é ser um extensionista biólogo, para que que a graduação contribui para isso? [...] porque não é a solução "não precisamos mais de nível superior", nós precisamos, agora precisamos escrever que que é né, fazer uma discussão e pensar o que que é cada um, o que que cada um faz, o que que ele tem a mais que precisa (Entrevistada nº 11, 2017).

Essas iniciativas de renovação do quadro funcional dão continuidade há processos progressivos de perda da nitidez no *esquema de gênero* importado na fundação da ASCAR. Além do ingresso de mulheres na área “técnica” e homens na “social”, isso se manifesta em tentativas de superação dessa dicotomia através da atuação em novas áreas e estratégias de ação transversais (como inclusão social e produtiva, por exemplo). Surgem novas diretrizes, novas áreas de conhecimentos, novos agentes, novas ideias e exigências. Os dilemas que estão colocados sobre o papel de novos agentes e novas áreas de conhecimento para o trabalho “social” engrossam as dificuldades advindas das transformações teórico e metodológicas propostas à área. A atuação idealizada não teria sido bem aceita por antigas colaboradoras que, por apego ou até medo de esquecimento do passado, pregariam a manutenção do tipo de trabalho que era realizado até então, algo compartilhado por parte das assistidas. Na próxima seção vou analisar um tempo híbrido onde são agenciadas diferentes percepções e concepções sobre o trabalho “social”.

4.2.3 Muito além da disjunção ou transversalidade: o tempo híbrido da área “social”

[...] vivenciamos um rico momento no qual inúmeros agentes intervêm em realidades concretas a partir de uma diversidade de concepções e práticas de extensão rural. Estas concepções e práticas se reelaboram, de modo tenso e conflituoso, dialogando, por um lado, com novas orientações propostas pelas políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural e, por outro, com os antigos ritos institucionais e valores corporativos das práticas extensionistas (DIAS, 2007a p. 12).

Ao passo que todas as áreas de formação de extensionistas sociais foram consideradas, incluindo a valorização de quem já era da ASCAR e tinha formação superior, mas não era reconhecido e em 2010 passou a ser, e obviamente, novos ingressantes que vinham de diferentes áreas de conhecimento (como sociologia, desenvolvimento rural e etc.), emerge um importante dilema: que aporte cada extensionista social, com formações das mais diversas, traria para o exercício da mediação que deveria exercer? Além disso, frente às metamorfoses em termos de orientação para a área “social”, alargamento e mudança de paradigma no trabalho voltado à mulher rural, que dilemas estão colocados? Nessa subseção me ocupo de discutir essas questões.

Para tal, começo problematizando a pesquisa de Márcio Maltarolli Quidá, *Disjunção e transversalidade de gênero na Extensão Rural pioneira* (2017). Esse autor, interessado nos serviços de extensão rural do estado de Minas Gerais, sugere que a abordagem dual do que denominei de *esquema de gênero* promoveu a “institucionalização da disjunção de gênero através da separação dos papéis sexuais”, “marca incontestada da ação extensionista à época” (QUIDÁ, 2017 p. 5). Segundo ele, a mudança desse paradigma a partir do fortalecimento de movimentos sociais e da consolidação da PNATER teriam conduzido a um viés de “transversalidade de gênero”. Teoricamente, a divisão de Quidá (2017) elabora em forma de ruptura as projeções para o trabalho “social” que tenho abordado até o momento. Mas, muito além da disjunção ou transversalidade, as entrevistas realizadas demonstraram a existência de um tempo híbrido onde ambos transitam, se misturam e se chocam. Não há sequência, mas coexistência.

Durante as conversas notei casos onde, contrariando o interesse da agente extensionista em trabalhar com segurança alimentar e emancipação produtiva, as assistidas demandaram um trabalho mais, digamos, convencional de alimentação,

solicitando receitas e atividades de lazer (Entrevistada nº 8, 2017). Para ela, as atividades das extensionistas sociais continuariam “muito semelhante ao que era antes”, citando a manutenção dos grupos mulheres, embora hoje consigam inserir nesses espaços “outros temas, diversificar mais”, discutindo sobre “garantia de direitos e previdência” e procurando “informar a mulher”. Como interpreta, “antes era muito voltado para cuidar da casa, cuidar dos filhos, cozinhar e fazer coisas manuais”, mas atualmente busca expandir o tipo de trabalho, algo que, porém, não satisfaz todas assistidas:

[...] eu vejo que mulheres que estavam nos grupos daquela época ainda são muito saudosistas dessa época, "ah é porque com a [nome da extensionista social que a precedeu] a gente aprendeu a fazer tal coisa", "ai a gente aprendeu a fazer", sei lá, "tapete de crochê, tricô", então elas ainda sentem... tem um saudosismo disso, muitas coisas a gente continua fazendo, essa coisa do artesanato, das habilidades manuais, continua, mas eu acho que abriu um pouco o campo de trabalho (Entrevistada nº 8, 2017)

Junto das assistidas dos grupos acordou que cada uma delas iria escrever sugestões de temas a serem trabalhados, surgindo questões como a demanda pelo aprendizado de artesanato, habilidades manuais e culinárias. A luz das diretrizes institucionais sobre culinária – sendo “recomendado a valorização e recuperação de hábitos alimentares saudáveis, dar evidência a gastronomia local como uma potencialidade econômica”, visando “[...] evitar os industrializados e importados” na busca por “fortalecer a importância dos alimentos diversificados, os frutos da agrobiodiversidade” e “produzidos na propriedade rural familiar, destacando sua propriedade diferenciada com relação à saúde, à nutrição e a sustentabilidade” (EMATER/RS-ASCAR, 2014b p. 115-116) – essa extensionista social idealizou sua abordagem:

[...] oficina de receitas é uma coisa que elas querem muito, e no início eu achei que... eu vim super empolgada, ah vou promover uma alimentação saudável né, vou fazer oficina sobre alimentação [...]. Ah "vamos fazer oficina para aprender novas ideias de usar os produtos da propriedade" né, aquela coisa né... aí, "não", elas querem "ah quero fazer oficina de receita de bolo", "ai eu quero de confeitaria, de tortas", umas coisas assim que não tem relação com o meio rural, com a propriedade né, então, "ah oficina de trufa, quero fazer ovo de páscoa, quero...", eu fico, tá mas, onde é que eu entro nisso? *Será que é o meu papel?* E aí eu comecei a ver que as outras colegas fazem isso né, chegava a páscoa elas estavam fazendo oficina de tudo, oficina de ovo de páscoa, eu... então tá, vou fazer também, nunca fiz na vida, vamos fazer em casa, vamos aprender né, vamos pesquisar na internet, eu fico horas vendo vídeo no Youtube... aprendendo a fazer e faço. É o que elas querem (Entrevistada nº 8, 2017, grifo adicionado).

Tem muitas coisas que quando eu olhava pensava, "ah, isso é simples, isso é banal", e eu vi que, "pera aí, não". É uma coisa boba, mas que as vezes eu fico me questionando, "eu dou conta do serviço?", porque... Eu cheguei aqui tinha uma demanda forte de artesanato por exemplo, que era o que os clubes de mães trabalhavam muito, e eu fiquei uns meses me questionando, "meu deus, fiz graduação [...] para vir aqui dar aula de artesanato?". Era um dilema interno muito difícil assim, e eu fui muito resistente no início, nos primeiros meses, daí depois eu vi que pô, é a demanda, é o que eu tenho que atender, não é um coisa ruim, qual é a dificuldade disso né? Vou aprender, algumas coisas eu sabia para colocar em prática (Entrevistada nº 8, 2017).

É o que elas querem simboliza o peso das demandas das assistidas que, entretanto, divergiam das diretrizes institucionais e das expectativas dessa agente. Considerando o tipo de atividade a ela solicitada (artesanato, culinária e etc.) se questionava quanto a seu *papel*, já que possui formação e instrução para guiar outros tipos de atividade. Ciente da ampla teorização que existe sobre *papel social* na sociologia, incluindo as críticas por sua ligação com a ótica funcionalista, utilizo o termo como discurso dos entrevistados, não me comprometendo em abordar tudo que o cerca. Mesmo que em alguns grupos e circunstâncias o tipo de trabalho idealizado institucionalmente e pela extensionista seja seguido, frequentemente a demanda é diferente:

Em alguns grupos a gente fez atividades assim, de ah aproveitamento integral de alimentos, oficina de tornar as receitas um pouco mais saudável, mas é um... não é um trabalho assim que tu consiga ter continuidade, continuar trabalhando só com isso, as demandas que surgem são outras assim, elas até se interessam sobre promoção de saúde, eu consegui trabalhar em todos os grupos sempre algum tema né, algo que sente que tem... surge uma demanda, "ah tem alguém que tem na família pressão alta, tem diabetes", a gente consegue tirar uma parte para conversar sobre isso, conversar sobre a relação com a alimentação, fazer alguma dinâmica, mas não é alguma coisa que eu consiga trabalhar sempre com isso (Entrevistada nº 8, 2017).

Além do saudosismo com relação ao trabalho “social” proposto antigamente, para outra interlocutora há disputas com relação ao tipo de orientação dada à atuação, destacando a percepção do Diretor Técnico da Associação sobre o *bom extensionista social*, o que, em termos gerais, remete às necessidades em jogo:

[...] o diretor técnico [...] diz isso, ele é dos mais antigos né e diz isso, então... "o bom extensionista social é aquele que faz saneamento básico, aquele que faz uma receita, aquele que faz..." ele não consegue entender, ele está preso naquela necessidade daquele tempo, hoje se o extensionista fizer isso lá o pessoal manda embora né, não quer, imagina, com toda essa evolução aí, nem tem mais isso para fazer... Claro que tem famílias que ainda tem essa necessidade, mas né, isso são pouquíssimas (Entrevistada nº 11, 2017).

Ele, como colaborador “antigo”, teria mais resistência em compreender a dimensão do trabalho “social” proposto na última década, elogiando a intervenção realizada em seus primórdios. Uma entrevistada contou haverem três gerações de extensionistas na Associação: vinculados a mais de 30 anos, 15/20 anos e agentes ingressantes em 2011/2014, momento onde a Associação acabou se “diversificando bastante em termos de profissionais, vindo uma geração nova que às vezes se atrita” (Entrevistada nº 9, 2017). Esse atrito faria menção à forma de realizar o trabalho “social”:

Então quando a gente chegou aqui, elas ficavam que “não era assim”, que a gente tinha que seguir trabalhando daquela forma [...]. Não. O tema da nutrição, a gente vai trabalhar numa perspectiva de segurança e soberania alimentar [...]. Então o trabalho não é só fazer receita de bolo e tal, qual é então a orientação? Trabalhar com o público indígena, quilombola, com a questão de gênero, mas isso não foi tranquilo, não foi (Entrevistada nº 9, 2017).

Para ela, a geração mais nova de extensionistas sociais vem se perguntando quanto ao seu *papel*, o que parece se dar a partir da contraposição à atuação convencional:

Hoje já tem essa geração mais nova que vem pautando “não, qual é o nosso papel, qual é a nossa contribuição como mediadores?”, uma extensionista social não tem que saber fazer artesanato, bolo e horta. Ela pode achar alguém lá na comunidade que vai fazer para os outros. E esse é o dilema do colega que chega aqui, de nível superior, “o que que eu como sociólogo devo fazer?”, “o que que eu como biólogo?”, “o que que eu como nutricionista vou...”. Eu não fui formada como extensionista social para aprender a fazer uma proteção de fonte ou para fazer artesanato de biscuit, ou para saber fazer tortas, “qual é o meu papel como mediador social?” (Entrevistada nº 9, 2017, grifo adicionado).

Em meio a esses dilemas, para uma interlocutora com passagens em cargos como extensionista de campo e Assistente Técnica Estadual (ATE), extensionistas mais antigos resistiriam às mudanças hoje empreendidas para a Associação, sendo obstáculos às transformações por uma idolatria ao antigo e o medo de perder espaço:

[...] uma questão de perda de espaço né, cada vez que tu tens que dar um espaço mais para os jovens tu vai perdendo um pouquinho do teu espaço né, e eu acho que essa resistência ela é normal, e eu acho que ela se amplia dentro da EMATER porque esse pessoal eles sentiam como se tivessem criado a extensão entende. [...] Porque o que se quer é idolatrar aquela antiga extensão né [...] em tudo assim, tanto em trabalho... e tem esse apego, em um medo que transforme, que tu perca aquilo que... e o entendimento que se tiver uma nova extensão vai perder a qualidade do trabalho entende. [Acha que se romantiza um pouco o início da extensão?] Eu acho que sim, muito, muito.

[...] porque tu pensas assim hoje, quem gosta de desafio né, [...] os mais novos... porque todo mundo quer ter uma segurança, e a segurança é aquilo que todo mundo sabe fazer, o que que todo mundo sabe fazer? A antiga extensão. (Entrevistada nº 11, 2017).

Falando sobre o mesmo dilema, conforme uma entrevistada haveria a necessidade de transformar a abordagem e, se for o caso, até mesmo cometer novos erros:

[...] não é rasgar né, as vezes as pessoas mais antigas ficam "ah... o que foi feito foi feito dentro de um contexto, de um tempo", acho que a gente pode errar, mas talvez não os mesmos erros, mas novos erros, então poder talvez aproveitar melhor e refletir melhor com esses outros profissionais que chegaram né, com... de outras áreas, quer dizer, que que é a interdisciplinaridade ou equipe multi... isso ainda é muito... precisa ser melhor explorado né, e não é simplesmente um currículo, as pessoas trazem um conhecimento e um aporte né, e seguir dentro de uma perspectiva que possa realmente melhorar a qualidade de vida das pessoas, mas dentro do ponto de vista delas, não do nosso né, isso é difícil, muito difícil, mas a gente tem que ter uma utopia na vida né? (Entrevistada nº 9, 2017).

Pensando na análise de Gehardt (2014) até o erro precisaria ser *novo* no pensamento circular entre a *velha* e *nova* extensão rural. No caso em questão, parte dos dilemas passava pelo fato das diferentes formações e possíveis contribuições dos novos ingressantes não terem sido discutidas e exploradas. Outra entrevistada parece concordar com esse tipo de análise, valorizando o passado da Associação, mas defendendo que há necessidade de um novo tratamento ao tema. Conforme sua interpretação, isso refletiria as *novas necessidades* que as populações assistidas possuíam:

[...] eu vejo que é isso que, como todos eles se aposentaram né, o medo de que o que eles fizeram se perca entende, que não tenha uma continuidade, mas não com entendimento de que, bom, é isso, a gente até aqui deu uma contribuição importantíssima né, e que não teria chego a extensão até aqui se não fosse esse... mas, daqui para a frente, isso evoluiu, precisa de um novo tratamento, as questões não são mais... as necessidades da população não são mais as mesmas, dessas mulheres... não são mais as mesmas (Entrevistada nº 11, 2017).

Mesmo considerando que, como visto antes, as necessidades de parte das assistidas ainda reflete a abordagem mais convencional da área “social”, o jogo de necessidades citado por essa interlocutora é interessante. Ela narra dois casos para apresentar um problema de *choque de necessidades*, de formas diferentes de pensar a abordagem do trabalho “social”: primeiro, conta a experiência pessoal de um trabalho com assistidas que eram apenas dependentes dos maridos num sindicato, sem poderem

se associar, mas no grupo de mulheres teriam discutido e criado a motivação que culminou com a organização e atuação que tiveram para alcançar o objetivo de serem sócias, e, em seguida, ela se lembra de uma antiga agente que, logo que ingressou na Associação, ganhou muito espaço com uma abordagem ao estilo Dercy Gonçalves, promovendo eventos descontraídos, com palavrões e discussão de assuntos moralizados para a mulher à época, mas que, até se aposentar no começo do século XXI seguiu a mesma abordagem. Na sua análise, se algo seria uma necessidade no passado, a sua manutenção causaria um *choque com necessidades* ou demandas supostamente mais adequadas aos *novos tempos*:

Então assim, essa resistência na mudança que causa o choque, digamos, de necessidades, é bem isso, de necessidades, porque por exemplo, eu... se eu tiver que ir num evento desses eu não vou mais entende, já fui, eu não vou mais, porque a minha necessidade, a minha forma de agir é outra hoje. [...] eu entendo hoje que os novos que chegaram eles deram uma nova... um novo oxigênio dentro, e nos fizeram pensar diferente né, acho que isso que é o legal assim de poder trazer o teu aprendizado somado com essa coisa desafiadora deles, que é o novo né (Entrevistada nº 11, 2017).

Com perspectiva semelhante sobre esse *choque de necessidades*, para outro entrevistado, isso representaria um *choque de gerações sobre o entendimento do trabalho proposto* (Entrevistado nº 13, 2017). Mas isso não significa aceitar o simplismo de associar novas extensionistas a novos preceitos difundidos para a extensão rural ou mesmo as extensionistas mais antigas a uma abordagem antiga, levando em consideração que a nova geração de extensionistas contratados acabou se colocando de forma distinta em sua atuação, como a seguinte perspectiva sugere:

[...] os extensionistas de campo dessa geração que entraram agora, de 2011 para cá, como que eles se colocaram. Muitos disseram "é eu vi que, cheguei aqui, e já era assim e eu continuei fazendo...", outros não, "eu procurei trazer meu conhecimento, da minha formação, para exercer o meu papel", só que a EMATER não deu uma diretriz nesse sentido, por mais que tu tenhas o marco referencial [2002 e 2006], um guia das ações sociais [2014], ela não discutiu esse novo quadro [...] (Entrevistada nº 9, 2017).

Para ela, mesmo com os documentos institucionais, teria faltado discutir esse *papel*. Em outros momentos, seria justamente o aporte que os novos colaboradores trariam de sua formação que não convergiriam com as diretrizes institucionais, ocorrendo de carregarem consigo alguns "vícios" ou heranças de seu processo de formação (Entrevistada nº 9, 2017). Entretanto, segundo o *Marco*, os agentes da Associação deveriam

[...] internalizar, independentemente de sua formação e dos conhecimentos-vivências específicas que lhes são peculiares, o seu papel neste processo, que é de facilitadores do desenvolvimento, à luz da Missão preconizada pela EMATER/RS-ASCAR (EMATER/RS-ASCAR, 2006b p. 23).

Portanto, o papel é de facilitadores na promoção do “desenvolvimento rural sustentável”. Não se trata de algo claro entre os agentes, que possuem definições próprias. Para uns o *papel* seria mediar o acesso e a criação de políticas públicas (Entrevistado nº 5; Entrevistadas nº 9; 15, 2017), proporcionar informações de diferentes naturezas (em termos de saúde, alimentação e cultura) (Entrevistadas nº 2; 3; 8, 2017), ou mesmo atuar como “motivadora de tudo”, considerando que a “situação” das populações assistidas “sempre poderia ficar um pouco melhor” (Entrevistada nº 1, 2017), perspectiva bem comum nos objetivos do campo “social” e dos discursos gerais da EMATER/RS-ASCAR (ASCAR, 1956; 1974a; 1975). O desenvolvimento acaba sendo representado como permanente melhora, mesmo que as condições futuras almejadas não sejam tão claras ou até mesmo conscientes. O comentário de uma Assistente Técnica Estadual (ATE) é ilustrativo das repetidas intensificações que preenchem os discursos da Associação ao longo da história:

Nosso papel é levar informações, conhecimentos, melhorar a qualidade de vida das pessoas que estão no meio rural, o nosso papel é fazer com que as pessoas que estão no mundo rural tenham possibilidade de melhorar a sua vida, esse é o nosso papel. Dar condições para que eles evoluam cada vez mais né, tenham um diferencial na sua vida. Não é que as vezes que eles não tenham né, eles têm né, mas melhorar aquela condição que eles têm. [...] Para ter desenvolvimento rural tem que ter gente no meio rural, para começar né, e que as pessoas que vivem ali possam crescer economicamente, emocionalmente, fisicamente, e também cuidar do local onde vivem, que eu acho que isso também é desenvolvimento rural, o cuidado de pensar que aquilo é algo que tem que ser preservado né, então não só crescer economicamente, mas que aquele espaço que tu está ali também se desenvolva de uma melhor maneira né (Entrevistada nº 6, 2017).

O certo é que há indefinições a respeito. Diferentes papéis não apenas se acomodam, mas se confundem. “[...] Eu ainda estou tentando descobrir o meu” argumenta uma extensionista social de campo (Entrevistada nº 8, 2017). Como resultado, temos um tempo híbrido onde são agenciadas diferentes formas de compreensão sobre o trabalho “social” ideal, incluindo mediadoras/es e assistidas. Mesmo com as mudanças no discurso institucional a prática do trabalho “social” hoje não pode ser encarada como necessariamente emancipatória ou crítica, considerando que, por esbarrar na resistência ou até mesmo no comodismo de extensionistas ou nas demandas de parte das mulheres assistidas que, por diversos motivos (idade, posição

mais conservadora e etc.), ainda seguiriam reivindicando a prática de um trabalho mais voltado para o lar, parte das atividades realizadas continuaria bem semelhante aos princípios que deram origem ao trabalho “social”. Nesse sentido, pode-se dizer que coexistem trabalhos com grupos de mães e avós, seminários sobre saúde e alimentação, aulas de culinária e de artesanato, com investimentos em agroindústrias, discussão de temas como violência intrafamiliar, empoderamento, agência política e etc. Isto é, coexistem vieses *reprodutivos* e *produtivos*, *velhas* e *novas* necessidades e proposições. Hall (2016 p. 211) já tinha lembrado que,

Em última análise [...] o significado começa a escorregar e deslizar. Começa a derrapar, ser arrancado ou redirecionado. Novos significados são enxertados nos antigos. Palavras e imagens carregam conotações não totalmente controladas por ninguém, e esses significados marginais ou submersos vêm à tona e permitem que diferentes significados sejam construídos, coisas diversas sejam mostradas e ditas.

Enfim, não parece produtivo aceitar uma visão reducionista que polariza a condição da mulher rural antes oprimida e depois emancipada, isto é, por um lado a vendo no interior de um modelo de desenvolvimento produtivista onde é dominada e relegada à esfera reprodutiva, e por outro sendo promovida liberta das fontes de opressão que historicamente a assolava, uma vez que seria tida como um sujeito produtivo. Se como vimos o trabalho proposto entre os anos de 1955 e 2000 não envolvia somente a resignação da mulher rural ao doméstico e ao cuidado de sua família, o mesmo vale às proposições institucionais a partir de 2002. Nem tudo se resume a dominação e resignação entre 1955 e 2000 ou em emancipação a partir de 2002. Talvez a partir disso deveríamos pensar que a separação entre *disjunção* e *transversalidade de gênero* (QUIDÁ, 2017) apenas possa ser razoável em termos normativos. Apesar do desafio compreensivo que guarda, parece preciso dedicar atenção ao tempo híbrido que conforma a extensão rural e o campo “social” hoje, atentando para como os sentidos sobre a mulher rural e as disputas pelo seu reordenamento social se processam.

O fato de um tempo híbrido semelhante ser encontrado no discurso sobre a mulher rural de organizações internacionais para o desenvolvimento, por exemplo, parece reforçar a necessidade de explorar a questão com mais determinação. Os argumentos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) num documento denominado de *Política de igualdad de género de la FAO*, de 2013, apresenta um esquema híbrido que nos remete às análises realizados ao longo dos

capítulos 2, 3 e 4. No prólogo desse documento, o atual Diretor Geral da FAO, José Graziano da Silva, sugere que

[...] Actualmente hemos constatado que *cerrar la brecha de género en la agricultura, así como en otros aspectos de la vida rural, podría generar avances significativos para el desarrollo*. Simplemente dando a las mujeres el mismo acceso a recursos productivos que tienen los hombres, aumentarían significativamente los rendimientos de las explotaciones y se lograrían adelantos sustanciales al sacar a millones de la inseguridad alimentaria. *Por otra parte, al cerrar esta brecha colocaría más recursos en manos de las mujeres y fortalecería su voz en los hogares - un escenario que ha probado efectos multiplicadores en seguridad alimentaria, nutrición, educación y salud de sus hijos e hijas -. Niños y niñas sanos y bien alimentados aprenden mejor, se convierten en ciudadanos y ciudadanas productivos, lo que favorece sociedades rurales innovadoras. Claramente, los beneficios abarcarían generaciones y crearían grandes dividendos en el futuro* (FAO, 2013 p. v, *grifo nosso*).

Mesmo que tenha acompanhado as novas perspectivas para a mulher rural, parece nítido que a racionalidade e os efeitos esperados são bem semelhantes aos discursos dos primórdios da EMATER/RS-ASCAR, já que o papel da mulher teria *efeitos multiplicadores* em termos de segurança alimentar e nutricional, educação e saúde dos filhos e filhas que, quando saudáveis e bem alimentados, tenderiam a ser cidadãos produtivos para a sociedade de amanhã. O comentário de Ban Ki-moon, o Secretário Geral de Nações Unidas em 2010, no mesmo documento, também nos arremessa ao passado:

Lograr la igualdad de las mujeres es un derecho humano fundamental, así como un imperativo social y económico. En los lugares en donde las mujeres son educadas y empoderadas, las economías son más productivas y fuertes. En donde las mujeres son representadas en su totalidad, las sociedades son más pacíficas y estables (FAO, 2013 p. vi).

A mulher seguiria associada a uma sociedade civilizada, pacífica e estável, permanecendo como esteio para a sociedade. As semelhanças não param, na verdade, o comentário a seguir nos mostra como a argumentação dessa instituição pode ser exemplar da forma como o discurso do desenvolvimento é circular e implacável na incorporação de novas necessidades ou proposições junto de antigas imagens e prescrições:

Esta desventaja desproporcionada o “brecha de género” a la que se enfrentan las mujeres está presente en muchos de los activos, insumos y servicios productivos, incluyendo la tierra, la ganadería, el empleo, la educación, la extensión y los servicios financieros. Esta brecha de género no solo limita la productividad de las mujeres y disminuye sus contribuciones al sector de la agricultura; afecta también su bienestar y el de sus familias - especialmente

en términos de seguridad alimentaria y nutrición - e implica un alto costo para la economía debido a las pérdidas en la productividad. [...] Tal y como se demuestra en la importante publicación de la FAO, El estado mundial de la agricultura y la alimentación 2010-2011, sobre las mujeres en la agricultura, cerrar la brecha de género en la agricultura generaría importantes beneficios para la sociedad al aumentar la productividad agrícola, reducir la pobreza y el hambre y promover el crecimiento económico (FAO, 2013 p. 3).

Se compararmos esse discurso com as perspectivas da ASCAR na década de 1970, é curioso como a argumentação que antes envolvia *ignorância, pobreza e doenças* e seus efeitos em termos de produtividade, ao se adequar com as novas proposições à mulher rural (ao passo que preza por sua emancipação produtiva e equiparação de acesso a meios produtivos como os homens, incluindo serviços de extensão rural) troca alguns elementos do raciocínio: agora são as diferenciações e desvantagens motivadas por gênero que teriam impactos negativos sobre o bem-estar social da família, sua segurança alimentar e nutricional e especialmente sobre a produtividade. Mas se a mulher segue vista para além dela, agora o raciocínio biopolítico não age mais de forma separada num *esquema de gênero*, pois fora do escopo do que era tido como a função social da mulher para o desenvolvimento (mantenedora da saúde e moral da família e da sociedade), extrapola à produção, organização e comercialização, que não se restringe mais apenas à figura do homem rural. No espaço discursivo do desenvolvimento são promovidos caminhos diversos: promoção da mulher no lar esperando retornos em termos de saúde, higiene, alimentação e produtividade ou sua promoção como agente produtivo a fim obter ganhos de segurança alimentar e nutricional e de produtividade; ambos parecem levar ao desenvolvimento, *Jackpot!* Mas quando chegaremos? Será que chegaremos? Caso não, existiria vida ou possibilidade de futuro fora das prescrições para o desenvolvimento?

4.3 SOBRE PERMANÊNCIAS E OS TERMOS DA LEGITIMIDADE

Além das dificuldades inerentes ao trabalho de uma agência do porte da EMATER/RS-ASCAR, abarrotada de intersecções entre seus diferentes níveis de estruturação corporativa (as três instâncias verticalizadas hierarquicamente, Central, Regional e Municipal), o fato de se relacionar com as três esferas públicas acaba complexificando sua operação. A EMATER/RS-ASCAR executa políticas públicas federais, estaduais e municipais, por vezes até divergentes, sendo a primeira através da

contratação de serviço (chamadas públicas) e as demais através da manutenção de convênios. O elo mais forte parece ser na relação da EMATER/RS-ASCAR com o governo do estado do RS, haja vista que o Secretário de Desenvolvimento Rural estadual preside os Conselhos Técnico Administrativo da EMATER/RS (CTA) e Administrativo da ASCAR (CONAD) e a maior parte de seus recursos têm origem estadual³⁰. Em mesma medida, a Associação parece lidar os mesmos choques que mudanças de governo e rupturas programáticas causam à esfera pública, estadual e municipal. Caporal (1991) e Deponti (2010; 2013) acreditam que isso cause uma *ingerência político-partidária* que gera prejuízos às atividades.

Como visto até o momento, estaria em curso um repensar do “social”, das condições de trabalho de extensionistas sociais e especialmente seu papel como mediadores, o que ganha ênfase com um maior ou menor suporte institucional dependendo da administração da Associação e até do interesse/receptividade da prefeitura em manter extensionistas sociais, podendo alterar entre ênfases mais *produtivistas* ou *sociais*, o que determina mais ou menos incentivo a determinadas alternativas. Com base na análise dos relatórios institucionais e na opinião dos interlocutores, percebi que ao longo dos anos os objetivos da Associação transitaram por discursos com palavras chaves como *agronegócio* e *produtividade* na gestão de 2007/2010 (EMATER/RS-ASCAR, 2009; 2010a; 2010b), um viés *agroecológico* (EMATER/RS-ASCAR, 2012; 2013; 2014a; 2014b), *social* e *ambientalista* (Entrevistado nº 5; Entrevistada nº 8, 2017) marcado por mais entusiasmo nas atividades com as populações tradicionais (Entrevistado nº 13, 2017) na gestão de 2011/2014, e a manutenção desses objetivos ao longo dos relatórios de 2015 e 2016, com exceção do termo *agroecologia* que foi retirado (EMATER/RS-ASCAR, 2015; 2015b; 2016) – algo interpretado por alguns entrevistados como uma ênfase *produtivista* e *tecnicista*. No entanto, já vimos que não há a substituição dos paradigmas, mas coexistência, o que para uma interlocutora reflete o caráter híbrido da EMATER/RS-ASCAR:

[...] eu acho que é a grande complexidade da EMATER é que essa dualidade institucional, que a ASCAR, que é a instituição que nós somos ligados como celetistas, ela é uma entidade beneficente de assistência social, então ações sociais tem que ser feitas, por outro lado, a EMATER é uma empresa pública

³⁰ Se até 1990 os recursos eram repassados pela atuação de órgãos centralizadores, ABCAR e depois EMBRATER, com a extinção da segunda “inverte-se a balança, o estado passa a ser a principal fonte de recursos para realização dos serviços”, e assim, a associação estaria aberta ao juízo político-partidário do estado, sendo “a cada administração no Rio Grande do Sul” necessário uma “negociação para renovar o convênio [...]” (SILVA, 2011 p. 23).

e que sempre é pautada pela política de governo estadual, então ela sempre fica em uma ambiguidade. Então a gestão administrativa do governo do Estado ela pode pautar por exemplo a questão mais de renda, produtiva, mas sempre vai ter um trabalho social porque a entidade é beneficente. Então essa dualidade ela permeia a todos nós o tempo todo né, uma hora ela é pública e outra hora ela é privada. Para algumas coisas ela quer ser pública e para outras ela quer ser privada, mas o fato é que a EMATER é orientada pela Secretaria do estado e executa políticas do nível federal e municipal [...]. Então a gente trabalha nas três esferas, mas a diretriz da EMATER ela é pautada pelo governo do estado e muda a cada quatro anos (Entrevistada nº 9, 2017).

Se tem diferença na ênfase dada ao trabalho, há uma relativização dessas interferências:

[...] o que muda muito é a ênfase que é dada. Por exemplo, numas... para algumas gestões pode dar mais ênfases em alguns enfoques e outras em outros. [...] o que que eu quero te dizer é assim, embora ela exista, mas ela não é tão... numa instituição como a EMATER, essas mudanças não são tão rígidas ou tão bruscas né, porque acaba que tem um pouco também de uma visão assim [...], “vamos fazer também esse discurso, vamos trabalhar, nós sabemos que vai passar, depois nós continuamos fazendo o que nós...” então um pouco essa coisa de, que eu chamo de mimetismo de conveniência assim sabe, eu faço um discurso para agradar. Isso é bem perceptível né. Mas por outro lado também tu tens, eu diria assim, tu tens uma relativa liberdade de manter e de ter iniciativas [...] (Entrevistado nº 12, 2017).

Falando sobre a definição das prioridades e planejamento da Associação, esse entrevistado interpreta como um viés duplo: ascendente, resposta a demandas das comunidades, associações, sindicatos e etc., e descendente, que reflete as políticas públicas federais, estaduais e municipais que precisam ser executadas e justificadas (Entrevistado nº 12, 2017). Para ele, ao longo dos anos buscar-se-ia justamente o equilíbrio de ambas frentes. Como sugere, pela estrutura e a rede de atuação (ATE's, ATR's, gerentes e etc.) para a execução das políticas e, mais especialmente, da relativa liberdade que os extensionistas de campo gozariam, seria possível relativizar tempos de mudança institucional, o que em parte se dá pelo *mimetismo de conveniência* citado, espécie de discurso para agradar as instâncias superiores que cobrariam determinados resultados, mesmo que isso não necessariamente reflita a prática do trabalho. Na sua interpretação, o exercício das atividades depende muito da convicção e da iniciativa das pessoas, e se não haveria como evitar a prática de algumas atividades e as metas que seriam exigidas, as/os extensionistas acabariam as resignificando (Entrevistado nº 12, 2017), uma perspectiva que é compartilhada por uma Assistente Técnica Estadual (ATE) da Associação:

[...] a EMATER tem diretrizes, mas na prática cada mediador social faz conforme a sua trajetória, ou porque é só mais afim com o agricultor familiar e não gosta de trabalhar com índio, ou eu gosto de trabalhar somente com o clube de mães, com artesanato e com os grupos de idosos, qual é... a mediação ela se perde em uma estrutura tão grande, se personaliza as vezes, no meu entendimento (Entrevistada nº 9, 2017).

Algo que Caporal (1991 p. 69) concordava:

Verifica-se, pois, que as normas/diretrizes/orientações são, normalmente, o parâmetro balizador da prática dos extensionistas, todavia não o são de maneira absoluta. A particularidade da prática, que se dá, quase sempre, longe dos superiores hierárquicos permite relativizar o grau de pressão e os próprios limites que as normas estabelecem para a execução das atividades.

Para outra entrevistada, no entanto, a liberdade do extensionista é menor, havendo uma excessiva cobrança de resultados por parte das instâncias superiores e um pouco reconhecimento pelo trabalho que atende às demandas espontâneas e justifica seu reconhecimento e valorização local (Entrevistada nº 4, 2017). Na verdade, o próprio discurso institucional confirma isso quando sugere que deveriam ser “evitadas, sempre que possível, as ações pontuais que” apenas “atendem à demanda espontânea dos sujeitos com os quais se trabalha sem que resultem delas atividades articuladas com planos, programas, projetos e ações” que “permitam um acompanhamento” e possibilite a mensuração de sua “eficiência” (EMATER/RS-ASCAR, 2014b p. 113), já que, “caso contrário”, as equipes locais tenderiam a ser “absorvidas por demandas cotidianas que, por sua vez, causam uma dissintonia entre o discurso e a prática” (EMATER/RS-ASCAR, 2014b p. 124).

Mas isso gera impactos importante sobre a área “social”. Segundo uma entrevistada, parte da legitimidade da área “técnica” estaria associada à sua capacidade de planejamento e monitoramento do trabalho realizado, diferente da área “social” que historicamente estaria ligada a demandas espontâneas:

Eu vou te dizer que eu não tenho nada contra planejar e estabelecer metas, eu acho que isso dá um foco no trabalho, e comento isso te dizendo o seguinte, durante muito tempo em que não tinha políticas públicas focadas, planejadas, pactuadas, monitoradas, acompanhadas com metas estabelecidas, os extensionistas atendiam demanda espontânea e isso ficava num gasoso que não materializava o que é realmente o trabalho. Então se tu tens princípio, tu tens diretrizes, tu tens ações, tu tens metas, tu tens objetivos com cada uma delas, as tuas chances de acertar são maiores. [...] e eu te comento o seguinte, muitas vezes a dificuldade de planejar, a pessoa acaba se escondendo numa chuva, numa saraivada de atividades, ações e tal, cada qual pra um lado que não tem consequência nenhuma na melhoria da qualidade de vida das famílias rurais, então prefiro mil vezes ir lá atender a chamada do leite, eu vou fazer reunião com agricultores, que eles tão recebendo fomento para

implantar lá uma usina de leite, não sei o que, e aquilo vai gerar qualidade de vida, renda, melhoria das relações sociais familiares, do que eu estar indo lá fazer meu artesanato não sei o que, botar o coisa de natal na cidade, na reunião com o fulano que me chamou [...]. *As vezes trabalhei muito mais né, muito mais, fiz 50 coisas, mas no que que aquilo resultou? Só reproduzi um fazer desordenado do que era antes a... [área de] economia doméstica né, que era um guarda-chuva de ações que estavam dentro da ocupação, mas que, inclusive, justificava para o técnico do produtivo dizer "ó, eu estou aqui ó, tem... esse ano aumentou em 100% a minha meta de produtores de leite, tantos litros de leite na cidade...", estou chutando aqui como exemplo né, "e tu fez o que? Que que está fazendo aí?". Aí fica sem ter o que responder, porque não planejei, não botei no papel, não notifiquei, não disse o objetivo, não estou monitorando os resultados...* (Entrevistada nº 10, 2017, grifo nosso)

Para ela, diferente do atendimento às demandas espontâneas, planejar garantiria um melhor controle e monitoramento das atividades, e, dessa forma, as chances de acertar nos projetos empreendidos seriam maiores. Talvez haja uma romantização quanto ao planejamento e seu sucesso, até porque uma ex-agente sugere ser frequente a subversão de metas institucionais cobradas (Entrevistada nº 2, 2017), mas o mais interessante parece ser que, pela área “técnica” possuir mais facilidade para monitorar e apresentar o trabalho prestado, gozaria de maior prestígio. Segundo outras agentes, esse dilema passaria pelas dificuldades de demonstrar os tipos de trabalho realizados pela área “social”, subjetivo e não contemplado pela forma de fazer o planejamento e o monitoramento das atividades, que seria talhado para a área de trabalho produtiva uma vez que consideraria apenas números. Isso fica mais claro nas passagens a seguir:

Para tu ter uma ideia, a nossa forma de comprovação dos dados aqui, que precisa ir para as secretarias e tal de Estado, ela é em números, ela não tem os dados subjetivos [...], e a nossa grande peleia da área social é essa, que nós estamos com a proposta [...] de fazer indicadores sociais, porque hoje nós temos assim ó, dentro aqui do SISPLAN, que é o sistema de planejamento e de análise dos dados, ele vê os números, quantas visitas tu fez, quantos agricultores plantaram soja, quantos... entende, e tu não consegue dizer assim [...], "quantas famílias que não tinham convívio social que hoje tem" entende, quantas visitas tu teve que fazer para isso, isso é subjetivo, tu não tem como... entende, e como os dados aqui são todos assim... o próprio planejamento aqui é preparado para isso, ele não consegue fazer... para tu ter uma ideia, o planejamento aqui, o pessoal que trabalhava no planejamento, é todo mundo ou agrônomo ou era das áreas que... tu já não tens um olhar de análise, [...] toda ela, ela é preparada para isso, então o que que a gente precisaria hoje, é conseguir trabalhar com indicadores sociais [...]. Como é que a gente fez a análise disso? Eu acho que a sociedade como um todo não está preparada para isso, ela vê muito os números né [...]. Então acho que isso que a gente está precisando fazer, é colocar indicadores do impacto do social e transformar isso em números (Entrevistada nº 11, 2017).

[...] a gente faz um trabalho que é de formiguinha, que é lento, que a gente discute muito isso de, tem que ter resultados, tem que mostrar, mas a gente está pensando como fazer isso, como criar indicadores... o que que é um

indicador de um resultado, um impacto num trabalho social (Entrevistada nº 8, 2017).

Só vê números se confirma na análise dos relatórios institucionais da Associação no período de entre 2005 e 2016, onde todo trabalho é exposto de forma numérica – ver **Figura 25**. Se dentre os novos objetivos do campo “social” para a mulher rural, por exemplo, consta promover a rejeição de todas formas de violência, como um trabalho de conscientização e de encorajamento a ser proposto nas reuniões dos grupos de mulheres poderia ser mensurado? Como isso deveria se apresentado? A resposta (ou não) a esses questionamentos passa pelas fotografias que ilustram as seções 3.3.1 e 4.2.1. Elas, como os números desses relatórios, apenas dão visibilidade a determinado tipo de produto, uma vez que o trabalho de ir com mulheres à roça ou sentar para falar a respeito de violência intrafamiliar, por exemplo, não se constitui bem em um produto, não materializa resultados mais imediatos a serem expostos. Porém, a questão colocada parece ser o fetiche por indicadores e números e toda objetividade que, em teoria, entregariam.

Figura 25 - Exemplo da demonstração do trabalho de gênero em relatório institucional

Tabela 14 - Questões de Gênero – Mulher Rural		
Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Mulheres assistidas	nº	44.665
Acesso aos instrumentos e políticas públicas para a produção e comercialização	mulheres	10.109
Formação para a inclusão social e produtiva		31.170
Geração de renda	grupos / mulheres	21.360

Fonte: EMATER/RS-ASCAR (2016, p. 37)

Segundo parte das entrevistadas, a resposta ao dilema da área “social”, da dificuldade em demonstrar o trabalho subjetivo realizado, passaria por aceitar os parâmetros utilizados para legitimar o campo “produtiva”: números. Seria esse um reflexo do caráter técnico para o trabalho “social” que seus funcionários julgariam necessário reivindicar visando a adequação às exigências para manutenção de seu CEBAS, como explorado na seção 4.1? O fato é que isso se mostra paradoxal, haja vista que, conforme a análise de extensionistas de campo da área “produtiva”, haveria uma cobrança excessiva por números e resultados mensuráveis, inclusive desconsiderando os

dilemas pessoais dos extensionistas e as dificuldades que eles possuem na execução do seu trabalho (Entrevistada nº 4; Entrevistado nº 7, 2017). Independente disso, trabalhar na criação de indicadores sociais que expressem os resultados do trabalho “social” em números acabou sendo visto como resposta ao prestígio que os parâmetros da área “técnica” possuem (Entrevistadas nº 8; 10; 11, 2017).

Se os indicadores contam com a *magia dos números* e a desejada objetividade, a dimensão chave de seu poder está justamente no fato de converter fenômenos complexos e diversificados em medidas claras e impessoais (MERRY, 2011). Porém, talvez seja pertinente se questionar: que informações seriam perdidas levando em consideração as novas diretrizes para o trabalho “social” e em especial para a mulher rural? Além disso, esses indicadores sociais permitiriam uma maior equivalência entre as áreas? O certo é que, na visão de uma interlocutora, haveriam dificuldades de valorizar

[...] essa subjetividade, eles [diretores e gestores] não conseguem entender, eles acham que isso é filosofia e que é uma coisa que tu estas querendo filosofar, que não existe, que... "ah não, o que importa mesmo é produzir" (risos). Mas vamos traduzir isso, o que importa é produzir (Entrevistada nº 11, 2017).

Com opiniões parecidas, outras/os entrevistadas/os acreditam que, além das dificuldades em mensurar o trabalho “social” que é realizado, há uma cobrança institucional por resultados produtivos, herança da história de privilégios ao campo “técnico”³¹ e algo que estimula um trabalho com “quem dá resposta” econômica (Entrevistado nº 5; Entrevistadas nº 6; 9, 2017). Como sugerem dois Assistentes Técnicos Estaduais (ATE):

[...] a gente, de certa forma, institucionalmente é cobrada pelas questões mais produtivas, econômicas, dessa questão dos resultados né. Qual é o resultado da extensão rural? Tem que se pensar, desfocar dessa questão mais econômica, e aí a gente tem fragilidades de indicadores sociais né [...]. de ver o que que aquela família a partir de uma política e de uma assistência técnica, o que que... ela saiu de um patamar e chegou aonde? Procurar qualificar esses indicadores, e aí tem várias teorias do desenvolvimento rural que pensam nessa questão, não só dos indicadores meramente econômicos, *mas que na disputa é isso que é pautado ainda né*, a questão da arrecadação, tanto que é que por exemplo o trabalho da extensão rural no município, por mais que tenham outros públicos, o que vai sempre permanecer é o trabalho com os agricultores, esses que são os que geram impostos, gera a economia local, o resto é um trabalho social. Por isso que tem municípios que não tem

³¹ Privilégio reconhecido em documentos institucionais, estudos acadêmicos e em grande parte das entrevistas realizadas (EMATER/RS-ASCAR, 2006; CAPORAL, 1991; Entrevistadas nº 2; 5; 9; 10; 11; 15, 2017).

Agricultor empresarial	756	1.265	1.076	964	846	788	795	814
Agricultor familiar capitalizado	4.222	6.329	5.062	4.685	3.860	222	3.581	180.931
Agricultor familiar de mercado	143.987	157.044	131.193	123.400	114.877	116.504	112.145	
Agricultor fam. de sobrevivência	9.747	17.561	12.026	12.098	11.456	12.896	11.461	
Agricultor fam. de subsistência	90.396	105.322	73.242	63.820	54.233	52.514	49.075	
Assentado	6.749	4.943	8.594	7.906	7.474	7.088	6.963	6.854
Indígena	3.078	1.884	4.396	3.195	3.949	4.629	4.053	3.829
Outros**	11.523	7.606	18.187	16.578	14.861	14.390	14.935	17.482
Pecuarista familiar	5.185	3.358	5.276	5.882	6.017	6.187	5.884	6.386
Pescador artesanal	4.815	2.927	7.330	3.616	3.743	5.258	3.325	3.633
Quilombola	1.537	1.131	1.286	2.028	2.179	2.150	2.016	2.152
Sexo do público assistido:								
Homem	258.440	395.905	172.184	208.967	188.330	191.223	176.663	182.430
Mulher	164.087	318.073	164.100	144.093	138.306	145.991	137.692	

* Sem repetição

** Não necessariamente agricultores, incluindo portadores de necessidades especiais, dependentes químicos, diabéticos e/ou presidiários.

*** Em 2016 há uma mudança na forma de organizar as unidades de mensuração, agrupando categorias antes separadas.

Fonte: Relatórios institucionais (EMATER/RS-ASCAR, 2010a; 2010b; 2012; 2013; 2014; 2015; 2015b; 2016). Sistematizado pelo autor.

Durante o período analisado nessa tabela houve uma sensível redução na quantidade de atendimentos, que voltou a crescer em 2016. Quanto ao perfil do público assistido, parece nítido serem os classificados como “agricultores familiares de mercado” o principal público alvo da Associação, seguido pelos “agricultores familiares de subsistência”, que, diferente do primeiro, teve uma redução no atendimento proporcionalmente maior no período. As possibilidades de análise sobre, porém, se limitam no ano de 2016 quando a Associação modifica a forma utilizada para a classificação dos assistidos, reduzindo as categorias a “agricultura familiar” e “agricultura empresarial”. Ao longo dos anos, o público quilombola foi o segundo menos atendido, menos até que os classificados como “agricultores familiares capitalizados” (à exceção do ano de 2014), ficando atrás somente dos “agricultores empresariais”.

Esses dados parecem refletir diferentes motivações. Por um lado, isso pode passar pelo fato de haver uma maior identificação dos extensionistas com as perspectivas de agricultores mais orientados ao mercado, por existirem problemas pessoais com essas populações tradicionais (disputas fundiárias, por exemplo, um reflexo da heranças dos múltiplos e desordenados processos de colonização do estado do Rio Grande do Sul, acarretando em conflitos pela demarcação territorial entre os agricultores familiares e populações indígenas ou quilombolas) (Entrevistada nº 9,

2017) ou mesmo por restrições colocadas por agentes municipais (prefeitura/base eleitoral) para lidar com esse tipo de público³² (Entrevistada nº 10, 2017). Para uma entrevistada, essas dificuldades em trabalhar com populações tradicionais, e falando mais especificamente sobre o público quilombola, também refletem o fato da EMATER/RS-ASCAR ser “uma instituição de maioria branca e que faz políticas públicas com quilombola”:

[...] tu tem que ter exemplaridade... a EMATER quando debate a questão de gênero com as mulheres rurais ela tem que debater a questão de gênero dentro da sua instituição e ela tem que começar a fazer mudanças nas discriminações de gênero e na promoção da igualdade na sua instituição, e isso significa ter mulheres nas diferentes ocupações de direção, de... entendeu, nos diferentes lugares para as mulheres experienciar isso e para a instituição experienciar as mulheres também né. A mesma coisa serve para a desigualdade racial, a instituição vai ter que começar a pensar isso que eu te disse, que é uma intuição, eu acho que tem que começar a ter técnicos... ah EMATER é uma instituição de maioria branca e que faz políticas públicas com quilombola, e ainda não se debate a questão da discriminação racial, e não se debate sabe porque Lucas, porque são pessoas brancas, elas não sabem o que que é discriminação racial. Elas inclusive acham que não existe. Para debater a questão das desigualdades raciais tu precisa ouvir o sujeito que está lá, se colocar no lugar de quem sofre a discriminação, que sabe o que que é isso... (Entrevistada nº 10, 2017).

A argumentação dessa interlocutora passa por uma analogia à questão de gênero e o espaço da mulher assistida e extensionista ao longo da história da EMATER/RS-ASCAR, objeto maior de reflexão nesse estudo. Como sugere, se as mudanças em termos de proposição sobre o gênero junto às assistidas exigiram que o tema fosse tratado dentro da Associação, mesmo com todas dificuldades e resistências, seria necessário que ocorresse o mesmo no que tange à raça, o que para ela passaria por incorporar no quadro funcional extensionistas negros. Mesmo sem as condições de ampliar esse tipo de problemática nesse estudo, é inquestionável que esse tipo de questão precise ser melhor investigada no Rio Grande do Sul, e isso levando em consideração não apenas o fato de, em termos de extensão nos Estados Unidos da América tudo ter começado a ser realizado justamente em termos de diferenciação racial, como sugeri no capítulo 2, mas porque historicamente a extensão no Brasil

³² Mesmo quando o/a agente de campo da Associação é sensível às necessidades dos públicos tradicionais, há (ou pode haver) resistência por parte da prefeitura e da comunidade de agricultores para que o agente não trabalhe com comunidades quilombolas ou indígenas. Há casos de agente de campo que era vigiado ou impedido de se deslocar até comunidades quilombolas por agentes municipais, que não viam motivo para tal (Entrevistada nº 10, 2017). Isso pode representar o poder da prefeitura municipal e parte da sua base de eleitores em influenciar os rumos do trabalho realizado pelos extensionistas, já que a própria prefeitura paga uma cota pelos agentes, podendo romper o convênio no momento em que achar mais adequado ou conveniente, com mais ou menos resistência por parte da população assistida.

acabou excluindo o que hoje é qualificado como populações tradicionais do perfil preferencial de atendimento, algo que como a **Tabela 1** sugere, ainda é caro à EMATER/RS-ASCAR.

Isso não impede, por óbvio, que haja agentes empenhados em superar essas dificuldades e que coexistam com colegas que reproduzem juízos e representações pejorativas sobre esse tipo de público:

Acho que nós temos pessoas valorosas que vem se desafiando a trabalhar com esses públicos, [...] eu vejo que tem o esforço, mas vejo também uma resistência, também vejo resistências, porque nós estamos no mundo, nós não estamos... não viemos de outro planeta, não viemos do planeta do bem, então os técnicos eles reproduzem essa sociedade. [...] Se cria um imaginário, se cola estereótipos de que são preguiçosas, inaptos, desonestos, relaxados e, enfim, cria toda uma série de estigmas que tem efeitos avassaladores na vida dessas famílias que produziram toda essa riqueza que esse país tem, porque em 1888 o Brasil já era um dos maiores produtores de alimento do planeta, e só pode ser isso com a força e trabalho de africanos. Então que que os nossos técnicos fazem? Reproduzem esse imaginário, porque ninguém ensinou eles (Entrevistada nº 10, 2017).

Por outro lado, trabalhar com “quem dá resposta” econômica pode refletir a necessidade de responder às exigências e metas institucionais fixadas mesmo com a redução do número de colaboradores. Como concordam Caporal (1991) e Deponti (2010 p. 166), mesmo que suas publicações sejam separadas por quase duas décadas, “as metas conveniadas representam o peso das estruturas sobre a ação extensionista”, uma vez que, se as políticas públicas estão associadas à ênfase no trabalho - já que é a partir de suas exigências que são definidas as metas e se obtém recursos para mais pessoal e atividades, bem como formuladas as estratégias de planejamento e monitoramento (Entrevistados nº 5; 13, 2017) –, também acarretariam num aumento na carga de trabalho e, por conseguinte, da cobrança por resultados (cumprimento das metas) (Entrevistado nº 13, 2017). Nas duas últimas décadas, a Associação alternou entre gestões que fortaleceram sua estrutura (incluindo a ampliação do quadro funcional, investimento em treinamentos, estrutura básica de trabalho e etc.), como a gestão de 2011/2014 (Entrevistados nº 5; 12; 13; Entrevistada nº 9, 2017), e que pregam a necessidade de reduzir custos, como é atribuído à gestão de 2007/2010 (tida como pesadelo em termo de demissões) e a partir de 2015³³, com demissões involuntárias e planos de demissão incentivada.

³³ A isso se somam as dúvidas sobre a manutenção do CEBAS, o que tem feito crescer o temor pela estabilidade da Associação, gerando ansiedade entre colaboradores que temem pela perda de seus empregos. Não em vão, ambas questões foram lembradas quando as/os entrevistadas/os foram

O efeito colateral desse cenário é que, na emergência/pressão de executar o pactuado em termos de metas e, estando o quadro funcional reduzido, as demandas muitas vezes chegam em uma “equipe” nos Escritórios Municipais (EM’s) (Entrevistadas nº 1; 9, 2017), gerando, em muitos casos, sobrecarga de trabalho (Entrevistados nº 5; 7; Entrevistadas nº 9; 11, 2017) que acarreta em situações de doença, saúde mental, alcoolismo no quadro funcional (Entrevistadas nº 9; 11, 2017). Na iminência de fazer jus às exigências e às metas institucionais, por vezes é privilegiado justamente o trabalho com o público “que dá resposta” econômica (Entrevistada nº 4; 9, 2017). Nesse sentido, parece necessário investigar melhor as diferenças entre as condições de trabalho do quadro funcional da EMATER/RS-ASCAR e os juízos da mesma quando defende bem-estar social e saúde para seus assistidos.

Enfim, se a Associação passa por mudanças, talvez seu principal aspecto permaneça: além das exigências a serem cumpridas e do cartaz que a área “social” ganhou a partir da década de 1990, parece ter permanecido uma predileção por ocupações produtivas junto a populações que, em teoria, respondam melhor às expectativas, por quais sejam os motivos (como cobranças por metas produtivas, preferência das prefeituras e agentes municipais ou até desinteresse dos agentes extensionistas, etc.). Agregado a isso, parte da legitimidade que o campo “técnico” gozaria parece ser reflexo de seu caráter *objetivo*, mais alinhado à construção do planejamento e monitoramento das atividades que são realizadas, ao passo que vale o oposto para o campo “social”, preterido por ser *subjetivo*. Isso inclusive motiva extensionistas dessa área a buscar formas de alcançar esse padrão, o que passa por incorporar indicadores que possam refletir o impacto do trabalho “social” prestado, mesmo com todas limitações que essa alternativa possua na tarefa de incorporar questões não tangíveis aos cálculos. Acaba que a área historicamente associada ao *masculino* é vinculada a atributos ligados ao *objetivo*, enquanto o campo *feminino* é ligado ao *subjetivo*, reforçando antigas naturalizações de características tidas com essência em ambos.

questionadas/os sobre que futuro projetavam para a Associação, junto de um sentimento de torcida pela manutenção e fortalecimento da mesma como cenário de futuro ideal (Entrevistadas nº 2; 6; 10; 14; Entrevistado nº 7, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegou o momento de fazer um balanço das análises realizadas a fim de propor algumas considerações finais. Depois de explicar a opção pelo tema de estudo, na introdução dessa pesquisa questionei que espaços a mulher e a área “social” ocuparam ao longo da história da EMATER/RS-ASCAR e através de que meios e práticas representacionais a diferença de gênero ganhou significado. A resposta para as questões colocadas parece ter passado pelo conjunto de dualidades que, ao longo da pesquisa, me deparei. Nesse contexto, o presente capítulo tem como objetivo dar mais sentido à dinâmica entre essas dualidades e propor uma análise geral a respeito.

Para retomar essas dualidades volto ao final do século XIX e início do XX na organização do serviço norte-americano de extensão rural e destaco a abordagem complementar entre dois campos de trabalho: *economia doméstica* e *agricultura*. O primeiro tratava de questões ligadas à saúde e a moral da família rural, devendo difundir habilidades adequadas segundo os padrões modernos à época, como armazenar alimentos, cozinhar, limpar e organizar a casa e se vestir. Para isso, a mulher rural foi vista como figura capaz de irradiar os valores de uma vida mais saudável e disciplinada às famílias. O segundo, por sua vez, se ocuparia de questões ligadas à agricultura moderna, algo tido como responsabilidade do homem rural. Os agentes de extensão responsáveis por trabalhar as referidas questões com o público assistido, com formação na área de conhecimento equivalente, seguiam a mesma divisão do trabalho e as representações que os associavam a mulher à esfera *reprodutiva* e o homem à *produtiva*. Essa dinâmica defini como *esquema de gênero*, modo pelo qual as diferenças de gênero entram nos cálculos da extensão rural.

Por meio de outras dualidades pude entender os argumentos que justificaram a internacionalização desses serviços para o Brasil e para Rio Grande do Sul: *desenvolvido-subdesenvolvido*, *primeiro mundo-terceiro mundo* e *moderno-não moderno*. No discurso do desenvolvimento partia-se da premissa de compartilhar os valores e técnicas modernas aos países “subdesenvolvidos”, uma das condições para alcançar os níveis de produção e bem-estar dos países autoproclamados “desenvolvidos”. Para meus interesses, isso envolveu não apenas o oferecimento de capital e tecnologia, mas de assistência técnica e extensão rural, o que foi justificado pela necessidade de romper com a ignorância e os costumes tradicionais em nome do progresso científico e de uma mentalidade moderna e progressista, ou em outras

palavras, desenvolver o “terceiro mundo”. O modelo de extensão rural dos EUA foi exportado ao Brasil como pacote, o que incluiu a reprodução do *esquema de gênero* e a carga de significados a ele relacionada.

Criada por associações locais e contando com suporte técnico e financeiro do Escritório Técnico de Agricultura Estados Unidos – Brasil (ETA), a ASCAR começou a trabalhar em 1955. O estado do Rio Grande do Sul, como o Brasil e América Latina em geral, estava impregnado com o conjunto de imagens associadas ao subdesenvolvimento, o que incluía *ignorância, pobreza, doença, baixos níveis de produtividade*. Como reflexo, os discursos da ASCAR e da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) traziam em suas proposições traços de evolucionismo social (recuperar o atraso ante os países industrializados), economicismo (alcançar o crescimento através da obtenção de um maior renda, consequência do aumento da produtividade), definições normativas (o que deveria acontecer) ou instrumentais (qual seria o propósito) repletas de intensificações (melhores condições de vida; mais saúde, maior produtividade e outros), que, na verdade, pareciam construir uma situação de permanente falta ou deficiência.

Em sintonia com as diretrizes da ABCAR, segundo a área “social” da ASCAR esse conjunto de deficiências tidas como inerentes ao subdesenvolvimento levariam a população rural gaúcha a viver num círculo vicioso de *pobreza, ignorância e doença* que, articulados, prejudicariam sua *produtividade agrícola* e, por conseguinte, a evolução da comunidade e o desenvolvimento. A fim de quebrar esse círculo vicioso em nome de ganhos de produtividade agrícola, se julgou necessário intervir nos lares rurais e promover novos hábitos de saúde, higiene e alimentação. Nesse sentido, com argumentos de ordem biopolítica era justificada a existência do campo “social” e da abordagem dual do *esquema de gênero*. Ao mesmo tempo, com base nesse raciocínio definia-se que a responsabilidade da área “social” da ASCAR seria tributária à “produtiva”, já que sua atuação era orientada à otimização da segunda. O campo “social”, por resultado, ocupou um espaço secundário ou complementar, algo que é apontando por documentos institucionais, referências acadêmicas e parte das/dos entrevistadas/os.

Mas que espaço a mulher – até então entendida como sinônimo de “social” – ocupava nesse cenário? Para compreender isso precisei refletir sobre o campo de conhecimentos ligado à economia doméstica, referencial teórico-metodológico que fundamentou a área “social” ASCAR de 1955 a 2000 e em parte até os dias de hoje.

Analisando discursos de instituições e agentes associados ou não à extensão rural no Brasil e materiais a respeito dessa área de conhecimento, percebi que as representações a respeito da mulher passavam pela naturalização de sua ligação com o doméstico e atividades que envolveriam a reprodução, a vida e o cuidado da família (em aspectos ligados a saúde, higiene e alimentação), sendo vista, por essência, como portadora de características como sensibilidade, religiosidade, moralidade e civilidade, bem como, mantenedora de valores ligados à cultura nacional. Como reflexo, o espaço da mulher para o desenvolvimento envolvia atuar como mantenedora da saúde e da moral da família, encarada como o alicerce da sociedade, ainda que para o cumprimento mais adequado de suas *funções sociais da mãe e esposa precisassem ser educadas* por profissionais voltadas para a promoção de conhecimentos em economia doméstica, responsáveis por dar contornos de modernidade a suas tarefas.

As intenções da área “social” da ASCAR refletiam esses discursos gerais à época, articulando um conjunto de ideias e práticas que associavam formas de conhecimento (economia doméstica, nutrição, saúde coletiva, puericultura e etc.) com condutas (eficiência e racionalidade moderna) e expectativas (domésticas, reprodutivas e morais) para a mulher rural. Isso se dava através de visitas individuais ou na organização de grupos de mulheres (de mães, avós e meninas) e na realização de palestras, seminários e demonstrações que viabilizassem a difusão de conhecimentos, valores e formas de comportamento sobre temas como hábitos alimentares, saneamento e saúde, produção de têxteis e vestuário e administração do lar. Esse era o campo de intervenções reservado para campo “social” segundo as regras de funcionamento do *esquema de gênero*.

Além disso, entrevistas e referências acadêmicas me levam a acreditar que, mesmo justificada por discursos de ordem científica e naturalizações que associavam a mulher a funções reprodutivas, isso não necessariamente refletia a totalidade do trabalho. Houve situações onde as atividades realizadas eram referenciadas em hábitos familiares das extensionistas, que não necessariamente refletiam formação ou técnicas científicas, e, trabalhos com grupos de mulheres onde, contrariando as diretrizes, teriam sido promovidos valores associativos e incentivos à participação em movimentos sociais, troca de experiências e discussão sobre questões morais ou polêmicas, tendo aberto possibilidades concretas de ação ou acréscimos em termos de qualidade de vida e confiança para as assistidas – mesmo que isso possa ter sido uma consequência imprevista. Ainda sim isso não deve obscurecer o fato do trabalho proposto pela

ASCAR nos primórdios ter se preocupado principalmente em assessorar a *esposa/mãe* rural no exercício do que estava naturalizado como a *função social da mulher*.

As proposições da ASCAR chegavam à mulher rural e suas famílias através das agentes de extensão em economia doméstica, em sua grande maioria composta por mulheres com formação em magistério ou economia doméstica, algo que ao longo dos anos foi mudando e se diversificando. A necessidade de mobilizar agentes para promover conhecimentos em economia doméstica afluou o paradoxo da profissão, já que mesmo promovendo a naturalização entre a mulher e o doméstico, sua atuação, por óbvio, exigia o ingresso da mulher no mercado profissional, e, em especial no caso da ASCAR, envolvia atuar viajando com um colega homem da área “produtiva”, algo incomum e por vezes moralmente condenado à época, mas que causava até mesmo inveja entre as assistidas pela liberdade que gozavam. Essas extensionistas possuíam níveis de instrução mais elevados que as assistidas e ganhavam o próprio sustento, usufruindo de liberdades e prerrogativas tidas como masculinas, algo que, no entanto, não lhe garantiria os mesmos direitos e a legitimidade/autoridade atribuída ao colega homem responsável pela área “produtiva”.

Ainda que as mulheres vinculadas à Associação tenham precisado enfrentar limitações e diferenciações significativas, como restrição ao casamento e gravidez, não poder dirigir os automóveis da Associação, não receber a mesma valorização financeira dos extensionistas da área produtiva ou nem os mesmos meios para ascensão profissional, as interpelações da Associação de Extensionistas Sociais Rurais da EMATER/RS-ASCAR (AESR) e as reivindicações que culminaram na superação dessas questões são sintomáticas do poder de crítica e transformação que essas extensionistas tiveram e tem. Isso, no entanto, não significa dizer que não existam dificuldades ou que os desafios a serem enfrentados em busca de maior valorização ou reconhecimento sejam simples. Na verdade, diferenciações menos tangíveis, como a deslegitimação da voz e dos conhecimentos da mulher, seguem e são motivos de frustração e desprestígio. Mas se a Associação produziu e reproduziu diferenciações entre a dupla de extensionistas, é importante destacar que os sujeitos concretos não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos dessas prescrições. Homens e mulheres elaboram de diferentes formas a resignação ou resistência às imposições, muitas vezes estando em discordância às proposições sociais de seus tempos. Algumas extensionistas, por exemplo, desafiavam as restrições e dirigiam os automóveis da Associação.

Talvez o cenário até aqui descrito seja semelhante a outras associações que surgiam no Brasil a partir da década de 1950. No entanto, o caso da EMATER/RS-ASCAR parece ser peculiar justamente por sua dualidade institucional. Diferente da maioria das associações brasileiras, com as mudanças no sistema nacional de extensão rural na década de 1970 a criação da EMATER/RS em 1977 não levou à extinção da ASCAR, uma vez que em 1980 se convencionou a operação conjunta de ambas instituições. Isso foi justificado pelo fato da EMATER/RS não conseguir obter para si as prerrogativas, vantagens e isenções que o caráter filantrópico da ASCAR desde 1961 lhe garantia. Com o aumento das críticas entre os anos 1980 e 1990, o que envolveu discussões sobre as mudanças nos paradigmas na extensão rural (esgotamento do modelo difusionista e produtivista em decorrência de seus impactos ambientais e socioeconômico) e reestruturações no sistema de proteção social com a Constituição Federal de 1988, a manutenção dessas prerrogativas, e, portanto, do que justificava a operação dual entre EMATER/RS e ASCAR, foi questionada, gerando reflexos no campo “social” e no *esquema de gênero*.

Tudo começa em 1992 no momento em que a União entre em litígio com a Associação. Primeiro revogou o direito a imunidade da ASCAR em relação à contribuição previdenciária e depois cancelou seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Considerando os débitos de contribuição previdenciária acumulados e a perda de suas vantagens e isenções, o futuro da EMATER/RS-ASCAR passou a estar em risco, e isso colocou em análise questões de seu passado: as condições de seus profissionais, o tipo de formação de seus extensionistas e, em especial, a abordagem e conteúdo do trabalho “social” e a histórica preponderância das ocupações produtivas precisavam ser reformadas para fazer jus à certificação. Se haveriam desprestígios à área “social”, o questionamento da CEBAS compeliu a ASCAR e repensar essa posição, já que agora aparecia como tábua de salvação para sua manutenção. Para isso, ela precisava mudar, não caberia mais uma prática de cunho assistencialista voltada à administração do lar, era necessário lidar com questões como acesso e ampliação de direitos e conquista de patamares de equidade e justiça social, desafio e tanto se considerarmos que a extensão rural brasileira, “de uma forma geral, nunca esteve preocupada com uma concepção de desenvolvimento relacionada ao acesso a direitos sociais” (DIAS, 2007b p. 3).

A partir desse questionamento o *esquema de gênero* foi submetido a alguns constrangimentos.

Em primeiro lugar, a necessidade de adequação à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) para obtenção do CEBAS exigiu o rompimento da dualidade que dava contorno ao campo “social”: mulher-doméstico. A partir da gestão de 1999/2002 e ao longo dos anos, com mais ou menos investimento dependendo da gestão corporativa, houve uma gradual ampliação do campo de trabalho, mantendo os assuntos que lhe deram origem e agregando questões que surgiam em demandas de movimentos sociais. Em teoria, a área “social” não deveria se restringir apenas à mulher rural, extrapolava essa ligação e se colocava em desacordo com parte das prerrogativas que antes a sustentava. Dentro dessas mudanças, o discurso do trabalho proposto à mulher rural (incluindo agricultoras familiares, pescadoras, quilombolas, indígenas, para estar em conformidade com a LOAS) se reorientou: buscava-se promover sua inclusão social e produtiva, o que passava por colaborar para a garantia de seu auto sustento através do assessoramento às atividades agrícolas e não agrícolas, divulgar formas de acesso a direitos sociais, estimular a participação em fóruns, conselhos e outros espaços de controle social e acesso a construção de políticas públicas, fortalecer atividades de caráter coletivo (grupos, clubes, associações, cooperativas e etc.) e promover a rejeição de todas formas de violência contra a mulher rural. Havia, ao menos no discurso, uma revisão crítica da naturalização da relação entre a mulher, o doméstico e atividades reprodutivas.

Não bastassem essas reorientações em termos de diretrizes institucionais, o quadro funcional da Associação vinha gradualmente se modificando no que tange a perfil. Nas duas últimas décadas a EMATER/RS-ASCAR tem oscilado entre gestões que buscaram expandir sua capacidade operativa (ampliação do quadro funcional, investimento em treinamentos e estrutura básica de trabalho) e outras mais alinhadas à necessidade de cortes e redução de custos (forçando demissões e fazendo planos de demissão incentivada). Nesse processo, o quadro funcional foi se diversificando em termos de formação, idade e gênero, algo que ficou mais nítido com as mudanças promovidas entre 2010 e 2014: a reestruturação do plano de cargos e salários, corrigindo as diferenças salariais e os meios para a ascensão profissional entre os campos de trabalho em 2010, e a contratação de novos colaboradores na gestão 2011/2014. Além de corrigir alguns desequilíbrios históricos entre os campos, o ingresso de homens na área “social” e mulheres na área “técnica” representava uma quebra na associação imediata originada do *esquema de gênero*, ainda que, segundo parte das/dos interlocutoras/es o padrão homem-técnico e mulher-social ainda seja o

mais frequente, ao passo que, tanto parte dos assistidos, quanto dos extensionistas, concebem isso como o natural.

Esse cenário conduziu a EMATER/RS-ASCAR a um dilema complexo: que papel agentes com trajetórias, graus de experiência e formações distintas deveriam cumprir em um campo de trabalho tão amplo como o “social”? Segundo parte das entrevistadas, a Associação acabou não discutido esse papel frente as transformações teórico-metodológicas e de conteúdo de trabalho a partir da gestão de 1999/2002, o que acabou gerando disputas sobre o trabalho “social” tido como ideal. Nesse sentido, se no período de 1955 a 1990 vimos que o trabalho com a mulher rural não se tratava apenas de resignação às tarefas reprodutivas, o oposto também é válido nessas reorientações. Ainda que com significativas mudanças no discurso institucional sua prática não pode ser encarada como necessariamente emancipatória ou crítica, tendo em vista que, esbarrando na resistência ou no comodismo de extensionistas ou nas demandas de parte do público assistido, que ainda reivindicariam a prática de um trabalho mais voltado para o doméstico, boa parte do trabalho realizado segue semelhante aos princípios que deram origem ao trabalho “social”.

Coexistem trabalhos com grupos de mães e avós, seminários sobre saúde e alimentação, aulas de culinária e artesanato, com investimentos em agroindústrias, discussão sobre temas como violência intrafamiliar, empoderamento e etc. Não estamos falando, portanto, de uma relação simples entre *passado x futuro* ou *oprimida no lar x emancipada*, mas de um tempo híbrido onde coexistem diferentes abordagens e perspectivas sobre o trabalho. Se confundem *velhas e novas* demandas, necessidades e proposições. Isso parece sintomático da força do discurso do desenvolvimento em se adequar às novas demandas que surgem, mesmo que possam parecer contraditórias num primeiro momento. No caso da EMATER/RS-ASCAR e especialmente do campo de trabalho “social”, o questionamento do CEBAS e as transformações que acabou gerando, tornou menos nítidos os limites que até então legitimavam as barreiras do *esquema de gênero*, haja vista que as mudanças no campo “social” transbordaram sua dualidade e missão original – mulher-doméstico – e alcançaram questões como violência intrafamiliar, agência política e a dimensão produtiva de mulheres agricultoras, algo que até então era uma prerrogativa da “área técnica” e naturalizada como masculina.

Mas com a projeção recebida pelo CEBAS e a reorientação nos discursos, o campo “social” teria deixado de ser complementar ante as ocupações produtivas? Para

documentos institucionais, artigos e entrevistadas/os, não. Mesmo com a relevância da área “social” os núcleos ocupados de questões econômicas e produtivas ainda gozariam de maior prestígio e investimento, mesmo que a cada três anos, quando precisa justificar o CEBAS, o tema ganhe importância novamente. O privilégio dado a ocupações “técnicas” parece ocorrer tanto em virtude de cobranças institucionais por metas produtivas e interesses das prefeituras conveniadas em promover um trabalho produtivo que traga retornos em termos de arrecadação, quanto pela necessidade de atingir as metas institucionais mesmo com a redução do quadro funcional da agência. Procurando resultados para mostrar às instâncias superiores, alguns extensionistas optam por trabalhar justamente com quem *dá resposta* em termos produtivos, resultados mais fáceis de serem apresentados em virtude de sua suposta *objetividade*, diferente da área “social”, que, por sua vez, ainda são associadas a esfera do *subjetivo* e de difícil mensuração. Esse tipo de percepção tem motivado funcionárias da área “social” em pensar na construção de indicadores sociais que consigam reivindicar a mesma legitimidade.

Em segundo lugar, esse cenário de questionamento e transformações acabou gerando uma espécie de contra-discurso na EMATER/RS-ASCAR, lavando a uma *dupla inversão*: no que tange ao campo “produtivo”, passava a ser necessário demonstrar que as atividades “técnicas” realizadas (produção, crédito, comercialização e etc.) também seriam “sociais” na medida em que a condição financeira das famílias seriam requisito indispensável para evitar sua vulnerabilidade social, tendo em vista que a questão da vulnerabilidade tocava nos princípios da LOAS. A área “social”, por sua vez, precisava promover uma atuação mais “técnica” do trabalho para conseguir o justificar a luz da LOAS e dar condições para a manutenção do CEBAS e, ao mesmo tempo, precisava traduzir o trabalho realizado pela área “técnica” em uma linguagem socioassistencial, para adequar o conjunto do trabalho às exigências. Nesse momento não se trata de dizer que a área “técnica” não seja também “social” e vice-versa, haja vista que qualquer intervenção é “técnica”, e, ao mesmo tempo, qualquer prática de cunho técnico é também “social”, no entanto, no contexto de questionamentos em análise essa *dupla-inversão* parece ter surgido como opção estratégica da Associação frente aos dilemas que passa. Essa estratégia, por sua vez, precisa ser melhor compreendida e problematizada.

Enfim, deve-se reforçar que os campos de trabalho “social” e “técnico” não representam esferas estanques, até porque hoje existem interseções (como atividades

voltadas a inclusão social e produtiva, por exemplo); entretanto, parece inegável que ainda persistem diferenças em termos de áreas de conhecimento, gênero e campo de atuação dentro dos projetos e políticas de desenvolvimento mediados. Com as metamorfoses ao longo do tempo, essa divisão ganhou novos contornos, mais complexos e talvez menos nítidos, no entanto, traços dessa polaridade parecem permanecer como importantes marcadores da diferença. Questões que seguem abertas a metamorfoses e novas interpretações.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. A. A extensão rural na perspectiva sócio-antropológica. **Ciência Florestal**, v. 2, n. 1, p. 133-139, 1992.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório Final da Comissão de Representação Externa para tratar da situação pela qual passa a EMATER/RS**. Porto Alegre, RS, 2011, 51 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL. **Manual dos Clubes 4-S**. [S.l.]. 1959. Série E, nº 1, 55 p.
- _____. **Projeto de economia doméstica: clube 4-S**. Rio de Janeiro, RJ. 1960a, 26 p.
- _____. **Projeto de economia doméstica: clube 4-S**. Rio de Janeiro, RJ. 1960b, 39 p.
- _____. **Manual para extensionistas: clubes 4-S**. 2ª Ed. Série E, nº 1. [S.l.]. 1964. Não paginado.
- _____. **A extensão rural no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ. 1970. Não paginado.
- ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Alguns apontamentos sobre a origem e a estrutura da ASCAR**. Porto Alegre, RS: ASCAR, 1977, 42 p
- _____. **O setor primário do Rio Grande do Sul: diagnóstico e perspectivas sócio-econômicas**. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR. 1991, 166 p.
- _____. **50 anos de Extensão Rural no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2005, 159 p.
- _____. **Relatório de Responsabilidade Social: 2005**. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2005b, 61 p.
- _____. **Relatório de Responsabilidade Social: 2006**. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2006a, 63 p.
- _____. **Marco referencial para as ações sociais da EMATER/RS-ASCAR**. 2ª Ed. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2006b. 83 p.
- _____. **Relatório de ações sociais: 2007**. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2007, 84 p
- _____. **Relatório de atividades: 2008**. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2009, 85 p.
- _____. **Métodos e meios de comunicação em extensão rural: Glossário**. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2009b, 40 p.
- _____. **Relatório de atividades: 2009**. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2010a, 128 p.
- _____. **Relatório de atividades: 2010**. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2010b, 116 p

- _____. **Diretrizes para ação extensionista na EMATER/RS-ASCAR:** a gestão do processo de planejamento. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2011, 47 p.
- _____. **Relatório de atividades:** 2011. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2012, 156 p.
- _____. **Relatório de atividades:** 2012. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2013, 131 p.
- _____. **Relatório de atividades:** 2013. Porto Alegre, RS: EMATER/RSASCAR, 2014a, 141 p.
- _____. **Guia prático das ações sociais da EMATER/RS-ASCAR.** Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, Núcleo Social (NSO), 2014b, 134 p.
- _____. **Plano anual de trabalho:** 2015. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2014c, 89 p.
- _____. **Relatório de atividades:** 2014. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2015, 175 p.
- _____. **Relatório de atividades:** 2015. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2015b, 126 p.
- _____. **Relatório de atividades:** 2016. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2016, 180 p.
- ASSOCIAÇÃO SULINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL. **ETA – Projeto 11 – ASCAR:** um ano de trabalho com o agricultor. Porto Alegre, RS, 1956, 12 p.
- _____. **20 anos de extensão rural no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, RS, 1968. Não paginado
- _____. **Análise da situação atual da área de bem-estar social e da função de agente de extensão em economia doméstica.** Porto Alegre, RS, 1974a. 44 p.
- _____. **Projeto melhoria das condições de vida da família rural.** Porto Alegre, RS, 1974b, 12 p.
- _____. **ASCAR:** o que faz e como trabalha. Porto Alegre, RS, 1975. Não paginado.
- _____. **Administração do lar.** Porto Alegre, RS, [19--?], 27 p.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas – magia e técnica, arte e literatura:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 3ª Ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENSON, O. H.; WARREN, G. **Organization and Results of Boys' and Girls' Club Work 1918.** Washington, DC: United States Department of Agriculture, Department Circular nº 66, 1920, 38 p.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. Extensão rural: passado e presente no discurso e na prática. In: CORTEZ L. A. B.; MAGALHÃES P. S. G. (Orgs.) **Introdução à engenharia agrícola.** Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1992. p. 353-363.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código civil dos Estados Unidos do Brasil. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro, RJ, 1 jan. 1916. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em: 06 abr. 2017.

_____. Ministério da Agricultura. **Encontro de economia doméstica**. Rio de Janeiro, RJ, 1961. 93 p

_____. **Decreto nº 50.632, de 19 de maio de 1961**. Disciplina a assistência financeira da União à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural e dá outras providências. Brasília, DF, 19 maio 1961b. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50632-19-maio-1961-390151-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20 nov. 2017.

_____. **Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, DF, 11 jan. 2010. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12188.htm>. Acesso em 30 out. 2016.

_____. **Lei Nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013**. Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e dá outras providências. Brasília, DF, 18 dez. 2013.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12897.htm>. Acesso em 04 fev. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria Nacional de Assistência Social, Departamento da Rede Privada do SUAS. **Cartilha Prática com perguntas e respostas destinadas às entidades de Assistência Social**. Brasília, DF, 2017. 42 p. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/cartilha_c_ebas_passo_certificacao.pdf>. Acesso em 12 set. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais. **Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil**. Brasília, DF, S/D.

Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES_RURAIIS_NO_BRASIL.pdf>. Acesso em 11 dez 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

CALLOU, A. B. F. Extensão rural, polissemia e memória. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 4., 2006, Fortaleza, CE, 2006, p. 1-23.

CANELLAS, Z. **Abrindo a porteira: uma memória da extensão rural no Rio Grande do Sul**. Santa Maria, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2010, 176 p.

CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. 1991. 134 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

_____.; RAMOS, L. F. Da extensão Rural Convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. In: MONTEIRO, D. M. C.; MONTEIRO, M. A. (Orgs.). **Desafios na Amazônia**: uma nova assistência técnica e extensão rural. 1ª ed. Belém: UFPA/NAEA, 2006, v. 1, p. 27-50.

_____ et al. (Orgs.). **Extensão Rural e agroecologia**: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. 10ª ed. Brasília: MDA/SAF, 2009. v. 1. 408p

_____. Lei de ATER: exclusão da agroecologia e outras armadilhas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 4, p. 23-33, 2011.

CASTRO-GÓMEZ, S. Michel Foucault y la colonialidad del poder. **Tabula Rasa**. Bogotá, Colombia, No. 6, p. 153-172, enero-junio, 2007.

CONSELHO ESTADUAL DE CLUBES 4-S. **Revista do Clube 4-S**. Ano II, nº 2, fev, 1973a.

_____. **Revista do Clube 4-S**. Ano II, nº 7, nov-dez, 1973b. Não paginado.

_____. **Revista do Clube 4-S**. Ano V, nº 27, mar-abril, 1977a. Não paginado.

_____. **Revista do Clube 4-S**. Ano V, nº 29, jul-agos, 1977b. Não paginado.

_____. **Revista do Clube 4-S**. Ano V, nº 31, nov-dez, 1977c. Não paginado.

_____. **Revista do Clube 4-S**. Julho, nº 43, 1982. Não paginado.

DEPONTI, C. **Intervenção para o desenvolvimento rural**: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul. 2010, 274 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DEPONTI, C.; ALMEIDA, J. Crise institucional e futuro da extensão rural pública do Rio Grande do Sul: a percepção dos extensionistas. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**. Viçosa: v. 2, n. 1, p. 79-117, 2013.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da política nacional de assistência técnica e extensão rural (Pnater) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v. 18, n. 2, p. 11-21, 2007a.

_____. Extensão rural para qual desenvolvimento? Seminário Abordagens Atuais sobre Extensão Rural. In: _____ (Org.). **Abordagens Atuais sobre Extensão Rural**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2007b. 46p

_____. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte: vol. 1, nº. 1, P. 101-114, jan-jun 2008.

DINIZ, R. F.; HESPANHOL, A. N. Da ABCAR à ANATER: trajetória e desafios da extensão rural para o Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória, ES. p. 1-10. Disponível em:

<<http://docs.fct.unesp.br/nivaldo/Publica%E7%F5es-nivaldo/2014/ARTIGO%20ENG-2014-ATER.pdf>>. Acesso em: 7 nov 2017.

DOMOSH, M. Practicing Development at Home: Race, Gender, and the “Development” of the American South. **Antipode**, v. 47 n.º. 4, p. 915–941, 2015.

DONZELOT, J. **A Polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

EASTON, D. **Uma tentativa de análise dos sistemas políticos**. Sociologia Política II, Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1970.

EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Estruturação operacional, modelo, estratégia e diretrizes de trabalho**. Brasília, DF, 1975. Não paginado.

ESCOBAR, A. Planificación. En: SACHS, W. (Ed.). **Diccionario del Desarrollo: una guía del conocimiento como poder**, PRATEC, Perú, 1996, p. 216-234.

_____. **La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo**. Série colonialidad/modernidad/descolonialidad. Caracas, Venezuela, 2007, 424 p

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu** (17/18), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, p. 9-79, 2001-02.

FERGUSON, J. **The anti-politics machine: "development", depoliticization and bureaucratic power in Lesotho**. New York: Cambridge University Press, 1990.

_____. Anthropology and its evil twin: “development” in the constitution of a discipline. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (Ed.). **The Anthropology of Development and Globalization: from Classical Political Economy to Contemporary Neoliberalism**. Malden, Blackwell, 2005. p. 140-153.

FERREIRA, N. V. C. Gênero e educação: a formação em economia doméstica. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 2015, 37. Florianópolis, UFSC, p. 1-15.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n. 21, p. 211-259, jun, 2000.

FUNDATEC. **Edital ASCAR/RS – Processo Seletivo Externo 001/2014**. Disponível em:

<http://publicacoes.fundatec.com.br/home/portal/concursos/editais/edital_119439368cd9.pdf>. Acesso em: 08 dez 2017.

GERHARDT, C. H. Tautologia e retórica messiânica da “transição agroecológica” na “nova extensão rural”. **Extensão Rural**, DEAER - CCR - UFSM, Santa Maria, v. 21, n. 3, jul-set, p. 9-43, 2014.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997. Cap. 04.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Apicuri, 2016, 260 p.

HOTMAN, F.; ABRAMOVAY, R.; BERGAMASCO, S. **Projeto indicadores de avaliação de resultados de ATER**. Belo Horizonte: ASBRAER/SAF-MDA, 2007. Disponível em: <www.noticiasagricolas.com.br/dbarquivos/Ruda2.doc>. Acesso em: 22 nov 2016.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL. **I Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais: O Papel da Filantropia no Desenvolvimento Social do Brasil**. São Paulo: IDIS, 2013. 191 p.

KELSEY, L. D.; HEARN, C. C. **Cooperative Extension Work**. New York: Cornell University Press, 2º ed., 1955.

LEITE, D. B. C. **Educação para o lar**. 2ª Ed. Porto Alegre: Globo, 1980.

LOHN, R. L. Mitologias do desenvolvimento: extensão rural e modernização: o caso de Santa Catarina (décadas de 1950 e 1960). **Revista Espaço Plural**, Ano IX, nº 18, p. 9-17, 2008.

LOPES, M. F. **O Sorriso da Paineira: construção de gênero em universidade rural**. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

_____. A história de um campo acadêmico feminino no Brasil. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE CIENCIA, TECNOLOGÍA Y GÉNERO, 2012, 9. Sevilla, España, 2012.

LOURO, G. L.; MEYER, D. A escolarização do doméstico: a construção de uma escola técnica feminina (1946-1970). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 8, p. 45-57, 1993.

_____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTIN, A. Guerra de secessão. In: MAGNOLI, D. (Org.). **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 219-251.

MARTINS, J. S. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 31-36, 2001.

MENDONÇA, S. R. Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961). **Tempo**, Niterói, v. 15, n. 29, p. 139-165, 2010a.

_____. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. **História Unisinos**, 14 (2), p. 188-196, maio-ago, 2010b.

_____. Os Estados Unidos e a Educação Rural no Brasil dos anos 1940-50. In: SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: CULTURA, 2010, 6. Aracaju. Universidade Federal de Sergipe, p. 1-16, 2010c.

MERRY, S. E. Measuring the world: indicators, human rights and global governance. **Current Anthropology**, Vol. 52, No. 3, p. S83-S95, 2011.

MOHANTY, C. T. Bajo los ojos de occidente: academia feminista y discurso colonial. En: NAVAZ, L. S.; HERNÁNDEZ, A. **Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**. Madrid: Ed. Cátedra, 2008, p. 117-164.

MOURÃO, F. D. M. **A construção das políticas de Ater no Brasil e o papel da agroecologia na promoção de uma via camponesa para o desenvolvimento rural**. 2012. 126 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1998, p. 147-168.

_____. (Org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008, 176 p.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

OBJETIVA CONCURSOS. **Edital EMATER/RS-ASCAR – Processo Seletivo Externo 001/2014**. Disponível em: <https://objetivas.com.br/docs/2011_001_ed_abertura_inscricoes_ascar.pdf>. Acesso em: 11 de dezembro de 2017.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16 (2), 440, p. 305-332, maio-ago, 2008.

OLIVEIRA, A. C. M. Economia doméstica: origem, desenvolvimento e campo de atuação profissional. **Revista VÉRTICES**, v. 8, n. 1/3, p. 77-88, jan-dez, 2006.

OLIVEIRA, M. M. A conjugação do crédito rural à assistência técnica no Brasil: análise da experiência do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, 1(1), p. 71-121, jan-abril, 1984.

OLIVEIRA, P. C. F. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (1948-1974)**. 2013. 163 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2013.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y AGRICULTURA. **Política de igualdad de género de la FAO: alcanzar las metas de seguridad alimentaria en la agricultura y el desarrollo rural**. Roma: FAO, 2013.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Textos para discussão 48. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, Centro de Estudos, 2008, 50 p.

PINHEIRO, C. F. Mulheres e Extensão Rural no Brasil (1948-1970). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28. Florianópolis, Santa Catarina, 2015, p. 1-11.

_____. **Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil (1948-1974)**. 2016. 173 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

QUIDÁ, M. M. Disjunção e transversalidade de gênero na Extensão Rural pioneira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29. Brasília, UNB, 2017, p. 1-16.

RIST, G. **The history of development: from western origins to global faith**. 3ª Ed. London: Zed Books, 2008.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n.1, p. 113-154, 1997.

ROMANIELLO, M. M. **Extensão Rural e Sustentabilidade: guia de estudos**. Lavras: UFLA, 2015.

ROSA, M.; DALLABRIDA, N. Uma mulher de vanguarda: trajetória social de Eglê Malheiros. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(2): 304, p. 429-447, maio-ago, 2014.

SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARDAN, J-P. O. **Anthropology and Development: Understanding Contemporary Social Change**. Zed Books: London, Translation by Antoinette Tidjani Alou, 2005.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra, 2000.

SERRANO, I. A. **Noções de economia doméstica**. 9ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, 237 p.

SILIPRANDI, E. Desafios para a extensão rural: o “social” na transição agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, p. 38-48. Jul/Set, 2002.

SILVA, A. P.; OLIVEIRA, J. T. A. O modelo cooperativo de extensão dos Estados Unidos: contribuições possíveis para o Brasil. **Revista Ceres**, Viçosa, v. 57, n. 3, p. 297-306, junho, 2010.

SILVA, C. M. Nelson Rockefeller, a Associação Americana Internacional (AIA) e a ideologia da modernização em busca de novas fronteiras (1946-1961). **Tempos Históricos**, v. 17, 1º sem., p. 171-184, 2013.

SILVA, M. A. M. **Histórias e estórias no sítio: extensão e comunicação rural no RS**. Brasília, DF: ASBRAER, 2011.

SOUZA, L. V. **Lógicas vivenciais da identidade extensionista em uma organização pública de extensão rural**. 2011. 155 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

SOUZA, S. F. **Tradição x modernização no processo produtivo rural: os Clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRATHERN, M. Necessidade de pais, necessidade de mães. **Revista Estudos Feministas**, ano 3, n° 2, Rio de Janeiro-RJ, IFCS/UFRJ, 1995, p. 303-329.

UNGER, C. Histories of Development and Modernization: Findings, Reflections, Future Research. In: **H-Soz-Kult**. Disponível em: <<http://hsozkult.geschichte.hu-berlin.de/forum/2010-12-001>>. Acesso em: 12 abril 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Departamento de Economia Doméstica. **Site institucional** (histórico). Disponível em: <http://www.ded.ufv.br/?page_id=626>. Acesso em: 5 set 2017.

VALENTE, A. L. E. F. O ensino na interface da antropologia e da educação: um caso de Extensão Rural. Porto Alegre, RS, **Educação**, Ano XXVIII, n. 2 (56), p. 227-241, maio-ago, 2005.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. Metrópole, cosmopolitismo e mediação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 33, p. 15-23, jan-jun, 2010.

_____; KUSCHNIR, K. Mediação e metamorfose. **Mana**, v. 2, n. 1, p. 97-107, 1996.

_____; _____. (Orgs.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

ZABALA ERRAZTI, M. I. **La perspectiva de género en los análisis y en las políticas del Banco Mundial: su evolución y sus límites**. 2005. 462 p, Tesis (Doctorado en Economía Aplicada) – Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, Lejona, 2005.